



**SENADO FEDERAL**

# RELATÓRIO

DOS TRABALHOS DO SENADO NA 2.<sup>a</sup>  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
2.<sup>a</sup> LEGISLATURA (DE 15 DE MARÇO A 15  
DE DEZEMBRO DE 1952)

Apresentado pelo Presidente, João  
Café Filho, na sessão de encerra-  
mento, a 15 de dezembro de 1952

*ex. 8*

VOLUME III

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954

CIRCULAR

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL  
Este volume acha-se registrado  
sob o numero 117  
do ano de 1963

## ÍNDICE

Anexo n.º 57 — Leis Sancionadas e Promulgadas durante a Sessão Legislativa de 1952 .....	1.139
Anexo n.º 58 — Discursos de Encerramento .....	1.311

ANEXO N.º 57

LEIS SANCIONADAS E PROMULGADAS DURANTE  
A SESSÃO LEGISLATIVA DE 1952

Lei n. 1.581, de 21-3-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 45.900,00, a fim de atender ao pagamento de gratificação de representação devido aos juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, relativamente ao exercício de 1947. — (*Diário Oficial* de 26-3-52).

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados em atenção ao Ofício de 23-8-51 do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso à C.D.

Lido na sessão de 19-10-51 — Tomou o n. 1.290, de 1951 — Publicado em 20-10-1951.

Primeira discussão em 6-11-51. — Aprovado.

Segunda discussão em 8-11-51. — Aprovado.

Redação final: lida em 19-11-51; publicada em 20-11-51; aprovada em 19 de novembro de 1951.

Projeto remetido ao Senado em 26 de novembro de 1951 (Ofício n. 2.336), sob o n. 1.290-A de 1951.

Lido na sessão de 2-11-1951.

Tomou o n. 314, de 1951.

Comissões que se pronunciaram:

Com. — Relator — Parecer — número — Data — Pron. Leit. — Publ.

Comissão de Justiça — Joaquim Pires — 101-52 — 28-1-52 — Pela Const. — 14-2-52 — 15-2-52.

Comissão de Finanças — Matias Olímpio — 102-52 — 12-2-52 — Favorável — 14-2-1952 — 15-2-1952.

Em ordem do dia na sessão de 3 de março de 1952. — Aprovado.

À sanção em 7-3-1952 (mensagem n. 64).

Devolvido em 20-3-1952 pelo Secretário da Presidência da República visto não se haver o Sr. Presidente da República manifestado sobre a matéria no prazo constitucional.

Promulgado pelo Vice-Presidente do Senado no exercício da Presidência em 21-3-952.

Lei n. 1.582, de 22-3-52 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 17.835.400,00, para ocorrer ao pagamento de diversas despesas relativas aos exercícios de 1947 e 1948 — (*Diário Oficial* de 26-3-52).

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados em 14-1-48, em atenção à Mensagem n. 567, de 8-11-1947, do Poder Executivo. (Copiar folha da sinopse da Câmara.)

Remetido ao Senado em 22-4-48 (Ofício n. 422) sob o n. 124-48.

Tomou o n. 61, de 1948.

Lido na sessão de 27-4-48.

Comissões que se pronunciaram:

Comissão: Justiça — Relator: Atilio Vivacqua — Número: 428-48 — Data: 25-6-48 — Pronunciamento: Favorável com emendas — Leitura: 30-6-48 — Publicação: 1-7-48.

Comissão: Finanças — Relator: Luís Alfredo Nasser — Número: 1.745-48 — Data: 10-12-48 — Pronunciamento:

Favorável com emendas — Leitura: 11-12-48 — Publicação: 12-12-48.

Em ordem do dia na sessão de 10 de fevereiro de 1949. — Aprovado com emendas. À Com. Redação.

Redação final (Parecer n. 88-49); lida em 24-2-49; aprovada em 5-3-49.

Devolvido o Projeto à Câmara em 10-3-49, com a Mensagem n. 183.

Em 29-3-49 são lidas as emendas do Senado.

Parecer favorável da Comissão de Finanças lido em 5-12-51.

Em 21-2-52 é encerrada a discussão das emendas. Em votação, são aprovadas.

Redação final aprovada em 7-3-52.

Projeto enviado à sanção em 11-3-52, com o Ofício n. 420.

Em pauta nos dias 5, 6 e 7 de abril de 1948, em discussão única.

Em 14 de abril é anunciada a votação. Fala o Sr. Barreto Pinto para encaminhar a votação. No mesmo sentido fala o Sr. João Botelho. Em seguida, é aprovado e enviado à Comissão de Redação.

Em 22 de abril, em virtude de requerimento do Sr. Areia Leão, no sentido de ser dispensada a impressão para imediata votação da redação final, é esta lida e sem observações aprovado, indo, em consequência, ao Senado.

Em 22 de abril de 1948 ao Senado, com Ofício n. 422.

*Lei n. 1.583, de 25-3-52 — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 44.740,50, destinado ao pagamento das despesas de substituição de Ministros em razão de convocação ou impedimento — (Diário Oficial de 29 de março de 1952).*

Projeto originário do Poder Judiciário (Ofício n. 1.194 do Presidente do Tribunal Federal de Recursos, de 19-11-51).

Tomou o n. 1.426, de 23-11-51.

Lido na sessão de 23-11-51.

Aprovado em 13-12-51 — Substitutivo da Comissão de Finanças em primeira discussão.

Aprovado em 14-12-52 (sessão extraordinária noturna), em segunda discussão.

Redação final aprovada em 15-12-51.

Remetido o projeto ao Senado em 24 de dezembro de 1951 (Ofício n. 2.621), sob o n. 1.426-B de 1951.

Lido na sessão de 18-1-52.

Tomou o n. 24, de 1952.

Comissões que se pronunciaram:

C.D. — Relatores

Comissão de Finanças — João Agripino — Of. substitutivo.

Comissão de Justiça — Joaquim Pires — 153-52 — 8-2-52 — Favorável.

Comissão de Finanças — Matias Olímpio — 154-52 — 20-2-52 — Favorável ao projeto e contra à emenda.

Aprovado em 6-3-52. Rejeitada a emenda. À sanção em 8-3-52.

(Mensagem n. 68).

Of. PR. n. 26.338, de 24-3-52 da Secretaria da Presidência da República restituindo autógrafos para promulgação Lido em 24-3-52.

Devolvido com Mensagem n. 81, de 25-3-52, para promulgação.

*Lei n. 1.584, de 27-3-52 — Dispõe sobre o provimento dos cargos em comissão, nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (Diário Oficial de 30-3-52).*

Projeto apresentado em 19-5-1947 pelo Deputado Luís Lago e outros Senhores Deputados.

Tomou o n. 193, de 1947.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Comissões — Relatores — Números — Data — Pronunciamentos

C.J. — Lameira Bittencourt — Sem número — 10-6-47 — Favorável.

C.J. — Lameira Bittencourt — Sem número — 8-8-47 — Favorável.

C. Leg. Soc. — Nelson Carneiro — Sem número — 9-9-47 — Ofereceu substitutivo.

Em 1948 tomou o n. 1.017.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Comissões — Relatores — Números — Data — Pronunciamentos

Serv. Publ. — Elisabeto de Carvalho — Sem número — 25-5-48 — Favorável.

Leg. Soc. — Nelson Carneiro — Sem número — 14-9-48 — Favorável.

Remetido ao Senado em 29-11-48 (Ofício n. 1.842), sob o n. 1.017-A de 1948.

Lido na sessão de 29-11-48.

Tomou o n. 499-48.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Comissões — Relatores — Números — Data — Pronunciamento — Publicação

C.I. — Etelvino Lins — 36-50 — 1-8-49 — Favorável com 2 emendas e uma subemenda — 8-2-50.

C.Tr. — Pedro Ludovico — 37-50 — 21-9-48 — Favorável ao projeto — 8-2-50.

C.F. — Pinto Aleixo — 38-50 — 31-1-50 — Favorável ao projeto — 8-2-50.

Discussão encerrada em 13-2-50 sem debate. O projeto volta às Comissões, para se pronunciarem sobre duas emendas apresentadas.

Comissões que se pronunciaram sobre as emendas:

Pareceres:

Comissões — Relatores — Números — Data — Pronunciamentos — Publicação

C.J. — Etelvino Lins — 916-50 — 8-5-50 — Mantém o pronunciamento anterior — 1-9-50.

C.Tr. — Pedro Ludovico — 917-50 — 5-7-50 — Mantém o pronunciamento anterior — 1-9-50.

C.F. — Pinto Aleixo — 918-50 — 28-8-50 — Favorável à emenda n. 4, contrário à emenda n. 3 — 1-9-50.

Votação em 18-10-50. Aprovadas a primeira parte da emenda n. 3 e a emenda n. 4. À Comissão de Redação.

Redação final das emendas (Parecer n. 1.272), publicada em 7-12-50. — Aprovada na mesma data.

Projeto devolvido à Câmara em 13 de dezembro de 1950 (Ofício n. 1.332).

Emendas do Senado lidas na Câmara em 26-12-50. Publicadas em 27-12-50.

Comissões que se pronunciaram na Câmara sobre as emendas do Senado:

Pareceres:

Comissões — Relatores — Números — Data — Pronunciamento — Publicação

Especial — Tarso Dutra — Sem número — 17-1-52 — Contrário.

Rejeitadas em 22-2-52 as emendas do Senado.

Projeto remetido à sanção pela C.D. em 13-3-52.

Vetado parcialmente pelo Presidente da República (§ 2.º do art. 1.º e artigo 2.º), conforme Mensagem n. 90, de 27-3-1952, lida no Senado em 31-1-52 (Mensagem n. 85 no Senado).

A parte sancionada passou a constituir a Lei n. 1.584, de 27-3-52, publicada em 30-3-52.

Convocado em 31-3-52 o Congresso Nacional para, em sessão conjunta a 24-4-52, às 14 horas, no Palácio Tiradentes, apreciar o veto.

Comissão designada para dar parecer sobre o veto:

Senadores: Pinto Aleixo, Gomes de Oliveira e Matias Olímpio.

Deputados: Tarso Dutra e Artur Ludra.

Parecer n. 9-52, publicado em 18 de abril de 1952.

Em 24-4-52, foram rejeitados os dispositivos vetados.

Lei n. 1.585, de 28-3-52 — Altera dispositivos da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946 (*Diário Oficial* de 30-3-52)).

Lido em 22-11-50. Em pauta em 27

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 418, de 25-10-50, do Presidente da República).

Lido em 22-11-50. Em pauta em 27, 28, 29 e 30 de novembro de 1950.

Comissões que se pronunciaram:

C.J. — Gil Soares — Sem número — 17-12-50 — Favorável.

C.S.N. — Osório Tuiiti — Sem número — 3-1-51 — Favorável.

Pareceres lidos em 5-1-51. Publicados em 6-1-51 (DCN. de 6-1-51).

Disc. encerrada em 15-1-51. Adiada a votação. Aprovada em 23-1-51. Redação final: lida em 26-1-51; publicada em 26-1-51; aprovada em 26-1-51.

Remetido ao Senado em 30-1-51 (Ofício n. 247), sob o n. 947-A de 1950.

Lida na sessão de 16-3-51.

Tomou o n. 76-51.

Comissões que se pronunciaram:

C.J. — Ivo d'Aquino — 952-51 — 2-5-51 — Favorável.

C.F.A. — Pinto Aleixo — 953-51 — 30-5-51 — Favorável.

C.F. — Pinto Aleixo — 954-51 — 27-9-51 — Favorável.

C.J. — Ivo d'Aquino — 150-52 — 31-10-51 — Contrário à emenda.

C.F.A. — Pinto Aleixo — 151-52 — 23-11-51 — Contrário à emenda.

C.F. — Pinto Aleixo — 152-52 — 20-2-52 — Contrário à emenda.

Discussão encerrada em 11-10-51.

Voltou às Comissões em virtude de emenda.

Votação em 6-3-52. Aprovado o projeto. Rejeitada à emenda.

À sanção em 18-3-51 com a Mensagem n. 73.

*Lei n. 1.586, de 29-3-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 217.644,00, para pagamento de diferença de proventos ao sub-oficial reformado Luiz de Góes (*Diário Oficial de 2-4-52*).

Projeto originário do Poder Executivo (emenda à Câmara dos Deputados com a Mensagem n. 305, de 19 de setembro de 1951).

Tomou o n. 1.243, de 1951.

Lido na sessão de 9-10-51.

Comissões que se pronunciaram:

Comissões — Relatores — Ns. — Data Pronunciamentos

Comissão ... — Alvaro Castelo — Sem número — 19-10-51 — Favorável.

Comissão de Finanças — Alvaro Castelo — Sem número — 5-11-51 — Favorável.

Aprovado em 14-11-51.

Redação final aprovada em 24-11-51.

Remetido ao Senado em 27-11-51, com o Ofício n. 2.369 (sob o n. 1.243-B de 1951).

Lido na sessão de 30-11-51.

Tomou o n. 324, de 1951.

Comissões que se pronunciaram:

C.J. — Fortunato Ribeiro — 191-52 — 1-2-52 — Pela const.

C.F. — Cesar Vergueiro — 192-52 — 5-3-52 — Favorável.

Em Ordem do Dia na sessão de 20 de março de 1952.

Aprovado em 20-3-52. À sanção em 24-3-52 com a Mensagem n. 79.

*Lei n. 1.587, de 31-3-52* — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material destinado à Usina Elétrica Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. (*Diário Oficial de 3-4-52*).

Projeto apresentado em 10-5-1951, na Câmara dos Deputados, pelo Deputado Willy Fröblich e outros.

Tomou o n. 359-1951.

Lido na sessão de 14-5-1951.

Comissões que se pronunciaram:

C.J. — Osvaldo Fonseca — Sem número — 8-6-51 — Favorável com emenda.

C.Ec. — Iris Meinberg — Sem número — 5-7-51 — Favorável ao projeto e à emenda.

C.Fin. — Manuel Novais — Sem número — 1-8-51 — Favorável ao projeto e à emenda.

Aprovado em 10-8-51 com a emenda.

Redação final aprovada em 20-8-51.

Remetido ao Senado em 27-8-51 (Ofício n. 1.615), sob o n. 359-B de 1951.

Tomou o n. 185, de 1951.

Lido na sessão de 29-8-1951.

*Comissões que se pronunciaram*

C.J. — Carlos Saboia — 221-52 — 24-10-51 — Favorável.

C.F. — Ferreira de Sousa — 222 de 1952 — 5-3-52 — Favorável.

Em ordem do dia da sessão de 21 de março de 1952.

Aprovado em 21-3-52. À sanção com a Mensagem n. 83, de 26-3-52.

*Lei n. 1.588, de 31-3-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 980.023,20 (novecentos e oitenta mil, vinte e três cruzeiros e vinte centavos), para atender às despesas do Ministério Público do Trabalho (*Diário Oficial de 4-4-52*).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 323, de 8-10-51).

Tomou o n. 1.300, de 1951.

Lido na sessão de 22-10-51.

Em 23-10-51, à Comissão de Finanças.

Em 14-11-51, é lido e vai a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças (1.300-A). DCN. de 15-11-51, páf. 11.214, 3.<sup>a</sup> col.

Em 19-11, é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Gustavo Capanema. Em consequência, é anunciada e encerrada a discussão. Submetido a votos, é aprovado em primeira discussão.

Em 21-11-51, é anunciada e encerrada a discussão (2.<sup>a</sup>). Em votação, é aprovado e enviado à Redação Final.

Em 27-11-51, é lida e vai a imprimir a redação final (1.300-B). Publicado no DCN. de 28-11-51, páf. 12.035, 4.<sup>a</sup> col.

Em 28-11-51, é lida e sem observações, aprovada a redação final. O projeto vai ao Senado, com o ofício n. Lido na sessão de 3-2-51.

Tomou o n. 331-51.

Comissões que pronunciaram.

C.—. — Gomes de Oliveira — 199 de 1952 — 1-2-52 — Pela Emenda.

C.F. — Alberto Pasqualini — 200 — 5-3-52 — Favorável.

Em Ordem do dia da sessão de 21 de março de 1952.

Aprovado em 21-3-52. A Sanção com a Mensagem 84 de 26-3-52.

*Lei n. 1.589, de 8-4-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 40.716,40, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça do Trabalho (*Diário Oficial de 15-4-52*).

Apresentado pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados em atenção ao Ofício do Tribunal Regional do Trabalho (5.<sup>a</sup> Região) número GP-TRI. 115-51, de 20-9-51.

Tomou o n. 1.397, de 1951.

Lido na sessão de 14-11-51.

Aprovado em 1.<sup>a</sup> discussão em 20 de novembro de 1951.

Aprovado em 2.<sup>a</sup> discussão em 5 de dezembro de 1951.

Redação final aprovada em 6-12-51.

Projeto remetido ao Senado em 10 de dezembro de 1951, com o Ofício n. 2.461, sob o n. 1.397-B de 1951.

Comissões que se pronunciaram:

C.J. — Gomes de Oliveira — 189 de 1952 — 1-2-52 — Favorável.

C.F. — Alberto Pasqualini — 190 de 1952 — 5-3-52 — Favorável.

Em Ordem do Dia da sessão de 20 de março de 1952. Aprovado. À sanção com a Mensagem n. 96, de 8-4-52.

*Lei n. 1.590, de 8-4-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para socorro às vítimas de incêndios ocorridos, em 1951, na zona suburbana da cidade de São Luís, Estado do Maranhão (*Diário Oficial de 15-4-52*).

Projeto apresentado na C.D. pelo Deputado Paulo Ramos e outros.

Lido em 9-10-51.

Tomou o n. 1.247, de 1951.

Comissões que se pronunciaram:

C.J. — Brígido Tinoco — Sem número — 25-10-51 — Pela const.

C.F. — Pontes Vieira — Sem número — 6-12-51 — Favorável com emenda.

Aprovado em 1.<sup>a</sup> discussão em 7 de dezembro de 1951, em regime de urgência, com emenda da Comissão de Finanças.

Aprovado em 2.<sup>a</sup> discussão em 15 de dezembro de 1951.



Redação final aprovada na mesma data.

Projeto remetido ao Senado em 21 de dezembro de 1951, com o Ofício n. 2.602, sob o n. 1.247-C de 1951.

Lido na sessão de 17-1-52.

Tomou o n. 18 de 1952.

Comissões que se pronunciaram:

C.F. — Aloísio de Carvalho — 195-52 — 1-2-52 — Favorável.

C.F. — Alberto Pasqualini — 196-52 — 5-3-52 — .....

Em Ordem do Dia na sessão de 21 de março de 1952.

Aprovado em 21-3-52. À Comissão de Redação (a fim de redigir para a sanção).

Aprovada a redação final em 1-4-52. À sanção com a Mensagem n. 92, de 3-4-52.

*Lei n. 1.591, de 17-4-52* — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.444.319,00 destinado às obras de ampliação das instalações do Tribunal de Contas — (*Diário Oficial* de 22-4-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 325-50, de 7-8-50).

Lido na sessão de 25-10-51.

Tomou o n. 781, de 1951.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Comissão Finanças — Relator: Dario de Barros (voto em separado do Deputado Lauro Lopes) — N.: sem número — Data: 23-10-51 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 25 de outubro de 1951 — Publicação: 26 de outubro de 1951.

Primeira discussão em 6-11-51. Aprovada.

Segunda discussão em 8-11-51 — Aprovado.

Redação final lida em 19-11-51.

Publicada em 20-11-51.

Aprovada em 20-11-51.

Projeto remetido ao Senado em 27 de novembro de 1951 (Ofício n. 2.360), sob on. 781-B de 1950.

Lido na sessão de 29-11-51.

Tomou o n. 317-51.

Em pauta nos dias 4 e 5 de dezembro de 1951.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Com. — Relatores — N.º — Data — Pronunciamento — Leit. — Publ.

C.J. — Ivo d'Aquino — 266-52 — 11-2-52 — Pela const. — 28-3-52 — 29-3-52.

C.F. — Durval Cruz — 267-52 — 26-3-52 — Favorável — 28-3-52 — 29-3-52.

Aprovado em 4-4-52. A sanção com a Mensagem n. 97, de 8-4-52.

*Lei n. 1.591-A, de 16-4-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.600.000,00 para despesas decorrentes de substituições (*Diário Oficial* de 24 de abril de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo (encaminhado à Câmara dos Deputados com a Mensagem n. 246, de 21 de junho de 1950).

Tomou o n. 603, de 1950.

Lido na sessão de 25-7-1950.

Em pauta, nos dias 27, 28 e 31-7-50.

Em 1-8-52, é despachado à Comissão de Finanças.

Em 14-11-51, é lido e vai a imprimir, tendo parecer, com substitutivo da Comissão de Finanças (603-A). DCN. de 14-11-51, pág. 11.207, 2.ª coluna.

Em 19-11-51, é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Gustavo Capanema. Em consequência, é anunciada e encerrada a discussão. Submetido a votos, é aprovado o substitutivo, ficando prejudicado o primitivo. Vai à Redação Final.

Em 27-11-51, é lida e vai a imprimir a redação final (603-B).

Publicado no DCN. de 28-11-51, pág. 12.035, 1.ª col.

Em 28-11-51, é lida e sem observações, aprovada a redação final.

O projeto vai ao Senado com Ofício n. 2.387, de 28-11-51.

Tomou no Senado o n. 330-51.

Lido na sessão de 3-12-51.

Comissões que se pronunciaram:

C.J. — Gomes de Oliveira — 207 de 1952 — 1-2-52 — Favorável.

C.F. — Alberto Pasqualini — 205 de 1052 — 5-3-52 — Favorável.

Em Ordem do Dia na sessão de 20 de março de 1952.

Aprovado em 30-3-52. À sanção com a Mensagem n. 99, de 16-4-52.

Lei n. 1.592, de 23-4-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.100,00 mensais a D. Avelina de Almeida Campos, ex-agente postal de Planaltina (*Diário Oficial* de 26-4-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 64, de 1951, de 8 de fevereiro de 1951).

Tomou o n. 161, de 1951.

Lido na sessão de 18-4-51.

Em pauta nos dias 20, 23, 24 e 29 de abril de 1951.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Comissão Finanças — Relator: João Agripino — Data: 5-12-51 — Pronunciamento: Favorável com emenda — Leitura: 11-12-51 — Publicação: 12 de dezembro de 1951.

Primeira discussão em 15-12-51. — Aprovado com a emenda da Comissão de Finanças.

2ª discussão na sessão extraordinária noturna da mesma data. — Aprovado.

Redação final lida e aprovada na mesma sanção. Publicada em 16-12-51.

Projeto remetido ao Senado em 24 de dezembro de 1951 (Ofício n. 2.632), sob o n. 161-B, de 1951.

Lido na sessão de 18-1-52.

Tomou o n. 31-52.

Em pauta em 25 e 28 de janeiro de 1952.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

C.J. — João Vilasboas — 255-52 — 4-2-52. — Pela const.

C.F. — Ferreira de Souza — 256 de 1952 — 26-3-52. — Favorável.

Em Ordem do Dia na sessão de 4 de abril de 1952.

Aprovado em 4-4-52. À sanção com a Mensagem n. 101, de 23-4-52.

Lei n. 1.593, de 23-4-52 — Assegura pensão especial às viúvas dos ex-Presidentes da República (*Diário Oficial* de 30-4-52).

Projeto apresentado em 7-3-49 pelo Deputado Barreto Pinto e outros.

Tomou o n. 316-50.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Com. — Relatores — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Batista Pereira — Sem número — Sem data — of. substitutivo.

C.F. — Juraci Magalhães — Sem número — Sem data — Favorável ao substitutivo.

C.J. (2.ª) — Antonio Feliciano — Sem número — Sem data — Contrário à emenda de Plenário.

C.F. (2.ª) — Café Filho — Sem número — Sem data — Contrário à emenda do Plenário.

Aprovado em discussão suplementar, em 12-10-50.

Leitura da redação final em 21-11-50.

Aprovação da redação final em 22 de janeiro de 1950.

Remetido ao Senado em 28-11-50 (Ofício n. 1.405), sob o n. 1.504-C de 1949.

Tomou o n. 316-50.

Lido em 29-10-50.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — V. Wanderley — 257-52 — 19-12-50 — Pela const. — 28-3-52 — 29-3-52.

C.F. — Ferreira de Sousa — 258-52 — 25-3-52 — Favorável com emenda — 28-3-52 — 29-3-52.

Em Ordem do Dia na sessão de 3 de abril de 1952.

Aprovado o projeto. Rejeitada a emenda. À sanção. Mensagem n. 95, de 7-4-52 ao Sr. Pres. da Rep.

Lei n. 1.594, de 29-4-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 425,00 a Mônica Isabel de Alcântara, viúva de Manuel Batista de Alcântara, ex-foquista da

Viação Férrea Federal Leste Brasileira (*Diário Oficial* de 2-5-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n. 377, de 29-10-51).

Lido em 12-11-51. Publicado no DCN. de 13-1-51 (Pág. 10.979).

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.F. — Parsifal Barroso — Sem  
número — 6-12-51 — Favorável —  
11-12-51 — 12-12-51.

Em 1.ª discussão em 15-12-51 (ses-  
são ordinária). — Aprovada.

Em 2.ª discussão em 15-12-51 (ses-  
são extraordinária). — Aprovada.

Redação final aprovada na mesma  
data.

Projeto remetido ao Senado em 23  
de dezembro de 1951 (Of. 2.620), sob  
o n. 1.381-A, de 1951.

Lido no Senado em 18-1-52.

Tomou o n. 23-52.

Em pauta nos dias 25 e 28-1-52.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Jurandir Pires — 292-52 —  
4-2-52 — Pela const. — 31-3-52 —  
1-4-52.

C.F. — Ferreira de Soua — 293  
de 1952 — 26-3-52 — Favorável —  
31-3-52 — 1-4-52.

Em ordem do dia na sessão de 7  
de abril de 1952.

Encerrada a discussão e adiada a  
votação por falta de número em 7-4-52.

Adiada a votação nos dias 8, 14, 15  
e 17, por falta de número.

Aprovada na sessão de 18-4-52. A  
sanção, com a Mensagem n. 103, de  
23-4-52.

*Lei n. 1.595, de 29-4-52* — Autoriza  
o Poder Executivo a abrir, pelo Mi-  
nistério da Educação e Saúde, o crédito  
especial de Cr\$ 100.000,00, destinado  
à eressão de monumento a Amaro Ca-  
valcanti e à publicação de trabalho co-  
memorativo do centenário de seu nas-  
cimento (*Diário Oficial* de 2-5-52).

Projeto apresentado em 20-6-50 pelo  
Deputado José Augusto.

Tomou o n. 629, de 1951.

Lido na sessão de 20-6-51.

Em 22-6-51 é anunciada a emenda a  
discussão especial.

Em pauta nos dias 22, 25, 26 e 27 de  
junho de 1951.

Recebeu emenda do Deputado Aleo-  
mar Baleeiro quando em pauta, para  
ser encaminhada à Comissão de Fi-  
nanças.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Comissão Finanças — Relator: Rui  
Ramos — Data: 24-9-51 — Pronun-  
ciamento: Favorável ao projeto e con-  
trário à emenda — Leitura: 27-9-51 —  
Publicação: 28-9-51.

Discussão em 3-10-51. Aprovado o  
projeto. Rejeitada a emenda.

Redação final aprovada em 19-10-51.

Projeto remetido ao Senado em 22  
de outubro de 1951 com o Ofício nú-  
mero 2.047, sob o n. 692-B de 1951.

Lido em 23-10-51.

Tomou o n. 256-51.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Fortunato Ribeiro — 262 de  
1952 — 13-12-51 — Favorável — 28  
de março de 1952 — 29-3-52.

C. Ed. — Silvio Curvo — 263-52  
— 31-1-52 — Favorável — 28-3-52 —  
29-3-52.

C.F. — Plínio Pompeu — 264-52 —  
26-3-52 — 28-3-52 — 29-3-52.

Em Ordem do Dia da sessão de 3  
de abril de 1952.

Encerrada a discussão e adiada a vo-  
tação em virtude de requerimento do  
Senador Mozart Lago.

Incluído na Ordem do Dia da ses-  
são de 15-4-51. Adiada a votação por  
falta de número no recinto.

Adiada no dia 17-4-52, pelo término  
da sessão.

Aprovado o projeto na sessão de 18  
de abril de 1952.

À sanção, com a Mensagem n. 104, de 23-4-52.

Lei n. 1.596, de 30-4-52 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de ..... Cr\$ 21.415.680,00, para pagamento de prestações devidas nos termos e condições do "Suplemento I" ao Ajuste de Liquidação do "Lend Lease" (*Diário Oficial* de 3-5-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 337, de 11-10-51).

Tomou o n. 1.350, de 31-10-51.

Lido na sessão de 31-10-51. Publicado em 1-11-51 no DCN. — Página 10.436.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Comissão Finanças — Relator: Carlos Luz — Data: 9-11-51 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 14-11-51 — Publicação: 15-11-51.

Aprovado em 1.<sup>a</sup> discussão em 19 de novembro de 1951.

Aprovado em 2.<sup>a</sup> discussão em 21 de novembro de 1951.

Redação final aprovada em 28-11-51 lida em 27-11-51, e publicada em 28 de novembro de 1951.

Projeto remetido ao Senado em 29 de novembro de 1951 (Of. 2.387), sob o n. 334, de 1951.

Lido na sessão de 3-12-51.

Tomou o n. 334-51.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Com. — Relatores — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Ivo d'Aquino — 276-52 — 11-2-52 — Pela const. — 28-3-52 — 29-3-52.

C. F. — Durval Cruz — 277-52 — 26-3-52 — Favorável — 28-3-52 — 29-3-52.

Em Ordem do Dia da sessão de 7-4-52.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número em 7 de abril de 1952.

Adiada a votação, por falta de número, nos dias 8, 14, 15 e 17 de abril de 1952.

Aprovado em 18-4-52. À sanção, com a Mensagem n. 105, de 23-4-52.

Lei n. 1.597, de 2-5-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 711.800,00, para atender ao pagamento de despesas decorrentes de fornecimento e instalação de equipamento do laboratório para microfilmagem, pela firma Microfilme Técnico Limitada (*Diário Oficial* de 6 de maio de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 395, de 9-11-51).

Lido em 23-11-1951.

Tomou o n. 1.427, de 1951.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Comissão Finanças — Relator: Luiz Viana — Data: 3-12-51 — Pronunciamento: Favorável.

Aprovado em 5-12-51.

Redação final:

Lida em 5-12-51.

Publicada em 6-12-51.

Aprovada em 6-12-51.

Projeto remetido ao Senado em 8 de dezembro de 1951, com o Ofício n. 2.455, sob o n. 1.427-B de 1951.

Tomou o n. 350, de 1951.

Lido em 11-12-51.

Comissões que se pronunciaram:

Relatores:

Com. — Relatores — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Camilo Mercio — 290-52 — 8-2-52 — Favorável — 31-3-52 — 1-4-52.

C. F. — Plínio Pompeu — 291-52 — 26-3-52 — Favorável — 31-3-52 — 1-4-52.

Em ordem do dia da sessão de 8 de abril de 1952, teve a discussão encerrada, ficando adiada a votação por falta de número.

Adiada a votação, por falta de número, nos dias 14 e 15-4-52.

Adiada, pelo término da sessão, em 17-4-52.

Aprovado o projeto em 18-4-52. À sanção, com a Mensagem n. 108, de 28-4-52.

Lei n. 1.598, de 7-5-52 — Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 2.506.511,30, para pagamento de subsídios aos Senadores e gratificação e diárias aos funcionários da Secretaria do Senado, por sessões extraordinárias realizadas no exercício de 1951; e os créditos suplementar de ..... Cr\$ 5.620.000,00 e especial de Cr\$ 2.091.000,00 — Câmara dos Deputados — para pagamento de ajuda de custo aos Deputados e gratificação aos funcionários da Secretaria da Câmara correspondente ao período de convocação extraordinária de 1952 (*Diário Oficial* de 7-5-52).

Apresentado pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, à vista do Ofício n. 14, de 7-1-52, da Mesa do Senado.

Lido em 20-2-52.

Tomou o n. 1.677-52.

Encerrada a 1.<sup>a</sup> discussão em 22-2-52, com emenda.

Em 8-3-52 é lido o parecer da Comissão de Finanças (Relator Deputado Lameira Bittencourt) of. substitutivo.

Em 9-3-52 é aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças, ficando prejudicados o projeto primitivo e a emenda de 1.<sup>a</sup> discussão.

Em 27-3-52 é encerrada a 2.<sup>a</sup> discussão, ficando adiada a votação em virtude de emenda.

Em 4-4-52 é retirada a emenda pelo seu autor, sendo em seguida aprovado o projeto.

Em 14-4-52 o Deputado Humberto Moura requer e obtém dispensa de publicação para a redação final do projeto, sendo aprovada.

Remetido ao Senado em 15-4-52, com o Ofício n. 594, sob o n. 1.677-B de 1952.

Lido no dia 15-4-52.

Tomou o n. 92-52.

Em pauta nos dias 16 e 17-4-52.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Com. — Rel. — N.º — Data — Pron.  
Leitura — Publicação

Comissão de Justiça — J. Vilasboas — 357-52 — 25-4-52 — Pela const. — 29-4-52 — 30-4-52.

Comissão de Finanças — Domingos Velasco — 358-52 — 28-4-52 — Favorável — 29-4-52 — 30-4-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-4-52, em virtude de dispensa de interstício requerida pelo Senador Mozart Lago em 29-4-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 109, de 30-4-52.

Lei n. 1.599, de 9-5-52 — Restabelece a Delegacia do Trabalho, do Estado de São Paulo e dá outras providências (*Diário Oficial* de 10-5-52).

Retificada no *Diário Oficial* de 13 de maio de 1952.

Projeto oferecido pelo Poder Executivo (Mensagem sem número, de 23 de Julho de 1949), recebida na C. Dep. em 26-7-49.

Tomou o n.º 569, de 1949.

Copiar fôlha da Sinopse da Câmara.

Em 25-7-49, é lido e vai a imprimir, para ser remetido à Comissão de C. e Justiça.

Em 15-9, é lido e vai a imprimir Requerimento n. 293 do Sr. Beito Condé solicitando o comparecimento do senhor Ministro do Trabalho para prestar esclarecimentos sobre o projeto.

Em 27, fala, no expediente, o senhor Benjamim Farah.

Em 17-10, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de C. e Justiça opinando pela constitucionalidade do projeto do Executivo e parecer da Comissão de Finanças com emendas ao referido projeto, com declaração de voto do Sr. Segadas Viana.

Em pauta nos dias 19, 20, 21 e 24 de outubro.

Em 24 de outubro, são encaminhadas, juntamente com o projeto, às Comissões de C. e Justiça, Serviço Público Civil e de Finanças Emendas números 1, do Sr. Paulo Sarazate; 2, do

Sr. Benjamim Farah e 3, do Sr. Pedroso Júnior.

Em 26 de outubro, é considerado prejudicado requerimento do Sr. Bertho Condé de audiência da Comissão de Serviço Público.

Em 28-6-50, é aprovado requerimento de urgência, de autoria do senhor Costa Neto.

Legisl. de 1951:

Em 9-7-51, é aprovado requerimento para imediata discussão do projeto, de autoria do Sr. Gustavo Capanema.

Em 11-7-51, entra em discussão, em virtude de urgência. Fala o Sr. Campos Vergal (569-A).

Em 16-7-51, continúa em discussão o projeto, tendo parecer da Comissão de C. e Justiça sobre emendas de pauta: pela inconstitucionalidade das de números 1 e 3 e pelo destaque, para constituir projeto em separado da de número 2; parecer, com substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil, com votos dos Srs. Vasconcelos Costa e Ruy Almeida, voto em separado do senhor Berto Condé e parecer da Comissão de Finanças, com emendas ao substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil e favorável às emendas. Não havendo oradores inscritos, é encerrada a discussão. Passa-se à votação, sendo aprovados o substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil, sem prejuízo das emendas com parecer favorável, as Emendas ns. 1 e 2 da Comissão de Finanças e as de ns. 1, 2, 3 e 4 de plenário. O projeto vai à Comissão de Serviço Público, com as emendas aprovadas, a fim de ser redigido para discussão suplementar (569-B).

Em 27-7-51, é lida e vai a imprimir a redação para a discussão suplementar (DCN. de 28-7-51, pág. 5.832).

Em 31-7-51, entra em discussão suplementar (1.<sup>a</sup> sessão). (Em regime de urgência). Fala o Sr. Arnaldo Cerdeira. O projeto continuará na próxima Ordem do Dia, de acordo com o Regimento.

Em 1-8-51, entra em discussão suplementar. Não havendo mais oradores inscritos, é encerrada a discussão e adiada a votação, até que a Comissão

de Serviço Público ofereça parecer às emendas apresentadas.

Em 17-8, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Serviço Público Civil, sobre emendas de discussão suplementar; favorável à primeira parte da de n. 6, com subemenda à de n. 4, considerando prejudicada a de n. 1 e contrário às de ns. 2, 3, 5 e 7.

Em 22-8-51, é anunciada a votação do projeto. Fala, pela ordem, o senhor Gustavo Capanema, solicitando a volta do projeto à Comissão de Serviço Público Civil. O Sr. Presidente resolve retirá-lo da Ordem do Dia, por não considerar completo o parecer dessa Comissão (.DNC. de 23-8-51, página 6.888).

Em 15-9-51, é lido e vai a imprimir, com pareceres da Comissão de Serviço Público Civil sobre emendas de discussão suplementar, favorável à primeira parte da de n. 6, com subemenda às de ns. 4 e 5, considerando prejudicada a de n. 1 e contrário às de ns. 2, 3 e 7 (569-C) — DCN. número 174, pág. 8.136, 3.<sup>a</sup> coluna.

Em 20-9-51, é anunciada e encerrada a discussão. Passa-se à votação do grupo de emendas com parecer favorável, que é aprovado e rejeitado o grupo com parecer contrário. A seguir, é aprovado o projeto, que vai à Redação Final, com emenda de discussão suplementar.

Em 25-10-51, é lida e, sem observações, aprovada a redação final. O projeto vai ao Senado, com Ofício número 2.130, de 30-10-51.

Lido no Senado em 31-10-51.

Tomou o n. 265-51.

Pareceres:

Comissões que se pronunciaram:

Coms. — Relatores — Ns. — Publs.  
Pronunciamentos

C.J. — Anísio Jobim — 1.465-52 —  
4-12-51 — Favorável.

C.J. — Anísio Jobim — 59-52 —  
23-1-52 — Contrário à emenda.

Finanças — Kerginaldo Cavalcanti  
— Oral — 15-12-51 — Favorável.

Finanças — Vitorino Freire — Oral  
— 15-12-51 — Favorável.

Trabalho — Gomes de Oliveira — 60-52 — 29-1-52 — Contrário à emenda.

Finanças — Alberto Pasqualini — 61-52 — 51-52 — Idem.

Aprovado em 12-2-52 com emenda à C. Red. (para a C.D.).

Em 4-3-52, é lido e vai a imprimir com emenda do Senado.

Em 25-4-52, são publicados os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil.

Em 29-4-52, é aprovada a emenda do Senado.

Em 30-4-52, é aprovada a redação final.

Na mesma data, o projeto vai à sanção.

Vetado parcialmente pelo Sr. Presidente da República.

Aprovado o veto em 3-6-52 (§ 1.º do art. 4.º).

Lei n. 1.599-A, de 9-5-52 — Considera segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os motoristas profissionais, empregados de empresas concessionária de serviço público (*Diário Oficial* de 15-5-52).

Projeto apresentado na Câmara dos Deputados pelo Deputado Campos Vergal, em 7-7-1950.

Tomou o n. 533, de 1950.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Comissão: Leg. Social — Relator: Plínio Coelho — Data: 19-7-51 — Pronunciamento: Apresentou substitutivo (com voto em separado do Deputado Armando Falcão).

Parecer lido em 25-7-51. Publicado no DCN. de 26-7-51.

Aprovado em 1-8-51 o substitutivo da Com. Leg. Social.

Aprovado em discussão suplementar em 10-8-51.

Redação final aprovada em 27-8-51. Remetido ao Senado em 30-8-51 (Of. n. 1.668), sob o n. 533-B de 1951.

Lido na sessão de 31-8-51.

Tomou o n. 195-51.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Com. — Relatores — N.º — Data — Pronunciamento

C.J. — Anísio Jobim — 211-52 — 5-11-51 — Pela const.

C.Tr. P.S. — Cícero de Vasconcelos — 212-52 — 25-1-52 — Favorável.

C.F. — Alberto Pasqualini — 213 de 1952 — 5-3-52 — Favorável.

Pareceres lidos em 17-3-52.

Publicados no DCN. de 18 de março de 1952.

Em Ordem do Dia na sessão de 27 de março de 1952.

Aprovado em 27-3-52. À Comissão de Redação, a fim de redigir para a sanção.

Redação final aprovada na sessão de 17-4-52. À sanção, com as Mensagens ns. 100, de 22-4-52 e 114, de 9-5-52.

Lei n. 1.600, de 12-5-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 300,00 mensais, a Honorina Maria de Jesus, genitora de Vital Alves dos Santos, extranumerário diarista da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, falecido em consequência de acidente no trabalho (*Diário Oficial* de 15-5-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 242, de 2-8-51).

Lido em 10-8-51.

Tomou o n. 983-51.

Em pauta nos dias 14, 16, 17 e 20 de agosto de 1951.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

C. D.

Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.

Serv. Publ. — Bias Fortes — sem número — 18-9-51 — Favorável — 16-11-51 — 17-11-51.

Finanças — Parsifal Barroso — Sem número — 13-11-51 — Favorável — 16-11-51 — 17-11-51.

Encerrada a discussão em 21-11-51. — Aprovado.

Aprovada a redação final em 5 de dezembro de 1951.

Projeto remetido ao Senado em 10 de dezembro de 1951 (Of. 2.466), sob o n. 983-B de 1951.

Lido no Senado em 11-12-51.

Em pauta nos dias 22 e 23-12-51.

Tomou o n. 356-51.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

S. F.

Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.

Justiça — Clodomir Cardoso — 321 de 1952 — 5-3-52 — Favorável — 7-4-52 — 8-4-52.

Finanças — F. Souza — 322-52 — 2-4-52 — Favorável — 7-4-52 — 8 de abril de 1952.

Incluído em Ordem do Dia de 25 de abril de 1952.

Adiada por falta de número.

Aprovado em 30-4-52. À sanção, com a Mensagem n. 112, de 7-5-52.

Lei n. 1.601, de 12-5-52 — Regula a promoção de ano dos Cadetes da Escola de Aeronáutica (*Diário Oficial* de 15-5-52).

Apresentado na Câmara dos Deputados em 21-5-51.

Tomou o n. 429-51.

Em pauta nos dias 25, 28, 29 e 30 de maio de 1951.

Em 13-6-51 é aprovado requerimento do Deputado Eurico Sales, solicitando a audiência do Ministério da Aeronáutica, para posterior pronunciamento da Comissão de Educação e Cultura.

Em 26-7-51 é lido o Ofício n. 300-GM., do Ministério da Aeronáutica, prestando as informações solicitadas.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

C. D.

Com. — Rel. — Pron. — Leit. — Publicação

Educação e Cultura — João Roma (vencido) — Of. subst. — 19-3-52 — 20-3-52.

Seg. Nac. — Deodoro Mendonça (voto vencido) — Of. emenda ao art. 2.º — 19-3-52 — 20-3-52.

Em 2-4-52 é encerrada a discussão.

Em votação, é rejeitado o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, sendo aprovados o projeto e a emenda da Comissão de Segurança Nacional.

Lida em 16-4-52 a redação final.

Aprovada em 17-4-52 a redação final.

Enviado ao Senado em 18-4-52 Of. n. 646), sob o n. 429-B de 1951.

Lido no Senado em 25-4-52.

Tomou o n. 95-52.

Apresentado em 29-4-52 requerimento de urgência (138-52) pelo Senador Ismar de Góis e outros.

Aprovado em 2-5-52 o requerimento de urgência. Em discussão o projeto é designado para emitir parecer verbal, pela Comissão de Justiça, o Senador Ivo d'Aquino, que solicita o prazo regimental de uma hora. Emitem pareceres favoráveis o Senador Flávio Guimarães, pela Comissão de Educação e Cultura, e o Senador Ismar de Góis, pela de Forças Armadas.

Em virtude de questão de ordem levantada pelo Senador Aloísio de Carvalho, decidida favoravelmente pelo plenário, é interrompida a discussão, a fim de ser o projeto devidamente instruído com elementos indispensáveis ao seu estudo pelo Senado.

Falam, pela ordem, os Senadores Ismar de Góis, A. Vivacqua, Ferreira de Sousa e Novais Filho.

Em 5-5-52 o Senador Ivo d'Aquino emite parecer favorável pela Com. Const. Justiça.

São lidas duas emendas de autoria dos Senadores Mello Vianna e Mozart Lago, sendo a primeira retirada pelo seu autor (Requerimento n. 146-52) e a segunda, aprovada para constituir projeto em separado (Requerimento número 147-52).

Falam os Senadores Ivo d'Aquino, Melo Viana, Mozart Lago, Flávio Guimarães, Ismar de Góis, Atilio Vivaqua, Magalhães Barata e Aloísio de Carvalho. O Senador Ivo d'Aquino faz declaração de voto.

Aprovado o projeto. À sanção, com a Mensagem n. 113, de 9-5-52.

Lei n. 1.602, de 13-5-52 — Denomina "Aeroporto Pinto Martins", o



aeroporto de Cocorote, em Fortaleza (*Diário Oficial* de 19-5-52).

Projeto apresentado pelo Deputado Adahil Barreto.

Lido em 14-5-51.

Tomou o n. 361-51.

Em pauta nos dias 17, 21, 23 e 25 de maio de 1951.

Remetido em 28-5-51 às Comissões de Educação e Cultura e de Finanças com emenda oferecida quando em pauta o projeto.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Com. — Relatores — Data — Pron. — Leitura

Educação e Cultura — Antônio Peixoto — Junho de 51 — Of. subst. — 30-8-51.

Finanças — Lameira Bittencourt — 28-8-51 — Of. emenda ao subst. — 30-8-51.

Encerrada a primeira discussão em 5-9-51. O projeto é remetido à Comissão de Educação com emenda do Deputado Antenor Bogéa.

Segundo parecer da Comissão de Educação, favorável à emenda da primeira discussão.

Em 5-11-51 é encerrada a segunda discussão e aprovada a emenda substitutiva da primeira discussão, ficando prejudicados o projeto primitivo, o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura e a emenda (sessão noturna).

Em 9-11-51 é lida a redação final.

Aprovada a redação final em 12 de novembro de 1951.

Remetido ao Senado em 16-11-51 (Of. 2.241), sob o n. 361-C de 1951.

Lido no Senado em 20-11-51.

Tomou o n. 294-51.

Em pauta nos dias 23 e 26-11-51.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres:

Com. — Relatores — N.º — Data — Pron. — Leitura

C.J. — Carlos Saboia — 303-51 — 4-2-52 — Favorável — 4-4-51.

F. Armadas — Magalhães Barata — 304-51 — 3-4-52 — Favorável — 4-4-51.

Aprovado na sessão de 22-4-52. A sanção, com as Mensagens ns. 107, de 28-4-52 e 120, de 13-5-51.

*Lei n. 1.603, de 16-5-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00 para atender às despesas com serviços e encargos do Departamento dos Correios e Telégrafos em 1951. — *Diário Oficial* de 19-5-52.

Originário do Poder Executivo (Mensagem n. 464, de 6-12-51).

Tomou o n. 1.541.

Em 14-12-51, é lido e vai a imprimir. Publicado no *D.C.N.* de 15-12 de 1951 (noturna).

Em 15-12-51, à Comissão de Finanças.

Em 25-1-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (1.541-A) *D.C.N.* de 26-1-1952, pág. 436, 4.º col.

Em 5-2-52, é anunciada e encerrada a discussão. Submetido a votos, é aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças, que passa à 2.ª discussão, ficando prejudicado o primitivo (*D.C.N.* de 6-2-52, pág. 824, 2.ª col.).

Em 13-2-52, é aprovado requerimento de urgência de autoria do Sr. Adroaldo Costa. Em consequência, entra imediatamente em segunda discussão. Não havendo oradores inscritos, é encerrada. Passa-se à votação, sendo aprovado. Vai à Comissão de Redação (*D.C.N.* de 14-2-52, pág. 1.176, 4.º col.).

Em 14-2-52, é lida e vai a imprimir a redação final (1.541-B) (Pub. no *D.C.N.* de 15-2, 1.ª col. da pág. número 1.229).

Em 15-2, é lida e aprovada a redação final. O projeto vai ao Senado, com o Ofício n. 230 de 18-2-52.

Lido no Senado na Sessão de 20-2-52. Tomou n. 48-52.

Em pauta nos dias de 29-2-52 e 3-3 de 1952.

Comissões que se pronunciaram:

S.F. — Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. Just. — J. Pires — 360-52 — 16-4-52 — pela const. — 29-4-52 — 30-4-52.

Finanças — A. Adolfo — 361-52 — 28-4-52 — fav. — 39-4-52 — 30-4-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 7-5-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 118, de 12-5-52.

*Lei n. 1.604, de 16-5-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à aquisição de um sincro-ciclotron e seus aparelhos complementares. — *Diário Oficial* de 19-5-52.

PLCD — 369-51.

Projeto apresentado na C.D. em 13-4-51 pelo Dep. Dolor de Andrade.

Tomou o n. 137-51

Em pauta nos dias 17, 18, 19 e 20-4 de 1951.

*Comissões que se pronunciaram*

C. D. — Rel. n. — Data — Pron. Leit. — Publ.

C. Economia — José Pedroso — s/n. — 9-5-51 — Of. subst.

Finanças — Ponce Arruda — s/n. — 5-12-51 — Of. subst.

Em 7-12-51 é aprovado requerimento de urgência pela Com. de Economia.

Em 10-12-51 é aprovado o substitutivo da Com. Finanças.

E' lida em 12-12-51 a redação final.

E' aprovado em 13-12-51 a redação final.

Remetido ao Senado em 14-12-51 (of. 2.515), sob o n. 137-B-51.

Lido no Senado em 15-12-51.

Tomou o n. 369-51.

Em pauta nos dias 22 e 23-12-51.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — N. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — G. Oliveira — 362-52 — 8-2-52 — Pela const. — 30-4-52 — 1-5-52.

Finanças — I. Góis — 363-52 — 28-4-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 8-5-52. Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 116, de 12-5-52.

*Lei n. 1.605, de 16-5-52* — Concede pensão especial de Cr\$ 242,00 a Francisca dos Santos, viúva do ex-maquinista-auxiliar da Estrada de Ferro de Goiás, Claudomiro Luís dos Santos, falecido em conseqüências de acidente

ocorrido em serviço. — *Diário Oficial* de 19-5-52.

PLCD — 16-52

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 196, de 25-6-51).

Lido na C.D. em 2-7-51.

Tomou o n. 770-51.

Em pauta nos dias 4, 5, 6 e 9-7-51.

Pelo ofício n. (28-8-51) 1.649, são solicitadas informações ao Ministério da Viação.

Em 20-9-51 é lido o of. n. 443-GM, do M. da Viação transmitindo as informações solicitadas.

Em 9-10-51 pelo of. n. 2.038, é transmitido o teor do projeto ao M. do Trabalho.

Em 15-12-51 é anunciada e encerrada a discussão. O projeto teve parecer com substitutivo, da Com. de Finanças. Em votação, é aprovado êsse substitutivo.

Na sessão noturna de 15-12-51 é lida e aprovada a redação final do projeto. Remetido ao Senado em 21-12-51 (of. 2.600), sob o n. 16-52.

Lido no Senado em 17-1-52.

Tomou o n. 16-52.

Em pauta nos dias 25 e 28-52.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — N. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — J. Pires — 364-52 — 8-2-52 — fav. — 30-4-52 — 1-5-52.

Finanças — F. Souza — 365-52 — 28-4-52 — fav. — 30-4-52 — 1-5-52.

Aprovado na sessão de 8-5-52. À sanção, com a Mensagem n. 117, de 12-5-52.

*Lei n. 1.606, de 16-5-52* — Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe. — *Diário Oficial* de 21-5-52.

Apresentado pelo Dep. Carlos Waldemar. Tomou o n. 634-50.

Em 28-7, é lido e vai a imprimir.

Em 1-8, é anunciada e encerrada a discussão especial. Em pauta nos dias 1, 2, 3 e 4-8-50.

Em 4-8, despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

Em 18-8, fala o autor.

1951

Em 22-1, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça que opina pela sua constitucionalidade e parecer, com substitutivo da Comissão de Educação e Cultura (634-A).

Em 24-1, entra em discussão. É dado como rejeitado um requerimento do Senhor Carlos Waldemar, solicitando preferência para o projeto. O Sr. Carlos Waldemar, fala pela ordem, requer verificação da votação. Falam, para questões de ordem, o mesmo senhor e o Sr. Guaraci Silveira. Feita a nova votação simbólica é rejeitado e o Sr. Carlos Waldemar insiste na verificação da votação, por bancadas. Procedendo-se a esta, reconhece-se terem votado a favor 86 Srs. Deputado e contra 3; total 89. Por falta de número é feita a chamada e conseqüente votação nominal, que obtem o seguinte resultado: 170 votos, sendo 166 sim e 4 não. O requerimento foi aprovado. Nos termos do requerimento, o projeto é aprovado e enviado à Comissão de Redação.

Em 26-1, é lida e vai a imprimir a redação final (634-B).

Em 27-1, é aprovada sem observações a redação final. O projeto vai ao Senado. Ofício 250 — 1-2-1951.

Lido no Senado em 16-3-51.

Tomou o n. 77-51.

Em pauta nos dias 4 e 5-4-51.

Remetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças em 6-4-51.

#### *Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — N. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — G. Oliveira — 249-51 — favorável — 17-8-52 — 18-8-52.

Finanças — P. Pompeu — 250-51 — fav. com emenda — 17-8-52 — 18-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-5-51.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões com emenda.

#### *Comissões que se pronunciaram sobre a Emenda*

Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — O. Oliveira — 710-51 — 4-6-51 — Pela Const. — 17-8-51 — 18-8-51.

Finanças — A. Pasqualini — 7-11-51 — 14-8-51 — Contrário — 17-8-51 — 18-8-51.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 27-8-51.

Aprovado requerimento do Sen. Júlio Leite, solicitando o adiamento da votação para o dia 6-9-51.

Em 6-9-51 é aprovado o projeto com a emenda da Comissão de Finanças, ficando prejudicada a emenda de plenário. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 17-9-51. À Câmara.

Em 20-9, é lido o ofício 876, do Senado Federal, comunicando a aprovação do projeto, com emenda.

Em 27-9, é lido e vai a imprimir com emenda do Senado (634-C).

Em 6-3-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (634-D) (D.C.N. de 7-3 de 1952, pág. 1.796 — 2ª coluna).

## 2º LEGISLATURA

Em 27-3, é anunciada a discussão única da emenda do Senado. Fala o Sr. Samuel Duarte. A seguir, é encerrada a discussão. Em votação, é aprovada. O projeto vai à redação final, dando-se ciência do ocorrido ao Senado (D.C.N. n. 57, de 28-3, — página 2.844 — 3ª col.).

Em 18-4, é lida e vai a imprimir a redação final (634-E) (Vide: D.C.N. de 19-4-52, pág. 3.014, 4ª coluna).

Em 22-4, é lida e aprovada a redação final.

O projeto vai à sanção, com Ofício n. 720, de 5-5-52.

Em 5-5, pelo Ofício n. 721 é comunicado ao Sr. Secretário do Senado Federal, a remessa do projeto à sanção.

Em 19-5, é lido o ofício do Senado Federal, comunicando a promulgação do projeto (D.C.N. de 20, pág. 4.030, 4ª coluna).

Lei n. 1.607, de 22-5-52 — Dá nova redação ao art. 3º e seu § 1º da Lei n. 1.185, de 31 de agosto de 1950. — *Diário Oficial* de 24-5-52.

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 238, de 27-5-51).

Tomou o n. 965-51, na C.D.

Lido em 8-8-51.

Em pauta nos dias 10, 13, 14 e 16-8 de 1951.

Em 25-9-51 é lido parecer favorável da Com. de Seg. Nacional (relator: Deputado Abelardo Andréa), de 14-9 de 1951.

E' aprovado em 1-10-51 requerimento de preferência do Dep. Gustavo Capanema. A seguir é anunciada a discussão, que é encerrada (1ª). Aprovado o projeto.

Em 2-10-51 é aprovado requerimento de preferência do Dep. Gustavo Capanema. Encerrada a discussão (2ª). Passa-se à votação. Aprovado. A Comissão de Redação.

Lida em 9-10-51 a redação final.

Aprovada em 10-10-51 a redação final.

Remetido ao Senado em 19-10-51 (of. 2.009), sob o n. 965-B de 1951.

Lido no Senado em 23-10-51.

Tomou o n. 254-51.

Em pauta nos dias 30 e 31-10-51.

*Comissões que se pronunciaram*

S.F.

Com. — Rel. — N. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — Fort. Ribeiro — 382-52 — 1-2-52 — pela const. — 5-5-52 — 6-5-52.

Finanças — I. Góis — 383-52 — 30-4-52 — fav. — 5-5-52 — 6-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na Sessão de 12-5-52. Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 122, de 16-5-52.

*Lei n. 1.608, de 22-5-52* — Altera o art. 59 do Decreto-lei n. 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército. — *Diário Oficial* de 24-5-52.

Projeto originário do Poder Executivo. (Mensagem n. 262, de 3-9-51).

Lido em 28-9-51.

Tomou o n. 1.202, de 1951.

*Comissões que se pronunciaram*  
*Pareceres*

Com. — Relatores — N. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. S. Nac. — Vitorino Correia — s-n — 12-10-51 — of. subs. — 18-10 de 1951 — 19-10-51.

Primeira discussão em 5-11-51. Encerrada (sessão extraordinária). — Aprovado o subst. da Com. Seg. Nac.

Segunda discussão em 7-11-51. Aprovado. — Redação final (lida em 28-11 de 1951 — publ. em 29-11-51 — ap. em 29-11-51.

Remetido ao Senado em 29-11-51. (of. 2.386), sob o n. 1.202-B-51.

Lido na sessão de 3-12-51.

Tomou o n. 333, de 1951.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Relatores — N. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Ivo d'Aquino — 251-52 — 11-2-52 — Pela const. — 28-3-52 — 29-3-52.

C. F. A. — Mag. Barata — 252-52 — 26-3-52 — Fav. voto em sep. do Sen. Mag. Barata.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 7-4-52.

Encerrada a discussão em 8-4-52, ficando adiada a votação por falta de número.

Adiada a votação, por falta de número, nos dias 14 e 15-4-52.

Adiada, pelo término da sessão em 17-4-52.

Aprovado na sessão de 18-4-52. A Com. Redação (para a sanção).

Redação final aprovada em 9-5-52 (Parecer 387-52).

À sanção, com a Mensagem n. 121, de 14-5-52.

*Lei n.º 1.609 de 22-5-52* — Estende os dispositivos da Lei n.º 1.195, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente à vigência da citada lei. — (*Diário Oficial* de 24-5-52).

Apresentado pelo Deputado Lima Figueiredo em 29-8-51.

Tomou o n.º 1.078-51.

Comissões que se pronunciaram:

Comissão de Justiça — Relator: Dolor de Andrade — s/n.º — 25-10-51 — Pronunciamento: favorável.

Comissão de Segurança Nacional — Relator: Vitorino Corrêa — s/n.º — 23-11-51 — Pronunciamento: Oferece emenda.

Comissão de Finanças — Relator: Abelardo Mata — s/n.º — 11-12-51 — Pronunciamento: favorável ao projeto e contrário à emenda.

Na sessão extraordinária noturna de 14-12-51 é encerrada a discussão, rejeitada a emenda e aprovado o projeto.

Aprovada a redação final em 13-12 de 1951.

Remetido ao Senado em 21-1-52 (of. 29), sob o nº 1.078-B/51.

Lido no Senado em 22-1-52 — Tomou o nº 33-52. — Em pauta nos dias 25 e 28-1-52.

Comissões que se pronunciaram :

Comissão de Justiça — Relator : Anísio Jobim — nº 33-52 — 29-2-52 — Pronunciamento : favorável — Leitura : 18-4-52 — Publicação : 19-4-52.

Comissão de Forças Armadas — Relator : Onofre Gomes — nº 344-52 — 19-3-52 — Pronunciamento : favorável — Leitura : 18-4-52 — Publicação : 19-4 de 1952.

Comissão de Finanças — Relator : Pinto Aleixo — nº 345-52 — 16-4-52 — 7-5-52 e 131, de 22-5-52.

Pronunciamento : favorável — Leitura : 18-4-52 — Publicação : 19-4-52.

Aprovado na sessão de 2-5-52. À sanção, com as Mensagens ns. 111, de 30-5-52).

*Lei nº 1.610, de 27-5-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 para custear a instalação de uma usina termo-elétrica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul. — (*Diário Oficial* de 30-5-52 Motivos n. 808-GM, de 30-11-51, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas ao Presidente da República.

(Mensagem nº 463, de 4-12-51, do Presidente da República à Câmara dos Deputados).

Tomou o nº PL-1.523-B-51.

Lido em 13-12-51.

À Comissão de Finanças em 13-12 de 1951.

Parecer s/nº da Comissão de Finanças (*D.C.N.* de 29-1-52 — pág. 497 — 2ª col.) — Apresentando substitutivo.

Lido em 28-1-52.

Em 30-12-52 é aprovado requerimento de urgência do Deputado Gustavo Capanema.

Em 1-2-52 (convocação) é encerrada a 1ª discussão após falarem os Deputados Fernando Ferrari e Diógenes Cruz. *Aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças.*

Em 4-2-51 é aprovado em 2ª discussão. À Comissão de Redação de Leis.

Em 5-2-52 é aprovado requerimento do Deputado Fernando Ferrari solicitando dispensa de impressão da redação final.

Em 5-2-52 é lida e aprovada a redação final.

Vai ao Senado com o ofício nº 161, de 7-2-52.

Tomou no Senado o nº PLC-41-52.

Lido em 11-2-52 — *D.C.N.* de 12-2 de 1952.

Em pauta nos dias 15 e 18-12-52.

Às Comissões de Justiça, Viação e Finanças em 20-2-52.

Parecer nº 336-52 — 5-3-52 — Comissão de Justiça — Relator : Anísio Jobim — Pronunciamento : Pela const.

Parecer nº 337-52 — 26-3-52 — Comissão de Viação e Obras Públicas — Relator : A. Guimarães — Pronunciamento favorável.

Parecer nº 338-52 — 16-4-52 — Comissão de Finanças — Relator : A. Pasqualini — Pronunciamento : Favorável.

Lidos na sessão de 17-4-52 — *D.C.N.* de 18-4-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 6-5-52. — Aprovado. — À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 20-5-52.

À sanção, com a Mensagem nº 130, de 22-5-52.

*Lei nº 1.611, de 27-5-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 412.076,62 para o fim de atender ao pagamento da contribuição do Brasil em favor do Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde. — (*Diário Oficial* de 30-5-52).

Republicada no *Diário Oficial* de 7-6-52).

Originário do Poder Executivo (Mensagem nº 494, de 14-12-51).

Tomou o nº 1.558-51.

Lido em 18-1-52.

Em 15-2-52 é lido parecer favorável da Comissão de Finanças.

Em 20-2-52 é encerrada a discussão Em votação, é aprovado (1ª disc.).

Em 22-2-52 é encerrada a 2ª discussão.

Passa-se à votação, sendo aprovado. Lida a redação final em 6-3-52.

Aprovada a redação final em 7-3-52.

Enviado ao Senado em 19-3-52.

Lido no Senado em 20-3-52.

Tomou o nº 71-52.

Em pauta nos dias 25 e 26-3-52.

Comissões que se pronunciaram :

Comissão de Justiça — Relator : G. Oliveira — Nº 422-52 — 16-4-52 — Pronunciamento : Pela const. — Leitura : 12-5-52 — Publicação : 13-5-52.

Comissão de Finanças — Relator: Alfredo Neves — Nº 423-52 — 7-5-52 — Pronunciamento : favorável — Leitura : 12-5-52 — Publicação : 13-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 19-5-52. À sanção, com a Mensagem nº 128, de 20-5-52.

*Lei nº 1.612, de 28-5-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 356.649,00 para pagamento à Serviços Hollerith S.A., em decorrência do Decreto Legislativo número 2, de 5 de fevereiro de 1948. — *Diário Oficial de 31-5-52*).

Apresentado pela Comissão de Tomada de Contas da C.D. em atenção ao ofício nº 984-P-50, de 8-8-50, do Tribunal de Contas.

Tomou o nº 1.103, de 3-1-51.

Em 1-10-51 é lido e vai à imprimir, tendo parecer com emenda, da Comissão de Finanças (rel.: Deputado Ponce Arruda).

Em 30-11-51 é lida e vai imprimir a redação para 2ª discussão.

Em 6-12-51 é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Passa-se à votação. Aprovado com emenda.

Em 12-12-51 é lida e aprovada a redação final do projeto.

Remetido ao Senado em 13-12-51 (of. 2.516), sob o nº 1.103-C/50.

Lido no Senado em 14-12-51.

Tomou o nº 365-51.

Em pauta nos dias 22 e 23-12-51.

Comissões que se pronunciaram :

Comissão de Justiça — Relator : Gomes de Oliveira — Nº 372-52 — Data : 26-3-52 — Pronunciamento : favorável — Leitura : 30-4-52 — Publicação : 1-5-52.

Comissão de Finanças — Relator: A. Adolfo — Nº 373-52 — Data : 28-4-52 — Parecer : favorável — Leitura : 30-4 de 1952 — Publicação : 1-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 8-5-52. Aprovado. À sanção, com as Mensagens ns. 119, de 12-5-52 e 132, de 28-5-52.

*Lei nº 1.613, de 29-5-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, destinado ao Departamento Federal de Segurança Pública. — (*Diário Oficial de 2-6-52*).

Originário do Poder Executivo (Mensagem nº 264, de 18-8-51).

Lido em 31-8-51.

Aprovado em 3-10-51.

Redação final aprovada em 19-10-51.

Remetido ao Senado em 22-10-51 (Ofício nº 2.043), sob o nº 1.080-B de 1951.

Lido no Senado na sessão de 23-10 de 1951.

Tomou o nº 255, de 1951.

Comissões que se pronunciaram :

C.D.

C.F. — Aloísio de Castro — s/n — 26-9-51 — favorável.

S.F.

C. J. — Vergniaud Wanderley — 70-52 — 28-11-51 — fav.

C.F. — Vitorino Freire — 71-52 — 5-1-52 — fav. com emenda.

Aprovado com emenda. À Comissão de Redação (a fim de redigir para a C.D.). Ofício nº 248, de 4-3-52, encaminhando o projeto à C.D.

Emenda do Senado publicada em 18-3 de 1952 e enviada à Comissão de Finanças.

Parecer favorável da Comissão de Finanças publicado em 15-5-52.

Aprovada a emenda em 19-5-52.

Aprovada a redação final em 21-5-52. O projeto é enviado à sanção.

*Lei nº 1.614, de 29-5-52* — Concede pensão especial de Cr\$ 432,00 mensais a Helena Pereira Muniz, viúva de Nestor Muniz Medeiros Filho, ex-guarda civil, classe G. do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (*Diário da Justiça de 2-6-52*).

Originário de Mensagem do Poder Executivo (nº 49-50).

Em 15-12-50, é lido e vai a imprimir. Tomou o nº 1.343-50.

Em pauta nos dias 17, 23, 24 e 27-2 de 1950.

Em 27-2-50, é despachado à Comissão de Finanças.

Em 22-5-50, é lido e vai a imprimir com parecer favorável da Comissão de Finanças (1.343-A).

Em 24-5-50, é anunciada e encerrada a discussão, ficando adiada a votação.

Em 26-5-50, é aprovado e enviado à Comissão de Redação.

Em 12-6-50, é lida e vai a imprimir a redação final (1.343-B).

Em 13-6-50, é lida, e sem observações, aprovada a redação final. O projeto vai ao Senado.

Em 20-6-50, é encaminhado ao Senado, com ofício nº 740.

Lido no Senado em 23-6-50.

Tomou o nº 176-50.

Em pauta nos dias 27 e 28-6-50.

Despachado às Comissões de Constituição e Justiça e Finanças em 30-6-50.

Comissões que se pronunciaram :

Comissão de Justiça — Relator : A. Vivacqua — Nº 1.231-51 — Pronunciamento : favorável — Leitura : 3-12 de 1951 — Publicação : 4-12-51.

Comissão de Finanças — Relator : F. Souza — Nº 1.233-51 — Pronunciamento : of. emenda — Leitura : 3-12 de 1951 — Publicação : 4-12-51.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-12-51.

Aprovado com emenda. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 13-12-51. À Câmara dos Deputados.

Em 5-2-52, é lido e vai a imprimir, com emenda do Senado (1.343-C) para seu encaminhamento à Comissão de Finanças D.C.N. de 6-2-52, pág. 804, 1ª col.

Em 17-4-52, é lido e vai a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças à emenda do Senado (D.C.N. n. 69, de 18-4, pág. 2.497 — 4ª coluna e 2.948 — 1ª coluna).

Em 13-5-52, é aprovado requerimento de preferência do Sr. José Bonifácio e em consequência é anunciada e encerrada a discussão única da emenda do Senado. Em votação é aprovada e enviada a Comissão de Redação. (D.C.N. de 14-5-52, pág. 3.814, 1ª col.).

Em 19-5-52, é lida e vai a imprimir a redação final (1.343-D) (D.C.N. de 20-5-52, pág. 4.056, 4ª col.).

Em 20-5-52, é lida e aprovada a redação final. O projeto vai à sanção, com ofício nº 877, de 22-5-52.

Lei nº 1.615, de 30-5-52 — Concede isenção de impostos e taxas, exceto a de Previdência Social, a dois volumes contendo paramentos sacerdotais, adquiridos na França, e destinados à Imperial Irmandade de N.S. da Glória do Outeiro, desta Capital. — (Diário Oficial de 5-6-62).

Apresentado pelo Deputado Arruda Câmara.

Tomou o nº PL/1.419-51.

Lido na sessão de 21-11-51 — D.C.N. de 22-11-51 — pág. 11.583.

Às Comissões de Justiça, Economia e Finanças em 22-11-51.

(Convocação)

Em 4-2-52 é anunciada a 1ª discussão e requerido o prazo, pelo Deputado João Agripino, de 24 horas para a Comissão de Finanças apresentar parecer sobre o projeto.

Em 6-2-52 são lidos os pareceres das Com. de Justiça, Economia e Finanças, com substitutivos (D.C.N. de 7-2-52).

Em 7-2-52 encerrada a 1ª discussão é aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças, ficando prejudicados o Projeto e os substitutivos das Comissões de Justiça e Economia.

Em 7-2-52 não havendo oradores inscritos é encerrada a 2ª discussão, sendo aprovado o substitutivo e enviado à Comissão de Redação de Leis (D.C.N. de 9-2-52).

Em 12-2-52 é lida e aprovada a redação final.

Em 12-2-52 o Projeto é enviado ao Senado com ofício nº 196, de 13-2-52, sob o nº 1.419-B/51.

Tomou no Senado o nº PLC/46-52.

Lido na sessão de 14-2-52.

Em pauta nos dias 21 e 22-2-52.

Às Comissões de Justiça e Finanças em 28-2-52.

Parecer nº 376-52 — Comissão de Justiça — Relator: J. Pires — Pronunciamento : favorável — Data : 5-3-52.

Parecer nº 377-52 — Comissão de Finanças — Relator : F. Souza — Pro-

nunciamento : favorável — Data : 28-4 de 1952.

Lidos pareceres em 30-4-52.

Publicados no *D.C.N.* de 1-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 12-5-52. Aprovado. À sanção com as Mensagens ns. 123, de 16-5-52 e 141, de 30-5-52.

*Lei n.º 1.616, de 4-6-52* — Altera o art. 7.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947, e acrescenta um parágrafo ao art. 3.º da Lei n.º 216, de 9 de janeiro de 1948. — *Diário Oficial* de 7-6-52).

Retificada no *Diário Oficial* de 16-6 de 1952.

Apresentado pelo Deputado José Fontes Romero — 3-7-51.

Tomou o n.º PL-785-51.

Lido em 3-7-51.

Em 5-7-51 (1.º dia de pauta) é anunciada e encerrada a discussão.

Em pauta nos dias 5, 6, 9 e 10-7-51.

Em 11-7-51, com emenda de pauta (apresentada pelo Deputado José Bonifácio em 6-7-51), vai à Comissão de Justiça.

Parecer n.º 785-A/51 — Comissão de Justiça — Relator : Antônio Horácio — Pronunciamento : Favorável ao projeto e contrário emenda de pauta, em 5-9-51.

Lido em 10-9-51.

Em 17-9-51 é encerrada a discussão e adiada a votação em virtude de ter recebido emenda em 2.ª discussão oferecida pelo Deputado Lopo Coelho e outros. Vai à Comissão de Justiça.

Parecer n.º 785-B — Comissão de Justiça — Relator : Antônio Horácio — Pronunciamento : Favorável ao projeto, contrário emenda de pauta e favorável, com nova redação — Data : 7-11-51 — Pronunciamento : À emenda de 2.ª discussão. — (*D.C.N.* de 13-11-51 — pág. 10.974 — 4.ª col.).

Em 12-11-51 é lido o 2.º parecer da Comissão de Justiça.

Em 16-11-51 é aprovado o projeto.

Em 10-12-51 é lida e vai à imprimir a redação final (*D.C.N.* de 11-12 de 1951).

Em 12-12-51 é aprovada a redação final.

Vai ao Senado com o ofício n.º 2.521, de 13-12-51, sob o n.º PL/785-C/51.

Tomou no Senado o n.º PLC/367-51.

Lido em 14-12-51.

Em pauta nos dias 22e 23-1-52.

Às Comissões de Justiça e Finanças em 24-1-52.

Parecer n.º 392-52 — Comissão de Justiça — Relator : A. Vivacqua — Pronunciamento : Favorável — Data : 26-3-52.

Parecer n.º 393-52 — Comissão de Finanças — Relator : M. Olímpio — Pronunciamento : Favorável — Data : 30-4-52.

Lidos em 5-5-52 — *D.C.N.* de 6-5 de 1952.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 13-5-52. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 21-5-52 (Parecer n.º 459-52). À sanção, com a Mensagem n.º 134, de 28-5-52.

*Lei n.º 1.617, de 4-6-52.* — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Pedro Inácio de Freitas, auxiliar de artífice da Estrada de Ferro de Goiás, falecido em consequência de acidente no trabalho, quando em exercício de suas funções. — (*Diário Oficial* de 7-6-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 407, de 17 de novembro de 1951).

Tomou o n.º 1.424-51.

Lido na C. D. em 23-11-51.

Em 11-12-51 é lido parecer favorável da Com. de Finanças (rel. : Parsifal Barroso), de 6-12-51.

Em 15-12-51 é encerrada a 1.ª discussão.

Em votação, é aprovado.

Aprovado em 2.ª discussão na sessão noturna da mesma data.

Enviado ao Senado em 24-12-51 (of. 2.627), sob o n.º 1.424-B-51.

Lido no Senado em 18-1-52.

Tomou o n.º 28-52.

Em pauta nos dias 25 e 28-1-52.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — n.º — Data — Pronunciamento — Leit. — Publ.

C. Justiça — G. Oliveira — 457-52 — 8-2-52 — pela const. — 16-5-52 — 17-5-52.



Finanças — F. Souza — 458-52 —  
14-5-52 — favorável — 16-5-52 —  
17-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 23-5-52.

Aprovado. A sanção, com Mensagem n.º 133, de 28-5-52.

Lei n.º 1.618, de 4-6-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à regularização de despesas relacionadas com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e ao desenvolvimento dos trabalhos da referida Comissão. — (*Diário Oficial* de 7-6-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 526, de 21 de dezembro de 1951).

Tomou o n.º 1.556-51.

Lido em 18-1-52.

Em 12-2-52 é lido parecer favorável da Comissão de Finanças (rel.: Dep. Artur Santos).

Encerrada a 1.ª discussão em 20 de fevereiro de 1952. Em votação, é aprovado.

Encerrada a 2.ª discussão em 22 de fevereiro de 1952. — Aprovado.

Em 9-3-52 é lida a redação final.

Em 19-3-52 é aprovada a redação final.

Rem.º ao Senado em 25-3-52 (ofício 489), sob o n.º 1.556-A-51.

Lido no Senado em 26-3-52. Tomou o n.º 81-52.

Em pauta nos dias 30 e 31-3-52.

*Comissões que se pronunciaram*  
S. F. — Pareceres

Com. — Rel. — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — J. Villasboas — 446-52 —  
25-2-52 — pela const. — 16 de maio de 1952. — 17-5-52.

Finanças — D. Cruz — 447-52 —  
14-5-52 — favorável — 16-5-52 —  
17-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 23-5-52. — Aprovado. A sanção, com a Mensagem n.º 135, de 29-5-52.

Lei n.º 1.618-A, de 5-6-52. — Considera monumentos nacionais os edifícios e logradouros remanescentes

das duas antigas vilas coloniais que, respectivamente, foram origem das atuais cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo e Pôrto Calvo, no Estado de Alagoas. — (*Diário Oficial* de 13-6-52).

Apresentado em 12-4-51 pelo Deputado Antonio Feliciano.

Tomou o n.º 118, de 1951.

Lido em 12-4-51.

Remetido ao Senado em 8-8-51 (ofício n.º 1.475), sob o n.º 118-B-51.

Lido em 9-8-1951.

Tomou o n.º 155-51...

Discussão encerrada em 16-11-51. Volta às Comissões em virtude de emenda do Sen. Joaquim Pires (incluindo as igrejas matrizes das cidades de União e Piracuruca, no Piauí, e concedendo crédito de Cr\$ 1.000.000,00).

#### Comissões

C. D.

Com. Const. — Adahil Barreto —  
Ver 28-6-51. Parecer.

S. F.

C. J. — Anisio Jobim — 1.177-51 —  
25-10-51 — fav. ao proj.

C. J. — Anisio Jobim — 56-52 —  
5-12-51. const. da mat.

C. Red. — Cicero de Vasc. — número 1.118-51 — 25-10-51. fav. ao projeto.

C. Red. — Cicero de Vasco —  
57-52 — 31-1-52. const. da mat.

Retirado da Ordem do Dia (15 de fevereiro de 1952), por iniciativa do Presidente, para audiência da Comissão de Finanças.

Parecer n.º 342-52, da Comissão de Finanças, contrário à emenda.

Incluído na Ordem do Dia na sessão de 5-5-52.

É rejeitada a emenda e aprovado o projeto.

A Com. de Redação (para sanção).

Redação final aprovada em 16 de maio de 1952. A sanção, com a Mensagem n.º 148, de 6-6-52.

Em 12-4-51, é lido e vai a imprimir.

Em pauta, nos dias 16, 17, 18 e 19 de abril de 1951.

Recebe emenda, quando em pauta, do Sr. Medeiros Neto, em 20-4-51.

é encaminhado à Comissão de Educação e Cultura.

Em 4-7-51, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura com substitutivo do projeto emendado em pauta, e voto em separado do Sr. Firman Neto (118-A).

Em 13-7-51, é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Mauricio Joppert. Anunciada e, a seguir, encerrada a discussão do substitutivo da Comissão de Educação e Cultura. Pôsto em votação, é aprovado. Passa à discussão suplementar, ficando prejudicados o projeto primitivo e a emenda de pauta.

Em 19-7-51, não havendo oradores inscritos, continua na Ordem do Dia.

Em 23-7-51, é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Rui Santos. Anunciada e encerrada a discussão. O projeto vai à Comissão de Redação.

Em 1-8-51, é lida e vai a imprimir a redação final. (118-B).

Em 2-8-51, é lida e aprovada a redação final.

(118-A). O projeto vai ao Senado.

*Lei n.º 1.618-B, de 6-6-52.* — Concede isenção de tributos a materiais e imagens importados para templos religiosos. — (*Diário Oficial* de 13 de junho de 1952).

Apresentado na C.D. pelo Deputado Medeiros Neto, em 2-6-51.

Lido em 4-6-51.

Tomou o n.º 545-51.

Em pauta nos dias 6, 7, 8 e 11 de junho de 1951.

#### *Comissões que se pronunciaram*

C. D. Pareceres.

Com. — Rel. — n.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

Com. Justiça — Osvaldo Fonseca — s/ n.º — 16-5- — pela const. — 29 de novembro de 1951 — 30-11-51.

Ed. Cult. — Antonio Peixoto — s/ n.º — 4-10-51 — fav. — 29 de novembro de 1951 — 30-11-51.

Economia — Iris Meinberg — s/ n.º 29-10-51 — fav — 29 de novembro de 1951. — 30-11-51.

Finanças — Paulo Sarasate s/ n.º 11-12-51 — of. subst. ao projeto e aos de ns. 641 e 1.249-51, por versarem sobre matéria análoga. — 29 de novembro de 1951 — 30-11-51.

Em 19-2-52 é encerrada a discussão. Em votação, é aprovado o subst. da Com. de Finanças, ficando prejudicados os projetos ns. 651-50, 641 e 1.249-51.

Em 22-2-52 é lida a redação final.

Em 4-3-52 é aprovada a redação final.

Enviado ao Senado em 12-3-51 (of. 441), sob o n.º 545-B-51.

Lido no Senado em 20-3-52.

Tomou o n.º PLCD — 68-52.

Em pauta nos dias 25 e 26 de março de 1952.

#### *Comissões que se pronunciaram*

S. F.

Com. — Rel. — n.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publicação  
C. Just. — J. Pires — 408-52 —  
16-4-52 — pela const. — 9 de maio de 1952 — 10-5-52.

Finanças — F. Souza — 409-52 —  
7-5-52 — fav. — 9 de maio de 1952 — 10-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 16-5-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 129, de 20-5-52.

*Lei n.º 1.618-C, de 6-6-52.* — Releva a prescrição em que incorreu o direito dos antigos escreventes do Ministério da Guerra, a fim de que possam pleitear os benefícios a que se julgarem com direito. — (*Diário Oficial* de 13-6-52).

#### *Histórico*

Apresentado pelo Deputado Marrey Júnior — 5-10-51.

Tomou o n.º PL 1.229-51.

Lido em 5-10-51.

As Comissões da Justiça, Segurança Nacional e Serviço Público Civil em 8-10-51.

*Pareceres — Comissões — Relatores — Pronunciamento — Datas*

1.229-51 — Justiça — Dolor de Andrade — Pela const. e apresen-

tando emenda (Substitutiva) — 18 de outubro de 1951.

1.229-A-51 — Seg. Nac. — Oscar Passos — Fav. proj. e emenda C. Justiça e oferece emenda — 16 de novembro de 1951.

1.229-A-51 — Serviço Público — Benedito Mergulhão — Fav. ao projeto e as emendas das Com. de Justiça e Segurança Nacional — 26 de novembro de 1951.

Pareceres lidos em 27-11-51 (DCN. 28-11-51 — pág. 12.027 — 4ª coluna).

Em 6-12-51 (sessão extr. noturna) é encerrada a discussão sendo aprovado o substitutivo da C. Justiça e a emenda da C. Segurança Nacional. Volta à Comissão de Justiça a fim de ser feita a redação para 2.ª discussão.

*Parecer — Comissão Relatores — Pronunc. — Data*

N.º 1.229-B-51 — Justiça — Dolor de Andrade — 14-2-52.

Em 22-2-52 é lida a redação para a 2.ª discussão. (DCN. 23-2-52 — Pág. 1.585 — 2.ª coluna).

Mensagem n.º 125, de 20-5-52.

Lei n.º 1.619, de 9-6-52. — Abre ao Ministério da Marinha um crédito especial de Cr\$ 18.986.786,20 (dezoito milhões e novecentos e oitenta e seis mil e setecentos e oitenta e seis cruzeiros e vinte centavos) para a aquisição de um estabelecimento hospitalar destinado a Assistência Médico Social da Armada. — (*Diário Oficial* de 11-6-52).

Projeto originário do Poder Executivo.

(Mensagem n.º 491, de 1950, de 22 de novembro de 1950).

Tomou o n.º 993, de 1950.

Lido na sessão de 29-10-51.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Relatores — n.º — Data — Pronunc.

C. F. — Abelardo Mata — s/n — 25-10-51 — Fav.

Aprovado em 6-11-1951 com 1.ª discussão.

Aprovado em 8-11-1951 em 2.ª discussão.

Redação final aprovada em 16 de novembro de 1951.

Projeto remetido ao Senado em 23 de novembro de 1951.

Tomou o n.º 310, de 1951.

Lido na sessão de 27-11-1951.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Relatores — n.º — Data — Pronunc.

C. J. — Ivo d'Aquino — 193-52 — 11-2-52 — Pela const.

C. F. — Carlos Lindemberg — 194-52 — 5-3-52 — Fav.

Em ordem do Dia da Sessão de 24 de março de 1952. Adjada, para audiência da Com. de Forças Armadas, em virtude de requerimento (número 102-52) do Sen. Mozart Lago.

Em 5-5-52 é lido o parecer 389-52, da Comissão de Forças Armadas.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-5-52. Aprovado. A Com. de Redação (para sanção).

Aprovada a redação final em 27 de maio de 1952 (Parecer n.º 460-52). À sanção, com a Mensagem n.º 137, de 30-5-52.

Lei n.º 1.620, de 9-6-52. — Altera o Decreto-lei n.º 4.271, de 17 de abril de 1942. — (*Diário Oficial* de 11-6-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 279, de 3-9-51).

Lido em 20-5-51.

Tomou o n.º 1.161-51.

*Comissões que se pronunciaram*

C. D. — Pareceres

Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Pub.

Seg. Nac. — Manoel Peixoto — s/n.º — 4-10-51 — fav. — 25-10-51 — 26 de outubro de 1951.

Edu. Cult. — Antonio Peixoto — s/n.º — 23-10-51 — Fav. — 25 de outubro de 1951 — 26-10-51.

Em 6-11-51 é anunciada e encerrada a discussão.

Em votação é aprovado.

Lida em 22-11-51 a redação final.

Aprovada a redação final em 23 de novembro de 1951.

Enviado ao Senado em 27-11-51 (of. 2.368), sob o n.º 1.161-B-51. Lido no Senado em 30-11-51. Tomou o n.º PLCD — 323-51. Em pauta nos dias 5 e 6-12-52.

*Comissões que se pronunciaram.*

Com. — Rel. — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — C. Mercio — 394-52 — 8-2-52 — pela const. — 5 de maio de 1952 — 6-5-52.

Finanças — I. Gois — 395-52 — 30-4-52 — favorável — 5 de maio de 1952 — 6-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-5-52.

Aprovado. À Com. Redação.

Aprovada a redação final em 27 de maio de 1952. (Parecer n.º 467-52). À sanção, com a Mensagem n.º 140. de 30-5-52.

*Lei n.º 1.621, de 9-6-52.* — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 34.307,10, destinado à regularização de despesa do exercício de 1950, com o estudo de letras hipotecárias e escriturada em conta de ordem pela Contadoria Geral da República. — (*Diário Oficial* de 11-6-52).

Retificada no *Diário Oficial* de 13 de junho de 1952.

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 313, de 27 de setembro de 1951).

Lido em 9-10-51.

Tomou o n.º 1.245-51.

Lido em 5-11-51 parecer favorável da Com. de Finanças (Rel. Deputado Carlos Luz).

Encerrada a 1.ª discussão em 8 de novembro de 1951. — Aprovado.

Encerrada a 2.ª discussão em 8 de novembro de 1951. — Aprovado.

Lida a redação final em 22-11-51.

Aprovada a redação final em 23 de novembro de 1951.

Rem.º ao Senado em 27-11-51 (of. 2.359), sob o n.º 1.245-B-51.

Lido no Senado em 29-11-51.

Tomou o n.º 316-51.

Em pauta nos dias 4 e 5-12-51.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — Ivo d'Aquino — 455-52 — 11-2-52 — pela const. — 15-5-52 — 16 de maio de 1952.

Finanças — D. Cruz — 456-52 — 14-5-52 — fav. — 15 de maio de 1952 — 16-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-5-52.

Aprovado. A sanção, com a Mensagem n.º 139, de 30 de maio de 1952.

*Lei n.º 1.622, de 9-6-52.* — Regula a quebra natural do sal estocado nas salinas. — (*Diário Oficial* de 11 de junho de 1952).

Apresentado em 28-2-50 pelo Deputado Miguel Couto Filho.

Lido em 3-3-50.

Tomou o n.º 1.395-50.

Encerrada em 7-3-50 a discussão especial, depois de falar o Deputado Coelho Rodrigues.

Rem.º em 23-3-50 as Com. de Economia e Finanças.

Em 4-4-51 é deferido requerimento do autor do projeto, solicitando o seu desarquivamento.

*Comissões que se pronunciaram*

C. D. Pareceres.

Com. — Rel. — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

Economia — Cordeiro de Miranda — s/n.º — 19-6-51 — fav. — 5 de novembro de 1951 — 6-11-51.

Finanças — Carmelo d'Agostino — s/n.º — 30-10-51 — fav. — 5 de novembro de 1951 — 6-11-51.

Encerrada a 2.ª discussão em 8 de novembro de 1951. — Aprovado o projeto.

Redação final lida em 19-11-51.

Aprovada a redação final em 23 de novembro de 1951.

Rem.º ao Senado em 23-11-51 (of. 2.332), sob o n.º 1.395-B-51.

Lido no Senado em 27-11-51.

Tomou o n.º 313-51.

Em pauta nos dias 30-11-51 e 3 de dezembro de 1951.

*Comissões que se pronunciaram*

S. F. — Pareceres.

Com. — Rel. — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — J. Vilasboas — 481-52  
— 12-12-51 — pela const. — 23 de  
maio de 1952 — 24 de maio de 1952.

Finanças — F. Souza — 482-52 —  
21-5-52 — favorável — 23 de maio  
de 1952 — 24-5-52.

Em Ordem do Dia da sessão de 29  
de maio de 1952. — À sanção, com  
a Mensagem n.º 143, de 2 de junho  
de 1952.

*Lei n.º 1.662-A, de 9-6-52.* — Au-  
toriza o Poder Executivo a abrir ao  
Poder Judiciário — Tribunal de Jus-  
tiça do Distrito Federal — o crédito  
especial de Cr\$ 269.041,00, para paga-  
mento de diferença de vencimentos ao  
Ministro Antônio Pereira Braga. —  
(D. O. de 16-6-52).

Apresentado pela Comissão de Fi-  
nanças da Câmara dos Deputados, em  
22-11-50 em atenção ao Ofício nú-  
mero G-258-50, do Presidente do Tri-  
bunal de Justiça do Distrito Federal.

Em 29-11-50, é lido e vai a imprim-  
mir.

Em pauta, nos dias 1, 4, 5 e 6-12-50.

Em 11-12-50, é anunciada e encer-  
rada a discussão, ficando adiada a vo-  
tação.

Na mesma data, em virtude de um  
requerimento de preferência, de autoria  
do Sr. Diógenes Magalhães, é apro-  
vado e enviado à Comissão de Re-  
dação.

Em 14-12-50, é lida e vai a imprimir  
a redação final. (980-A).

Em 15-12-50, é aprovada, sem obser-  
vações, a redação final. O projeto vai  
ao Senado.

Publicado em «errata» no *D.C.N.*  
de 30-1-51, pág. 1.206, que o reque-  
rimento de preferência para a votação  
do projeto, na sessão do dia 11-12-50,  
é de autoria do Sr. Duque de Mes-  
quita.

Remetido ao Senado em 18-12-1950  
(Ofício n.º 1.553, de 18-12-50), sob  
o n.º 980-A-50.

Lido na sessão do Senado de 19  
de dezembro de 1950.

Tomou o n.º 358, de 1950.

*Comissão que se pronunciaram*

Câmara dos Deputados

Comissão de Finanças — José Boni-  
fácio — s-n.º 2-11-50 — favorável.

Senado Federal

Comissão de Justiça — João Vilas-  
boas — 68-52 — 28-11-51 — favorá-  
vel.

Comissão de Finanças — Matias  
Olimpio — 69-52 — 5-1-52 — favo-  
rável com emendas.

Aprovado com emendas. À Comissão  
de Redação para redigir para a  
C. D.).

Redação final aprovada em — À  
C. D.

Emenda do Senado, com parecer fa-  
vovel da Comissão de Finanças, apro-  
vada em 13-5-52.

Redação final publicada em 19-5-52.

Aprovada a redação final em 20-5-52.  
O projeto vai à sanção.

*Lei n.º 1.662-B, de 9-6-52.* — Con-  
cede isenção de impôsto de importa-  
ção e taxas aduaneiras para material  
importado pela Santa Casa de Mise-  
ricórdia de Maceió, Estado de Alagoas.  
— (D. O. de 16-12-52).

Projeto apresentado na C. D. em  
julho de 1951 pelo Deputado Joaquim  
Viegas.

Tomou o n.º 856-51.

Em 16-7, é lido e vai a imprimir.

Em 18-7, é anunciada e encerrada a  
discussão especial.

Em pauta nos dias 18, 19, 20 e 23  
de julho de 1951.

Em 25-7 é despachado às Comissões  
de Constituição e Justiça, de Saúde Pú-  
blica, de Economia e de Finanças.

Em 12-9, é lido e vai a imprimir  
com pareceres da Comissão de Cons-  
tituição e Justiça pela constituionali-  
dade do projeto e favoráveis das Co-  
missões de Saúde Pública, de Econo-  
mia e de Finanças (856-A) *D. C. N.*  
de n.º 171, pág. 7.916, 2.º coluna.

Em 17-9, é anunciada e encerrada a  
discussão. Passa-se à votação, sendo  
aprovado. Vai à Redação Final.

Em 21-9, é lida e vai a imprimir a  
redação final (856-B).

Em 24-9, é lida e, sem observações, aprovada a redação final. O projeto vai ao Senado, com Ofício n.º 1.864.

Lido no Senado na sessão de 26 de setembro de 1951.

Tomou o n.º 235-51.

*Comissões que se pronunciaram*  
Senado Federal

Comissão de Justiça — Júlio Leite — 97-52 — 10-10-51 — favorável.

Comissão de Finanças — Ferreira de Sousa — 98-52 — 12-2-52 — favorável ao parecer e à emenda.

Aprovado com emenda — 6-3-52.

À Comissão de Redação (para a C. D.).

Em 17-4-52, é lido e vai a imprimir com emenda do Senado ao projeto para ser encaminhado às Comissões de Saúde Pública e de Finanças (856-C). D.C.N. n.º 69, de 18-4, pág. 2.948, 2.º col).

Em 2-5, é lido e vai a imprimir, com pareceres favoráveis das Comissões de Saúde Pública e de Finanças, sobre a emenda do Senado (D.C.N. de 3 de maio de 1952, pág. 3.424, 2.º col.) — 856-D-51.

Em 19-5-52, é anunciada e encerrada a discussão única. Submetida a votos, é aprovada a emenda do Senado. O projeto vai à Redação Final (856-D) (Vide D.C.N. de 20-5-52, pág. 4.049, 4.º coluna).

Em 21-5, é lida e aprovada a redação final.

Em 23-5, pelo Ofício 894, é comunicado ao Senado a aprovação da emenda.

Em 23-5, pelo Ofício 895, é transmitido, à Presidência da República, o teor do projeto para sanção.

Lei n.º 1.623, de 10-6-52. — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda um crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 com que auxiliará o Clube de Engenharia na construção do edifício de sua sede. — (D. O. de 14-6-52).

Apresentado pelo Deputado Edson Passos em 11-10-51.

Lido em 15-10-51.

Tomou o n.º 1.269-51.

*Comissões que se pronunciaram*  
Câmara dos Deputados

*Comissão — Relator — N.º — Data — Pronunciamento — Leitura — Publicação*

Comissão de Justiça — Marrey Jr. — s-n.º — 19-10-51 — of. subst. — 10-12-51 — 11-12-51.

Educação Cultura — Pinheiro Chagas — s-n.º — 29-11-51 — favorável ao subst. — 10-12-51 — 11-12-51.

Finanças — Manuel Novais — s-n.º — 10-12-51 — favorável ao projeto — 10-12-51 — 11-12-51.

Encerrada a 1.ª discussão em 4-2-52. Em votação é aprovado o substitutivo da Comissão de Justiça, ficando prejudicado o projeto primitivo.

Encerrada a 2.ª discussão em 12-2-52.

Aprovado em 2.ª discussão em 13 de fevereiro de 1952.

Em 18-2-52 é lida a redação final.

Em 4-3-52 é aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 10-3-52 (of. 373), sob o n.º 1.269-B-51.

Lido no Senado em 17-3-52.

Tomou o n.º 58-52.

Em pauta nos dias 21 e 24-3-52.

*Comissões que se pronunciaram*  
Senado Federal

*Comissão — Relator — N.º — Data — Pronunciamento — Leitura — Publicação*

Constituição e Justiça — A. Viváqua — 444-52 — 2-5-52 — pela const. — 16-5-52 — 17-5-52.

Finanças — D. Cruz — 445-52 — 14-5-52 — favorável — 16-5-52 — 17-5-52.

Em Ordem do Dia da sessão de 28-5-52. Aprovado. À Comissão de Redação.

Em 5-6-52 é aprovado requerimento (n.º 185-52) do Senador Álvaro Adolfo solicitando dispensa de interstício para a redação final do projeto.

Aprovada. À sanção, com a Mensagem n.º 145, de 6-6-52.

Lei n.º 1.624, de 13-6-52. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito

especial de Cr\$ 256.751,50, para pagamento de vencimentos atrasados a Paulo Vasconcelos Calmon. — (*Diário Oficial* de 19-6-52).

Apresentado pela Comissão de Finanças da C. D. à vista do Ofício S.A.G.-741-51, de 12-11-51, do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Tomou o n.º 1.690-52.

E' lido em 21-2-52 o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado João Agripino), pela constitucionalidade.

Em 6-3-52 é encerrada a 1.ª discussão.

Em votação. é aprovado. E' igualmente aprovado requerimento solicitando dispensa de interstício.

Aprovado em 2.ª discussão em 7-3-52.

Lida em 17-3-52 a redação final.

Aprovada em 19-3-52 a redação final. Remetido ao Senado em 26-3-52 (Ofício 517), sob o n.º 1.690-A-51.

Lido no Senado em 28-3-52.

Tomou o n.º 82-52.

Em pauta nos dias 3 e 4-4-52.

*Comissões que se pronunciaram*  
Senado Federal

*Comissão — Relator — N.º — Data*  
*— Pronunciamento — Leitura — Publicação*

Justiça — A. Carvalho — 448-52 — 30-4-52 — pela const. — 16-5-52 — 17-5-52.

Finanças — M. Olimpio — 449-52 — 14-5-52 — favorável — 16-5-52 — 17-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 23-5-52.

Aprovado. À sanção com a Mensagem n.º 153, de 13-6-52.

*Lei n.º 1.625, de 17-6-52* — Autoriza a doação de imóveis à Paróquia de N. S. da Soledade, em Recife, Estado de Pernambuco. — (*D. O.* de 21 de junho de 1952).

Apresentado pelo Deputado Arruda Câmara em 26-10-49.

Tomou o n.º 925-49.

Em 12-4-51 é deferido requerimento em que o autor do projeto solicita o desarquivamento do mesmo.

*Comissões que se pronunciaram*  
*Pareceres*

Câmara dos Deputados

*Comissão — Relator — N.º — Data*  
*— Pronunciamento — Leitura — Publicação*

C. Justiça — Ed. Duvivier — s-n.º — 5-1-51 — of. emenda.

Segurança Nacional — H. Moura — s-n.º — 26-1-51 — favorável e Com. Just.

2.º parecer

C. Justiça — Antônio Balbino — s-n.º — 8-8-51 — favorável com emenda.

Segurança Nacional — Vitorino Correa — s-n.º — 8-8-51 — of. subst.

Finanças — Antônio Peixoto — s-n.º — 24-10-51 — fav. subst.

Ed. Cultura — R. Cincurá — s-n.º — 11-9-51 — fav. subst.

Em 6-11-51 é aprovado o substitutivo da Com. de Segurança Nacional, ficando prejudicado o projeto inicial.

Em 8-11-51 é lida e aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 23-11-51 (Ofício n.º 2.304) sob o n.º 925-B-49.

Lido no Senado em 27-11-51.

Tomou o n.º 309-51.

Em pauta nos dias 30-11 e 3-12-51 — Rec. emenda. — (Sen. J. Pires).

*Comissões que se pronunciaram*  
*Pareceres*

Senado Federal

*Comissão — Relator — N.º — Data*  
*— Pronunciamento — Leitura — Publicação*

C. Justiça — C. Mercio — 465-12 — 11-2-52 — pela const. do proj. e da emenda — 21-5-52 — 22-5-52.

Finanças — P. Pompeu — 466-52 — 7-5-52 — pela aprovação do projeto e aceitação da emenda para constituir projeto em separado — 21-5-52 — 22-5-52.

Em Ordem do Dia em 29-5-52.

Aprovada a emenda para constituir projeto em separado.

Aprovado o projeto. À sanção, com a Mensagem n.º 156, de 17-6-52.

*Lei n.º 1.626, de 17-6-52.* — Estende a todos os chefes e servidores dos Postos de Atração e Pacificação dos Índios, quando em expedição pelas regiões habitadas pelos índios não aldeados os benefícios do Decreto-lei número 5.801, de 8 de dezembro de 1943, que considera de interesse militar a Expedição Roncador-Xingu. — *D.O. de 21-6-52*).

Apresentado pelo Deputado Rui Almeida em dezembro de 1950.

Tomou o n.º 187-51.

Lido em 23-4-51.

Em pauta nos dias 25, 26, 27 e 28 de maio de 1951.

Encerrada a discussão especial em 30-4-51, depois de falar o dep. Aral Moreira.

*Comissões que pronunciaram pareceres*  
Câmara dos Deputados

*Comissão — Relator — Data — Pronunciamento — Leitura — Publicação*

Serviço Público — Ataídes Bastos — 24-7-51 — contrário — 7-11-51 — 8-11-51.

Segurança Nacional — Manuel Peixoto — 24-8-51 — of. subst. — 7-11-51 — 8-11-51.

Finanças — Ponce Arruda — 31 de outubro de 1951 — fáv. subst. e of. subemenda ao art. 2.º — 7-11-51 — 8-11-51.

Anunciada a 2.ª discussão 1-12-51 é aprovado requerimento solicitando adiamento por 10 dias.

Encerrada a 2.ª discussão em 6 de dezembro de 1951. São aprovados o substitutivo da Comissão de Segurança Nacional e a subemenda da Comissão de Finanças.

Remetido ao Senado em 11-12-51 (of. 2.490), sob o n.º 187-B-51.

Lido no Senado em 12-12-51.

Tomou o n.º 358-51.

Em pauta nos dias 22 e 23-1-52.

*Comissões que se pronunciaram*  
*Pareceres*

Senado Federal

*Comissão — Relator — N.º — Data — Pronunciamento — Leitura — Publicação*

C. Justiça — J. Vilasboas — 477-52 — 8-2-52 — pela const. — 23-5-52 — 24-5-52.

F. Armadas — M. Barata — 478-52 — 26-3-52 — favorável — 23-5-52 — 24-5-52.

Finanças — A. Sales — 479-52 — 24-5-52 — favorável — 23-5-52 — 24-5-52.

Em Ordem do Dia na sessão de 29-5-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 157, de 17-6-52.

*Lei n.º 1.627, de 18-6-52* — Assegura aos oficiais da reserva de 2.ª classe da Aeronáutica aproveitados no serviço ativo da F. A. B. a inscrição como contribuinte do Montepio Militar. — (*D. O. de 21-6-52*).

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado n.º 5-51.

Lido na Câmara em 5-4-51.

Tomou o n.º 64-51.

*Comissões que se pronunciaram*  
Câmara dos Deputados

*Comissão — Relator — N.º — Data — Pronunciamento — Leitura — Publicação*

Segurança Nacional — Arruda Câmara — s-n.º — 4-5-51 — favorável — 29-6-51 — 30-6-51.

Finanças — Nilo Coelho — s-n.º — 26-6-51 — of. emenda — 29-6-51 — 30-6-51.

Em 13-7-51 é aprovado requerimento de preferência do Deputado Maurício Joppert. Encerrada a discussão. Aprovados o projeto e a emenda da Comissão de Finanças.

Remetido ao Senado em 24-7-51, com Ofício n.º 1.340, sob o número 64-B-51.

Lido no Senado em 27-7-51.

Tomou o n.º 138-51.



*Comissões que se pronunciaram sobre  
emenda da Câmara  
Pareceres*

Senado Federal

*Comissão — Relator — N.º — Data  
— Pronunciamento — Leitura — Pu-  
blicação*

C. Justiça — J. Pires — 416-52 —  
17-9-51 — favorável — 12-5-51 —  
13-5-51.

F. Armadas — S. Curvo — 417-52  
— 11-12-51 — favorável — 12-5-51 —  
13-5-51.

Finanças — C. Vergueiro — 418-52  
— 7-5-52 — favorável — 12-5-51 —  
13-5-51.

Incluído em Ordem do Dia na ses-  
são de 20-5-52. Aprovado. À Comis-  
são de Redação.

Redação final aprovada em 4-6-52  
(Parecer 508-52).

À sanção, com a Mensagem n.º 146,  
de 6-6-52.

*Lei n.º 1.628, de 20-6-52 — Dispõe  
sobre a restituição dos adicionais cria-  
dos pelo art. 3.º da Lei n.º 1.474, de  
26 de novembro de 1951, e fixa a res-  
pectiva bonificação; autoriza a emis-  
são de obrigações da Dívida Pública  
Federal; cria o Banco Nacional do  
Desenvolvimento Econômico; abre cré-  
dito especial e dá outras providências.  
— (D. O. de 20-6-52).*

Projeto originário do Poder Executi-  
vo (Mensagem n.º 39, de 7-2-52).

Tomou o n.º 1.664-52.

Lido em 13-2-52.

Em 15-2-52 é despachado às Comis-  
sões de Economia e de Finanças.

Em 15-4-52 é aprovado requerimen-  
to do Deputado Gustavo Capanema  
solicitando urgência para o projeto.

Em 16-4-52 são aprovados requeri-  
mentos das Comissões de Finanças e  
de Economia solicitando o prazo de 9  
dias para opinarem sobre o projeto.

Em 25-4-52 é lido parecer favorável  
com emenda, da Comissão de Finanças,  
com votos em separado dos Deputados  
Herbert Levy e Manhães Barreto (Re-  
lator: Deputado João Agripino). Pen-  
dente de parecer da Comissão de Eco-  
nomia.

Em 29-4-52 é anunciada a 1.ª dis-  
cussão. Falam os Deputados Herbert

Levy, Tenório Cavalcânti e Ernâni  
Sátiro.

Na mesma data (sessão noturna),  
depois de falarem os Srs. Deputados  
Daniel Faraco, João Agripino e Or-  
lando Dantas, é encerrada a discussão,  
a requerimento do Deputado Gustavo  
Capanema.

São apresentadas 6 emendas: as de  
ns. 1 e 2 pelo Deputado Aliomar Ba-  
leiro e as demais pelo Deputado Te-  
nório Cavalcânti. O projeto vai às  
Comissões de Economia e de Finan-  
ças, para apreciação das emendas.

Em 2-5-52 o Sr. Presidente comu-  
nica que a Comissão de Economia en-  
dereçou à Mesa parecer opinando pela  
rejeição das emendas. O Deputado  
João Agripino apresentou parecer da  
Comissão de Finanças, contrário às  
emendas de 1.ª discussão e oferecendo  
emenda.

Em votação, são rejeitadas as emen-  
das de 1.ª discussão e aprovada a da  
Comissão de Finanças.

Remetido o projeto à Comissão de  
Finanças para redigir o vencido para  
2.ª discussão.

Lida em 3-5-52 a redação para 2.ª  
discussão.

Em 5-5-52 é anunciada a 2.ª dis-  
cussão.

Com emenda do Deputado Fernando  
Ferrari vai à Comissão de Finanças,

Na mesma data é lido parecer da  
Comissão de Finanças, contrário à  
emenda de 2.ª discussão.

Em 7-5-52 é anunciada a votação  
em 2.ª discussão. Pelos Srs. Luiz Via-  
na e Aliomar Baleiro é apresentado  
requerimento solicitando a audiência da  
Comissão de Constituição e Justiça.  
Falam para encaminhar a votação os  
Srs. Gustavo Capanema, Aliomar Ba-  
leiro, Bilac Pinto, João Agripino,  
Luiz Viana e Campos Vergal. Em  
votação, é dado como rejeitado. O  
Deputado Aliomar Baleiro requer ve-  
rificação de votação. Procedida a cha-  
mada nominal, é confirmada a rejeição  
do requerimento.

Submetida à votação a emenda ofe-  
recida aos arts. 5.º e 7.º, § 3.º do pro-  
jeto, fala, para encaminhar a vota-  
ção o Deputado Fernando Ferrari. Em  
votação é dada como rejeitada.

O Deputado Fernando Ferraria requer verificação de votação. Feita chamada nominal, confirma-se a rejeição da emenda.

O Sr. Presidente submete à votação o projeto.

Falam para encaminhar a votação os Srs. Deputados Orlando Dantas, Aliomar Baleeiro e João Agripino.

Em 8-5-52, depois de falarem, pela ordem, o Deputado Luiz Viana, e, para encaminhar a votação, o Deputado Aliomar Baleeiro, é aprovado o projeto. O Sr. Luiz Viana requer verificação de votação. É confirmada a aprovação.

Na mesma data é apresentado pelo Deputado Gustavo Capanema requerimento, que deixa de ser submetido à votação por falta de número, solicitando dispensa de impressão para o projeto.

Em regime de urgência é lida a redação final.

Em 9-5-52 é aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 12-5-52 (of. 758), sob o n.º 1.664-C-52.

Lido no Senado em 12-5-52.

Tomou o n.º 110-52.

Em pauta nos dias 20 e 21-5-52 (recebeu 21 emendas).

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

*Senado Federal*

*Comissão — Relator — N.º — Data  
— Pronunciamento — Leitura — Publicação*

C. Justiça — I. d'Aquino — 527-52 — 27-5-52 — pela const. projet. e contr. às emendas de pauta — 5-6-52 — 6-6-52 —

Finanças — F. Souza — 528-52 — 2-6-52 — fav. ao proj. e contrário às emendas e ao subst. apresentado na Comissão — 5-6-52 — 6-6-52.

Em 2-6-52 é apresentado pelo Senador Ferreira de Souza requerimento (n.º 180-52), solicitando urgência para o projeto.

Em 5-6-52 o Senador Ferreira de Souza requer e obtém a retirada de seu requerimento de urgência.

Em Ordem do Dia na sessão de 6-6-52. Iniciada a discussão, que é interrompida pelo término da sessão. Oradores: Alberto Pasqualini, Atilio Viváqua e Domingos Velasco. São lidas e aprovadas 4 emendas.

Encerrada a discussão em 9-6-52, o projeto volta às Comissões com as emendas apresentadas. Comissões que se pronunciaram sobre as emendas.

*Comissão — Relator — N.º — Data  
— Pronunciamento — Leitura — Publicação*

C. Justiça — I. d'Aquino — 531-52 — 9-6-52 — pela const. do subst. e das emendas 22 a 25, of. na fase de discussão, mas opinando quanto ao mérito pela rejeição — 10-6-52 — 11 de junho de 1952.

Finanças — F. Souza — 532-52 — 10-6-52 — contrário às emendas — 10-6-52 — 11-6-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 13-6-52. Pelo Senador Alfredo Neves é apresentado o requerimento n.º 192-52, solicitando a votação das emendas em globo, com exceção do substitutivo apresentado na Comissão de Finanças. Depois de falarem os Senadores Alencastro Guimarães, Alberto Pasqualini e Alfredo Neves, é retirado por este último o requerimento de sua autoria.

É aprovado o requerimento número 194-52, do Senador Alberto Pasqualini solicitando seja votado em globo o substitutivo que apresentou perante a Comissão de Finanças. Depois de falarem os Senadores Ismar de Góis, Alencastro Guimarães, Atilio Viváqua, Gomes de Oliveira e Ferreira de Souza, é rejeitado o substitutivo.

É rejeitada a Emenda n.º 22. Para encaminhar a votação da Emenda n.º 1 falam os Senadores Ismar de Góis e Alencastro Guimarães.

Interrompida a votação pelo término da sessão.

Na sessão de 16-6-52 (cont. da votação) falam os Senadores Ismar de Góis, Ferreira de Souza e Alencastro Guimarães, sendo rejeitada a Emenda n.º 1. Ficam prejudicadas as de números 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13,

14, 15, 16, 17 e 19. São rejeitadas as de ns. 23, 24, 18, 20, 21 e 25. Depois de falar o Senador Ferreira de Souza, o Senador Atilio Vivácqua retira o requerimento de sua autoria (n.º 196-52), em que solicitava destaque do art. 5.º. E' aprovado o requerimento n.º 197-52, do Senador Atilio Vivácqua solicitando destaque do inciso VII do art. 11. Em votação, é mantida a parte destacada.

Aprovado o projeto, que vai a sanção.

Fazem declaração de votos os Senadores Alberto Pasqualini e Ivo d'Aquino.

Mensagem n.º 158, de 18-6-52.

*Lei n.º 1.629, de 24-6-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 717.904,20, para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951. — (*Diário Oficial* de 30-6-52).

Originário do Poder Judiciário (Mensagem n.º 195, do Tr. Federal de Recursos de 13-2-51).

Lido em 29-3-51.

Tomou o n.º 30-51.

Aprovado em 21-11-51 substitutivo de C.F.

Redação final aprovada em 6-12-51.

Remetido ao Senado em 7-12-51 (Ofício n.º 2.434), sob o n.º 30-B-51.

Lido no Senado em 7-12-51.

Tomou o n.º 338-51.

*Comissões que se pronunciaram*

C.D.

C.S.P.C. — Lôpo Coelho s.n 12-5 de 1951 apresentou subst.

C.F. — Licurgo Leite s.n 12-11 de 1951 subst. apresent. subst.

S.F. — João Vilasboas 157-52 — 8-2-52 fav.

C.F. — Matias Olimpio 158-52 20-2 de 1952 fav. ao proj.

Aprovado com emenda substitutiva ao art. 1º A. C. redação. Sessão de 6-3-52.

Redação final aprovada em 27-3-52. A C. Deputados.

Emenda do Senado publicada em 18 de abril de 1952.

Parecer favorável da Comissão de Finanças, publicado em 8-5-52.

Emenda aprovada em 16-5-52.

Redação final publicada em 30-5-52 e aprovada em 2-6-52. O projeto vai à sanção.

*Lei n.º 1.630, de 24-6-52* — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná o crédito especial de Cr\$ ..... 54.060,00 para o pagamento de despesas de pessoal. — (*Diário Oficial* de 30-6-52).

Projeto apresentado pela Com. Finanças da Câmara em atenção ao Ofício n.º 456, de 13-6-51, do Tr. Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

Tomou o n.º 968, de 1951.

Lido na sessão de 8-8-51.

*Comissões que se pronunciaram.*

Com. — Rel.

C.F. — Licurgo Leite — sñn 6-8 de 1951 fav.

Aprovado em 23-8-51.

Redação final aprovada em 29-8-51.

Projeto remetido ao Senado em 31-8 de 1951, com o ofício n.º 1.701, sob o n.º 968-A-51.

Lido na sessão de 5-9-51.

Tomou o n.º 200, de 1951.

*Comissões*

Com. — Relatores — Sobre o projeto

C.J. — Júlio Leite — 1.358-51 — 5-10-51 fav.

C.F. — Matias Olimpio — 1.359-51 — 7-12-51 fav.

Em ordem do dia na sessão de 11-2 de 1952.

Encerrada a discussão, o projeto voltou às Com. em virtude de emenda do Sen. Mozart Lago.

*Comissões*

Com. — Relatores — Sobre o proj.

C.J. — Júlio Leite — 1.358-51 — 5-10-51 — fav.

C.F. — Matias Olimpio — 1.359-51 — 7-12-51 fav.

*Sobre a emenda*

C.J. — Fortunato Ribeiro 203-52 — 13-2-52 fav.

C.F. — Matias Olimpio 204-52 — 5-3-52 ofereceu submenda.

Em ordem do dia na sessão de 20-3 de 1952. Aprovado com a subemenda Public. Voltou à C.D.

Aprovada redação final em 14-4-52. Câmara.

Emenda do Senado publicada em 28 de abril de 1951 e encaminhada à Comissão de Finanças. Em 19-5-52 é aprovada a emenda. Redação final publicada em 28-5-52 e aprovada em 29 de maio de 1952.

Projeto enviado à sanção na mesma data.

*Lei n.º 1.631, de 24-6-52.* — Concede uma pensão especial de Cr\$ 463,00 a Hilda Ribeiro de Almeida, e outra de Cr\$ 558,00 a Teresa Giancechi Moreira. — (*Diário Oficial* de 30-6-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 442, de 30-11-51).

Lido em 5-12-51.

Tomou o n.º 1.473-51.

Em 11-12-51 é lido parecer favorável da Com. Finanças, que vai a imprimir.

Em 14-2-52 é encerrada a 1ª discussão. Em votação, é aprovado.

Em 19-2-52 é encerrada a 2ª discussão e adiada a votação.

Aprovado na sessão noturna de 19 de fevereiro de 1952.

Lida em 22-2-52 a redação final.

Aprovada em 4-3-52 a redação final.

Rem.º ao Senado em 11-3-52 (of. 424), sob o n.º 1.473-B-51.

Lido no Senado em 18-3-52.

Tomou o n.º PLCD-60-52.

Em pauta nos dias 21 e 24-3-52.

*Comissões que se pronunciaram*  
*Pareceres*

S.F.

*Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C. Just. Cl. Cardoso — 374-52 — 16-4-52 — pela const. 30-4-52 — 1-5 de 1952.

Finanças — F. Sousa — 375-52 — 28-8-52 — fav. — 30-4-52 — 1-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 12-5-52. Aprovado. À Com. Redação (pª a sanção).

Aprovada a redação final em 6-6 de 1952. À sanção, com a Mensagem n.º 154, de 16-6-52.

*Lei n.º 1.632, de 30-6-52.* — Fixa o número de oficiais generais do Exército em tempo de paz. — (*Diário Oficial* de 1-7-52).

Retificada *Diário Oficial* de 2-7-52.

Em 18-10, é lido e vai a imprimir.

Em 19-10, às Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Em 3-12, é aprovado requerimento do Sr. Arruda Câmara, solicitando urgência para a discussão e votação do projeto.

Em 6-12, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Segurança Nacional, com substitutivo ao projeto e ao de número 1.011-50 e parecer da Comissão de Finanças contrário ao projeto número 1.011-50 e à emenda a ele apresentada e com emendas ao projeto. 1.280-A — *D.C.N.* de 7-12-51, página 12.527, 3ª col. (Anexo o Proj. n.º 1.011, de 1950).

Em 7-12, em virtude de urgência, entra em votação. (1ª discussão). — Falam pela ordem os Srs. Macedo Soares e Silva e Gustavo Capanema e, para encaminhar a votação, o Sr. Lima Figueiredo. Em votação, as emendas da Comissão de Finanças são aprovadas e igualmente aprovado o projeto, em 1ª discussão (*D.C.N.* de 8-12-51, pág. 12.641, 2ª col.). Vai à Comissão de Finanças, para redigir, ficando prejudicados o de n. 1.011, de 1950, as emendas e o substitutivo da Comissão de Segurança Nacional.

Em 12-12, entra em segunda discussão, dependendo de parecer das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças sobre emenda de discussão. A seguir, é encerrada — Passa-se à votação, sendo rejeitada 1 emenda oferecida em 2ª discussão. O Senhor Benjamim Farah requer verificação de votação, simbólica e por bancadas, sendo dada como rejeitada. Não havendo número, dado o adiantado da hora, deixa de se proceder à chamada nominal. Fica adiada a votação —

(1.280-B) (*D.C.N.* de 13-12-51, página 28 Suplemento).

Em 13-12, continua a votação, sendo aprovado o projeto, que vai à redação final.

Em 14-12, é lida e aprovada a redação final. (Publicada no *D.C.N.* de 15-12, pág. 13.084, 3<sup>o</sup> col. O projeto vai ao Senado, com ofício n<sup>o</sup> 2.548.

Originário do Poder Executivo (Mensagem n<sup>o</sup> 508, de 2-12-50, com retificação constante da de n<sup>o</sup> 325, de 3-10 de 1951).

Tomou os ns. 1.011-50 e 1.280-51.

Lido no Senado em 16-1-52.

Tomou o n<sup>o</sup> 1-52.

Em 21-1-51 é aprovado o requerimento n. 9-52, do Sen. Alencastro Guimarães, solicitando urgência para o projeto. São designados relatores das Com. de Const. e Justiça, F. Armadas e Finanças, respectivamente, os Senadores João Vilasboas, Onofre Gomes e Ismar de Góis, que solicitam o prazo de uma hora para emitirem seus pareceres. Esgotados o tempo regimental da sessão, fica adiada a votação.

Em 22-1-52 são emitidos pareceres verbais, favoráveis, pelos relatores das Comissões de Const. e Justiça, F. Armadas e de Finanças. A sessão é transformada em secreta, a requerimento do Sen. Melo Viana. Pelo Sen. Mozart Lago é apresentada emenda, sobre a qual opinam as Comissões de Const. e Just. F. Armadas e Finanças, tôdas pela rejeição.

O projeto é aprovado com emenda, A. Com. Redação.

Redação final aprovada em 23-1-52, A. C. Deputados.

Em 1-2-52, é lido e vai a imprimir, com emenda do Senado, para ser encaminhado às Comissões de Segurança Nacional e de Finanças (1.280-D), — *D.C.N.* de 2-2-52, pág. 715, 1<sup>a</sup> coluna.

Em 4-2-52, é requerida urgência pelo Sr. Benjamin Fará, o que é indeferido (*D.C.N.* de 5-2-52, pág. 768, 3<sup>a</sup> coluna).

Em 21-3-52, fala o Sr. Barreto Pinto para uma questão de ordem que é resolvida pelo Sr. Presidente (*DCN* n<sup>o</sup> 53, de 22-3, pág. 2.331, 2<sup>a</sup> col).

Em 15-5-52, é apresentado requerimento de urgência que deixa de ser

submetido a votos por tratar-se de emenda do Senado, de tramitação especial, na conformidade do Regimento Interno.

Em 27-5-52, é lido e vai a imprimir, emenda do Senado, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças e voto vencido do Sr. Macedo Soares e Silva (*DCN* de 28, pág. 4.421, 2<sup>a</sup> col).

Em 18-6-52, é aprovado requerimento de preferência. Em consequência é anunciada e encerrada a discussão. Passa-se à votação, sendo aprovada a emenda do Senado (1.280-E) *DCN* de 19-6-52, pág. 5.467, 3<sup>a</sup> col.).

Vai à redação final.

Em 23-6-52, é lida e vai a imprimir a redação final (1.280-F-51) (Publicada no *D.C.N.* de 24-6-52, página número 5.659).

Em 25-6-52, pelo of. n<sup>o</sup> 1.081, é enviado à Presidência da República e pelo de n<sup>o</sup> 1.082, é feita a comunicação ao Senado (*D.C.N.* de 5-7-52, página 6.233, 1<sup>a</sup> col.).

Em 8-7-52, pelo of. 1.174 é encaminhado ao Senado Federal um dos autógrafos sancionados (*D.C.N.* de 16, pág. 6.626).

*Lei n<sup>o</sup> 1.633, de 1-7-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — dois créditos especiais, um de Cr\$ ... 12.469,00, e outro de Cr\$ 29.908,00, para atender, respectivamente, ao pagamento de despesas relativas ao exercício de 1947, 1948 e 1949. — (*Diário Oficial* de 5-7-52). — Retificada no *Diário Oficial* de 9-7-52. — Republicada no *Diário Oficial* de 29-9-52.

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da C.D. à vista de ofícios dos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 1<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> Regiões.

Tomou o n<sup>o</sup> 1.600-52.

Lido em 30-1-52 o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Encerrada a 1<sup>a</sup> discussão. Em votação, é aprovado.

Encerrada a 2<sup>a</sup> discussão em 19-2-52. Adiada a votação.

Aprovado em 2<sup>a</sup> discussão em 12-2-52.

Lida a redação final em 6-3-52.

Aprovada a redação final em 7-3-52.  
Enviado ao Senado em 12-3-52 (ofício nº 443), sob o nº 1.600-A-52.

Lido no Senado em 20-3-52.

Tomou o nº 72-52.

Em pauta nos dias 25 e 26-3-52.

Comissões que se pronunciaram:

Parecers:

S.F.

Com. — Rel. — N° — Data — Pron.  
— Leit. — Publ.

Justiça — A. Vivaqua — 410-52 —  
16-4-52 — Pela const. — 9-5-52 —  
10-5-52.

Finanças — M. Olimpio — 411-52  
— 17-5-52 — Fav. — 9-5-52 — 10-5  
de 1952.

Incluído em Ordem do Dia na sessão  
de 19-5-52. Aprovado. À Comissão  
de Redação.

Aprovada a redação final em 9-6-52.

A sanção, com a Mensagem nº 167,  
de 1-7-52.

Lei nº 1.634, de 3-7-52 — Autoriza  
a abertura, pelo Ministério das Relações  
Exteriores, do crédito especial de Cr\$  
500.000,00, para atender às despesas  
decorrentes da realização do VIII Con-  
gresso da Comissão Interamericana de  
Mulheres. — (*Diário Oficial* de 5  
de julho de 1952).

Projeto originário do Poder Executi-  
vo (Mensagem nº 533, de 22-12-51).

Lido em 21-1-52.

Tomou o nº 1.569-52.

Lido em 15-1-52, parecer favorável  
da Comissão de Finanças.

Encerrada a 1ª discussão em 20-2-52.  
Em votação, é aprovado.

Encerrada a 2ª discussão em 22-2-52.  
Em votação, é aprovado.

Lida a redação final em 9-3-52.

Aprovada a redação final em 19-3-52.

Remetido ao Senado em 26-3-52 (ofi-  
cio nº 503, sob o nº 1.569-B-51).

Lido no Senado em 28-3-52.

Tomou o nº 86-52.

Em pauta nos dias 16 e 17-3-52.

Comissões que se pronunciaram:

Com. — Rel. — N° — Data — Pron.  
— Leit. — Publ.

Justiça — J. Pires — 554-52 —  
7-5-52 — Favorável — 19-6-52 —  
20-6-52.

Finanças — A. Neves — 555-52 —  
18-6-52 — Favorável — 19-6-52 —  
20-6-52.

Incluído em Ordem do Dia na ses-  
são de 25-6-52. À sanção, com a  
Mensagem nº 153, de 27-6-52.

Lei nº 1.635, de 4-7-52 — Dá des-  
tinação aos saldos apurados do auxílio  
concedido à Rede Ferroviária do Noro-  
este pela Lei nº 1.180, de 17 de agosto  
de 1950. — (*Diário Oficial* de 9-7-52).

Apresentado na C.D. pelo Deputado  
Pontes Vieira.

Lido em 24-10-51.

Tomou o nº 1.318-51.

Anunciada a 1ª discussão, é adiada  
por falta de distribuição dos avulsos.

Comissões que se pronunciaram:

C.D.

Com. — Rel. — N° — Data — Pron.  
— Leit. — Publ.

F. Com. O. Publ. — Vasconcelos  
Costa — s/n° — 16-11-51 — Fav-  
rável — 6-12-51 — 7-12-51.

Finanças — Sá Cavalcanti — s/n°  
— 4-12-51 — Of. e. — 6-12-51 —  
7-12-51.

Encerrada a 1ª discussão em 7-12-51,  
depois de falar o Deputado Arruda Câ-  
mara. Em votação, são aprovados o  
proj. e as emendas (3) da Comissão  
de Finanças.

Encerrada a 2ª discussão em 13-12-51.  
Aprovado. À Comissão de Redação  
Requerida dispensa de publicação. Apro-  
vada a redação final.

Remetido ao Senado em 13-12-51  
(ofício nº 2.520), sob o nº 1.318-C  
de 1951.

Lido no Senado em 14-12-51.

Tomou o nº 362-51.

Em pauta nos dias 22 e 23-1-52.

Comissões que se pronunciaram:

Parecers:

S.F.

Com. — Rel. — N° — Data — Pron.  
— Leit. — Publ.

Justiça — J. Pires — 434-52 —  
2-4-52 — Pela const. — 14-5-52 —  
15-5-52.

Viação e Obras Públicas — F. Ga-  
loti — 435-52 — 16-4-52 — Deci. não

ser mat. s/competência — 14-5-52 — 15-5-52.

Finanças — A. Neves — 436-52 — 7-5-52 — Contrário (voto sep. — A. Adolfo) — 14-5-52 — 15-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 21-5-52. Aprovado. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 16-6-52. À sanção, com a Mensagem nº 159, de 20-6-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 4-7-52.

Lei nº 1.636, de 11-7-52 — Estende aos servidores das estradas de ferro da União, sob regime de autarquia, os direitos e vantagens previstos na Lei nº 1.163, de 22 de julho de 1950, que dispõe sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil. — (*Diário Oficial* de 16-7-52).

Apresentado pelo Deputado Filadelfo Garcia e outros.

Lido em 6-7-51.

Tomou o nº 803-51.

Encerrada a discussão especial em 10-7-51.

Em pauta nos dias 10, 11, 12 e 13-7-51.

Em 17-7-51 é despachado às Comissões de Constituição e Justiça, Serviço Público Civil e de Finanças.

É aprovado em 12-12-51, requerimento de urgência pelo Deputado Filadelfo Garcia. Fala o Deputado José Bonifácio.

Comissões que se pronunciaram:

Com. — Rel. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

Justiça — Brigido Tinoco — 23-8-51 — Favorável.

S. Público — Armando Correia — 21-9-51 — Favorável.

Finanças — Fontes Romero — 3 de dezembro de 1951 — Favorável.

Em 15-12-51 é encerrada a discussão. Em votação, é aprovado.

Em 15-12-51 (sessão noturna) é lida e aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 21-1-52 (ofício nº 28), sob o nº 803-B-51.

Lido no Senado em 22-1-52.

Tomou o nº 32-52.

Em pauta nos dias 25 e 28-1-52.

Comissões que se pronunciaram:

Com. — Rel. — N° — Data — Pron. — Leit. — Publ.

Justiça — A. Carvalho — 549-52 — 8-2-52 — Pela const. — 19-6-52 — 20-6-52.

Viação — Al. Guimarães — 550-52 — 26-3-52 — Favorável — 19-6-52 — 20-6-52.

Finanças — A. Neves — 551-52 — 18-6-52 — Favorável — 19-6-52 — 20-6-52.

Em Ordem do Dia na sessão de 24-6-52. Aprovado. A sanção, com a Mensagem n. 162, de 26-6-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo 1º Secretário do Senado no exercício da Presidência, em 11-7-52.

Lei nº 1.637, de 14-7-52 — Cria, no Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, um cargo isolado de provimento efetivo, de Entomologista, padrão «M». — (*Diário Oficial* de 16-7-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 406-51, de 17-11-1951).

Tomou o nº 1.423-51.

Lido em 23-11-51.

Farecer da Comissão de Finanças of. substitutivo (rel.: Deputado Pontes Vieira).

Aprovado em 1ª discussão em 14 de dezembro de 1951.

Encerrada a 2ª discussão em 15-12-52. Em votação, é aprovado. Em virtude de urgência, é lida e aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 21-3-52 (ofício nº 464), sob o nº 1.423-A-51.

Lido no Senado em 21-3-52.

Em pauta nos dias 26 e 27-3-52.

Tomou o nº PLCD-75-52.

Comissões que se pronunciaram:

Com. — Rel. — N° — Data — Pron. — Leit. — Publ.

Justiça — Ivo d'Aquino — 591-52 — 30-4-52 — Pela const. — 24-6-52 — 25-6-52.

Finanças — P. Pompeu — 592-52 — 18-6-52 — Favorável — 24-6-52 — 25-6-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 1-7-52. Adiada por falta de número para prosseguimento da sessão.

Aprovado na sessão de 2-7-52. À sanção, com a Mensagem nº 173, de 7-7-52.

Lei nº 1.638, de 14-7-52 — Altera disposições do Decreto-lei nº 9.058, de 13 de março de 1946, que dizem respeito à composição e funcionamento do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. — (*Diário Oficial* de 16-7-52).

Projeto oriundo de proposta do Diretor da Escola de Minas e Metalurgia e encaminhada ao Presidente (Dutra) da República por intermédio do Ministro da Viação e Obras Públicas (Mens. nº 165, de 1-6-51 à C.D.).

Tomou na Câmara o nº 715- e 51.

Lido em 25-6-51.

Em pauta nos dias 27, 28 e 29 de junho e 2 de julho.

Às Comissões de Serviço Público e de Finanças em 5-7-51.

Parecer s/nº da C.S.P. — Pela aprovação (Rel. Bias Fortes).

Parecer s/nº da C.F. — Pela aprovação (Rel. Ponce de Ariada).

São lidos em 30-8-51.

Em 17-9-51 é encerrada a discussão e adiada a votação. Volta à Comissão de Serviço Público para opinar sobre emenda do Deputado Armando Corrêa e outros.

Parecer s/nº da C. de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade da emenda de 1ª discussão. — Relator: Ulysses Guimarães (Chamada a opinar pela C.S.P.C.).

Parecer s/nº da C. de Serviço Público pela rejeição, de acordo com parecer da C.C.J. — Relator: Bias Fortes.

Lidos em 5-12-51.

Em 12-12-51, não havendo oradores inscritos, é encerrada a discussão sendo rejeitada a emenda e aprovado o Projeto.

Em 15-12-51 é encerrada a 2ª discussão e aprovado o Projeto. À Comissão de Redação de Leis.

Em 15-12-51 (sessão extr. noturna) é lida e aprovada a redação final.

Vai ao Senado com o ofício nº 2.587, de 19-12-51, sob o nº 715-C-51.

Tomou no Senado o nº PLC-10-52.

Lido na sessão de 16-1-52. — D.C.N. de 17-1-52.

Em pauta nos dias 24 e 25-1-52.

Às Comissões de Justiça e Finanças em 28-1-52.

Pareceres — Datas — Comissões — Relatores — Pronunciamento Números 339152 — 8-2-52 — Justiça — J. Vilasboas — Pela const.

340-52 — 16-4-52 — Finanças — I. Gois — Favorável.

Lidos em 18-4-52 — DCN de 19 de abril de 1952.

Em 6-5-52 é incluído em Ordem do Dia. Retirado a requerimento do Senador Aloisio de Carvalho (nº 148-52), para audiência da Comissão de Educação e Cultura.

Em 24-6-52 é lido o parecer número 595-52, da Comissão de Educação e Cultura, favorável ao Projeto.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-6-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado na sessão de 1-7-52. À sanção, com a Mensagem nº 175, de 8-7-52.

Lei nº 1.639, de 14-7-52 — Altera a carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências. — (*Diário Oficial* de 16-7-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n. 501 de 23-11 de 1950).

Tomou na C.D. o nº 1.037 de 1950, saçem nº 501, de 23-11-1950).

Em 13-12, é lido e vai a imprimir.

Em 22-12, vai a imprimir uma emenda do Sr. Celso Machado para ser remetido, juntamente com o projeto, às Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Em 19-1-51, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças favoráveis à emenda substitutiva da Pauta. (1.037-A).

Em 23-1-51, é anunciada e encerrada a discussão. Aprovada a emenda substitutiva, que vai à Comissão de Redação.

Em 24-1-51, é lida e vai a imprimir a redação final (1.037-B).



Em 25-1-51, é aprovada, sem observações, a redação final. O projeto vai ao Senado, com o ofício n.º 165 — 25-1-51.

Lido em 26-1-51 no Senado.

Tomou o n.º 40 de 1951.

*Comissões que se pronunciaram:*

S.F.

Comissão de Justiça — João Vias Boas — 74-52 — 25-4-51 — Fav. ao proj. e contra a emenda.

Comissão de Finanças — Vitorino Freire — 75-52 — 5-1-52 — Idem.

Nota — Pedida a opinião do Ministro da Justiça sobre o projeto, este se manifestou contrário (aviso G-5990, de 24-10-51).

Em 18-2-52 foi encerrada a discussão e o projeto voltou às Comissões para se pronunciarem sobre 2 novas emendas. Retirada, pelo Senador Mozart Lago, a emenda de sua autoria.

*Comissões que se pronunciaram sobre as emendas.*

*Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

Justiça — J. Vilasboas — 469-52 — 7-5-52 — Contrário — 22-5-52 — 23-5-52.

Finanças — V. Freire — 470-52 — 21-5-52 — Contrário — 22-5-52 — 23-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 29-5-52.

Adiado para 4-6-52, a requerimento do Sen. Alvaro Adolfo (n.º 176-52).

Adiada por falta de número (sessão de 4-6-52).

Em Ordem do Dia na sessão de 5-6-52.

É aprovado requerimento do Senador Melo Viana (n.º 186-51) solicitando destaque do § 1.º do Projeto.

Em virtude de questão de ordem levantada pelo Senador Melo Viana, a respeito de omissão no avulso distribuído aos Senadores, é o projeto retirado da Ordem do Dia pelo Sr. Presidente.

Em Ordem do Dia na sessão de 16-6-52. São rejeitadas as emendas números 1 e 2 e mantido o dispositivo destacado. Aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Aprovada a redação final em 27-6-52. A sanção, com a Mensagem número 166 de 1-7-52.

*Lei n.º 1.640, de 14-7-52* — Concede isenção de imposto de consumo de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para maquinárias e material técnico importados por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A. — *Diário Oficial*, de 16-7-52.

Tomou o n.º 230-49, na Câmara.

Em 17-5, é lido e vai a imprimir.

Em pauta nos dias 19, 20 e 23-5-49, em discussão inicial.

Em 25-5, é aprovado e passa a discussão final.

Em 1-6, é anunciada a discussão final, a seguir encerrada. Aprovado vai à Comissão de Redação.

Em 22-6, em virtude de requerimento do Sr. Costa Pôrto no sentido da dispensa de impressão da redação final, é a mesma lida e, sem observação, aprovada. O projeto vai ao Senado.

Republicado à pág. 5.727, do D.C.N. de 6-7-49.

Ag Senado, com o ofício n.º 397, de 8 de julho.

Lido no Senado em 11-7-49.

Tomou o n.º 187-49.

Em pauta nos dias 14 e 15-7-49.

Rem.º às Com. de Const. e Justiça e de Finanças em 18-7-49.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

*Com. — Rel. — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C. Just. — F. Müller — 790-49 — favorável — 18-8-49 — 19-8-49

Finanças — Salgado F.º — 791-49 — favorável — 18-8-49 — 19-8-49

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-8-49. Encerrada a discussão, o projeto volta às Comissões em virtude de emenda.

*Comissões que se pronunciaram sobre a emenda*

*Pareceres:*

*Com. — Rel. — Ns. — Pron. — Leit. — Publ.*

C. Just. — F. Müller — 28-50 — favorável — 7-2-50 — 8-2-50

Finanças — Salgado Filho — 29-50 —

Oi. subemenda — 7-2-50 — 8-2-50

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-2-50. Aprovado com a subemenda, ficando prejudicada a emenda. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 8-3-50. À C. Deputados.

Em 24-3, é lida e vai a imprimir com emenda do Senado, para ser remetido à Comissão de Finanças (230-B).

Em 17-6, é lido e vai a imprimir, tendo parecer contrário da Comissão de Finanças (230-C) (D.C.N. de 18 de junho de 1952, pág. 5.376, 4ª coluna).

Em 23-6, é anunciada e encerrada a discussão. Adiada a votação.

Em 1-7, pelo of. 1.113, é enviado à sanção e pelo de nº 1.114 é comunicado, ao Senado, o ocorrido (D.C.N. de 5-7-52, pág. 6.233 — 2ª col.).

Em 15-7. O Senado comunica a promulgação do projeto (D.C.N. de 19, pág. 6.1817).

Lei nº 1.641, de 14-7-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,00, para completar o pagamento devido aos municípios pela cota do imposto de renda. — *Diário Oficial*, de 16-7-52.

Apresentado pelo Dep. Cunha Bueno.

Lido em 10-8-51.

Tomou o n.º 988-51.

Encerrada a discussão especial em 14-8-51.

Em pauta nos dias 14, 16, 17 e 20 de agosto de 1951.

Despachado à Com. de Finanças.

Em 27-9-51 é transmitido o teor do projeto ao Ministério da Fazenda, pelo ofício nº 1.859.

Em 10-12-51 é lido o Aviso número 239, do Ministério da Fazenda, transmitindo as informações solicitadas.

Em 15-2-52 é lido o parecer da Com. de Finanças, oferecendo substitutivo ao projeto (Rel.: Dep. Carlos Luz).

Encerrada a primeira discussão em 21-2-52 (sessão noturna). Em votação, é aprovado o substitutivo, ficando prejudicado o proj. primitivo.

Encerrada a segunda discussão em 5-3-52. Em votação, é aprovado o substitutivo da Com. de Finanças. O

Dep. Tenório Cavalcanti requer verificação de votação. Por falta de número fica adiada a votação.

Aprovado em 6-3-52.

Lida a redação final em 17-3-52.

Aprovada a redação final em 19 de março de 1952.

Rem.º ao Senado em 25-3-52 (of. 522), sob o n.º 988-B-51.

Lido no Senado em 31-3-52.

Tomou o n.º PLCD-89-52.

Em pauta nos dias 3 e 4-4-52.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.

Const. Just. — J. Vilasboas — 560-52 — 25-4-52 — pela const. — 20-6-52 — 21-6-52

Finanças — D. Cruz — 561-52 — 18-6-52 — favorável — 20-6-52 — 21-6-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 26-6-52. Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 187, de 14-7-52.

Lei nº 1.642, de 14-7-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para aquisição e instalação do equipamento para o Matadouro do Núcleo Agro-Industrial São Francisco. — *Diário Oficial* de 17 de julho de 1952.

Apresentado na Câmara dos Deputados em 22-11-50 pelo Deputado Daniel Faraco e outros Srs. deputados.

Lido no Senado na sessão de 9-1-51.

Tomou o n.º 8, de 1951.

*Comissões que se pronunciaram*

S. F.

C.J. Augusto Meira — 134-52 — 29-1-51 — fav.

C.F. — Apolônio Sales — 135-52 — ofereceu emenda.

Aprovado com emenda.

À Com. Red. (a fim de redigir para a C.D.).

Redação final aprovada em 31-3-52. À C.D.

Em 6-12-50 é lido e vai a imprimir.

Em pauta nos dias 11, 12, 13 e 14 de dezembro de 1950.

Em 19-11-50, é anunciada e encerrada a discussão, ficando adiada a votação.

Em 20-12-50, é aprovado e enviado à Comissão de Redação.

Em 29-12-50, é lida e vai a imprimir a redação final (1.007-A).

Em 29-12-50, é aprovada, sem observações, a redação final. O projeto vai ao Senado.

Em 8-1-51, é encaminhado ao Senado, com ofício n.º 27.

Em 18-4-52, é lida e vai a imprimir a emenda do Senado, para ser encaminhada à Comissão de Finanças (D. C. N. n.º 70, de 19-4, pág. 3.008, 1ª coluna) (1.007-B).

Em 19-5-52, é lido e vai a imprimir emenda do Senado tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (1.007-C) D.C.N. de 20, pág. 4.033, 1ª col.

Em 13-6, sessão extraordinária noturna, é eanunciada e encerrada a discussão. (1.007-C) (D.C.N. de 14 de junho de 1942, pág. 5.256, 3ª col.

Em 18-6, entra em votação, sendo aprovada a emenda do Senado. (1.007-C) D.C.N. de 19-6-52, pág. 5.466, 2ª col. Vai à redação final.

Em 25-6, é lida e vai a imprimir a redação final (1107-C) Pub. no D. C.N. de 26-6-52, pág. 5.781, 1ª col.

Em 26-6, é lida e aprovada a redação final. O projeto vai à sanção, com ofício n.º 1.115, de 1-7-52. Na mesma data, pelo of. 1.114, é feita comunicação ao Senado (D.C.N. de 5, página 6.233 — 3ª col.).

Em 14-7, o Senado comunica a promulgação do projeto (D.C.N. de 19, pág. 6.817).

*Lei n.º 1.643, de 16-7-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 para a conclusão das obras de ligação Itajaí-Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina. — *Diário Oficial*, de 17-7-52.

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 525-51, de 20-12-51.

Lido em 15-2-52.

Tomou o n.º 1.670-52.

Em 23-4-52 é lido parecer favorável da Com. de Finanças (Rel. Dep. Manhães Barreto).

Em 30-4-52 é aprovado requerimento de preferência do Dep. Gustavo Capa-

nema. Encerrada a primeira discussão. Em votação, é aprovado.

Encerrada a segunda discussão em 13-5-52. Em votação, é aprovado.

Em 19-5-52 é lida a redação final.

Em 20-5-52 é aprovada a redação final.

Rem.º ao Senado em 22-5-52 (of. 876), sob o n.º 1.670-B-52.

Lido no Senado em 27-5-52.

Tomou o n.º 117-52.

Em pauta nos dias 5 e 6-6-52.

*Comissões que se pronunciaram*

*Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C. Just. — A. Carvalho — 639-52 — 18-6-52 — pela const. — 3-7-52 — 4-7-52.

Viação — O. Mäder — 640-52 — 4-7-52 — 25-6-52 — favorável — Finanças — A. Adolfo — 641-52 — 2-7-52 — favorável — 3-7-52 — 4-7 de 1952.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-7-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado na sessão de 10-7-52. À sanção, com a Mensagem n.º 185, de 11-7-52.

*Lei n.º 1.644, de 16-7-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, como auxílio à Fundação Abrigo do Cristo Redentor — *Diário Oficial* de 21-7-52.

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 390, de 26-9-50).

Lido em 10-10-50.

Tomou o n.º 858-50.

Em 10-10-50 é lido parecer da Com. Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda de pauta.

Em 5-2-52 é encerrada a discussão. Em votação, é rejeitada a emenda e aprovado o projeto (1ª disc.)

Em 20-3-52 é aprovado requerimento de preferência do Dep. Benjamin Farah. Encerrada a 2ª discussão. Em votação, é aprovado.

Em 6-3-52 é lida a redação final.

Em 7-3-52 é aprovada a redação final.

Rem.º ao Senado em 11-3-52 (of. 427), sob o n.º 855-B-50.

Lido em 18-3-52.

Tomou o n.º PLCD-63-52.

Em pauta nos dias 21 e 24-3-52.

Comissões que se pronunciaram

Pareceres

Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. Just. — G. Oliveira — 598-52 — 16-4-52 — pela const. — 25-6-52 — 26-6-52.

Finanças — D. Cruz — 599-52 — 18-5-52 — favorável — 25-6-52 — 26-6-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 3-7-58.

Aprovado. À saução, com a Mensagem n.º 180, de 9-7-52.

Lei n.º 1.645, de 16-7-52 — Exclui o Município de Belém, no Estado do Pará, do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947. — *Diário Oficial*, de 21-7-52.

Proj. apresentado na C.D. em 25 de julho de 1951 pelo Deputado Cate Pinheiro.

Tomou o n.º 913, de 1951.

Lido em 25-7-51.

Em pauta nos dias 27 e 31 de julho, 1 e 2 de agosto de 1951.

Encerrada em 22-7-51 a disc. especial.

Remetida em 3-8-51. Às Com. de Const. e J. e de Segurança Nacional.

Em 28-8-51, pelo of. 1.659, é transmitido o teor do projeto ao Secretário do Conselho de Seg. Nacional.

Em 11-9-51 é aprovado requerim.º de urgência do Dep. Cerdeira.

Em 14-9-51 é lido ofício 630 da Secretaria da Pres. da Rep. transmitindo as informações solicitadas ao Cons. de Segurança Nacional.

Em 5-12-51 é anunciada e encerrada a discussão. Passa-se à votação. Aprovado. À redação final.

Redação final em 6-12-51.

Proj. rem.º ao S.F. em 14-12-51 (of. 2.540), sob o n.º 913-A-51.

Lido na sessão de 15-12-51. Tomou o n.º 368-51.

Comissões que se pronunciaram

Pareceres

Com. — Relatores — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Anisio Jobim — 243-52 — 20-2-52 — Pela const. art. 1.º e inconst. art. 2.º — 28-3-52 — 29 de março de 1952.

C.F.J. — Mags. Barata — 254-52 — 26-3-52 — Oi. subs.

Em 16-1-52 foi apresentado requerimento de urgência (n.º 5-52), do Senhor Sen. Magalhães Barata e outros.

Rejeitado na sessão de 18-1-52, depois de falarem os Srs. Ismar de Góis, Mozart Lago e Gomes de Oliveira.

Em pauta nos dias 24 e 25-1-52.

Recebeu uma emenda (do Senador Mozart Lago).

Requerida inclusão em Ordem do Dia em 28-3-52, pelo Sen. Magalhães Barata.

Incluída na Ordem do Dia da sessão de 1-4-52.

Aprovado o substitutivo. Prejudicado o proj. volta à C.D.

Redação final lida em 17-4-52 e aprovada em 23-4-52. À Câmara.

Emendas do Senado publicadas em 13-5-52 e encaminhadas à Comissão de Const. e Justiça.

Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, publicado em 18 de maio de 1952.

Emendas aprovadas em 23-6-52.

Redação final publicada em 27-6-52, e aprovada em 30-6-52. O projeto vai à sanção.

Lei n.º 1.646, de 16-7-1952 — Concede licença às entidades sindicais brasileiras, de 2.º e 3.º graus, para que se filiem à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres. (*Diário Oficial*, de 21-7-1952).

Apresentado pela Comissão de Legislação Social, à vista da Mensagem n.º 271, de 28-8-1951, do Poder Executivo.

Tomou o n.º 1.868/52.

Lido em 25-4-1952.

Em 30-4-1952 é encerrada a primeira discussão (com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade). Em votação, é aprovado.

Em 9-5-1952 é aprovado requerimento de urgência do Deputado Armando Falcão.

Na mesma data (sessão noturna) é anunciada a segunda discussão. Falam os Deputados Roberto Morena, Nelson Carneiro, Armando Falcão e Plínio Coelho. Encerrada a segunda discussão. O projeto vai à Comissão de Legislação Social, com emenda do Deputado Orlando Dantas.

Em 13-5-1952 fala o Deputado Armando Falcão, que emite parecer verbal, contrário, pela Comissão de Legislação Social, à emenda do Deputado Orlando Dantas. Em votação, é dada como rejeitada a emenda e aprovado o projeto. Requerida verificação de votação, não há número, ficando a mesma adiada.

Aprovado o projeto na sessão noturna de 13-5-1952.

Em 16-5-52 é lida a redação final.

Em 18-5-1952 é aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 19-5-1952 (ofício n.º 854), sob o n.º 1.868-A/51.

Lido no Senado em 20-5-1952.

Tomou o n.º PLCD-111/52.

Em pauta nos dias 29 e 30 de abril de 1952.

#### *Comissões que se pronunciaram Pareceres*

Comissão de Constituição e Justiça — Relator: G. Oliveira — n.º 608/52 — Data: 25-6-1952 — Pronunciamento: pela Constitucionalidade — Leitura: 27-6-1952 — Publicação: 28-6-1952.

Comissão de Finanças — Relator: G. Oliveira — n.º 609/52 — Data: 26-6-1952 — Pronunciamento: favorável — Leitura: 27-6-1952 — Publicação: 28-6-1952.

Aprovado em 7-7-1952. A sanção, com a Mensagem n.º 181, de 9-7-1952.

*Lei n.º 1.647, de 18-7-1952* — Torna extensivas às enfermeiras que prestaram serviço no 1.º Grupo de Caça, as disposições da Lei n.º 1.209, de 25 de outubro de 1950. — (*Diário Oficial*, de 23 de julho de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 92, de 11-4-1951).

Lido em 2-5-1951.

Tomou o n.º 265, de 1951.

Em pauta nos dias 7, 10, 14 e 16 de maio de 1951.

#### *Comissões que se pronunciaram Pareceres*

C. S. N. — Relator: José Guimarães — Data: 22-6-1951 — Pronunciamento: favorável — Leitura: 3-8-1951 — Publicação: 4-8-1951.

Comissão de Finanças — Relator: Gama Filho — Data: 1-8-1951 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 3-8-1951 — Publicação: 4-8-1951.

Discussão em 10-8-1951. Aprovado. Redação final publicada em 18-8-1951. Aprovada em 20-8-1951.

Projeto remetido ao Senado em 26 de agosto de 1951.

(Ofício n.º 1.621) sob o n.º 265-B-51.

Lido na sessão de 29-8-1951.

Tomou o n.º 188/51.

Em pauta nos dias 6 e 10 de setembro de 1951.

#### *Comissões que se pronunciaram Pareceres*

Comissão de Justiça — Relator: Camilo Mercio — n.º 270/52 — Data: 26-9-1951 — Pronunciamento: Peia constituição — Leitura: 28-3-1952 — Publicação: 29-3-1952.

C. F. A. — Relator: Silvio Curvo — n.º 271/51 — Data: 10-12-1951 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 28-3-1952 — Publicação: 29-3-1952.

Comissão de Finanças — Relator: Cesar Vergueiro — n.º 272-51 — Data: 26-3-1952 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 28-3-1952 — Publicação: 29-3-1952.

Em Ordem do Dia na sessão de 4 de abril de 1952.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões em virtude de emenda apresentada pelo Senador J. Vilasboas.

#### *Comissões que se pronunciaram sobre a emenda*

Comissão de Justiça — Relator: C. Mercio — n.º 562/52 — Data: 7-5-1952 — Pronunciamento: pela constituição — Leitura: 20-6-1952 — Publicação: 21 de junho de 1952.

Fôrças Armadas — Relator: S. Curvo — n.º 563/52 — Data: 19-5-1952 — Pronunciamento: Contrário — Leitura: 20-6-1952 — Publicação: 21-6-1952.

Comissão de Finanças — Relator: C. Vergueiro — n.º 564/52 — Data: 18 de junho de 1952 — Pronunciamento: Contrário — Leitura: 20-6-1952 — Publicação: 21-6-1952.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-6-1952.

Adiada a votação por falta de número.

Na sessão de 1-7-1952 é rejeitada a emenda e aprovado o projeto. À sanção, com a Mensagem n.º 176, de 8-7-1952.

Lei n.º 1.648, de 18-7-1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 4.872.320,00 para atender ao pagamento de despesas de pessoal dos Quadros Permanente e Suplementar daquele Ministério. — (*Diário Oficial*, de 23-7-1952).

Projeto originário do Poder Executivo. (Mensagem n.º 286, de 6-9-1951).

Tomou o n.º 1.164/51.

Lido em 21-9-1951.

#### *Comissões que se pronunciaram Pareceres*

Comissão de Finanças — Relator: Artur Santos — Data: 9-10-1951 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 15-10-1951 — Publicação: 16-10-1951.

Discussão encerrada em 5-11-1951. Encerrada em 5-11-1951.

Aprovado na mesma data (sessão noturna).

Segunda discussão em 7-11-1951. Aprovado.

Redação final, lida em 16-11-1951. Aprovada em 17-11-1951.

Projeto remetido ao Senado em 22 de novembro de 1951.

(Ofício n.º 2.294) sob o n.º 1.164-13 de 1951.

Lido em 23-11-1951.

Em pauta em 28 e 29 de novembro de 1951.

#### *Comissões que se pronunciaram Pareceres*

Comissão de Justiça — Relator: Clodomir Cardoso — n.º 268/52 — Data: 13-2-1952 — Pronunciamento: of. emenda — Leitura: 23-11-1952 — Publicação: 29-3-1952.

Comissão de Finanças — Relator: Alfredo Neves — n.º 269/52 — Data: 26-3-1952 — Pronunciamento: Favorável

ao projeto e à emenda — Leitura: 28 de março de 1952 — Publicação: 29 de março de 1952.

Em Ordem do Dia na sessão de 3 de abril de 1952.

Aprovado com a emenda. Em 3 de abril de 1952.

À Comissão de Redação (a fim de redigir para a Câmara dos Deputados).

Redação final aprovada na sessão de 17-4-1952. À Câmara.

Emenda do Senado publicada em 29-4-1952 e encaminhada à Comissão de Finanças.

Parecer favorável da Comissão de Finanças, publicado em 18-6-1952.

Emenda aprovada em 23-6-1952.

Redação final lida e aprovada em 27-6-1952.

Projeto enviado à sanção em 30 de junho de 1952.

Lei n.º 1.649, de 19-7-1952 — Dispõe sobre a constituição do Banco do Nordeste do Brasil e dá outras providências. — (*Diário Oficial*, de 24-7-1952).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 363, de 23-10-1951).

Lido em 31-10-1951.

Tomou o n.º 1.348/51.

Remetido às Comissões de Constituição e Justiça, Economia, Transportes, Comissões de Obras Públicas e de Finanças, em 5-11-1951.

Em 13-12-1951 é anunciada a primeira discussão. O projeto teve pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, e das de Economia e Finanças, com substitutivos.

Na mesma data (sessão noturna) é encerrada a primeira discussão. Em votação, é aprovado.

Em 14-12-1951 é anunciada a segunda discussão.

São apresentadas 21 emendas pelos Senhores Celso Peçanha, Medeiros Neto, Rui Santos, Daniel Faracó, João Agripino, Nestor Duarte, Sá Cavalcanti e Demerval Lobão. O projeto vai às Comissões de Economia, Finanças e do Polígono das Sêcas, para apreciação das emendas (D. C. N., de 15-12-1951 — Suplemento).

Em 15-12-1951 é anunciada a discussão, com emendas dependentes dos pareceres das Comissões de Economia e do Polígono das Sêcas. Emitem pareceres verbais os Deputados Carvalho

Neto e Daniel Faraco. Aprovado com emendas, o projeto vai à Comissão de Redação, (D. N. C., de 16-12-1951, pág. 13163).

Em 15-12-1951 (sessão noturna) é lida e aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 24-12-1951 (Ofício n.º 2.624), sob o n.º 1.348-A de 1951.

Lido no Senado em 16-1-1952.

Tomou o n.º 11/52.

Em pauta nos dias 24 e 25 de janeiro de 1952.

#### *Comissões que se pronunciaram*

Comissão de Justiça — Relator: C. Saboya — N.º 652/52 — Data: 20-2-52 — Pronunciamento: pela constituição e contrário à emenda de pauta — Leitura: 19-6-1952 — Publicação: 20-6-1952.

Comissão de Finanças — Relator: F. Souza — N.º 553/52 — Data: 7-5-1952 — Pronunciamento: Favorável ao projeto — Leitura: 19-6-1952 — Publicação: 20-6-1952.

Incluído em Ordem do Dia nas sessões de 24-6-1952.

Rejeitada a emenda. Aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 3 de julho de 1952 (Parecer n.º 630/52). À sanção, com a Mensagem n.º 179, de 8-7-1952.

*Lei n.º 1.650, de 19-7-1952* — Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos departamentos de administração dos demais ministérios civis, e dá outras providências. — (*Diário Oficial*, de 23 de julho de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo — (Mensagem n.º 216, de 12-7-1951).

Tomou o número na Câmara PL/865 de 1951.

Lido em 18-7-1951.

Em pauta nos dias 20, 23, 24 e 25 de julho de 1951.

Às Comissões de Serviço Público e Finanças, 27-7-1951.

Em 15-12-1951 é aprovado em primeira discussão após serem dados pareceres verbais, favoráveis, pelos Deputados Lopo Coelho e Lameira Bittencourt, em virtude de requerimento de urgência.

Na mesma data (sessão extraordinária noturna) é aprovado em segunda discussão. Vai à Redação de Leis.

Em 15-12-1951 é lida e aprovada a redação final em virtude de pedido de dispensa de impressão.

Vai ao Senado com o ofício n.º 158, de 7-2-1952, sob o n.º PL1865-A-51.

Tomou no Senado o n.º PLC/39/52.

Lido em 8-2-1952 — D. C. N., de 9-2-1952.

Em pauta nos dias 14 e 15 de fevereiro de 1952.

Às Comissões de Justiça e Finanças, 18-2-1952.

Parecer n.º 378/52 — Comissão de Justiça — Relator: Ivo d'Aquino — Pronunciamento: Favorável.

Parecer n.º 379/52 — Comissão de Finanças — Relator: D. Cruz — Pronunciamento: Favorável.

Pareceres lidos em 30-4-1952 — D. C. N., de 1-5-1952.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-5-1952. Aprovado. À Comissão de Redação (número a sanção).

Redação final aprovada em 7-7-1952.

À sanção, com a Mensagem n.º 182, de 9-7-1952.

*Lei n.º 1.651, de 22-7-1952* — Fixa o prazo para a conclusão da construção e pavimentação do trecho Salvador-Feira da Estrada de Salvador-Pôrto Nacional (BR 28). — (*Diário Oficial*, de 25 de julho de 1952).

Apresentado na Câmara dos Deputados pelo Deputado Lafayette Coutinho. Lido em 16-7-1951.

Tomou o n.º 858-51.

Em 18-7-1951 é encerrada a discussão especial.

Em pauta nos dias 18, 19, 20 e 23 de julho de 1951.

Em 25-7-1951 é despachado às Comissões de Transportes, Comissão de Obras Públicas e de Finanças.

Com o ofício n.º 1.476, de 8-8-1951, é transmitido ao Ministério da Viação e Obras Públicas o teor do projeto.

Em 26-11-1951 é lido o ofício do Ministério da Viação, transmitindo seu parecer sem o projeto.

Em 7-12-1951 é aprovado requerimento de urgência do Deputado Soares Filho.

Em 10-12-1951 é aprovado requerimento do Deputado Israel Pinheiro, so-

licitando o prazo de 48 horas, a fim de que a Comissão de Finanças se pronuncie sobre o projeto.

*Comissões que se pronunciaram*

Comissão de Transportes — Relator: J. Teixeira — Data: outubro de 1951 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 12-12-1951 — Publicação: 13 de dezembro de 1951.

Comissão de Finanças — Relator: P. Arruda — Data: 12-12-1951 — Pronunciamento: of. subst. — Leitura: 12-12-1951 — Publicação: 13-12-1951.

Encerrada a discussão em 14-12-1951. Em discussão, é aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças.

Em 15-12-1951 é lida e aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 18-12-1951 (Ofício n.º 2.583), sob o n.º 858-B/51.

Lido no Senado em 16-1-1952.

Tomou o n.º 6/52.

Em pauta nos dias 24 e 25 de janeiro de 1952.

*Comissões que se pronunciaram*

Comissão de Justiça — Relator: A. Carvalho — N.º 604/52 — Data: 1 de fevereiro de 1952 — Pronunciamento: pela Const. — Leitura: 25-6-1952 — Publicação: 26-6-1952.

Viação — Relator: O. Mäder — N.º 605/52 — Data: 14-5-1952 — Pronunciamento: of. emenda — Leitura: 25-6-1952 — Publicação: 26-6-1952.

Comissão de Finanças — Relator: A. Adolfo — N.º 606/52 — Data: 18 de junho de 1952 — Pronunciamento: Favorável ao projeto e contrário à emenda — Leitura: 25-6-1952 — Publicação: 26-6-1952.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-6-1952, em virtude de dispensa de interstício requerida pelo Senador Pinto Aleixo.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Na sessão de 1-7-1952 é aprovado o projeto e rejeitada a emenda. À sanção, com a Mensagem n.º 177, de 8-7-1952.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada em 22-7-1952 pelo 1.º Secretário do Senado no exercício da Presidência.

Lei n.º 1.652, de 22-7-1952 — Considera ferroviários, para os efeitos das leis do Trabalho e Previdência Social, os empregados dos carros restaurantes das estradas de ferro e dá outras providências. — (*Diário Oficial*, de 26 de julho de 1952).

Projeto apresentado na Câmara dos Deputados em 27-10-1949, pelo Deputado Pedroso Junior.

Lido em 27-10-1949.

Tomou o n.º 932/49.

Renovado em 17-5-1951, pelo Deputado Celso Peçanha.

Aprovado em 8-8-1951.

Redação final aprovada em 20-8-1951.

Remetido ao Senado em 22-8-1951 (Ofício n.º 1.590), sob o n.º 932-B de 1949.

Lido na sessão de 23-8-1951 do Senado.

Tomou o n.º 178/51.

*Comissões que se pronunciaram*

Câmara dos Deputados — Comissão de Legislação Social — Relator: Tenório Cavalcanti — S/nº 29-6-1951 — Pronunciamento: Favorável.

Senado Comissão de Justiça — Relator: Gomes de Oliveira — 126/52 — 17-11-51 — Pela constitucionalidade do projeto e emenda.

Comissão de Transportes — Relator: Walter Franco — 127/52 — 15-2-1952 — Favorável ao projeto e emenda.

Aprovado com emenda.

À Comissão de Redação (para redigir para a Câmara dos Deputados).

Aprovada redação final em 14-4-1952.

À Câmara.

Emenda do Senado lida em 28-4-1952.

Aprovada a emenda em 23-6-1952.

Redação final lida em 27-6-1952.

Aprovada a redação final em 30 de junho de 1952.

Projeto enviado à sanção em 30 de junho de 1952.

Lei n.º 1.653, de 22-7-1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 767.650,00 para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951. — (*Diário Oficial*, de 26-7-1952).

Apresentado na Câmara dos Deputados.

Tomou o n.º 531/51.



Em 1.º de julho, é lido e vai a imprimir.

Em pauta nos dias 5, 6, 7 e 8 de junho de 1951.

Em 11 de junho, é despachado à Comissão de Finanças.

Em 6 de dezembro, é anunciada e encerrada a discussão, em virtude de urgência (2ª).

Passa-se à votação, sendo aprovado. Vai à Redação Final.

Em 7 de dezembro, é lida e aprovada a redação final. O projeto vai ao Senado, com ofício n.º 2.459, de 10-12-1951 (531-A).

Lido no Senado na sessão de 10 de dezembro de 1951.

Tomou o n.º 346/1951.

*Comissões que se pronunciaram.*

Senado — Comissão de Justiça — Relator: Anisio Jobim — 169/52 — 11-2-1952 — Pronunciamento: Favorável.

Comissão de Finanças — Relator: Matias Olimpio — 170/52 — 20-2-1952 — Pronunciamento: Favorável subemenda.

Aprovado o substitutivo. À Comissão de Redação (para a Câmara dos Deputados).

Redação final aprovada em 27 de março de 1952. À Câmara dos Deputados.

Em 18-4-1952, é lida e vai a imprimir emenda do Senado (531-B). (D. C. N. n.º 70, de 19-4-1952, página 3.008, 3ª coluna).

Em 13-6-1952, é lido e vai a imprimir tendo parecer da Comissão de Finanças favorável à emenda do Senado (531/c de 1951) (D. C. N., de 14-6-1952, pág. 5.219).

Em 20-6-1952, é anunciada e encerrada a discussão. Adiada a votação — D. C. N., de 21-6-1952, pág. 5.592, 3ª coluna.

Em 23-6-1952, entra em votação a emenda do Senado sendo aprovada e o projeto, enviada à Redação Final (D. C. N., de 24-6-1952, pág. 5.665, 4ª coluna).

Em 27-6-1952, é lida e vai a imprimir a redação final — 531-D. (D. C. N., de 28-6-1952, pág. 5.909, 3ª coluna).

Em 30-6-1952, é lida e aprovada a redação final. O projeto vai à Sanção, com ofício n.º 1.187, de 9-7-1952. Na mesma data, pelo ofício n.º 1.188, é comunicado ao Senado o ocorrido.

*Lei n. 1.653-A, de 26-7-52* — Altera os artigos 4º e 5º do Decreto-lei n. 9.413, de 8 de abril de 1946. — (*Diário Oficial* de 30-7-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 20, de 16-1-50).

Tomou o n. 1.277-50.

Lido em 31-1-50.

Em pauta nos dias 1, 2, 6 e 7-2-50.

E' lido em 1-10-51 o parecer da Comissão de Legislação Social (relator — Dep. Orlando Dantas), favorável ao projeto.

Em 5-10-51 é encerrada a discussão e aprovado o projeto (1ª discussão).

Em 8-10-51, em virtude de requerimento de preferência do Dep. Humberto Moura, é encerrada a discussão e aprovado o projeto (2ª discussão).

E' lida a redação final em 19-10-51.

Em 22-10-51 é aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 31-10-51 (of. 2.162), sob o n. 1.277-B-50.

Lido no Senado em 8-11-51.

Em pauta nos dias 16 e 19-11-51.

*Comissões que se pronunciaram:*

Com. — Rel. — n. — Data — Pron. — Leit. — Publi.

C. Justiça — G. Oliveira — 314-52 — 4-12-51 — fav. — 7-4-52 — 8-4-52.

Trabalho — G. Oliveira — 315-52 — 20-2-52 — fav. — 7-4-52 — 8-4-52.

Finanças — A. Pasqualini — 316-52 — 2-4-52 — fav. — 7-4-52 — 8-4-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 2-5-52.

Aprovado. À Com. Redação (p. a sanção).

Aprovada a redação final em 21-7-52.

*Lei n. 1.654, de 28-7-52* — Autoriza a União a constituir, com o Estado do Amazonas e o município de sua capital, a «Companhia de Eletricidade de Manaus», e da outras providências. — (*Diário Oficial* de 28-7-52).

Republicada *Diário Oficial* de 29 de julho de 1952.

Apresentado pelo Dep. Paulo Nery.

Lido na sessão de 10-5-51.

Tomou o n. 338-51.

Em pauta nos dias 16, 17, 21 e 23 de maio de 1951.

Despacho às Com. de Const. e Justiça, de Economia e de Finanças.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — n. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — Daniel Carvalho — s/n. — 19-7-51 — pela const. — 6-12-51 —

Economia — Arnaldo Cerdeira — s/n. — 8-51 — favorável.

Valorização Ec. Amazônia — Ataíde Bastos — s/n. — 20-9-51 — favorável.

Finanças — Lameira Bittencourt — s/n. — 6-12-51 — favorável.

Encerrada a 2ª discussão em 4-2-52. Adiada a votação.

Aprovado em 5-2-52.

E' lido em 20-2-52 a redação final.

Aprovada a redação final em 21-2-52.

Rom. ao senado em 7-3-52 (of. 355), sob o n. 388-B-51.

Lido no Senado em 17-3-52.

Tomou o n. 55-52.

Em pauta nos dias 21 e 24-3-52.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — n. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — Anísio Jobim — 547-52 — 25-4-52 — pela cons. — 19-6-52 — 20-6-52.

Finanças — Alvaro Adolfo — 548-52 — 18-6-52 — favorável — 19-6-52 — 20-6-52.

Incluído em Ordem do Dia na Sessão de 25-6-52 — Aprovado — À Com. Redação.

Redação final aprovada na sessão de 17-7-52.

À sanção, com a Mensagem n. 193, de 18-7-52.

*Lei n. 1.655, de 28-7-52* — Concede a pensão especial de Cr\$ 300,00 a Adelaide Evaristo da Silva, mãe de José Raimundo da Silva, extranumerário diarista da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. — (*Diário Oficial* de 30-7-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 521-49). Tomou o número 959-49.

Em 3-11-49, é publicado.

Em 5-7-50, é publicado parecer da Comissão de Finanças.

Em 7-7-50, é aprovado.

Em 28-7-50, é publicada a redação final.

Em 14-8-50, é aprovada a redação final. O projeto vai ao Senado.

Lido no Senado em 28-8-50,

Tomou o n. 240-50.

Em pauta nos dias 30 e 31-8-50.

Despachado às Comissões de Const. e Justiça e de Finanças em 1-9-50.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — ns. — Pron. — Leit. — Publ.

Const. Justiça — F. Souza — 233-51 — favorável.

Finanças — F. Souza — 234-51 — fav. c. emenda.

Encerrada a discussão em 10-5-51, o projeto voltou às Comissões com emenda.

*Comissões que se pronunciaram  
sobre as emendas*

Com. — Rel. — ns. — Pron. — Leit. — Publ.

C. Justi. — A. Vivaqua — 1.265-51 — fav. às emendas.

Finanças — F. Souza — 1.266-51 — contrário à em. de plenário.

Incluído na O. do Dia da sessão de 11-12-51.

Aprovada a emenda da Com. de Finanças. Dada como rejeitada a emenda de plenário, o Sen. Mozart Lago pediu verificação. Apurou-se falta de número, ficando adiada a votação.

Na sessão noturna de 11-12-52 é aprovado o projeto c/as emendas. À C. Redação.

Redação final aprovada em 14-12-51. À C. Deputados.

Em 24-1-52, é publicado com emenda do Senado.

Em 24-6-52, é publicado parecer da Comissão de Finanças.

Em 4-7-52, é aprovado, indo à Redação Final.

Em 14-7-52, é aplicada a redação final.

Em 15-7-52, é aprovada a Redação Final.

Na mesma data é enviado à Sanção.

Em 28-7-52, é recebido ofício da Presidência da República enviando autógrafos sancionados.

Lei n. 1.656, de 28-7-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.500,00, para pagamento de pensão a Maria de Batos Medeiros Chagas. — (*Diário Oficial* de 30-7-52).

Originário de Mensagem (n. 499-50) do Poder Executivo.

Em 14-12-50, é lido e vai a imprimir. Tomou o n. 499-50.

Em Paula nos dias 20, 21, 22 e 26 de dezembro de 1950.

Em 26-12-50, é despachado à Comissão de Finanças.

Em 23-8-51, é lido e vai à imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças (1.040-A).

Em 31-8-51, é aprovado requerimento de preferência; em consequência entra imediatamente em discussão e votação. Aprovado, vai à Redação Final . . . . . (1.040-A).

Em 5-9-51, é lida e vai a imprimir a redação final. (1.040-A).

Em 6-9-51, é lida e, sem observações, aprovada a redação final. O projeto vai ao Senado, com o ofício n. 1.773, de 13-9-51.

Lido no Senado em 17-9-51.

Tomou o n. 204-51.

Rem. às Com. de Const. e Justiça e de Finanças em 28-9-51.

#### *Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — Ns. — Pron. — Leit. — Publ.

C. Just. — G. Oliveira — 1.310-51 — favorável — 10-12-51 — 11-12-51.

Finanças — D. Cruz — 1.311-51 — of. emendas — 10-12-51 — 11-12-51.

Incluído na O. do Dia da sessão de 13-12-51.

Aprovado com emendas. À C. Redação (p. a C. Desp.).

Em 24-1-52, é lido e vai a imprimir, com emendas do Senado ao artigo 1º e ao artigo 2º, para ser encaminhado à Comissão de Finanças — (1.040-C) — *D.C.N.* de 24-1-52, pág. 402, 4ª coluna.

Em 16-6-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Finanças favorável às emendas do Senado . . . . . (1.040-C-50) (*D.C.N.* 17-6-52, pág. número 5.307).

Em 3-7-52, é anunciada e encerrada a discussão. Em votação, são aprovadas as emendas do Senado. O projeto vai à

Redação Final (1.040-D) (*D.C.N.* de 4-7-52, pág. 6.206, 4ª col.).

Em 10-7-52, é lida e vai a imprimir a redação final (*D.C.N.* de 11-7-52, página 6.456, 2ª col.).

Em 11-7-52, é lida e aprovada a redação final. O projeto vai a sanção, com ofício n. 1.262, de 17-7-52, e pelo de n. 1.263, é feita a comunicação ao Senado (*D.C.N.* de 25, pág. 7.102).

Em 28-7-52, pelo of. s/n. a Presidência da República remete autógrafos sancionados (*D.C.N.* de 29-7-52).

Lei n. 1.657, de 29-7-52 — *Modifica* a Lei n. 1.365, de 7 de maio de 1951, que autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal. — (*Diário Oficial* de 4-8-52).

Apresentado na C. D. pelo Dep. Otávio Lobo.

Lido em 31-3-52 — *DCN* de 14-52.

Tomou o n. 1.802-52.

Despachado às Com. de Const. e Justiça, Educação e Cultura, de Serviço Público e de Finanças.

Em 15-4-52 é aprovado requerimento do Dep. Arruda Câmara, solicitando urgência para o projeto.

Em 16-4-52 é aprovado requerimento do Dep. Marrey Jr., sol. o prazo de 48 horas para a Com. de Justiça apresentar parecer.

Em 18-4-52 é lido parecer da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade. Pelas Com. de . . . e de Finanças emitirem pareceres verbais favoráveis ao projeto, ao Dep. Marrey Jr. e Pascifal Barroso. Falam os Dep. Campos Vergal, Manoel Novais, Pereira da Silva e Tenório Cavalcanti. Encerrada a discussão. Em votação é aprovado (1ª disc.). *DCN* de 19-4-52.

Em 22-4-52 é encerrada a 2ª discussão. Depois de falar o Dep. Leite Neto é aprovado.

Em 25-4-52 são publicados os discursos do Dep. Manoel Novais e Campos Vergal, proferidos na sessão de 18-4-52.

Na mesma data é aprovado requerimento de dispensa de impressão para imediatas discussão e votação da redação final, que é a seguir aprovada.

Rem. ao Senado em 2-5-52 (of. 715), sob o n. 1.802-B-52.

Em pauta nos dias 13 e 14-5-52.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — n. — Data — Pron. — Leitura — Publi.

C. Justiça — O. Oliveira — 646-52 — 11-6-52 — pela const. — 4-7-52 — 5-7-52.

Finanças — A. Pasqualini — 647-52 — 2-7-52 — favorável — 4-7-52 — 5-7-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 10-7-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 11-7-52. À sanção, com a Mensagem n. 195, de 18-7-52.

*Lei n. 1.657-A, de 1-8-52.* — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer à população do Município de Santos Dumont, vítima de tromba d'água.

— (*Diário Oficial* de 7-8-52).

Apresentado pelo Dep. José Bonifácio. Lido em 11-2-52.

Tomou o n. 1.641-52.

Em 13-2-52 é aprovado requerimento de urgência de autoria do Dep. José Bonifácio.

Em 14-2-52 é anunciada a 1ª discussão.

Fala pela ordem, o Dep. Gustavo Campanema.

O Sr. Artur Santos requer e obtém o prazo de meia hora para que a Com. de Finanças apresente parecer.

Em 15-2-52 é encerrada a 1ª discussão.

A Com. de Finanças apresentou parecer com emenda. Para encaminhar a votação falam os Srs. Tenório Cavalcanti, Dilermando Cruz e Artur Santos. Em votação, são aprovados o projeto e a emenda da Com. Finanças.

Em 19-2-52 é lida a redação para 2ª discussão.

Encerrada a 2ª discussão em 20-2-52. Aprovado.

Em 21-2-52 é lida e aprovada a redação final.

Rem. ao Senado em 22-2-52 (of. 267), sob o n. 1.641-C-52.

Lido no Senado em 4-3-52.

Tomou o n. PLCD — 53-52.

Em pauta nos dias 7 e 10-3-52.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — n. — Data — Pron. — Leit. — Publi.

C. Justiça — A. Jobim — 642-52 — 26-3-52 — pela const. — 4-7-52 — 5-7-52.

Finanças — M. Olimpio — 643-52 — 2-7-52 — favorável — 4-7-52 — 5-7-52.

Aprovado na sessão de 11-7-52. À sanção, com a Mensagem n. 194, de 18-7-52.

*Lei n. 1.657-B, de 1-8-52* — Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras, excetuada a de previdência social, para materiais importados pelo Ipiranga S.A. — Cia. Brasileira de Petróleos. — (*Diário Oficial* de 7-8-52).

Apresentado pela Comissão de Finanças, à vista de requerimento da «Ipiranga S.A. Companhia Brasileira de Petróleos».

Tomou o n. 943-50.

Em 21-11-50 é lido o parecer favorável da Comissão de Economia.

Em pauta nos dias 24, 27, 28 e 29 de novembro de 1950.

Em 4-5-51 é deferido requerimento do Dep. Tarso Dutra, solicitando o desarquivamento do projeto.

Em 8-8-51 entra em discussão. Submetido a votos, é aprovado.

Em 17-8-51 é lida a redação final.

Em 20-8-51 é aprovada a redação final.

Rem. ao Senado em 24-8-51 (of. 1.612), sob o n. 943-A-50.

Lido no Senado em 28-8-51.

Tomou o n. 181-51.

Em pauta nos dias 31-8-51 e 3-9-51.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — n. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — C. Cardoso 518-52 — 13-12-51 — pela const. voto sep. G. Oliveira — 2-6-52 — 3-6-52.

Finanças — F. Souza — 519-52 — 21-5-52 — favorável — 2-6-52 — 3-6-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 16-6-52. Pelo Sen. Mozart Lago é apresentado requerimento solicitando o adiamento da discussão para 15 de julho. Prejudicado por falta de n. para votação.

E' encerrada a discussão, ficando adiada a votação por falta de número.

Em Ordem do Dia na sessão de 17-6-52. Adiada a votação para 15 de julho, a requerimento do Sen. Mozart Lago.

Aprovado em 14-7-52. À sanção, com a Mensagem n. 192, de 18-7-52.

Lei n. 1.658, de 4-8-52 — Dá nova organização administrativa ao Ministério da Marinha. — (*Diário Oficial* de 8-8-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 76, de 14-3-52).

Lido em 19-3-52. Tomou o n. 1.760 de 1952.

Em 24-3-52 é rem. às Comissões de Segurança Nacional e de Serviço Público.

#### *Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — n. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

Seg. Nacional — André Fernandes — s/n. — 18-4-52 — of. emendas.

Serviço Público — José Arnaud — s/n — 8-5-52 — fav. ao proj. e às emendas da Com. Seg. Nacional.

Em 16-5-52 é encerrada a 1ª discussão. Aprovado o projeto com as emendas da Comissão de Segurança Nacional.

Em 20-5-52 é lida a redação para 2ª discussão.

Em 22-5-52 é encerrada a 2ª discussão. Em votação é aprovado.

Em 23-5-52 é lida a redação final.

Em 27-5-52 é aprovada a redação final.

Rem. ao Senado em 27-5-52 (of. 904), sob o n. 1.760-C-52.

Lido no Senado em 28-5-52.

Em pauta nos dias 5 e 6-6-52.

Tomou o n. PLCD-121-52.

#### *Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — n. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. Justiça — G. Oliveira — 704-52 — 25-6-52 — pela const. — 25-7-52 — 26-7-52.

F. Armadas — M. Barata — 705-52 — 16-7-52 — favorável — 25-7-52 — 26-7-52.

Finanças — C. Lindemberg — 106-52 — 27-7-52 — favorável — 25-7-52 — 26-7-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 28-7-52, em virtude de dispensa de interstício concedida em 25-7-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado na sessão de 29-7-52. À Com. de Redação.

À sanção com a Mensagem n. 202, de 31-7-52.

Lei N.º 1.658-A, de 5-8-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 605.734,40, para pagamento de despesa relativa ao exercício de 1951. — (*Diário Oficial* de 12-8-52).

Projeto apresentado pela Com. de Finanças da C.D. em atenção ao ofício n.º 13, de 7-1-1951 do Tribunal Regional do Trabalho de 1.ª Região.

Tomou o n.º 1.232, de 8-10-1951.

Lido em 8-10-1951.

1.ª discussão em 12-10-51. Aprovado.

2ª discussão em 31-10-51. Adiada a votação.

Aprovado em 5-11-51.

Redação final lida em 12-11-51.

Aprovada em 12-11-51.

Projeto remetido ao Senado em 16-11-1951 (Ofício n.º 2.239), sob n.º 1.232-A, de 1951.

Lido em 20-11-1951.

Tomou o n.º 292, de 1951.

*Comissões que se pronunciaram pareceres* — Com. Relatores — Ns. — Data — Pron. — Leitura

C. J. — Clodomir Cardoso — 205-952 — 13-2-52 — Fav. c| em. — 7-3-952 e 8-3-952.

C. F. — Matias Olimpio — 206-52 — 5-3-52 — Fav. ao proj. e à em.

Em Ordem do Dia na sessão de — 7-3-52 e 8-3-52.

1-4-52. Aprovado c| a emenda da C. J. volta à C.D. (a emenda foi considerada como de substituída e não apenas de redação, como constou do parecer do C. J.).

Aprovada redação final em 18-4-52.  
A' Câmara.

Designado o Senador Matias Olimpio para acompanhar na Câmara o estudo da emenda do Senado.

Emenda do Senado publicada e encaminhada à Comissão de Finanças em 13-5-52.

Parecer favorável da Comissão de Finanças publicado em 20-6-52.

Aprovada a emenda em 3-7-52.

Publicada a redação final em 14-7-52.

Aprovada a redação final em 15-7-52

Projeto enviado à sanção em 17-7-52.

*Lei N.º 1.658-B, de 5-8-52* — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ .. 325.000,00, para pagamento de despesas efetuadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região. — *Diário Oficial de 12-8-52*).

Apresentado pela Com. Finanças da C. D., à vista do ofício n.º 1.220-51, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região.

Tomou o n.º 1.559-52.

Lido em 17-1-52.

Em 4-2-52 é aprovado requerimento de urgência do Dep. Gustavo Capanema. Encerrada a discussão (1.ª). Em votação, é aprovado.

Lida a redação final em 19-2-52 — (noturna).

Aprovada a redação final em 20-2-952.

Remetido ao Senado em 22-2-52 (of. 264), sob o n.º 1.559-A-52.

Lido no Senado em 4-3-52.

Tomou o n.º 50-52.

Em pauta nos dias 7 e 10-3-52.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Rel. — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C. Just. — A. Vivacqua — 453-52  
— 16-4-52 — Pela const. — 16-5-52  
— 17-5-52.

Finanças — M. Olimpio — 454-52  
— 14-5-52 — Of. emenda subst. artigo 1.º — 16-5-52 — 17-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 23-5-52.

Aprovada c| emenda substitutiva do art. 1.º — A' Com. Redação.

Aprovada a redação final em 2-6-52  
— A' Câmara.

Emenda do Senado publicada em 13-6-52 e encaminhada à Comissão de Finanças.

Parecer contrário da Comissão de Finanças, publicado em 10-7-52.

Rejeitada a emenda em 16-7-52.

Projeto enviado à sanção em 17-7-52.

*Lei n.º 1.659 de 6-8-52* — Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do cinquentenário da prova de Saint Cloud, realizada em 1901, e na qual Alberto dos Santos Dumont provou a dirigibilidade dos aerostados. — (*Diário Oficial de 11-8-52*)

Apresentado pelo Dep. Marrey Junior em 11-7-51.

Lido em 12-7-51.

Tomou o n.º 847-51.

Em pauta nos dias 16, 17, 18 e 19 7-951.

Despachado às Com. de Transporte, Comunicações e O. Públicas e de Finanças em 23-7-51.

Em 12-10-51, com o ofício n.º 1973 é transmitido ao Ministério da Viação o teor do projeto.

Em 6-12-51 são lidos pareceres: favorável, da Comissão de Transportes e contrário da de Finanças.

Encerrada a discussão em 19-2-52, depois de falarem os Dep. Barreto Pinto, Osvaldo Orico e Plácido Olimpio. Em votação, é aprovado.

Em 17-3-52 é lida a redação final.

Em 19-3-52 é aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 25-3-52 (of. 501), sob o n.º 847-B-51.

Lido no Senado em 28-3-52.

Em pauta nos dias 3 e 4-4-52.

Tomou o n.º 84-52.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rela. — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C. Just. A. Carvalho — 461-52 —  
30-4-52 — pelo const. — 19-5-52 —  
20-5-52.

Finanças A. Adolfo — 462-52 — 14  
5-52 — fav. — 19-5-52 — 20-5-52.

Ed. Cult. F. Guimarães — 521-52  
— 28-5-52 — fav. — 2-6-52 — 3-  
6-952.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-6-52.

Aprovado. A' Com. Redação.

Aprovada a redação final em 28-7-952. A' sanção com a Mensagem número 200, de 31-7-52.

*Lei N.º 1.660, de 19-8-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, crédito especial para pagamento de despesas com ajuda de custo e passagens do pessoal dos Escritórios e Agências de Propaganda no Exterior — (*Diário Oficial* de 21-8-52).

Apresentado pelo Poder Executivo (mensagem n.º 431, de 23-11-51).

Tomou o n.º 1.489, de 1951.

Lido em 7-12-51. Publicado em 8-12-952.

Remetido à Com. Finanças em 10-12-951.

Parecer, com substitutivo, lido em 6-5-52 (relator Dep. Pontes Vieira). Publicado em 7-5-52 (Pág. 3.552).

1.ª discussão em 13-5-52, em virtude de requerimento de preferência do Dep. Gustavo Capanema. Aprovado o substitutivo da Com. Finanças.

2.ª discussão em 16-5-52. Aprovado.

Redação final lida em 23-5-52. Publicada em 24-5-52. Aprovada em 27-5-52.

Remetido ao Senado com o ofício n.º 945, de 29-5-52.

Tomou no Senado o n.º 127-52.

Lido em 4-6-952.

Publicado em 5-6-52. Em pauta nos dias 10 e 11-6-52.

Comissões que se pronunciaram no Senado:

#### *Parecer*

Com. — Rel. — N.º — Data —

Pron. — Leit. — Publ.

C. J. Gomes de Oliveira — 720 — 16-7-52 — fav. — 4-8-52 — 5-8-52.

C. F. Alberto Pasqualim — 721 — 31-7-52 — fav. — 4-8-52 — 5-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-8-52. Aprovado em 11-8-52. A' sanção, com a Mensagem n.º 215, de 13-8-52.

*Lei n.º 1.661, de 19-8-52* — Modifica os atos 801, 836, 853, 871, 872

e 874 do Código do Processo Civil, sobre o julgamento do recurso de revista e da ação rescisória — (*Diário Oficial* de 26-8-52).

Resultante do Projeto n.º 46, de 1951, apresentado em 7-11-51 no Senado pelo Senador Federal de Souza.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 8-11-51.

Parecer n.º 1.381, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, relatado em 12-12-1951 pelo Senador Clodomir Cardoso. Lido em 13-12-51. Publicado no D.C.N. de 14-12-51.

Projeto considerado constitucional em 21-1-52 (discussão preliminar).

1.ª discussão do mérito em 29-1-52. Aprovado sem rebate.

2.ª discussão em 31-1-52.

Redação final (Parecer n.º 179, de 1952, da Comissão de Redação) lida em 22-2-52. Aprovada sem debate em 3-3-52.

Projeto remetido à Câmara dos Deputados em 5-3-52, com o ofício n.º 256.

Lido na Câmara em 1-4-52.

Na sessão de 13-5-52 o Senador Ferreira de Sousa pediu, em plenário providências para que fosse retificado o autografo enviado à Câmara.

Pedidas informações, pela Mesa à Comissão de Redação, em 14-5-52 — (ofício n.º GP-52).

Em 19-5-1952 foi submetido ao Plenário ofício da Comissão de Redação, concordando com a retificação proposta.

Transmitida em 21-5-52 à Câmara (ofício n.º 562) a retificação.

Em 10-6-52 foi submetido ao Plenário ofício da Comissão de Educação, propondo nova retificação. Aprovada e transmitida à Câmara pelo ofício número 662, de 13-6-52.

Nova retificação, constante do ofício de 3-7-52 da Comissão de Redação, foi submetida em 3-7-52. Transmitida à Câmara pelo ofício n.º 747, de 4-7-52.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, com as retificações propostas pelo Senado. Lido em 16-7-52. Publicado em 17-7-52.

Discussão em 22-7-52. Aprovado o projeto.

Retificação publicada em 30-7-53.

Em 8-8-52 a Câmara dos Deputados comunicou haver sido naquela casa aprovado, em 12-7-52, o projeto, remetido naquela data à sanção (ofício n.º 1.454).

Lei n.º 1.662, de 21-8-52 — Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.614.877,10, para atender às despesas de transporte aéreo de malas diplomáticas entre a Secretaria de Estado e as missões diplomáticas brasileiras, no período de 1945 a 1949 — (*Diário Oficial* de 25-8-52).

Apresentado pelo Poder Executivo (mensagem n.º 489, de 21-11-50).

Tomou o n.º 1015-50.

Lido em 11-12-1950.

Distribuído à Com. Finanças.

Parecer (relator Rafael Cincura) — Lido em 13-12-51. Publicado em 14-12-51.

1.ª discussão em 19-2-52. Adiada a votação. Aprovado em 19-2-52.

2.ª discussão em 21-2-52, em virtude de requerimento de preferência do Dep. Humberto Moura. Aprovado.

Redação final lida em 18-4-52. Publicada em 19-4-52. Aprovada em 22-4-52.

Projeto remetido ao Senado com o ofício 674, de 28-4-52.

Tomou o n.º 103-52.

Lido na sessão de 30-4-52.

Publicado em 1-5-52.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Rel. — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

726 Gomes de Oliveira — 726 —  
18-6-52 —

727 Alfredo Neves — 727 — 21-7-  
-952 — fav.

Em ordem do Dia na sessão de 11-  
-8-52 — Aprovado à sanção, com a  
Mensagem n.º 164, de 22-8-52.

Lei n.º 1.663, de 27-8-52 — Auto-  
riza a abertura ao Poder Judiciário —  
Superior Tribunal Militar — do cré-  
dito especial de Cr\$ 792.000,00 para  
atender às despesas com o pagamento  
de gratificações adicionais aos Minis-  
tros daquele Tribunal. — (*Diário Ofi-  
cial* de 30-8-52).

Originário do Poder Judiciário —  
(Mensagem n.º 1, do Pres. do Super-  
ior Tribunal Militar, de 11-4-51).

Lido em 17-4-51.

Tomou o n.º 147-51.

Em pauta nos dias 19, 20, 23 e 24-  
-4-51.

Despachado à Comissão de Finanças  
em 25-4-51.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Rel. — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C. Just. — Afonso Arinos — s/n.º  
— 27-7-51 — contr. à letra "b" do  
art. 1.º — 29-8-51 — 30-8-51.

Finanças José Bonifácio — s/n.º —  
28-9-51 — of. substitutivo — 29-8-51  
— 30-8-51.

Encerrada a 1.ª discussão em 5-9-51.  
Em votação, é aprovado o substituti-  
vo da Com. de Finanças.

Encerrada a 2.ª discussão em 11-9-  
-951. O projeto volta à Com. de Fi-  
nanças com emenda do Deputado Ma-  
cedo Soares e Silva.

Em 5-10-51 é lido o parecer da Co-  
missão de Finanças, contrário à emen-  
da da 2.ª discussão.

Em 11-10-51 é aprovado requerimen-  
to do Dep. Macedo Soares e Silva,  
solicitando a retirada da emenda de  
sua autoria. Aprovado o projeto. A  
Com. Redação.

Em 23-10-51 é lida a redação final.

Em 24-10-51 é aprovada a redação  
final.

Remetido ao Senado em 31-10-51  
(of. 2.164), sob o n.º 147-B-51.

Lido no Senado em 8-11-51.

Tomou o n.º PLCD-272-51.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Rel. — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

Em pauta nos dias 14 e 16-11-51.

C. Justiça — A. Jobim — 716-52  
— 14-12-51 — fav. ao projeto e à  
emenda apresentada na Comissão —  
4-8-51 — 5-8-51.

Finanças — M. Olimpio — 717-52  
— 31-7-52 — fav. ao projeto e con-  
trário à emenda. (Votos em separado



Sen. Carlos Lindemberg, Pinto Aleixo e A. Pasqualini — 4-8-51 — 5-8-51.

Na Ordem do Dia na sessão de 8-8-1952. Rejeitada a emenda. Aprovado o projeto. A' sanção, com a mensagem n.º 343, de 14-11-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente da República em 27-8-52.

Lei n.º 1.664, de 27-8-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 3.150,00, para reforço de pagamento de salário-família. — (*Diário Oficial* de 30-8-52).

Resultante da proposta do Tr. Nal. de Recursos (ofício n. 388, de 14-3-52. Lido em 19-3-52, publicado em 20 — Tomou o n.º 1757-52.

Remetido à Com. Finanças em 24-3-52.

Parecer da Com. Finanças, favorável, lido em 8-5-52. Publicado em 9-3-52 no DCN.

1.ª discussão em 16-5-52. Aprovado.

2.ª discussão em 20-5-52, em virtude de requerimento de preferência do Dep. Gustavo Capanema. Aprovado sem debate na mesma data.

Redação final lida em 26-5-52. Publicada no DCN de 27-5-52. Aprovada em 27-5-52.

Remetido ao Senado com o ofício n.º 948 de 30-5-52.

Lido em 5-6-52. Publicado em 5-6-52. Tomou o n.º 109-52. Em pauta nos dias 10 e 11.

Distribuído à Com. Const. e Justiça em 13-6-52.

Remetido à Com. Finanças em 17-7-1952.

Pareceres proferidos no Senado:

#### *Pareceres*

Com. — Relator — N. — Data —  
Pronuc. — Leitura — Publicação

C. J. Camilo Mercio — 730 — 16-7-52 — fav. — 5-8-52 — 6-8-52.

C. F. — Matias Olímpio — 731 — 31-7-52 — fav. — 5-8-52 — 6-8-52.

Em Ordem do Dia na sessão de 11-

-8-52. Aprovado. A' sanção, com o Mensagem n.º 214, de 13-8-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 27-8-52.

Modifica a Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, na parte relativa ao Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

(*Diário Oficial* de 5-9-52).

Apresentado em 9-4-51 pelo Dep. Oswaldo Fonseca. Tomou o n.º 89-51.

Despachado em 17-4-51 às Comissões de Const. e Justiça e de Segurança Nacional.

Em 3-9-51 é requerida urgência para discussão e votação, pelo Dep. Arnaldo Cerdeira e outros, sendo aprovado.

Em 6-9-51 é anunciada discussão tendo parecer favorável da Com. de Const. e Justiça e pendente de parecer da Com. Seg. Nac.

Encerrada a discussão e adiada a votação em virtude de emenda oferecida pelo Dep. Lima Figueiredo e outros.

Em 11-9-51 é anunciado a votação aprovados o projeto e a emenda.

Redação final aprovada em 15-9-51

Remetido ao Senado com o ofício número 1.817, de 18-9-51, sob o número 89-A, de 1951.

Lido na sessão de 19-9-51.

Em pauta nos dias 24 e 25.

Comissões que se pronunciaram:

Comissão — Relatores — N.º — Data  
Pron. — Leitura — Pub.

C. J. — Ivo d'Aquino — 517-52 — 28-5-52 — Fav. — 30-5-52 — 31-5-52.

C. F. A. — Mario Mota — 746-52 — 11-8-52 — Fav. — 13-8-52 — 14-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-8-52.

Foi ouvido o Conselho de Seg. Nacional (resposta constando do Of. número 182, de 25-3-52).

Aprovado em 20-8-52. A sessão, com a mensagem n.º 220, de 26-8-52.

LEI N.º 1.666, DE 1-9-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.563.337,10, para pagamento da parte restante das despesas realizadas pelo Departamento

dos Correios e Telégrafos com a aquisição de carros-correio. — (*Diário Oficial* de 5-9-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n.º 21, de 29-1-1952).

Tomou o n.º 1.653, de 1952.

Lido em 13-2-1952. Publicado no D.C.N. de 14-2-1952, à pág. 1.164.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Com. — Relatores — Ns. — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C. F. — Manhães Barreto s/n. — 15-4-52 — Fav. — 22-4-52 — 23-4-52.

1.ª discussão em 30-4-52. — Aprovada.

2.ª discussão em 13-5-52, em virtude de requerimento de preferência do Dep. Gustavo Capanema. — Aprovado o projeto.

Redação final lida e aprovada em 20 de maio de 1952. Remetido o projeto ao Senado em 22-5-52, com o Of. número 866, sob n.º 1.653-B-52.

Lido na sessão de 26-5-52.

Em pauta em 20 e 30-5-52.

*Comissões que se pronunciaram: Parecer.*

*Com. — Relatores — Ns. — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Anisio Jobim — 757 — 18-6-52 — Fav. — 18-8-52 — 19-8-52.

C. F. — Alvaro Adolfo — 758 — 13-8-52 — Fav.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 21-8-52.

Aprovado. À sanção com a mensagem n.º 224, de 21-8-52.

LEI N.º 1.667, DE 1-9-52 — Revoga a alínea a do art. 530, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, (Consolidação das Leis do Trabalho), o dá outras providências. — (*Diário Oficial* de 5-9-52).

Apresentado pelo Dep. Breno da Silveira.

Tomou o n.º 798-51.

Lido em 5-7-52.

Em 10-7-51.

Em pauta nos dias 9, 10, 11 e 12 de julho de 1951.

*Comissões que se pronunciaram: Parecer.*

*Com. — Rel. — N.º — Data — Prov. Leit. Publ.*

C. Justiça — L. Bittencourt — 27 de julho de 1951 — Favorável — 27-8-51 — 28-7-51.

L. Social Hildebrando Bisaglia — 20-8-51 — Favorável — 27-8-51 — 28-7-51.

Em 31-8-51 é aprovado requerimento de preferência. Aprovado o projeto e enviado à Com. Redação.

Em 11-9-51 é lida a redação final.

Em 12-9-51 é aprovada a redação final.

Rem. ao Senado em 15-9-51 (Of. número 1.795), sob o n.º 798-B-51.

Lido no Senado em 18-9-51.

Tomou o n.º PLCD-214-51.

Em pauta nos dias 24 e 25-9-51.

*Comissões que se pronunciaram: Parecer.*

*Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C. Just. — C. Saboia — 1.129-51 — 22-10-51 — Favorável — 14-11-51 — 15-11-51.

Trabalho — G. Oliveira — 1.130-51 — 22-11-51 — Favorável — 14-11-51 — 15-11-51.

Incluído em Ordem na sessão de 23-11-51. Adiada a discussão para 27 de novembro de 1951 a requerimento do Sen. Carlos Lindemberg:

Interrompida a discussão na sessão de 27-11-51, por falta de número no recinto, depois de falarem os Sen. Carlos Lindemberg e Hamilton Nogueira.

Encerrada a discussão na sessão de 28-11-51, depois de falarem os Sen. Vitorino Freire, João Vilasbôas e Gomes de Oliveira. O proj. volta às Comissões em virtude de emenda do Senador João Vilasbôas.

*Comissões que se pronunciaram se a emenda: Pareceres.*

*Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

Const. Just. — Mozart Lago — .. 696-52 16-5-52 — Of. subemenda à emenda do plenário — 22-7-52 — 23 de julho de 1952.

Trabalho — G. Oliveira — 697-52 — 18-7-52 — Contrário à emenda — 22-7-52 — 23-7-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-7-52. Adiada a votação por falta de número.

Retirado da Ordem do Dia na sessão de 31-7-52, a fim de ser ouvida a Com. de Trabalho sobre a subemenda da Com. de Justiça.

Parecer n. 748, da Com. de Trab. e Previdência Social, contrário à subemenda. Publicado em 14-8-52.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 21-8-52 para votação.

Rejeitada a subemenda. Prejudicada a emenda. Aprovado o projeto. A sanção, com a mensagem n.º 221, de 26 de agosto de 1952.

LEI N.º 1.668, DE 2-9-52 — Concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Associação Médica de Goiás para realização do III Congresso Médico do Brasil Central e V do Triângulo Mineiro. — (*Diário Oficial* de 6-9-52).

Apresentado em 1-5-51 pelo Deputado Paulo Fleury.

Tomou o n.º 543, de 4-6-51.

Lido em 4-6-51. Publicado em 5 de junho de 1951.

Em pauta nos dias 6, 7, 8 e 11-6-51.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres:*

*Com. — Relatores — N.º — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C. T. Jaeder Albergaria — s/n. — 4-9-51 — Fav. — 13-9-51 — 14-9-51:

C. F. Dario de Barros — s/n. — 11-9-51 — Fav. — 13-9-51 — 14 de setembro de 1951.

*Sobre a emenda:*

C. J. Jaeder Albergaria — S/n. — 31-8-51 — Fav. — 29-10-51 — 30 de outubro de 1951.

C. F. — Dario de Barros — S/n. — 28-10-51 — Contr. — 29-10-51 — 30-10-51.

Aprovado em 5-11-51 com emenda. Redação final aprovada em 13-11-51.

Aprovada na mesma Com.

Remetido o projeto ao Senado com o Of. n.º 2.240, de 16-11-51.

Lido em 20-11-51. Tomou o número 293-51.

Em pauta nos dias 23 e 26-11-51.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres:*

*Com. — Relatores — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Anisio Jobim 714 — 14 de dezembro de 1951 — Pela Const. — 4-8-52 — 5-8-52.

C. F. — Alfredo Neves — 715 — 31-7-52 — Fav. — 4-8-52 — 5-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 13-8-52. Aprovado. A sanção com a mensagem n.º 218, de 20-8-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 2-9-52.

LEI N.º 1.669, DE 3-9-52 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ . . . . 16.511.040,00 (dezesseis milhões, quinhentos e onze mil e quarenta cruzeiros), para pagamento ao Tesouro Britânico, como liquidação de todas as reivindicações pendentes, constantes do Memorando entregue ao Embaixador Brasileiro de Londres, a 1 de março de 1947. — (*Diário Oficial* de 6-9-52).

Apresentado pelo Poder Executivo (mensagem n.º 155, de 11-5-1950).

Tomou o n.º 363-50.

Tomou o n.º 86, de 1951.

Lido em 10-5-51.

Em pauta nas sessões de 17 e 18.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Ivo d'Aquino — 723 — 7-4-52 — Pela Const. — 4-8-52 — 5-8-52.

C. S. Publ. — Ezechias da Rocha — 724 — 4-5-52 — Fav. — 4-8-52 — 5-8-52.

C. F. — Durval Cruz — 725 — 31-7-52 — Fav. — 4-8-52 — 5-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 13-8-52.

Aprovado. A Com. Redação.

Redação final aprovada em 27-8-52.

A sanção, com a mensagem n.º 228, de 29-8-52.

Andamento: Em 2-6-50, é lido e vai a imprimir.

Em pauta, nos dias 6, 7, 9 e 12-6-50.

Em 12-6-50, é despachado à Comissão de Finanças.

## 2.ª Legislatura

Em 18-4-51, é lido e mandado a imprimir o parecer favorável da Comissão de Finanças (363-A).

Em 24-4-51, é anunciada a discussão do projeto. Falam sobre o mesmo os Srs. Daniel de Carvalho, que teve o seu tempo prorrogado por trinta minutos, em virtude de requerimento do Sr. Aliomar Baleeiro, aprovado pelo plenário, e Aliomar Baleeiro. E' adiada a discussão do projeto.

Em 25-4-51, continua a discussão. Falam sobre o mesmo os Srs. Aliomar Baleeiro e José Bonifácio. E' adiada a discussão.

Em 26-4-51, continua a discussão. Falam os Srs. Tenório Cavalcanti, Oswaldo Orico, Nelson Carneiro e Arnaldo Cerdeira. E' encerrada a discussão e submetido a votos o projeto. E' aprovado e enviado à Comissão de Redação.

Em 30-4-51, é lida e vai a imprimir a redação final. (363-B-50).

Em 2-5-51, é lida e, sem observações, aprovada a redação final. E' enviado ao Senado.

Encaminhado ao Sr. 1.º Secretário do Senado, com o ofício n.º 698, de 4-5-51, autógrafos do projeto.

*Lei n. 1.670, de 5-9-52* — Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ ..... 1.188.000,00, para pagamento de ajuda de custo aos Senadores pela convocação extraordinária do Congresso Nacional, no período de 16 de dezembro de 1950 a 31 de janeiro de 1951. — *Diário Oficial* de 10-9-52.

Projeto oferecido pela C. F. da C. D. por solicitação do Senado (Ofício 345, de 20-3-1952).

Lido em 26-5-52.

Publicado no DCN de 27-5-52. (Página 4.142).

1ª discussão em 29-5-52. Aprovado.

2ª discussão em 13-6-52. Adiada a votação. Aprovado na sessão noturna da mesma data.

Redação final lida em 20-6-52.

Aprovada em 20-6-52.

Projeto remetido ao Senado com o ofício 1.078, de 21-6-52 (sob o número 1.993-A-52):

Lido em 25-6-52.

Tomou o n. 142-52.

## Comissões que se pronunciaram Pareceres

C. J. — Ivo d'Aquino — 755-52 — 7-8-52 — Fav. — 18-8-52 — 19-8-52.

C.J. — Carlos Lindemberg — 756-52 — 13-8-52 — Fav. — 18-8-52 — 19-8-52 de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-8-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Adiada a votação (25-8-52) em virtude do levantamento da sessão por motivo do falecimento do Governador Agamenon Magalhães.

Aprovado em 26-8-52. À sanção, com a Mensagem n. 230, de 29-8-52.

*Lei n. 1.671, de 12-9-52* — Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — selo comemorativo do 150º aniversário de nascimento do Dr. José Martins da Cruz Jobim. — *Diário Oficial* de 18-9-52.

Apresentado em 11-12-1952, pelo Dep. Raul Pila.

Lido em 12-2-1952. Tomou o número 1.648-52.

Distribuído às Com. de Educação e Cultura, de Transportes e Comunicações e de Finanças.

Discussão em 5-3-52, em regime de urgência, em virtude de requerimento do Deputado Raul Pila.

Retirado da Ordem do Dia, a fim de ser impresso substitutivo apresentado (DCN de 6-3-52, pág. 1.767).

Lido em 5-3-52 com parecer e substitutivo da C.F. e parecer da C. de Educação e Cultura.

Aprovado substitutivo em 7-3-52. — 1ª discussão em 9-3-52.

Aprovado «substitutivo».

Redação final lida em 17-3-52.

Aprovada em 20-3-52.

Projeto remetido ao Senado em 18-4-52.

Lido na sessão de 23-4-52.

Publicado em 24-4-52.

Em pauta nos dias 2 e 5-5-52.

Com. — Relatores — N. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Gomes de Oliveira — 766-52 — 18-6-52 — Fav. — 19-8-52 — 20-8 de 1952.

C. J. — Álvaro Adolfo — 767-52 — 13-8-52 — Fav. — 19-8-52 — 20-8 de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-8-52. Adiado em virtude do falecimento do Gov. Agamemnon Magalhães.

Aprovado em 26-8-52. À sanção, com a Mensagem n. 229, de 29-8-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 12-9-52.

*Lei n. 1.672, de 18-9-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ ..... 200.000.000,00 à Fundação da Casa Popular. — *Diário Oficial* de 20-9-52.

Apresentado pelo Poder Executivo (mensagem n. 61, de 4-3-1952).

Tomou o n. 1.767.

Lido em 20-3-52. Publicado no DCN de 21-3-52 (Pág. 2.258).

Distribuído à C. Finanças em 24-3 de 1952.

Parecer favorável, lido em 15-5-52.

1ª discussão em 16-5-52. Aprovado.

2ª discussão em 19-5-52. Aprovado.

Redação final em 31-5-52 (sessão noturna). Aprovada.

Projeto remetido ao Senado com ofício 898, de 23-5-52.

Tomou o n. 118-52.

Lido em 27-5-52.

Em pauta nos dias 5 e 6-6-52.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — N. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. Ivo d'Aquino — 648 — 22-6 de 1952 — Pela cont. — 4-7-52 — 5-7-52.

C. J. — Alberto Pasqualini — 649 — 2-7-52 — Fav. — 4-7-52 — 5-7-52.

C. Tr. — Luiz Tinoco — 722 — 1-8-52 — Fav. — 4-8-52 — 5-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-8-52.

Retirado da Ordem do Dia em virtude de pedido de adiamento (para 21 do corrente) formulado pelo Senador João Villasbôas.

Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões em virtude de emenda do Senador João Villasbôas (21-8 de 1952).

Comissões que se pronunciaram sobre a emenda de Plenário :

*Pareceres*

Com. — Relatores — N. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Ivo d'Aquino — 846-52 — 28-8-52 — Destaque para o projeto em separado — 5-9-52 — 6-9-52.

C. Tr. Pr. Soc. — Luiz Tinoco — 847-52 — 1-9-52 — Idem.

C. F. — Alberto Pasqualini — 848-52 — 4-9-52 — Idem.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-9-52. Destacada a emenda para constituir projeto em separado. Aprovado o proj. À sanção, com a mensagem n. 244, de 16-9-52.

*Lei n. 1.673, de 18-9-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — crédito especial para ocorrer às despesas com o pagamento de auxílios para funeral. — *Diário Oficial* de 20-9-52.

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 554, de 1951).

Lido em 18-1-52. Publicado em 19-1 de 1952.

Tomou o n. 1.563-52.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — N. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. F. — Aloisio de Castro — sem número — 29-4-52 — Fav. com subst. — 6-5-52.

1ª Discussão em 13-5-52. Aprovado o substitutivo.

2ª Discussão em 19-5-52. Aprovado.  
Redação final lida em 26-5-52.  
Aprovada em 27-5-52.  
Projeto remetido ao Senado com o  
ofício 996, de 6-6-52, sob o n. 1.563-B  
de 1952.  
Lido no Senado em 11-6-52.  
Tomou o n. 131-52.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — N. — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Camilo Mercio — 828-52  
— 7-8-52 — Pela const. — 29-8-52  
— 30-8-52.

C. J. — Camilo Mercio — 828-52 —  
27-8-52 — Fav. — 29-8-52 — 30-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão  
de 5-9-52. Aprovado em 5-9-52. À san-  
ção, com a Mensagem n. 236, de 12-9  
de 1952.

*Lei n. 1.674, de 19-9-52* — Autoriza  
a abrir, pelo Ministério da Viação e  
Obras Públicas, o crédito especial de  
Cr\$ 2.270.000,00, destinado ao Depar-  
tamento Nacional de Estradas de Ferro  
(Estrada de Ferro de Goiás). — *Diário  
Oficial* de 25-9-52.

Apresentado pelo Dep. Benedito Va-  
ladares.

Lido em 8-6-1951.

Tomou o n. 597, de 1951.

Em 18-6-51, é despachado à Comissão  
de Finanças.

Em 8-10-51, com o ofício n. 1.956,  
é enviado o teor do projeto ao Minis-  
tério da Viação e Obras Públicas.

Em 23-10-51, é lido o ofício número  
518-G.M. do Ministério da V. e Ob.  
P., transmitindo as informações solici-  
tadas.

Em 15-12-51 é anunciada a discussão.  
O Sr. Clóvis Pestana apresenta parecer  
favorável, oral, da Comissão de Fi-  
nanças. Aprovado.

Redação final lida e aprovada na mes-  
ma data.

Projeto remetido ao Senado com o  
ofício 6171, de 8-2-52 (sob o número  
597-A de 1951).

Lido no Senado em 11-2-52.

Em pauta nos dias 14 e 15.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — N. — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — João Villasbôas — 768 —  
16-4-52 — Pela const. — 20-8-52 —  
21-8-52.

V. Ob. P. — — Euclides Vieira — 769  
— 7-5-52 — Cont. — 20-8-52 — 21-8  
de 1952.

C. F. — Álvaro Adolfo — 770 —  
13-8-52 — Fav. — 20-8-52 — 21-8-52.  
Incluído na Ordem do Dia da Sessão  
de 28-8-52.

Encerrada a discussão e adiada a vo-  
tação em 28-8-52, por falta de número.

Aprovado em 3-9-52. À sanção, com  
a Mensagem n. 248, de 19-9-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidên-  
cia da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do  
Senado em 19-9-52.

*Lei n. 1.675, de 25-9-52* — Estende  
as vantagens da Lei n. 264, de 25 de  
fevereiro de 1948, aos funcionários da  
Secretaria do Superior Tribunal Mili-  
tar. — *Diário Oficial* de 27-9-52.

Projeto originário da Mensagem nú-  
mero 1-52, do Presidente do Sup. Trib.  
Militar.

Lido em 9-5-52.

Publicado em 16-5-51.

Em 16-5-52 é anunciada e encerrada  
a primeira discussão.

Vai com a emenda oferecida pelo  
Sr. Ponce de Arruda à Com. Finanças  
(DCN de 17-5-52 — Pág. 4.006).

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — N. — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

Sobre o Proj.

C. D. — Pereira Diniz — s/n —  
21-2-52 — Pela comp. — 8-7-52 —  
9-7-52.

C. S. Publ. — Lopo Coelho — s/n  
— 24-4-52 — Fav. — 8-7-52 — 9-7-52.

C. J. — João Agripino — s/n  
— 7-5-52 — fav. com subs. — 8-7-52  
— 9-7-52.

II — *Sobre a emenda*

C. J. — João Agripino — s/n — 19-6-52 cont.

Aprovado em 14-7-52 o substitutivo da Comissão de Finanças. Rejeitada a emenda.

2ª discussão em 16-7-52.

Aprovado o substitutivo.

Remetido ao Senado em 28-7-52. (Ofício n. 3.140) sob o n. 1.934-B-52.

Lido em 30-7-52.

Publicado em 31-7-52.

Tomou o n. 181-52.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — N. — Data  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Anísio Jobim — 802 — 14-8-52 — Pela cont. — 22-8-52 — 23-8-52.

C. J. — Walter Franco — 803 — 20-8-52 — Fav. — 22-8-52 — 23-8-52

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 28-8-52.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número em 28-8 de 1952.

Retirado da Ordem do Dia em 3-9-52, para publicação, no avulso, da legislação citada.

Aprovado em 8-9-52. À sanção, com a Mensagem n. 234, de 11-9-52.

*Lei n. 1.676, de 26-9-52.* — Faculta a contribuição para diversos Institutos de Previdência e dá outras providências. — *Diário Oficial* de 21-10-52.

Projeto apresentado pelo Deputado Nelson Omega.

Lido em 13-6-1951.

Tomou o n. 645, de 1951.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — N. — Data —  
Pron. — Leitura — Publ.

C. C. S. — Orlando Dantas — s/n — 27-9-51 — Fav. — 1-10-51 — 2-10-51.

Em 20-6-51 é anunciada e encerrada a discussão ...

2ª discussão em 5-10-51. Aprovado.

Redação final lida em 18-10-51.

Aprovada em 19-10-51.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício 2.175, de 31-10-51, sob o número 645-B-51.

Tomou o n. 280, de 1951.

Lido em 9-11-51.

Em pauta nos dias 16 e 19-11-51.

Recebeu uma emenda.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Datas  
— Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Ivo d'Aquino — 814-52 — 7-5-52 — Pela cont. do proj. e rejeição da emenda. — 25-8-52 — 26-8-52.

C. T. Pr. S. — Cícero de Vasc. — 815-52 — 10-7-52 — Fav. ao projeto e contr à emenda. — 25-8-52 — 26-8-52.

C. J. — Alberto Pasqualini — 816-52 — Idem.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 8-9-52.

Rejeitada a emenda. Aprovado o projeto. À sanção, com a Mensagem n. 238, de 12-9-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 26-9-52.

*Lei n. 1.677, de 26-9-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 6.575,20, a fim de ocorrer às despesas com o pagamento de diferença de vencimentos ao Suplente de Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória. — *Diário Oficial* de 2-10-52.

Apresentado pela Comissão de Finanças da C. Dep. (em atenção à mensagem n. 5-52, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região).

Tomou o n. 1.999-52.

Lido em 27-5-52.

Em 20-6-52 é encerrada a primeira discussão.

Aprovado em primeira discussão na sessão de 23-6-52.

Aprovado em segunda discussão na sessão de 3-7-52.

Redação final lida em 10-7-52, publicada em 11-7-52 e aprovada na mesma data.

Remetido ao Senado em 17-7-52, com o ofício n. 1.283, sob o n. 1.999-A-52. Lido no Senado em 24-5-52. Tomou o n. 166-52. Em pauta nos dias 31-7-52 e 1-8-52.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — N. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — A. Jobim — 830 — 14-8-52 — pela const. — 29-8-52 — 30-8-52.

C. Finanças — A. Pasqualini — 831 — 27-8-52 — favorável — 29-8-52 — 30-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 5-9-52. Aprovado.

À sanção, com a Mensagem n. 235, de 12-9-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 26-9-52.

*Lei n. 1.678, de 26-9-52* — Isenta do pagamento dos impostos de importação e taxas aduaneiras maquinários usados, destinados ao fabrico de sabão, gordura e produtos similares. — (*Diário Oficial* de 2-10-52).

Apresentada pela Com. Finanças da C.D. à vista do requerimento n. 1.231-51, Ludovico Cukac.

Lido na sessão de 8-10-1951.

1ª discussão encerrada em 31-10-1951. Votação em 5-11-1951. (Sessão extraordinária noturna). Aprovado.

2ª discussão em 7-11-51. Aprovada.

Redação final lida em 14-11-51. Aprovada em 16-11-1951.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 2.296, de 22-11-1951 (sobre o n. 1.231-A-51).

Lido na sessão de 26-11-50.

Tomou o n. 306-51.

Em pauta nos dias 29 e 30-11-51.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Data — Pron. — Leitura — Publ.

C. J. — Mozart Lago — 804-52 — 16-5-52 — Pela const. — 22-8-52 — 23-8-52.

C. F. — Ferreira de Souza — 805-52 — 20-8-52 — fav. — 22-8-52 — 23-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 4-9-52. Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 237, de 12-9-52.

Autógrafos desolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 26-9-52.

*Lei n. 1.679, de 1-10-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 480.000,00, para pagamento de pensão especial aos veteranos da Revolução Acreana. — (*Diário Oficial* de 7-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 185, de 1950, de 26-5-50).

Tomou o n. 430, de 1950.

Lido na sessão de 16-6-50.

Em pauta nos dias 20, 21, 22 e 23 de junho de 1950.

Em 23-6-50 é despachado à Com. Finanças.

Em 6-5-1952 é lido parecer favorável da Com. Finanças (de 29-4-52). Relator. Dep. Aloisio de Castro. Publicado no *DCN* de 7-5-52.

1ª discussão em 13-5-52. Aprovado.

2ª discussão em 16-5-52, em virtude de preferência, concedida a requerim. do Dep. Gustavo Capanema. Aprovado sem debate.

Redação final lida em 23-5-52.

Publicada em 24-5-52.

Aprovada em 27-5-52.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício 943, de 29-5-52 sob o n. 430-B, de 1950.

Lido na sessão de 4-6-52.

Tomou o n. 126-52.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Data — Pron. — Leit. — Publi.

C. J. — Anisio Jobim — 834-52 — 1-8-52 — Pela const. — 29-8-52 — 30-8-52.

C. F. — Alfredo Neves — 835-52 — 27-8-52 — Fav. — 29-8-52 — 30-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-9-52. Aprovado 9-9-52, à sanção, com a Mensagem n. 242, de 16-9-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 1-10-52.



*Lei n. 1.680, de 1-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar o trecho Itumbiara-Monte Alegre de Minas, da BR-14, do Plano Rodoviário Nacional, e a ligação Monte Alegre-Uberlândia. — (Diário Oficial de 7-10-52).*

Projeto apresentado na C. D. pelo Dep. Rondon Pacheco e outros.

Tomou o n. 72-51.

Lido em 5-4-51.

Em 10-4-51 é anunciada a discussão especial. Encerrada depois de falarem os Deps. Clovis Pestana e Maurício Joppert.

Em 17-4-51 é despachada às Comissões de Transporte, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

Com o ofício 689, de 2-5-51 são enviados avulsos ao M. da Viação e Ob. Publ., solicitando o seu pronunciamento sobre o assunto CDCN de 8-5-51).

Em 6-7-51, com o ofício n. 1.204 é reiterado o pedido.

Em 1-8-51, é lido o aviso n. 295-GU do Ministério da Viação e Obras Públicas, transmitindo as informações solicitadas.

Com o Of. 1.500, de 10-8-51, dirigido ao Ministro da Viação e Ob. Publ. é transmitido teor do requerimento do relator da Com. de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, a fim de que o Dep. Nal. de Obras de Saneam. informe a respeito.

Em 6-11-51 é lido e vai a imprimir, tendo parecer, com substitutivo, da Com. Transp. e Com. e parecer contrário da Com. Finanças. CDCN 7-11-51).

2ª discussão em 9-11-51, Volta à Com. de Finanças com emenda do Dep. Rondon Pacheco.

Em 12-12-51 é lido e vai a imprimir tendo novo parecer da Com. Finanças favorável ao substitutivo da Com. Transp. Com. e Ob. Publ. e à emenda de pauta. Em 29-1-52 é aprovado o substitutivo da Com. de Fn. e a emenda de 2ª disc.

Redação final lida em 1-2-52.

Aprovada em 4-2-52.

Projeto remetido ao Senado em 8-2-52 c/o of. 176.

Tomou o n. 44-52. (

Lido em 11-2-52.

Em pauta nos dias 15 e 18.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — N. — Datas  
— Pron. — Leit. Publ.

C. J. — João Vilasboas — 760-52 —  
25-4-52 — Pela const. 19-8-52.

C. V. Ob. P. Fco. Gallotti — 761-52  
— 7-5-52 — Fav. — 19-8-52 —  
20-8-52.

C. F. — Alvaro Adolfo — 762-52 —  
13-8-52 — Fav. — 19-8-52 — 20-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-9-52. Aprovado. 9-9-52, À sanção, com a Mensagem n. 241, de 16-9-52. — Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 1-10-52.

*Lei n. 1.681, de 1-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de ..... Cr\$ 11.400,00 para atender ao pagamento de despesas na Justiça do Trabalho, 1ª Região. — (Diário Oficial de 7-10-52).*

Projeto apresentado pela Com. Finanças da C. D. em atenção à mensagem n. 7-TRT-3-52, de 6-3-52, do Tr. Regional do Trabalho, da 1ª Região.

Tomou o n. 1.992, de 52.

Lido em 26-5-52.

Em 18-6-52 é anunciada e encerrada da 1ª discussão. Aprovada.

2ª discussão em 23-6-52.

Redação final lida em 27-6-52.

Aprovada em 30-6-52.

Projeto remetido ao Senado em 3-7-52, sob o n. 1.992-A-52 (Ofício 1.154).

Tomou o n. 150-52.

Lido em 8-7-52.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Datas  
— Pron. — Leit. — Publi.

C. J. Anísio Jobim — 826-52 —  
7-8-52 — Pela const. — 29-8-52 —  
30-8-52.

C. F. — Alberto Pasqualini — 827-52  
— 27-8-52 — Fav. — 29-8-52 — 30-8  
de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-9-52. — Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 243, de 16-9-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 1-10-52.

Lei n. 1.682, de 1-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de . . . . Cr\$ 17.854,60, para ocorrer ao pagamento de vencimentos, acréscimo e diferença de vencimentos, salários e salário-família, relativos a 1951. — *ADiário Oficial* de 7-10-52).

Projeto apresentado pela Com. Finanças em atenção ao Ofício n. 456, de 21-3-1952, do Tr. de Contas.

Tomou o n. 1.969, de 1952.

Lido em 19-5-52.

1ª discussão em 13-6-52. Encerrada. Adiada a votação. Aprovado em 18-6 de 1952.

2ª discussão em 20-6-52. Adiada a votação. Aprovado em 23-6-52.

Redação final lida em 27-6-52.

Publicada em 28-6-52.

Aprovada em 30-6-52.

Projeto remetido ao Senado com of. 1.155, de 3-7-1952, sob o n. 1.969-A, de 1952.

Lido em 8-7-52.

Tomou o n. 151-52.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — ós. — Datas  
— Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — J. Pires — 842-52 — 1-8-52  
— Fav. — 4-9-52 — 5-9-52.

C. F. — Durval Cruz — 843-52 —  
27-8-52 — Fav. — 4-9-52 — 5-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-9-52. Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 245, de 17-8-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 1-10-52.

Lei n. 1.683, de 1-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para regularizar despesas de pessoal na Estrada de Ferro de Goiás. — (*Diário Oficial* de 7-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n. 182, de 30-5-52).

Tomou o n. 2.048, de 1952.

Lido na sessão de 9-6-52.

Em 11-6-52 (sessão extraordinária noturna) é despachado à Com. Finanças.

Em 19-6-52 é aprovado requerim. de urgência. do Sr. Arruda Câmara.

Em 20-6-52 é lido e vai a imprimir parecer da Com. Finanças (relator, Dep. Aloisio de Castro), favorável ao projeto.

1ª discussão em 3-7-52. Aprovado.

2ª discussão em 4-7-52. Aprovado.

Redação final aprovada em 7-7-52.

Projeto remetido à C.D. em 11-7-52 (sobre o n. 2.048-A-52), com o ofício 1.212.

Lido na sessão de 15-7-52.

Tomou o n. 156-52.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Relatores — Ns. — Datas  
— Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Jn. Pires — 866-52 — 1-8-52  
— Pela const. — 8-9-52 — 9-9-52.

C.F. — Carlos Lindemberg — 867-52  
— 4-9-52 — Fav. — 8-9-52 — 9-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-9-52, em virtude de dispensa de interstício, requerida em 9-9-52.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de numero em 10-9-52. Aprovado em 11-9-52. À sanção, com a Mensagem n. 246, de 17-9-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 1-10-52.

Lei n. 1.684, de 1-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 156.900,00, para atender às despesas feitas com a observação do eclipse solar no dia 20 de maio de 1947. — (*Diário Oficial* de 7-10-52).

Apresentado na C. dos Deputados.

Tomou o n. 151-47.

Publicado em 6-5-47.

Aprovado em 13-5-47. Redação final aprovada na mesma data. O projeto vai ao Senado.

Lido no Senado na sessão de 19-5-47.

Tomou o n. 31-47.

Parecer da Comissão de Finanças, oferecendo substitutivo, publicado em 30-5-47 (rel. Sen. Apolônio Sales).

Projeto aprovado em 3-6-47 o substitutivo da Comissão de Finanças. À C. Dep.

Emenda do Senado publicada juntamente com o parecer favorável da Comissão de Finanças, em 2-9-47.

Redação final lida em 4-9-47 e aprovada em 5-9-52.

O projeto vai à sanção com o ofício n. 1.776, de 17-9-52.

*Lei n. 1.684-A, de 1-10-52* — Altera a redação do item XIII do art. 43 do Plano dos Uniformes para uso dos Oficiais e Praças da Aeronáutica. — (*Diário Oficial* de 9-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n. 128, de 8-5-51).

Lido na Câmara dos Deputados em 29-5-51.

Em pauta nos dias 31-5 1-4 e 5-6-51.

Parecer favorável da Com. Seg. Nac. lido em 27-6-51. (Relator Dep. Abelardo Andréa).

Em discussão em 13-7-51, em virtude de requerimento de preferência, apresentado pelo Dep. Maurício Joppert. Aprovado em 13-7-51.

Redação final lida em 4-12-51.

Aprovada em 5-12-51.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 2.491, de 11-12-51, sob o número 498-B-51.

Lido na sessão de 12-12-51.

Em pauta nos dias 12 e 13.

#### *Comissões que se pronunciaram*

##### *Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Aloísio de Carv. — 740-52 — 7-5-52 — Fav. — 11-8-52 — 12-8-52.

C.F.A. — Roberto Glasser — 4-8 de 52 — Fav. 11-8-52 — 12-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-8-52 — Adiada em virtude do levantamento da sessão por motivo do falecimento do Governador Agamemnon Magalhães.

Aprovado em 26-8-52. À sanção, com a Mensagem n. 240, de 16-9-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 1-10-52.

*Lei n. 1.685, de 2-10-52* — Prorroga, até 31 de dezembro de 1953, as disposições da Lei n. 641, de 27 de fevereiro de 1949, com as modificações introduzidas pela Lei número 1.243, de 25 de novembro de 1950. — (*Diário Oficial* de 7-10-52).

Apresentado pelo Dep. Cunha Bueno. Tomou o n. 1.447-51.

Lido em 28-11-51.

#### *Comissões que se pronunciaram*

##### *Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.

C. Ec. — Uriel Alvim — s/n — 14-4-52 — Fav. c/ emenda — 6-5-52 — 7-5-52.

C.F. — Herbert Levy — s/n — 30-4-52 — Fav. ao pr. e à em. — 6-5-52 — 7-5-52.

Em 13-5-52 é aprovado requerimento de preferência do Dep. Gustavo Capanema. Em consequência é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Aprovado o proj. com a emenda. Volta à Com. Economia para redigir o vencido.

Redação para 2ª discussão publicada em 30-5-52

2ª discussão em 20-6-52. Encerrada. Adiada a votação.

Aprovada em 2ª discussão em 23-6, de 1952.

Redação final lida em 30-6-52.

Aprovada em 1-7-52.

Projeto remetido ao Senado com o Of. 1.169, de 9-7-52 pub. n. 1.447-C-51.

Lido na sessão de 11-7-52.

#### *Comissões que se pronunciaram*

##### *Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — J. Vilasboas — 858-52 — 7-8-52 — Pela const. — 8-9-52 — 9-9-52.

C. F. — Ferreira de Souza — 859-52 — 4-9-52 — Fav. — 8-9-52 — 9-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-9-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 250, de 23-9-52.

*Lei n. 1.686, de 2-10-52.* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 161.460,00 para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, no exercício de 1952. — (*Diário Oficial* de 7-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 94, de 31-3-52).

Tomou o n. 1.844, de 17-4-52.

Lido em 17-4-52.

Publicado em 18-4-52.

À Com. de Finanças em 18-4-52.

Em 18-6-52 é lido o parecer da Com. Finanças, favorável.

Em 23-6-52 é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Adiada a votação. Votação na sessão extraordinária noturna da mesma data. Aprovado.

Em 3-7-52 é aprovado requerimento de preferência, do Dep. Gustavo Capanema, Em consequência, entra imediatamente em 2ª discussão, encerrada sem oradores. Aprovado na mesma data.

Relação final lida em 11-7-52. Aprovada na mesma data.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 1.269, de 17-7-52, sob o número 1.844-B-52.

Tomou o n. 162, de 1952,

Lido em 23-7-52.

Em pauta nos dias 29 e 30-7-52.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Joaquim Pires — 860-52 — 21-8-52 — pela const. — 8-9-52 — 9-9-52.

C. F. — Alfredo Neves — 861-52 — 4-9-52 — Fav. — 8-9-52 — 9-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-9-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 251, de 23-9-52.

*Lei n. 1.687, de 2-10-52.* — Concede pensão especial a menor Maria Edite de Oliveira, filha de João Rodrigues de Oliveira, extranumerário diarista da Estrada de Ferro Central do Piauí, faleci-

do em consequência de acidente no trabalho. — (*Diário Oficial* de 7-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 192, de 19-6-51).

Tomou o n. 739, de 1951 na C.D.

Tramitação na Câmara dos Dep.

Lido em 27-6-52.

Em pauta nos dias 29 de junho 2, 3 e 4-7-51.

Enviado à Com. Finanças em 9-7-51.

Em 28-8-51, pelo ofício n. 1.651, é solicitada audiência do Ministro do Trabalho.

Em 15-12-51, é anunciada e encerrada a 1ª discussão. O Sr. Parsifal Barroso apresenta parecer oral pela Com. Finanças, favorável ao Projeto. Aprovado o projeto em 1ª discussão.

2ª discussão em 15-12-51, aprovada.

Redação final lida e aprovada em 15-12-51.

Projeto remetido ao Senado em 8-2-52 com o ofício n. 174, sob o n. 739-A, de 1951.

Lido no Senado na sessão de 11-2-52. Em pauta nos dias 14 e 15-2-52.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Gomes de Oliveira — 874-52 — 5-3-52 — Pela const.

C. F. — Ferreira de Souza — 875-52 — 4-9-52 — Fav.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 18-9-52.

Aprovado 18-9-52. À sanção, com a Mensagem n. 254, de 24-9-52.

*Lei n. 1.688, de 2-10-52.* — Concede pensão especial de Cr\$ 273,00 mensais a Honorina Cavalcanti de Moura, genitora de Francisco Cavalcanti de Moura, servidor público, falecido no exercício de suas funções. — (*Diário Oficial* de 7 de outubro de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n. 166, de 1-6-1951).

Lido na sessão de 11-6-51.

Tomou o n. 611, de 1951.

Em pauta nos dias 13, 14, 15 e 16 de junho de 1951.

Em 20-6-51 é despachado à Com. Finanças.

Em 28-8-51, pelo ofício n. 1.652, é solicitada audiência ao Ministro do Trabalho.

Em 8-11-51 é lido o ofício 131.508-51 G.M. do Ministro do Trabalho, transmitindo o pronunciamento solicitado.

Em 11-12-1951, é lido e vai a imprimir o parecer, com substitutivo da Com. Finanças (611-A). Publicado no DCN de 12-12-51.

Em 14-12-51 é anunciada e encerrada a discussão. Passa-se à votação, sendo aprovado o substitutivo da Com. de Finanças, em 1ª discussão.

Em 15-12-51 entra em 2ª discussão, sendo aprovado o substitutivo.

Redação final aprovada em 15-12-51 (sessão extraordinária noturna).

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 2.598, de 21-12-51, sob o número 611-B-51.

Lido na sessão de 17-1-52.

Tomou o n. 15-52.

Em pauta nos dias 25 e 28-1-52.

#### *Comissões que se pronunciaram*

##### *Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Datas — Ns. — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Clodomir Cardoso — 5.3-52 — 864-52 — Pela const. — 8-9-52 — 9-9-52.

C. F. — Ferreira de Souza — 4-9-52 — 865-52 — Fav. — 8-9-52 — 9-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 16-9-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 249, de 23-9-52.

*Lei n. 1.689, de 2-10-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, crédito especial para pagamento de prêmios e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna. — (*Diário Oficial* de 7-10-52).

Apresentado pela Com. de Ed. e Cultura em 29-5-52.

Tomou o n. 2.018 de 1952.

Lido em 30-5-52.

Publicado no DCN n. 98, de 31-5-52.

À Com. Finanças em 4-6-52.

Em 24-6-52 é lido o parecer da Com. Finanças favorável. Relator: Lameira Bittencourt.

1ª discussão em 4-7-52. — Aprovado.

2ª Discussão em 10-7-52. Aprov.

Redação final lida em 16-7-52.

Aprovada em 17-7-52.

Projeto remetido ao Senado com o of. 1.350, de 29-7-52, sob o n. 2.018-B, de 1952.

Lido em 31-7-52.

Publicado em 1-8-52.

Tomou o n. 186-52.

Em pauta nos dias 7 e 8-8-52.

#### *Comissões que se pronunciaram*

Com. — Relatores — Ns. — Datas — Publ — Leit. — Publ.

C. J. — Gomes de Oliveira — 851-52 — 21-8-52 — Pela const. — 8-9-52 — 9-9-52.

C.F. — Alfredo Neves — 852-52 — 4-9-52 — Fav. — 8-9-52 — 9-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-9-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 252, de 23-9-52.

*Lei n. 1.690, de 3-10-52* — Estende aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde, as vantagens e os direitos concedidos pela Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948. — (*Diário Oficial* de 7-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 261, de 16-8-51).

Tomou o n. 1.075, de 1951 na C.D.

Tramitação na C.D.:

Lido em 30-8-51.

Em 3-9-51, é despachado às Comissões de Saúde Pública, Serviço Público Civil e de Finanças.

Em 8-12-51, pelo Of. 2.449 é transmitido o teor do projeto ao Ministério da Educação e Saúde.

Em 14-12-51 entra em discussão, dependente de parecer da Comissão de Saúde Pública, serviço Público Civil e de Finanças, em regime de urgência.

Os Srs. Leão Sampaio, Lopo Coelho e Antônio Feliciano apresentaram pareceres favoráveis, orais em nome das referidas Comissões, respectivamente. Encerrada a discussão sem orador. Aprovado.

Redação final aprovada na mesma data (dispensada a publicação).

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 2.588, de 19-12-51, sob o número 1.075-A-51.

Lido na Sessão de 17-1-52.

Tomou o n. 13-52.

Em pauta nos dias 24 e 25.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Datas — Publ — Leit. — Publ.

C. J. Camilo Mércio — 905-52 — 13-2-52 — Pela const. — 16-9-52 — 17-9-52.

C. Tr. Pr. S. — Valter Franco — 906-52 — 18-7-52 — Escapa à com. — 16-9-52 — 17-9-52.

C. S. — Prisco Santos — 907-52 — 1-8-52 — Fav. — 16-9-52 — 17-9-52.

C. F. — Walter Franco — 908-52 — 11-9-52 — Fav. — 16-9-52 — 17-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 23-9-52.

Aprovado. À sanção, com a mensagem n. 260, de 25-9-52.

*Lei nº 1.691, de 3-10-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para pagamento de salário-família. (*Diário Oficial* de 9-10 de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 465, de 6-12-51).

Lido em 14-12-51.

Tomou o n. 1.542-51.

Remetido à Comissão de Finanças em 15-12-51.

Em 23-4-52 é lido o parecer da Comissão de Finanças, com substitutivo. Relator: Deputado Manhães Barreto.

Em 30-4-52 é aprovado requerimento de frequência, de autoria do Deputado Gustavo Capanema. Em consequência, entra imediatamente em primeira discussão. Encerrada sem oradores. Aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças.

Segunda discussão em 13-5-52. Encerrada sem oradores. Votação. Aprovado.

Redação final lida em 19-5-52. Aprovada em 20-5-52.

Projeto remetido ao Senado com o ofício 864, de 22-5-52, sob o n. 1.542-B de 1951.

Tomou o n. 113-52.

Lido em 26-5-52.

Em pauta nos dias 29 e 30.

Comissões que se pronunciaram:

*Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Camilo Mércio — 849-52 — 7-8-52 — Pela cont. — 5-9-52 — 6-9-52.

C. J. — Carlos Lindemberg — 850-52 — 4-9-52 — Fav. — 5-9-52 — 6-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 17-9-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 255, de 25-9-52.

*Lei n. 1.692, de 3-10-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 para as despesas decorrentes da participação do Brasil na exposição retrospectiva concernente à vida de Santos Dumont, organizada em Paris pelo Governo da França. — (*Diário Oficial*, de 9-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 170, de 21-5-52, à Câmara dos Deputados).

Tomou o n. 2.019, de 1952 na Câmara dos Deputados.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Lido em 30-5-52. Publicado no *D. C. N.* de 31-5-52, Pág. 4.614.

Em 4-6-52 é despachada à Comissão de Finanças.

Em 9-6-52 é lido e vai a imprimir o parecer favorável da Comissão de Finanças. Relator: Artur Santos| Voto em separado do Deputado Abelardo Andréa.

Publicada em 10-6-52, pág. 5.047.

Em 18-6-52 é anunciada e encerrada a primeira discussão. Aprovada.

Segunda discussão em 20-6-52. Adia-da a votação. Aprovada em 23-6-52.

Declaração final lida em 28-6-52.

Aprovada em 30-6-52.

Projeto remetido ao Senado com o of. 1.146, de 3-7-52, sob o n. 2.019-B de 1952.

Tomou o n. 146, de 1952.

Lido na sessão de 7-7-52.

Em pauta nos dias 16 e 17-7-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores. — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

Comissão de Justiça — J. Pires — 897-52 — 21-8-52 — Pela cont. — 16-9-52 — 17-9-52.

Comissão de Finanças — Alfredo Neves — 898-52 — 11-9-52 — Fav. — 16-9-52 — 17-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 23-9-52.

Aprovado. À sanção, 23-9-52.

*Lei nº 1.693, de 3-10-52* — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial como contribuição do Governo Federal às despesas com a construção do monumento a J. J. Seabra, no Estado da Bahia. — (*Diário Oficial de 9-10-52*).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 1, de 4-1-1952, dirigida à Câmara dos Deputados).

Lido em 18-1-52.

Em 10-1-52 — vai a imprimir.

Enviado em 22-1-52 à Comissão de Finanças.

Parecer favorável da Comissão de Finanças.

Em 19-2-52 é anunciada e encerrada a primeira discussão. Adiada a votação. Na sessão extraordinária noturna da mesma data aprovado.

Segunda discussão em 21-2-52. Encerrada. Aprovado.

Redação final lida em 9-3-52.

Aprovada em 19-3-52.

Projeto remetido ao Senado em 26-3 de 1952, com o ofício n. 523, sob o n. 1.564-B-52.

Lido em 1-4-52.

Em pauta em 16 e 17-4-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

Comissão de Justiça — Aloísio de Carvalho — 895-52 — 7-5-52 — Pela cont. — 16-9-52 — 17-9-52.

Comissão de Finanças — Walter Franco — 896-52 — 11-9-52 — Fav. — 16-9-52 — 17-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-9-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 261, de 25-9-52.

*Lei nº 1.694, de 3-10-52.* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial destinado à construção do edifício para a Delegacia do Tesouro Nacional e demais repartições federais no Estado de São Paulo. — (*Diário Oficial de 9-10 de 1952*).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 211, de 10-7-51).

Lido em 24-7-51.

Tomou o n. 891-51.

Em pauta nos dias 26, 27 e 31-7-52 e 1-8-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Rel. — N. — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

Comissão de Finanças — Carlos Luz — S/n. — 20-9-51 — of. subst. — 22-10-51 — 23-10-51.

Comissão de Transportes — Rondon Pacheco — S/n. — 20-9-51 — fav. ao subst. — 22-10-51 — 23-10-51.

Em 6-11-51 é encerrada a discussão. Em votação, é aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças, ficando prejudicado o projeto primitivo.

Encerrada a segunda discussão em 8-11-51. Em votação, é aprovado.

Em 22-11-51 é lida a redação final.

Em 23-11-51 é aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 27-11-51 (of. 2.361), sob o n. 891-B de 1951.

Lido no Senado em 29-11-51.

Tomou o n. 318-51.

Em pauta nos dias 4 e 5-12-51.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Rel. N. Data — Pron. — Leit. Publ.*

Comissão de Justiça Fort Ribeiro — 622-52 — 20-2-52 — Fav. com emenda — 30-6-52 — 1-7-52

Comissão de Finanças — D. Cruz — 623-52 — 25-6-52 — Fav. ao projeto e à emenda — 30-6-52 — 1-7-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 10-7-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado com emenda na sessão de 11-7-52 à Com. de Redação.

Redação final aprovada em 21-7-52. À Câmara.

Emenda do Senado publicado em 1-8-52 e encaminhada à Com. de Finanças. Parecer favorável da Comissão de Finanças publicado em 1-9-52.

Aprovada a emenda em 9-9-52.

Redação final publicada em 15-9-52. Aprovada em 16-9-52. O projeto vai à Sanção.

*Lei n. 1.695, de 7-10-52* — Cria um cargo isolado de provimento efetivo, padrão «M», de Cônsul Privativo, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. — (*Diário Oficial de 11-10-52*).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 9, de 17-1-1952, dirigida à Câmara dos Deputados).

Tramitação na Câmara dos Deputados :

Tomou o n. 1.587, de 1952.

Lido na sessão de 25-1-1952.

Publicado no *D.C.N.* de 26-1-52.

Comissões a que foi remetida (em 28-1-52) :

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C. Dipl. — Fernando Ferrari — s/n. — 7.-2-52 — fav. — 18-6-52 — 19-6-52.

C. Serv. Públ. Civil — Lopo Coelho — s/n. — 24-4-52 — Fav. — 18-6-52 — 19-6-52.

Com. de Finanças — Artur Santos — s/n. — 16-6-52 — Fav. — 18-6-52 — 19-6-52.

Primeira discussão em 23-6-52. Encerrada. Adiada a votação. Aprovado em sessão extraordinária, noturna, da mesma data.

Segunda discussão em 3-7-52. Aprovada.

Redação final lida em 10-7-52.

Publicada em 16-7-52.

Aprovada em 11-7-52.

Projeto remetido ao Senado com o ofício 1.296, de 24-7-52, sob o número 1.587-B-52.

Lido na sessão de 28-7-52.

Tomou o n. 173 de 1952.

*Comissões que se pronunciaram :*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

Comissão de Justiça — Rui Carneiro — 888-52 — 21-8-52 — Pela const. — 15-9-52 — 16-9-52.

Comissão de Relações Exteriores — Novais Filho — 889-52 — 1-9-52 — Fav. — 15-9-52 — 16-9-52.

Comissão de Finanças — Alfredo Neves — 890-52 — 11-9-52 — Fav. — 15-9-52 — 16-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-9-52. Aprovado em 25-9-52. À sanção, com a Mensagem n. 268, de 30-9-52.

*Lei n.º 1.696, de 7-10-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para atender, no exercício de 1952, à obrigação prevista no termo aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul. — *Diário Oficial de 11-10-52*.

Retificada no *Diário Oficial de 13-10 de 1952*.

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 50, de 20-2-1952, remetida à Câmara dos Deputados).

Tramitação na Câmara dos Deputados :

Tomou o n. 1.736, de 1952.

Lido em 18-3-1952. Publicado no *D. C. N.* de 19-3-52.

Em 24-3-52 é remetida à Comissão de Finanças.

Parecer favorável da Comissão de Finanças, com substitutivo, lido em 8-5 de 1952. Publicado em 9-5-52.

Primeira discussão em 16-5-52. Aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças.

Segunda discussão em 20-5-52. Aprovado.

Redação final lida em 28-5-52.

Publicada em 29-5-52. Aprovada na mesma data.

Projeto remetido ao Senado em 6-6 de 1952, com o ofício 1.003, sob o número 1.736-B-52.

Lido na sessão de 11-6-52.

Tomou o n. 134-52.



*Comissões que se pronunciaram :*

*Pareceres*

*Com. — Relatores, — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

Comissão de Justiça — Ivo d'Aquino — 914-52 — 18-7-52 — Favorável — 17-9-52 — 18-9-52.

C. V. Ob. P. — Alencastro Guimarães — 915-52 — 21-8-52 — Favorável — 17-9-52 — 18-9-52.

C. Finanças — Alberto Pasqualini — 916-52 — 10-9-52 — Favorável — 17-9-52 — 18-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-9-52. Aprovado em 25-9-52. À sanção, com a Mensagem n. 267, de 30-9-52.

Lei n.º 1.697, de 10-10-52 — Autoriza o crédito especial de Cr\$ 16.200,00, para atender ao pagamento de diferença de aluguéis, relativos a 1950 das salas em que funciona a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói. (*Diário Oficial* de 16-10-52).

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, em atenção à Mensagem n.º M-TRT 4-52, de 11-3-52.

Lido em 27-5-52. Tomou o n.º 2.000, de 27-5-52.

1ª discussão em 20-6-52. Encerrada. Adiada a votação. Aprovado em 23 de junho de 1952.

2ª discussão em 3-7-52. Aprovado.

Redação final lida em 10-7-52.

Aprovada em 11-7-52.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 1.284, de 17-7-52, sob o número 2.000-A-52.

Lido em 24-7-52.

Em pauta em 31-7-52 e 1-8-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Pub.*

C.J. — Rui Carneiro — 891-52 — 21-8-52 — Pela const.

C.F. — Matias Olímpio — 892-52 — 11-9-52 — Fav.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-9-52. Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 259, de 25-9-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 10-10-52.

Lei n.º 1.698, de 10-10-52 — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 2.197.924,50, para atender às despesas decorrentes da Lei n.º 1.441, de 24 de setembro de 1951. — (*Diário Oficial*, de 16-10-52).

Projeto apresentado pela Com. de Finanças da C.D. em atenção ao Ofício n.º 306, de 6-2-1952, do Presidente do Tribunal Federal de Recursos.

Tomou o n.º 2.067, de 16-6-52, na C.D.

Tramitação na C.D.:

Lido na sessão de 16-6-52.

Publicado no *D.C.N.* de 17-6-52.

Em 20-6-52 é anunciada e encerrada a 1ª discussão, sendo adiada a votação. Aprovada em 23-6-52.

2ª discussão em 3-7-52.

Aprovado na mesma data.

Redação final lida em 10-7-52.

Aprovada em 11-7-52.

Projeto remetido ao Senado em 17 de julho de 1952, com o Ofício número 1.272, sob o n.º 2.067-A-52.

Projeto remetido ao Senado em 17 de julho de 1952, com o Ofício n.º 1.272, sob o n.º 2.067-A-52.

Tomou o n.º 165, de 1952.

Lido na sessão de 23-7-52.

Em pauta nos dias 29 e 30.

*Comissões que se pronunciaram :*

*Com. — Relatores — Ns. — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C.I. — Gomes de Oliveira — 903-52 — 21-8-52 — Pela const. — 16-9-52 — 17-9-52.

C.F. — Matias Olímpio — 904-52 — 11-9-52 — Fav. — 16-9-52 — 17-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 23-9-52.

Aprovado. À sanção com a Mensagem n.º 266, de 26-9-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 10-10-52.

Lei n.º 1.699, de 10-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo

Ministério da Viação e Obras Públicas (Departamento de Estradas de Ferro — Estrada de Ferro de Goiás), o crédito especial de Cr\$ 2.897.727,00, para pagamento de dívidas contraídas pela Estrada de Ferro de Goiás — (*Diário Oficial*, de 16-10-52).

Projeto apresentado na Câmara dos Deputados pelo Deputado Paulo Fleury.

Tomou o n.º 1.996, de 1952.

Lido na sessão de 26-5-52.

Remetido à Comissão de Finanças, em 28-5-52.

Em 9-7-52 é lido parecer favorável da Comissão de Finanças. Relator, Deputado Manhães Barreto. Publicado em 10-7-52, pág. 6.397.

1ª discussão em 15-7-52. Aprovado na mesma data.

Em 17-7-52 é aprovado requerimento de frequência, de autoria do Deputado Antônio Maia. Em consequência é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Aprovado.

Redação final lida em 23-7-52. Aprovada em 24-7-52.

Projeto remetido ao Senado em 5 de agosto de 1952, com o Ofício número 1.450, sob o n.º 1.996-B-52.

Lido no Senado em 11-8-52.

Tomou o n.º 203, de 1952.

#### *Comissões que se pronunciaram*

##### *Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Joaquim Pires — 893-52 — 28-8-52 — Pela conts. — 16-9-52 — 17-9-52.

C. F. — Alberto Pasqualini — 894-52 — 11-9-52 — Fav. — 16-9-52 — 17-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 18-9-52, em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 17 de setembro de 1952, a requerimento do Senador Costa Pereira.

Aprovado em 18-9-52.

À sanção, com a Mensagem n.º 256, de 25-9-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 10-10-52.

Lei n.º 1.700, de 15-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo

Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, destinado à regularização de despesa efetuada, no exercício de 1950, pela Polícia Militar do Distrito Federal. (*Diário Oficial*, de 18-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n.º 101, de 4-4-52, remetida à C.D.).

Tomou o n.º 1.862, de 1952.

Lido em 23-4-52.

Remetido à Comissão de Finanças em 25-4-52.

Em 24-6-52 é lido o parecer da C.F. favorável. Relator: Aloísio de Castro.

1ª discussão em 4-7-52. Aprovado.

2ª discussão em 10-7-52. Aprovado.

Redação final lida em 16-7-52.

Aprovada em 17-7-52.

Projeto remetido ao Senado em 25 de julho de 1952, com o Ofício n.º 1.312, sob o n.º 1.862-B-52.

Tomou o n.º 176-52.

Lido em 29-7-52.

#### *Comissões que se pronunciaram :*

##### *Pareceres*

*Com. — Relatores — ns. — Datas Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Rui Carneiro — 965-52 — 21-8-52 — Pela const. — 25-9-52 — 26-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52 — Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 283, de 8-10-52.

Lei n.º 1.701, de 15-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 para atender às despesas com o comparecimento do Brasil à 35ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho — (*Diário Oficial* de 18-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 161, de 16-5-52).

Tomou o n.º 2.024, de 1952.

Lido em 2-6-52. Publicado em 3 de junho de 1952.

Remetido à Comissão de Finanças em 4-6-52.

Parecer da C. F., favorável, com substitutivo, lido em 20-6-52 (sessão noturna). Relator: Pontes Vieira.

1ª discussão em 3-7-52. Votação.  
Aprovado o substitutivo.

2ª discussão em 8-7-52.

Aprovado.

Redação final lida em 16-7-52.

Aprovada em 17-7-52.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 1.351, de 29-7-52, sob o n.º 2.024-B-52.

Lido na sessão de 31-7-52.

Tomou o n.º 187-52.

*Comissões que se pronunciaram :*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Camilo Mercio — 952-52  
— 4-9-52 — Pela const. — 25-9-52  
— 26-9-52.

C. F. — Alberto Pasqualini — 953-52  
— 17-9-52 — Fav. — 25-9-52 —  
26-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52. Aprovado. À sanção com a Mensagem n.º 286, de 9-10-52.

Lei n.º 1.702, de 15-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 308.674,26, para atender ao pagamento das despesas efetuadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, com a repatriação de brasileiros que se encontravam na Ásia. — (*Diário Oficial* de 18-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 128, de 28-4-52, à Câmara dos Deputados).

Tomou o n.º 1.942, de 1952.

Lido em 13-5-52. Publicado no *D.C.N.* de 14-5-52.

Em 15-5-52 é enviado à Comissão de Finanças.

Parecer da Comissão de Finanças, favorável, lido em 4-7-52. Relator: Artur Santos. Publicado em 12-7-52.

1ª discussão em 17-7-52. Aprovado.

2ª discussão em 21-7-52. Encerrada depois de falarem os Srs. Aliomar Baleeiro e Paulo Lauro. Aprovado.

Redação final lida em 25-7-52.

Publicada em 26-7-52. Aprovada em 26-7-52.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 1.444, de 5-8-52, sob o n.º 1.942-B-52.

Tomou o n.º 198, de 1952.

Lido em 8-8-52.

Publicado em 9-8-52.

*Comissões que se pronunciaram :*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas  
— Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Clodomir Cardoso — 995-52 — 4-9-52 — Pela const. — 30-9-52 — 31-9-52.

C. F. — Alfredo Neves — 996-52 — 25-9-52 — Fav. — 30-9-52 — 31-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52. Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 282, de 8-10-52.

Lei n.º 1.703, de 15-10-52 — Modifica a alínea a do art. 32 da Lei Orgânica do Ensino Secundário. — (*Diário Oficial*, de 18-10-52).

Projeto apresentado pelo Deputado José Guimarães.

Tomou o n.º 1.886, de 1952.

Lido em 29-4-52 (sessão noturna).

Publicado no *D.C.N.* de 30.

Remetido à Com. Ed. e Cultura em 2-5-52.

Parecer, com substitutivo, lido em 4-6-52. Relator: Mário Palmério.

1ª discussão em 20-6-52. Adiada a votação. Aprovado o substitutivo em 23-6-52.

2ª discussão em 3-7-52. Aprovado. Redação final lida em 10-7-52.

Aprovado em 11-7-52.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n.º 1.316, de 25-7-52, sob o número 1.886-B-1952.

Lido na sessão de 29-7-52.

Publicado em 30-7-52.

Tomou o n.º 179, de 1952.

*Comissões que se pronunciaram :*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — João Vilasboas — 960-52 — 28-8-52 — Pela const. — 25-9-52 — 26-9-52.

C. Ed. — Luis Tinoco — 961-52 — 17-9-52 — Fav. — 25-9-52 — 26-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52. Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 285, de 8-10-52.

Lei n. 1.704, de 15-10-52 — Concede uma subvenção extraordinária de . . . . Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), ao Museu Santos Dumont, em Minas Gerais. — (*Diário Oficial* de 20-10-52).

Apresentado na C. D. pelo Dep. Vasconcelos Costa.

Lido na sessão de 25-6-51.

Tomou o n. 727, de 1951.

Em 5-7-51 é enviado à Com. Finanças.

Em 27-9-51 é lido o parecer da Com. Finanças, favorável.

Em 3-10-51 é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Carvalho Sobrinho. Em consequência, é anunciada e encerrada a discussão aprovada.

Redação final lida em 4-12-51.

Publicada em 5-12-51.

Aprovada em 5-12-51.

Projeto enviado ao Senado c/o Ofício 2.439, de 7-12-51, sob o n. 727-B-51.

Tomou o n. 340-51.

Lido em 11-12-51.

Em pauta nos dias 17 e 18-12-51.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. Publ.*

C. J. — Anísio Jobim — 789-52 — 11-2-52 — Pela const. — 22-8-52 — 23-8-52.

C.F. — Ferreira de Souza — 790-52 — 20-8-52 — Fav. salvo redação — 22-8-52 — 23-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-9-52. — Aprovado 9-9-52. — À Com. Redação.

Redação final aprovada em 26-9-52. — À sanção, com a Mensagem n. 298, de 15-10-52.

Lei n. 1.705, de 22-10-52 — Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até . . . . . Cr\$ 2.492.174.391,20, à conta do saldo

apurado no exercício de 1951. — (*Diário Oficial* de 25-10-52).

Retificada — *Diário Oficial* de 12-1 de 1953.

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 91, de 29-3-1952, à Câmara dos Dep.).

Tomou o n. 1.832, de 1952.

Lido em 15-4-1952.

Publicado no *D.C.N.* de 16-4-52.

Em 8-7-52 é lido parecer, com emendas, da Com. Finanças. Relator: Carlos Cruz. Publicado em 9-7-52.

Primeira discussão encerrada em 15-7 de 1952, depois de falar o Dep. Daniel Faraco. Volta à Com. de Finanças com emendas dos Srs. Salustiano Braga, Daniel Faraco e Sá Cavalcanti.

Em 11-8-52 é lido parecer da Com. de Finanças sobre as emendas, favorável às de ns. 1 e 2 e pelo destaque da de n. 3, para constituir projeto em separado. Relator: Durval Cruz.

Votação em 19-8-52, encaminhada pelos Dep. Campos Vergal e Fernando Ferrari. Aprovados o projeto e as emendas ns. 1 e 2. Destacada a de n. 3 para constituir projeto em separado.

Redação para 2ª discussão lida em 27-8-52. Publicada em 28-8-52.

Segunda discussão em 1-9-52. Aprovado o projeto.

Redação final lida em 10-9-52.

Aprovada em 11-9-52.

Projeto remetido ao Senado em 18-9 de 1952, com o Of. 1.791, sob o número 1.832-D-52.

Tomou o n. 260-52.

Lido em 22-9-52.

Em 29-9-52 é apresentado requerimento de urgência, assinado pelo Sr. Mathias Olympio e mais sete Srs. Senadores.

Aprovado em 1-10-52 o requerimento de urgência. Entra em discussão o proj.

Dão pareceres orais pelas Comi. de Const. e Just. e C. F., respect., os Sen. João Villasbôas e Durval Cruz. Fala, discutindo o projeto, o Sr. Alencastro Guimarães aprovando o projeto. À sanção, com a Mensagem n. 280, de 7-10-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 22-10-52.

Lei n. 1.706, de 22-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira. — (*Diário Oficial* de 25-10-52).

Projeto apresentado pelo Deputado Coutinho Cavalcanti.

Tomou o n. 560, de 1951.

Lido em 5-6-1951.

Em pauta nos dias 7, 8, 11 e 12-6-52.

Em 13-6-51 é despachado às Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

Pareceres lidos em 31-8-51 (favoráveis).

Discussão encerrada em 6-9-51. aprovada.

Redação final lida em 11-9-51.

Redação final aprovada em 12-9-51.

Projeto remetido ao Senado com o Of. 1.794, de 14-9-51, sob o n. 560-B-51.

Tomou o n. 213-51.

Lido em 18-9-51.

Em pauta nos dias 24 e 25-9-51.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. Publ.*

C. J. — Joaquim Pires — 941-52 — 17-10-51 — Pela const. — 20-9-52 — 21-9-52.

C. Ed. — Flávio Guim. — 944-52 — 6-12-51 — Fav. — 20-9-52 — 21-9-52.

C. F. — Alfredo Neves — 943-52 — 17-9-52 — Fav. — 20-9-52 — 21-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 30-9-52. Encerrada a discussão adiada a votação por falta de número — 30 de setembro de 1952.

Aprovado em 1-10-52.

À sanção, com a Mensagem n. 821, de 7-10-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei n. 1.707, de 23-10-52 — Altera dispositivo do Decreto-lei n. 3.832, de 18 de novembro de 1941, que dispõe sobre a situação perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos armadores de pesca e dos pescadores e empregados, em profissões conexas com a indústria da pesca. — (*Diário Oficial* de 27-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 141, de 1-5-50, dirigida à C. D.).

Tomou o n. 250-50.

Lido em 15-5-52.

Publicado em 16-5-52.

Em pauta nos dias 19, 22, 23 e 24 de maio de 1950.

Parecer da Com. Legislação Social, favorável, lido em 10-9-51, Relator Dep. Magalhães Melo.

Primeira discussão em 17-9-51, aprovado.

Segunda discussão em 27-9-51. Encerrada. Adiada a votação. O projeto volta à Com. Leg. Social c/ 2 emendas (dos Srs. Pereira da Silva e Heitor Jost).

Parecer da Com. Legislação Social contrária à em. 2 e ao art. 1º da de n. 1, favorável ao parágrafo único do art. 1º da em. 1 Publicado em 28-11 de 1951.

2ª disc. em 6-12-51. aprovada a 2ª parte da em. 1 e prejudicada a em. n. 2, apro. o proj.

Redação final lida em 7-12-51.

Aprovada em 7-12-51.

Projeto rem. ao Senado com o of. 2.492, de 11-12-51, sob o n. 250-C-1950.

Tomou o n. 360-51.

Lido em 12-12-51.

Em pauta nos dias 22 e 23-1-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. Publ.*

C. J. Mozart Lago — 1.006-52 — 16-5-52 — Pela const. — 1-10-52 — 2-10-52.

C. Tr. e Pr. Soc. — Cicero de Vasc. — 1.007-52 — 4-8-52 — Fav. — 1-10-52 — 2-10-52.

C. F. — Carlos Leindemberg — 1.008 de 1952 — 25-9-52 — Fav. — 1-10-52 — 2-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 9-10-52. Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 295, de 14-10-52.

Lei n. 1.708, de 23-10-52 — Prorroga até 31 de dezembro de 1954, a Lei número 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato). — (*Diário Oficial* de 27-10-52).

Projeto apresentado pelo Dep. Paulo Sarazate na C. D.

Tomou o n. 2.021, de 1952.

Tramitação na C. D.;

Lido em 2-6-52.

Publicado no DCN de 3-6-52.

Despachado à C. Const. e Justiça em 4-6-52.

Lido em 13-6-52 parecer favorável da C. Just. Relator: Dep. Godoi Dutra.

Discussão encerrada em 26-6-52, com a apresentação de emenda pelo Dep. José Bonifácio. Voltou a C. J.

Lido em 18-7-52 parecer da C. J. contrário à emenda. Relator: Dep. Godoi Dutra.

Publicado no DCN de 19-7-52.

Votação em 24-7-52. Rejeitada a emenda e aprovado o projeto.

2ª discussão encerrada em 28-7-52 c/ emenda do Dep. Campos Vergal e outros. Remetido à C. Justiça em 28-7-52.

Votação em 8-8-52.

Redação final lida em 19-8-52.

Aprovada em 20-8-52.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 1.560, de 22-8-52, sob o número 2.027-C-52.

Lido em 26-8-52.

Tomou o n. 210-52. Recebeu emenda na fase de Pauta.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. Publ.*

C. J. Gomes de Oliv. — 928-52 — 18-9-52 — Fav. ao proj. e à em. — 19-9-52 — 20-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 30-9-52. Adiada a discussão em virtude do levantamento da sessão por falta de número, em 30-9-52.

Adiada para 10-9-52, a requerimento do Sen. J. Pires.

Iniciada a discussão, que foi adiada em virtude do levantamento da sessão, por falta de número para o seu prosseguimento.

Encerrada a discussão, o projeto voltou à C. J. em virtude de emendas. 10 de outubro de 1952.

Em 16-10-52 é aprovado requerimento de urgência do Sen. Mozart Lago (331, de 1952). Anunciada a votação, o Sen. Gomes de Oliveira, relator da Com. Justiça, lê o seu parecer sobre as emen-

das. É aprovado o requerimento número 342-52 do Sen. Kerginaldo Cavalcanti, solicitando a retirada da emenda n. 1, de sua autoria. São aprovadas, para constituírem projeto em separado, as emendas ns. 2 — 4 — 5 — 9 — 11 — 12 — 17 — 21 e 22; rejeitadas as de ns. 3 — 6 — 7 — 8 — 10 — 13 — 14 — 15 — 16 — 18 — 19 e 20. O projeto é aprovado e vai à sanção, com a Mensagem n. 302, de 20-10-52.

*Lei n. 1.709, de 24-10-52.* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.718.219,60 para ocorrer ao pagamento de despesas realizadas no exercício de 1949. (*Diário Oficial* de 30-10-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 126, de 1952, de 25-4 de 1952, enviado à C. D.

Tomou o n. 1.917, de 1952.

Tramitação na C. D.;

Lido em 7-5-52.

Publicado em 8-5-52.

Remetido à C. Finanças em 9-5-52.

Parecer da Com. Finanças, favorável, lido em 10-7-52. Relator, Dep. Leite Neto. Publicado em 11-7-52.

1ª discussão em 16-7-52, Encerrada a votação na mesma data. Aprovado.

2ª discussão em 18-7-52, em virtude de requerimento de preferência. Aprovado.

Redação final lida em 25-7-52.

Aprovada em 28-7-52.

Projeto remetido ao Senado em 5-8-52, com o Of. 1.438, sob o n. 1.917-B-52.

Tomou o n. 196-52.

Lido na sessão de 8-8-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. Publ.*

C. J. — Gomes de Oliveira — 1.032 de 1952 — 28-8-52 — Pela const. Fav. — 6-10-52 — 7-10-52.

C. F. Plínio Pompeu — 1.033-52 — 1-10-52 — Fav. — 6-10-52 — 7-10-52.

Incluídos na Ordem do Dia da sessão de 15-10-52.

Aprovado. À sanção com a Mensagem n. 303, de 20-10-52.

*Lei n. 1.710, de 24-10-52* — Organiza o quadro do Conselho Nacional de Economia, autoriza o Poder Executivo a abrir ao mesmo Conselho o crédito especial de Cr\$ 4.628.400,00, e dá outras providências. — *Diário Oficial* de 27-10-52.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 183, de 1952, que organiza o quadro do Conselho Nacional de Economia, autoriza o Poder Executivo a abrir ao mesmo Conselho o crédito especial de Cr\$ ..... 4.628.400,00, e dá outras providências.

*Pareceres favoráveis*: nº 1.047, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 1.048, da Comissão de Finanças.

(Incluído na Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão de 10-10-52, a requerimento do Sr. Senador Joaquim Pires).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 8, de 13-1-1951, do Presidente da República).

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Tomou o nº 1.172, de 1950.

Lido em 24-1-51.

Em pauta nos dias 5, 6, 9 e 10-4-51.

Emendado quando em pauta pelo Senhor Celso Peçanha. Remessa às Comissões de Serviço Público Civil e Finanças.

Pareceres lidos em 14-2-52 da Comissão de Serviço Público Civil — contrário às emendas 1, 2 e 3; considerando prejudicadas às de ns. 4 e 5, e oferecendo emendas da Comissão de Finanças com substitutivo.

1ª discussão em 21-2-52. Fala o Senhor Fernando Ferrari. Encerrada a discussão com mais três emendas do Sr. Barreto Pinto. À Comissão de Finanças.

Pareceres lidos em 26-5-52: da Comissão de Serviço Público — contrário às emendas ns. 1, 2 e 3; considerando prejudicadas às de ns. 4 e 5 e oferecendo emendas da Comissão de Finanças com substitutivo contrário às emendas de 1ª discussão.

Votação anunciada em 19-5-52. Adiada por 24 horas, a requerimento do Sr. Fernando Ferrari. Aprovada em 13-6-52 o substitutivo da Comissão de Finanças. Rejeitadas as emendas de

pauta e da Comissão de Serviço Público Civil.

2ª discussão em 18-6-52. Encerrada. Remetida à Comissão de Serviço Público Civil em virtude de duas emendas.

Pareceres lidos em 17-7-52 favoráveis da Comissão de Finanças e Serviço Público Civil, sendo aprovado em 22-7-52 o Substitutivo.

Redação final lida em 25-7-52.

Projeto remetido ao Senado em 29-7-1952 com o Ofício nº 1.352, sob o nº 1.172-D-50.

Tomou o nº 183, de 1952.

Lido em 30-7-52.

Comissões que se pronunciaram:

Comissão de Justiça — Relator: Ivo d'Aquino — nº 1.047-52 — 21-8-52 — Pronunciamento: Pela const. — Leitura: 10-10-52 — Publicação: 11-10-52.

Comissão de Finanças — Relator: Cícero de Vasconcelos — n. 1.048-52 — Pronunciamento: fav. — Leitura: 10 de outubro de 1952 — Publicação: 11 de outubro de 1952.

Em 10-10-52 é concedida dispensa de interstício a requerimento do Sen. Joaquim Pires.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 13-10-52.

Encerrada a discussão é adiada a votação por falta de número — 13-10-52.

Adiada a votação em 14-10-52 por falta de número. Aprovada em 15-10-1952. À sanção com a Mensagem nº 301, de 17-10-52.

Vetado parcialmente.

Em 20-11-52 é mantido o veto.

*Lei nº 1.710-A, de 24-10-52* — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ . . . 7.207.810,00, em reforço de dotações para o exercício de 1952. — (*Diário Oficial* de 31-10-52). — Retificada no *Diário Oficial* de 12-11-52.

Projeto originário do Poder Judiciário (Mensagem dos Drs. Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 6ª, 7ª e 8ª Regiões).

Lido em 20-3-1952.

Publicado no *D.C.N.* de 21-3-52.

Enviado à C.F. em 24-3-52.

Parecer da Comissão de Finanças, oferecendo substitutivo lido em 19-6-52. Relator: João Aripino.

1ª discussão em 3-7-52 — Aprovado o substitutivo.

2ª discussão em 8-7-52. — Aprovado.  
Redação final lida em 17-7-52.  
Aprovada em 18-7-52.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício nº 1.317, de 25-7-52, sob o nº 1.768-B-52.

Lido em 31-7-52.  
Publicado em 1-8-52.  
Em pauta nos dias 13 e 18-8-52.

Comissões que se pronunciaram:

Comissão de Justiça — Relator: Rui Carneiro — Nº 969-52 — Data: 18-9-52 — pela Const. — 26-9-52 — Publicação: 27-9-52.

Comissão de Finanças — Relator: Matias Olímpio — Nº 970-52 — Data: 23-9-52 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 26-9-52 — Publicação: 27-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52. Aprovado.

À sanção, com a Mensagem nº 284, de 8-10-52. Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 24-10-52.

Lei nº 1.710-B, de 27-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.615.950,00 em reforço da Verba 1 — Pessoal, Tribunal de Justiça, Anexo 26 do Orçamento vigente. — (*Diário Oficial* de 4-11-52).

Retificada no *Diário Oficial* de 26 de novembro de 1952.

Retificada no *Diário Oficial* de 27 de novembro de 1952.

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados em atenção à mensagem A-G-209 de 31-3 de 1952, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Tomou o nº 1.925, de 1952.

Lido em 8-5-52.

Publicado no *D.C.N.* de 9-5-52.

Em 16-5-52 é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Aprovado. Na mesma data é aprovado requerimento de urgência do Sr. Gustavo Capanema.

Em 20-5-52 é aprovado requerimento de urgência do Sr. Gustavo Capanema.

Em consequência é encerrada a discussão. Aprovado.

Redação final lida em 26-5-52.

Aprovada em 27-5-52.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício nº 938, de 29-5-52, sob o número 1925-A-52.

Tomou o nº 123-52.

Lido em 4-6-52.

Em pauta nos dias 10 e 11.

Comissões que se pronunciaram:

Comissão de Justiça — Relator: Atílio Vivacqua — Nº 998-52 — Data: 11-9-52 — Pronunciamento: Pela Const. — Leitura: 1-10-52 — Publicação: 2-10 de 1952.

Comissão de Finanças — Relator: Matias Olímpio — Nº 999-52 — Data: 23-9-52 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 1-10-52 — Publicação: 2-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-10-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem nº 293, de 13-10-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Vice-Presidente do Senado em 27-10-52.

Lei nº 1.711, de 28-10-52 — Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. — (*Diário Oficial* de 1-11-52).

Retificada no *Diário Oficial* de 4 de novembro de 1952.

Retificada no *Diário Oficial* de 26 de dezembro de 1952 — publicação dos dispositivos promulgados.

Projeto elaborado por uma Subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (Subcomissão de Revisão do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, composta dos Deputados:

Plínio Barreto, Lameira Bittencourt, José Crispim, Hermes Lima, e Gurgel do Amaral. Adotado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Lido em 10-2-1950.

Tomou o nº 1.327, de 1950.

Recebeu substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil (lido em 10-2-50, publicado em 11-2-50).

Em pauta nos dias 27 e 28-2-1950 para receber emendas.

Em 16-2-50, em virtude de uma questão de ordem do Sr. Samuel Duarte,



é retirado da pauta onde figurava no 3º dia.

Em 27-2-50, é aprovado requerimento de urgência do Sr. Gurgel do Amaral. Em pauta nos dias 14, 15, 27 e 28-2-50.

Em 28-2-50, vão a imprimir emendas para serem encaminhadas às Comissões de Constituição e Justiça, Serviço Público Civil e de Finanças.

Em 13-4-50, é aprovado requerimento de urgência, de autoria do Sr. Gurgel do Amaral.

Em 5-5-50, o Sr. Samuel Duarte fala para uma comunicação.

Em 25-5-50, fala o Sr. Café Filho. Falam ainda, os Srs. Paulo Bentes, para umar exclamação, e Samuel Duarte, para uma questão de ordem.

Em 4-7-50, fala o Sr. Lino Machado para uma reclamação.

Em 18-12-50, o Sr. Benjamin Farah encaminha à Mesa novo requerimento de urgência, em virtude de ter-se iniciado a sessão legislativa extraordinária.

Em 3-1-51, o Sr. Benjamin Farah reclama o andamento do projeto.

Em 16-1-51, fala o Sr. Coelho Rodrigues, para uma questão de ordem.

Em 17-1-51, fala o Sr. Coelho Rodrigues, para uma questão de ordem. Falam, também, os Srs. Lino Machado, Aluísio de Castro, José Bonifácio e Coelho Rodrigues.

Em 18-1-51, fala o Sr. Coelho Rodrigues. Para questões de ordem, falam os Srs. José Bonifácio e Coelho Rodrigues.

Em 19-1-51, falam os Srs. Coelho Rodrigues e Lino Machado para questões de ordem. Fala, para o mesmo fim, o Sr. José Bonifácio. Na mesma data, o Sr. Presidente dá informações sobre o andamento da proposição.

Em 22-1-51, o Sr. Arruda Câmara envia à Mesa um requerimento de urgência para o projeto. O Sr. Benjamin Farah fala para uma questão de ordem.

Em 24-1-51, falam os Srs. Arruda Câmara e Benjamin Farah para questões de ordem. Na mesma data é aprovado um requerimento de urgência, de autoria dos mesmos senhores.

Em 25-1-51, os Srs. Coelho Rodrigues e Guaraci Silveira levantam questões de ordem que são resolvidas pelo

Sr. Presidente. Anunciada a discussão, são lidas e enviadas às Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional, de Serviço Público Civil e de Finanças as emendas ns. 1, 12 e 13, dos Srs. Campos Vergal e Carvalho Leal; nº 2, do Sr. Aureliano Leite; nº 3, do Sr. Mário Piragibe; nº 4, do Sr. Campos Vergal; ns. 5, 6, 7, 8, 9 e 10, do Sr. Gurgel do Amaral; nº 11 do Sr. Domingos Velasco e nº 14 sem assinatura. Encerrada a discussão, fica adiada a votação até que as referidas Comissões dêm parecer sobre as emendas oferecidas.

Em 27-1-51, fala o Sr. Coelho Rodrigues para uma questão de ordem.

Em 27-1-51, fala o Sr. Benjamin Farah para uma questão de ordem.

Em 16-4-51, o Sr. Benjamin Farah solicita à Mesa informações sobre o desarquivamento do projeto. O Sr. Presidente declara que o mesmo já foi desarquivado em virtude de requerimento.

Em 16-4-51, é aprovado requerimento de urgência do Sr. Arruda Câmara. Requerimento do Sr. Benjamin Farah, no mesmo sentido.

E' enviado às Comissão de Justiça, de Segurança Pública, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Em 19-4-51, o Sr. José Bonifácio pede a inclusão do mesmo na Ordem do Dia, para votação. Idêntica solicitação é feita pelo Sr. Samuel Duarte.

Em 20-4-51, é anunciada a discussão do projeto. São lidas e enviadas às Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças, emendas do Sr. Dilermando Cruz e outros. Falam os Srs. Felix Valois, Ruy Almeida, Fernando Ferarri, Benjamin Farah, Cesar Santos, Oscar Carneiro, José Guimarães, Breno da Silveira e Tenório Cavalcanti.

Em 23-4-51, é anunciada a continuação da discussão do Projeto. E' dada a palavra ao Sr. Campos Vergal e Nelson Carneiro. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente declara encerrada a discussão. O projeto e emenda voltam às Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Em 3-5-51, é lido e vai a imprimir o parecer apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, opinando por maioria absoluta dos seus membros, pe-

la inconstitucionalidade das emendas ns. 3 e 13 (1.327-A).

Em 2-3-51, em virtude de urgência, vai a imprimir parecer sobre as emendas que lhe foram oferecidas.

Em 25-5-51, é retirado da Ordem do Dia, a fim de serem sanados erros de publicação das subemendas, de acordo com a questão de ordem levantada pelo Sr. Mário Altino.

Em 28-5-51, é recebida comunicação da Comissão de Constituição e Justiça, para que seja retificado o parecer da referida Comissão por ter sido publicado com incorreções.

Em 29-5-51, entra em votação o projeto.

Em 22-6-51, é lido e vai a imprimir a redação para discussão suplementar.

Em 29-6-51, é anunciada a discussão suplementar (Em virtude de urgência). Fala o Sr. Lopo Coelho, cujo discurso será publicado depois. O projeto continua na Ordem do Dia. (1.327-C-50).

Em 2-7-51, é anunciada e encerrada a discussão suplementar do projeto, que é encaminhado, com emendas, à Comissão de Constituição e Justiça.

Em 20-9-51 é lido e vai a imprimir tendo parecer da Comissão Especial, sobre emendas de discussão suplementar.

Em 24-9-51, entra em votação.

Em 10-10-51 é lida e vai a imprimir a redação final.

Em 12-10-51, é lida e submetida a votos a emenda oferecida, quando em Redação Final, ao projeto, que é aprovado e igualmente aprovada a redação final.

O projeto vai ao Senado, com ofício nº 2.007, de 18-10-51.

Lido no Senado em 22-10-51, tomou o n. 247-51. Recebeu 50 emendas no período de pauta.

Comissões que se pronunciaram:

Comissão de Constituição e Justiça — Relator: A. Carvalho — Nº 76-52 — Leitura: 11-12-52 — Publicação: 12-12 de 1952.

Comissão de Finanças — Relator: I. Góis — Nº 77-52 — Leitura: 11-12-52 — Publicação: 12-12-52.

Incluído em Ordem do Dia da sessão de 8-2-52, a requerimento do Sen. Aloísio de Carvalho.

Adiada para 11-2-52, a requerimento do Sen. Mozart. Lago.

Encerrada a discussão em 11-2-52, o projeto volta às Comissões com 130 emendas.

Comissões que se pronunciaram sobre as emendas:

Comissão de Constituição e Justiça — Relator: A. Carvalho — Nº 136-52 — Leitura: 19-2-52 — Publicação: 20-2-52.

Comissão de Finanças — Relator: I. Góis — Nº 137-52 — Leitura: 19-2-52 — Publicação: 20-2-52.

Em Ordem do Dia na sessão de 28 de fevereiro de 1952.

Aprovado com emendas. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 7-3-52.

À Câmara dos Deputados.

Ofício da Comissão de Redação de Leis, apontando enganos na redação final e pedindo providências para a retificação.

Discurso do Sen. Ferreira de Souza sobre esse assunto (propondo que o ofício fosse publicado antes que o Plenário se pronunciasse sobre a proposta da Comissão de Redação de Leis). Sessão de 18-3-52.

D.C.N. de 19-3-52 — Pág. 2.222.

Votação da proposta da Comissão de Redação de Leis em 19-2-52.

Aprovada sem debate.

D.C.N. de 20-3-52 — Pág. 2.248.

Em 27-3-52, vão a imprimir as emendas do Senado.

Em 2-10-52, são aprovadas as emendas das do Senado com pareceres da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Serviço Público Civil.

Em 2-10-52, são aprovadas as emendas com parecer favorável de todas as Comissões. São votadas as emendas que tiveram parecer contrário de todas as Comissões.

Em 3-10-52, é encerrada a votação de todas as emendas do Senado.

Em 15-10-52, é publicada a Redação Final.

Em 16-10-52, é aprovada a Redação Final.

Em 22-10-52, o projeto é enviado à sanção.

Vetado parcialmente pelo Sr. Presidente da República (§ 3º do art. 19 e art. 25).

Mantido o veto aos dois dispositivos na sessão conjunta de 5-2-53.

Lei n.º 1.712, de 29-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e o pagamento de despesas com a execução de obras na Secretaria do Ministério da Educação e Saúde. — (*Diário Oficial* de 1-11-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n.º 168, de 5-6-51, dirigida à C.D.).

Tomou o n.º 677, de 1951.

Lido em 19-6-51.

Em 27-6-51 é enviado à C.F.

Parecer da C.F., favorável, publicado em 30-10-51. Relator: Deputado Sá Cavalcanti.

1ª discussão em 6-11-51. Aprovado.

2ª discussão em 8-11-51. Aprovado.

Redação final lida em 16-11-51.

Publicada em 17-11-51.

Aprovada em 19-11-51.

Projeto remetido ao Senado com o of. 2.293, de 22-11-51, sob o número 677-B-51. Lido em 23-11-51.

Tomou o n.º 304, de 1951.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Datas —  
Pron. Leit. — Publ.

C.J. — Camilo Mércio — 1.086-52  
— 13-2-52 — Pel. Const. 15-10-52.

C.F. — Plínio Pompeu 1.087-52 —  
9-10-52 — fav.

Incluído na Ordem do dia da sessão de 20-10-52. Aprovado. À sanção com a Mensagem n.º 311, de 23-10-52.

Lei n.º 1.713, de 29-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 429.200,80, para pagamento de gratificações de magistério. — (*Diário Oficial* de 1-11-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n.º 372, de 19-10-51, à C.D.)

Tomou o n.º 1.401, de 1951.

Publicado no DCN de 17-11-51.

Remetido à Com. Finanças em 19 de novembro de 1952.

Em 6-12-51 entra em discussão com parecer favorável da Com. Finanças. Aprovado.

Redação final lida em 7-12-51.

Aprovada em 7-12-51.

Projeto remetido ao Senado em 14 de dezembro de 1951 com o ofício número 2.558, sob o n.º 1.401-A-51.

Tomou o n.º 2, de 1952.

Lido em 16-1-52.

Em pauta nos dias 24 e 25-1-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Anísio Jobim — 1.037-52  
— 29-2-52 — Pela const. — 6-10-52  
— 7-10-52.

C.F. — Plínio Pompeu 1.038-52 —  
1-10-52 — Fav. — 6-10-52 — 7-10-52.

Incluído na Ordem do dia da sessão de 13-10-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número 13-10-52.

Adiada a votação em 14-10-52 por falta de número.

Aprovado em 15-10-52. À sanção, com a Mensagem n.º 304, de 12-10-52.

Lei n.º 1.714, de 29-10-52. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ ..... 13.799.805,20, correspondente a cota a que fizeram jus as Companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão «lavador» fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderurgica Nacional. — (*Diário Oficial* de 1-11-52).

Retificada — *Diário Oficial* de 22 de novembro de 1952.

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n.º 241, de 10-7-52, remetida à C.D.)

Tomou o n.º 2.219, de 1952.

Lido em 22-7-52.

Remetido à C.F. em 23-7-52.

Em 24-7-52 é aprovado requerimento de urgência.

Em 25-7-52 é aprovado o requerimento do Dep. Ismael Pinheiro pedindo o prazo de 8 sessões para a C.F. opinar sobre o projeto.

Parecer da C.F. lido em 28-7-52, com substitutivo. Relator, Dep. Ponce de Arruda.

Discussão em 11-8-52. Aprovado o substitutivo.

Redação final lida em 19-8-52.  
Aprovada em 20-8-52.

Projeto remetido ao Senado em 28-8 de 1952 (Of. 1.604), sob o número 2.219-B-52.

Tomou o n. 216, de 1952.

Lido em 2-9-52.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. Leit. — Publ.

C.J. — Ivo d'Aquino — 1.111-52  
— 18-9-52 — Pela const. — 17-10-52  
— 18-10-52.

C.F. — Alvaro Adolfo — 1.112-52  
— 15-10-52 — Fav. — 17-10-52 —  
18-10-52.

Em 17-10-52 é aprovado req. de dispensa de interstício, formulado pelo Senador Ivo d'Aquino.

Incluído na Ordem do dia da sessão de 20-10-52.

Aprovado em 20-10-52. À sanção, com a Mensagem n.º 310, de 23-10-52.

*Lei n.º 1.715, de 29-10-52* — Autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda do crédito especial de Cr\$ . . 8.150.000,00, para regularização de despesas efetuada em favor da Casa da Moeda. — (*Diário Oficial* de 1-11 de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n.º 120, de 23-4-1952).

Tomou o n.º 1951, de 1952.

Lido em 14-5-52. Publicado no DCN de 15-5-52.

Remetido à C. Finanças em 19-5-52.

Parecer da C.F. favorável, lido em 16-6-52. Relator: Carlos Lur. Publicado em 17-6-52.

1ª discussão em 20-6-52 Encerrada adiada a votação. Aprovado em 23-6 de 1952.

2ª discu. em 3-7-51. Aprovado.

Redação final lida em 10-7-52.

Publicada em 11-7-52. Aprovada em 11-7-52.

Projeto remetido ao Senado em 17-7 de 1952, com o of. 1.271 (sob o número 1951-B-52).

Tomou o n.º 164-52.

Lido em 23-7-52.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Joaquim Pires — 1.080-52  
— 21-8-52 Pela — cont. — 15-10-52  
— 16-10-52.

C.F. — Durval — 1.080-52 —  
9-10-52 — Fav. — 15-10-52 — 16-10  
de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-10-52.

Aprovado em 20-10-52. À Sanção, com a Mensagem n.º 309, de 22-10-52.

*Lei n.º 1.716, de 29-10-52.* — Dispõe sobre a concessão dos favores previstos no Decreto n.º 12.944, de 30 de março de 1918, e no Decreto número 4.246, de 6 de janeiro de 1921, à Companhia de Usinas Metalúrgicas. — (*Diário Oficial* de 4-11-52).

Projeto apresentado pela Com. Const. e Justiça da C.D. à vista do requerimento da Cia. Bras. de Usinas Metalúrgicas .

Tomou o n. 690 de 1950.

Tramitação na C.D.:

Lido em 8-8-50 e rem. à Comissão de Finanças.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.F. — Israel Pinheiro s/n 1-8-52  
— Fav.

Aprovado o projeto em 11-10-50.

Publicada a redação final em 20-10 de 1950.

Aprovada a redação final em 23-10 de 1950.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 1.166, de 27-10-50, sob o número 690-A-50.

Lido na sessão de 3-11-50.

Tomou o n.º 269, de 1950.

Em pauta nos dias 8 e 9-11-50.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Evandro Vieira — 921-52 —  
19-12-50 — Pela comt. — 18-9-52 —  
19-9-52.

C.F. — Ferreira de Sousa —  
922-52 — 10-9-52 — fav. — 18-9-52 —  
19-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão  
de 26-9-52. — Aprovado. 26-9-52. À  
Com. Redação.

Redação final aprovada em 9-10-52.  
À sanção, com a Mensagem n.º 327, de  
29-10-52.

*Lei n.º 1.717, de 30-10-52* — Abre  
ao Congresso Nacional — Câmara dos  
Deputados — o crédito especial de  
Cr\$ 320.000,00 para atender às despe-  
sas desta Casa do Congresso na 35ª  
Conferência Internacional do Trabalho,  
em Genebra, Suíça. — (*Diário Ofi-  
cial* de 4-11-52).

Retificada — *Diário Oficial* de 7-11  
de 1952.

Projeto apresentado pela Com. de  
Finanças da C.D. em atenção a pedi-  
do da mesma Casa.

Tomou o n.º 2.250, de 1952.

Lido em 29-7-52.

Publicado em 30-7-52.

1ª discussão em 8-8-52. Apr.

2ª discussão em 21-8-52. (sessão  
extraordinária noturna).

Redação final lida e aprovada em  
26-8-52.

Projeto remetido ao Senado em 27-8  
de 1952 com o of. 1.594, sob o nú-  
mero 2.250-A-52.

Lido em 27-8-52.

Tomou o n.º 213-52.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Anísio Jobim — 1.026-52 —  
25-9-52 — Fav. — 3-10-52 — 4-20  
de 1952.

C.F. — Domingos Velasco —  
1.027-52 — 1-10-52 — Fav. 3-10-52  
— 4-10-52.

Incluído na Ordem do dia da sessão  
de 9-10-52.

Aprovado. À Sanção com a Mensa-  
gem n.º 297, de 15-10-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidên-  
cia da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Vice-Presidente  
do Senado em 30-10-52.

*Lei n.º 1.718, de 31-10-52* — Auto-  
riza o Poder Executivo a abrir, pelo  
Ministério da Justiça e Negócios Inte-  
riores, o crédito especial de Cr\$ ....  
7.361.531,20, para atender a despesas  
com o Corpo de Bombeiros do Dis-  
trito Federal. — (*Diário Oficial* de 4  
de novembro de 1952).

Originário do Poder Executivo  
(Mensagem n.º 393, de 9-11-51).

Lido na C.D. em 23-11-51. Tomou  
o n.º 1.425-51.

Enviado à C. Finanças em 26-11-51.

Em 5-12-51 é encerrada a discussão e  
aprovado o projeto (1ª discussão).

Em 6-12-51 é encerrada a 2ª discus-  
são e a seguir aprovado o projeto.

Em 7-12-51 é lida e aprovada a re-  
dação final.

Rem. ao Senado em 8-12-51 (of.  
2.457), sob o n.º 1.425-A-51.

Lido no Senado em 11-12-51.

Tomou o n.º 351-51.

Em pauta em 17 e 18-12-51.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. N.º — Data — Pron. —  
Leit. — Publ.

C. Justiça — J. Vilasboas — 403-52  
— 8-2-52 — pela const. — 9-5-52 —  
10-5-52.

Finanças — Vitorino Freire — 404  
— 101 de 1952 — 7-4-52 — of. e  
subst. ao art. 1º 9-5-52 — 10-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão  
de 16-5-52.

Aprovado com emenda. À Com. Re-  
dação.

Aprovada a redação final em 29-5  
de 1952. À Câmara.

Emenda do Senado publicada em 13  
de junho de 1952 e encaminhada à Co-  
missão de Finanças.

Parecer favorável da Comissão de Fi-  
nanças publicado em 1-10-52.

Emenda aprovada em 13-10-52.

Redação final publicada em 16-10-52 e aprovada em 17-10-52.

Projeto enviado à sanção em 24-10 de 1952.

Lei n.º 1.719, de 11-11-52. — Amplia o prazo de execução da Lei número 1.008, de 24 de dezembro de 1949, relativa a financiamento da lavoura do café. — (*Diário Oficial* de 5-11-52).

Projeto apresentado pelo Deputado Iris Meinberg.

Tomou o n.º 1.285, de 1951.

Lido em 18-10-51.

Remetido em 19-10-51 às Comissões de Cont. e Justiça de Economia e de Finanças.

#### *Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Datas  
— Prov. — Cert. — Publicação

C. J. — Dolor de Andrade — s/n.º  
— 25-10-51 — Pela const. — 14-11-51  
— 15-11-51.

C. Rc. — Napoleão Fontenelle —  
s/n.º — 7-11-51 — Fac. — 14-11-51  
— 15-11-51.

C. F. — Artur Santos — s/n.º —  
12-11-51 — Fac. — 14-11-51 — 15  
de novembro de 1951.

1.ª discussão em 19-11-51. — Aprovado.

2.ª discussão em 20-11-51. Aprovado.

Redação final lida em 26-11-51.

Aprovada em 27-11-51.

Projeto remetido ao Senado em 28 de novembro de 1951, com o of. 2.379, sob o n.º 1.285-B-1951.

Lido na sessão de 3-12-51. Tomou o n.º 329, de 1951.

#### *Comissões que se pronunciaram* *Pareceres*

Com. — Relatores — n.º — Datas  
— Pron. — Const. — Publ.

C. J. Ivo d'Aquino — 1.059-52 —  
11-2-52 — Foc. — c/ em — 14-10-52  
— 15-10-52.

C. Agr. — Sá Tinoco — 1.060-52  
— 1-7-52 — Fav. ao proj. e outra em  
— 14-10-52 — 15-10-52.

C. F. — Alfredo Neves — 106-52  
— 9-10-52 — const. — 14-10-52 —  
15-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-10-52.

Rejeitada a emenda. Aprovado o projeto. A sanção com a Mensagem n.º 315, de 27-10-52.

Lei n.º 1.720, de 3-11-52. — Exclui da classificação declarada no artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. — (*Diário Oficial* de 5-11-52).

#### *Histórico*

Apresentado em 5-4-1951, pelo Deputado Antônio Feliciano.

Tomou o n.º 70, de 1951.

Em pauta nos dias 9, 10, 11 e 12 de abril de 1951.

Em 16-4-51 é distribuído às Comissões de Const. e Justiça e de Segurança lido.

Em 23-4-51, é requerida urgência pelo Dep. Antônio Feliciano e outros. Fala o Sr. José Bonifácio. A Mesa deixa de receber o requerimento por considerá-lo anti-regimental.

Em 7-6-51 é apresentado requerimento pelo Sr. Coutinho Cavalcanti e outros, solicitando urgência para o projeto. O Sr. Presidente presta esclarecimentos, concluindo por manter sua decisão anterior, não aceitar o requerimento por considerá-lo anti-regimental.

Em 28-6-51 é aprovado requerimento do Sr. Antônio Feliciano e outros, solicitando urgência para a discussão e votação do projeto.

Em 9-9-51 é requerida urgência para discussão e votação do projeto. Aprovada.

Em 6-9-51 entra em discussão o projeto, tendo parecer da Com. de Justiça e dependente de parecer da Com. Seg. Nac. e emenda oferecida pelo Senhor Cícero Figueiredo.

Em 10-9-51 é considerada prejudicial, em virtude de aprovação do Proj. 8-51.

Em 11-9-51 entra em votação com 2 emendas, sendo aprovadas, assim como o projeto.

Redação final lida em 12-9-51.

Aprovada em 13-9-51.

Projeto remetido ao Senado com o ofício 1.792, de 14-9-51, sob o n.º 70-A-51.

Lido em 17-9-51.

Em pauta nos dias 20 e 21.

Comissões que se pronunciaram no Senado:

Em 25-3-52 a Com. de Seg. Nac. prestou informações.

Com. — Relatores — ns. — Data — Prov. — Leitura — Publ.

C. J. — Ivo d'Aquino — 512-52 — 5-3-52 — Pediu audiência da Comissão de Seg. Nac. — 13-8-52 — 14 de agosto de 1952.

C. J. — Ivo d'Aquino — 513-52 — 28-5-52 — Fav. aos autos 1 e 40 às emendas n.º 2 — 13-8-52 — 14 de agosto de 1952.

C. F. A. — Mário Altino — 745-52 — 11-8-52 — Idem — 13-8-52 — 14 de agosto de 1952.

Em 25-3-52 a Com. de Legislação Social prestou informações.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 19-8-52.

Aprovado os artigos 1.º e 4.º e a emenda n.º 2. Rejeitado o art. 2.º e as emendas ns. 1 e 3. À Com. Red. em 19-8-52.

Redação final aprovada em 2-9-52. A C. Deputados.

Emendas do Senado publicadas em 11 de setembro de 1952 e encaminhadas às Comissões de Const. e Justiça e de Segurança Nacional.

Parecer favorável da Comissão de Const. e Justiça publicado em 17 de setembro de 1952.

Emendas aprovadas em 10-10-52.

Redação final publicada em 16 de outubro de 1952 e aprovada em 17 de outubro de 1952.

Projeto enviado à sanção em 22 de outubro de 1952.

Lei n.º 1.720-A, de 3-11-52. — Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado à União pelos servidores do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. — (*Diário Oficial* de 7-11-52).

Apresentado em 10-5-1951 pelo Dep. Rui Almeida.

Tomou o n.º 325 de 1951.

Em pauta nos dias 16, 17, 21 e 23 de maio de 1951.

Recebeu emenda do Deputado Antônio Feliciano.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data — Pron. — Leitura — Publ.

Com. Serv. Publ. — Lôpo Coelho — s/n.º — 20.651 — Fav. ao Projeto e pelo destaque da emenda fav. favorável ao projeto em separado — 2 de agosto de 1951 — 3-8-51.

Com. Fim. — Luís Viana — s/u. — 1-8-51 — Ofereceu emendas — 2 de agosto de 1951 — 3-8-51.

Com. Fim. — Luís Viana — s/n. — 29-8-51 — contrário à emenda de Plenário — 4-9-51 — 5-9-51.

Em 8-8-51, anunciada a discussão, é submetido a votos requerimento solicitando a volta do projeto à Comissão de Finanças.

Em 11-9-51 foi aprovado o projeto com as emendas ns. 1 e 2 (da Comissão de Finanças).

Destacada a emenda de pautas para constituir projeto em separado.

Redação final lida em 14-9-51, aprovada em 15-9-51.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n.º 1.823, de 18-9-51, sob o n.º 325-C-51.

Lido na sessão de 19-9-51.

Em pauta nos dias 24 e 25-9-51.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data — Pron. — Leitura — Publ.

C. J. — João Villasbôas — 229 — 14-12-51 — Pela inconst. do projeto e da emenda n.º 1 — 7-4-52 — 8 de abril de 1952.

C. F. — Durval Cruz — 230 — 5-3-52 — Pedindo a audiência da C. J. sobre emenda oferecida na C. F. — 7 de abril de 1952 — 8-4-52.

C. J. — Gomes de Oliveira — 787 — 7-5-52 — Fav. à em. n. 2 — 2 de agosto de 1952 — 22-8-52.

C. F. — Durval Cruz — 788 — 13 de agosto de 1952 — Fav. à em. 2 e contrária ao proj. e à em. 1 — 22 de agosto de 1952 — 22-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 28-8-52.

Encerrada, sem debate, a discussão e adiada a votação em 28-8-52.

Aprovados em 3-9-52 o substitutivo e emenda n. 2 e o art. 2º do projeto. Rejeitados o art. 1º e a emenda 1. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 16 de setembro de 1952. À C. Deputados.

Emenda do Senado publicada em 25 de setembro de 1952 e encaminhada à Com. de Serviço Público Civil.

Parecer favorável da Com. de Serviço Público Civil publicado em 3 de outubro de 1952.

Emenda aprovada em 13-10-52.

Redação final aprovada em 16 de outubro de 1952.

Projeto enviado à sanção em 17 de outubro de 1952.

Lei n.º 1.720-B, de 3-11-52. — Modifica o artigo 609 do Código de Processo Penal. — (*Diário Oficial* de 7 de novembro de 1952).

Apresentado pelo Deputado Antônio Feliciano.

Tomou o n.º 62-51.

Lido em 4-4-51.

Em 10-4-51 é encerrada a discussão oferecida.

Em 16-4 é remetido à Com. Const. e Justiça.

Em 1-6-51, com o n.º 848, são pedidas informações ao Conselho Geral da Ordem dos Adv. Brasil.

Em 21-11-51 é apresentado requerimento ao Sr. Antônio Feliciano, solicitando Comissão Especial.

Em 7-2-52 o Sr. Antônio Feliciano solicita nomeação de Comissão Especial.

Em 7-3-52 fala o Sr. Antônio Feliciano, formulando questão de ordem, que é esclarecida pelo Sr. Pres. E' nomeada Comissão Especial.

Discussão em 21-8-52. Adiada a votação. Votação na mesma data (sessão noturna). Aprovado o substitutivo da Com. Especial.

Redação final lida em 28-8-52. Aprovada em 29-8-52.

Projeto remetido ao Senado com o of. 1.661, de 5-9-52, sob o n. 62-B de 1951.

Tomou o n.º 230-52.

Lido em 9-9-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

Com. — Relatores — Ns. — Data  
— Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — João Villasbôas — 1.036 — 1-10-52 — Fav. — 6-10-52 — 7 de outubro de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 10-10-52. Adiada a discussão em virtude do levantamento da sessão por falta de número no recinto para o seu prosseguimento.

Retirado da Ordem do Dia para verificação dos avulsos — 13-10-52.

Aprovado em 16-10-52. À sanção com a Mensagem n.º 305, de 21-10-52.

Devolvido pela Presidência da República para promulgação.

Promulgada pelo Vice-Presidente do Senado em 3-11-52.

Lei n.º 1.720-C, de 3-11-52. — Revigora o prazo a que se refere o artigo 4.º, da Lei n.º 1.239-A, de 20 de novembro de 1950. — (*Diário Oficial* de 7-11-52).

Apresentado em 23-7-51 pelo Sen. Ezechias da Rocha.

Lido em 23-7-51. Tomou o número PLSF 34-51.

Em 10-9-51 é lido o parecer número 793-51, da Comissão de Const. e Justiça, pela constitucionalidade:

Aprovada a constitucionalidade em 17 de setembro e 1951.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — N.º — Data —  
— Pron. — Leitura — Publ.

Trabalho — Ruy Carneiro — ....  
1.328-51 — 5-10-51 — Fav. — 10 de dezembro de 1951 — 11-12-51.

Finanças — A. Pasqualini — ....  
1.329-51 — 6-12-51 — Fav. — 10 de dezembro de 1951 — 11-12-51.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 21-1-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de n.º.

Em 22-1-52, a requerimento do Sen. Mozart Lago é adiada a votação (1.ª disc.) para 5-2-52.



Em 5-2-52 são aprovados os artigos 1º e 2º. O projeto volta à Ordem do Dia para 2ª discussão.

Em 12-2-52 é encerrada a 2.ª discussão. O projeto volta às Comissões em virtude de emenda do Sr. Mozart Lago.

*Comissões que se pronunciaram sobre a Emenda*

Com. — Rel. — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

Justiça — J. Pires — 405-52 — 29 de fevereiro de 1952 — Fav. — 9-5-52 — 10 de maio de 1952.

Trab. — Rui Carneiro — 406-52 — 18-4-52 — Fav. — 9-5-52 — 10 de maio de 1952.

Finanças — A. Pasqualini — 407-52 — 7-5-52 — Fav. — 9 de maio de 1952 — 10-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 15-5-52. Aprovado com emenda. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 27 de maio de 1952. — À Câmara.

Em 13-6-52, é publicado.

Em 23-7-52, é publicado parecer da Comissão de Legislação Social.

Em 3-10-52, é publicado parecer contrário à emenda oferecida pelo Sr. Dilermando Cruz, da Comissão de Legislação Social.

Em 13-10-52, é o projeto aprovado.

Em 21-10-52, é pelo ofício n.º 1.954, comunicada ao Senado a remessa do projeto à sanção.

*Lei n.º 1.721. de 4-11-52.* — Dispõe sobre as carreiras de contínuo e servente do Serviço Público Federal, e dá outras providências. — (*Diário Oficial* de 5-11-52).

— Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 746, de 1949, enviada à C. D.).

Tomou o n.º 1.234, de 1950.

Tramitação na C. D.:

Em 20-1-50 é lido e vai a imprimir.

Em pauta nos dias 24, 25, 26 e 27-1-50.

Em 27-1-50, é despachado às Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Em 25-3-50, o Sr. Benjamin Farah apresenta requerimento de urgência para o projeto.

Em 13-4-50, é aprovado o requerimento.

Em 25-5-50, fala o Sr. Paulo Sarasate para uma comunicação.

Em 2-8-50, fala o Sr. Rui Almeida para uma questão de ordem.

Em 24-1-51 é lido e vai a imprimir tendo parecer com emenda da Comissão de Finanças favorável ao parecer da Comissão de Serviço Público Civil (1.234-A).

Em 27-1-51 é anunciada e encerrada a discussão, ficando adiada a votação.

Em 6-4-51, é anunciada a discussão do projeto, sendo aprovado requerimento dos Srs. Gustavo Capanema, Ponciano dos Santos, Soares Filho, Arnaldo Cerdeira e Brochado da Rocha, solicitando a volta do mesmo à Comissão de Finanças (1.234-A-50).

Em 13-6-51, pelo Ofício n.º 957, é solicitado o pronunciamento do Sr. Ministro da Fazenda sobre este projeto (*D.C.N.* de 19-6-51).

Em 7-12-51, é lido e vai a imprimir, tendo parecer, com emenda, da Comissão de Finanças favorável ao primeiro parecer. Novo parecer da Comissão de Finanças reafirmando o seu parecer anterior (1.234-A). *D.C.N.* de 8 de dezembro de 1951, página 12.609, 1.ª coluna.

Convocação — Em 14-12, sessão extraordinária noturna, é anunciada e encerrada a discussão. Em votação, são aprovados o projeto e a emenda da Comissão de Serviço Público Civil. Vai ser redigido para 2.ª discussão.

Em 8-2-52, é lido e vai a imprimir a redação para a 3.ª discussão. 1.234-C — *D.C.N.* de 9-2-52, pág. 981, 4.ª coluna.

Em 19-2-, é anunciada e encerrada a discussão, sendo adiada a votação. Vai, com emenda oferecida pelo Sr. Celso Peçanha e outros, à Comissão de Finanças. (Vide: *D.C.N.* de 20-2-52, pág. 142, 4.ª coluna).

Em 1-8-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer contrário da Comissão de Finanças à emenda de 2.ª discussão (1.234-D). — Publicado no *D.C.N.*, de 2-8-52, pág. 7.528, 2.ª coluna.

Em 8-8-, é anunciada a votação. Submetidos a votos, é rejeitada a emenda de 2.ª discussão e é aprovado o projeto, que vai à Redação Final. (D.C.N. de 9-8-52, pág. 7.970, 3.ª coluna).

Em 20 de agosto é lida e vai a imprimir a redação final (1.234-E-50). Publicada no D.C.N. de 21-8-52, página 8.281.

Em 21-8, é aprovada a redação final. D.C.N. de 22-8-52, pág. 8.370, 2.ª coluna.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 1.623, de 29-8-1952, sob o n.º 1.234-E-1950.

Tomou o n.º 219-52.

Lido na sessão de 2-9-52.

*Comissões que se pronunciaram — Pareceres :*

*Comissão — Relatores — Números — Datas — Pronunciamentos — Publicações — Leit.*

Comissão de Justiça — Attilio Vivacqua — 1.057 — 25-9-52 — Favorável — 15-10-52.

Comissão de Finanças — Mathias Olympio — 1.058 — 9-10-52 — Favorável — 14-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 21-10-52.

Aprovado. À sanção com a Mensagem n.º 313, de 27-10-52.

*Lei n.º 1.722, de 6-11-52. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 489.440.00 para ocorrer ao pagamento de gratificação adicional a desembargadores em disponibilidade do extinto Tribunal de Apelação do Território do Acre. — (Diário Oficial de 11-11-52).*

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da C. D. em atenção aos Ofícios ns. 333 e 402, de 1952, do Tribunal de Justiça do D. F.

Tomou o n. 2.274, de 1952.

Lido em 5-8-52.

1.ª discussão em 21-8-52. Encerrado a votação na sessão extraordinária noturna da mesma data. — Aprovado.

2.ª discussão em 22-8-52. Aprovado. Redação final lida em 28-8-52.

Aprovada em 29-8-52.

Projeto remetido ao Senado em 1 de setembro de 1952, com o Ofício número 1.848, sob o n.º 2.285-A, de 1952.

Tomou o n.º 227, de 1952.

Lido em 4-9-52.

*Comissões que se pronunciaram — Pareceres :*

*Comissão — Relatores — Números — Data — Pronunciamento — Leitura — Publicação*

Comissão de Justiça — Carlos Saboya — 1.109-52 — 9-10-52 — Pela aprovação — 17-10-52 — 18-10-52.

Comissão de Finanças — Mathias Olympio — 1.110-52 — 15-10-52 — Pela aprovação — 15-10-52 — Pela aprovação — 17-10-52 — 18-10-52.

Concedida dispensa de interstício na sessão de 17-10-52, a requerimento do Senador Mathias Olympio.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-10-52.

Aprovado em 20-10-52. À sanção, com a Mensagem n. 308, de 22-10-52.

Devolvido pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Vice-Presidente do Senado em 6-11-52.

*Lei n.º 1.723, de 8-11-52 — Modifica o artigo 461, de Decreto-lei número 4.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). — (Diário Oficial de 12-11-52).*

Projeto apresentado pelo Deputado Hildebrando Bisaglia.

Tomou o n.º 1.822, de 1952.

Lido em 14-4-52.

Publicado em 15-4-52.

Remetido em 16-4-52 à Comissão de Legislação Social.

Parecer da Comissão de Legislação Social, com emenda, lido em 27-6-52.

Relator: Deputado Ernani Sátiro.

1.ª discussão em 4-7-52. Aprovados o projeto e a emenda. Voltou à Comissão de Relação para redigir o vencido.

2.ª discussão em 11-8-52. Aprovado. Redação final lida em 20-8-52.

Publicada em 21-8-52.

Projeto remetido ao Senado em 29 de agosto de 1952, com o Ofício número 1.688, sob o n.º 1.822-C-52.

Tomou o n.º 218-52.

Lido em 2-9-1952.

*Comissões que se pronunciaram — Pareceres :*

*Comissão — Relator — N.º — Data — Pronunciamento — Leitura — Publicação*

Comissão de Justiça — Ivo d'Aquino — 1.121-52 — 25-9-52 — Pela const. — 20-10-52 — 21-10-52.

C. Tr. e Prv. Social — Cícero Vasconcelos — 1.122-52 — 16-10-52 — Favorável — 20-10-52 — 21-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-10-52. Aprovado. À sanção com a Mensagem n.º 328, de 3-11-52.

*Lei n.º 1.724, de 8-11-52.* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ .. 1.969.650,00, para atender às despesas com a V Conferência dos Estados da América, Membros da Organização Internacional do Trabalho. — (*Diário Oficial* de 12-11-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 66, de 1952).

Lido em 24-3-52.

Tomou o n.º 1.777-52.

Em 4-4-52 e aprovado requerimento de urgência do Deputado Hildebrando Bisaglia e outros.

Em 14-4-52 entra em 1.ª discussão. O Sr. Presidente pede o parecer da Comissão de Finanças.

O Deputado Artur Santos requer e obtém o prazo regimental para emitir parecer.

Em 15-4-52 é lido parecer favorável da Comissão de Finanças (Relator Deputado Artur Santos).

Em 16-4-52 (1.ª discussão) falam os Deputados Roberto Morena, Orlando Dantas, Fernando Ferrari e Campos Vergal. Pelos Deputados Roberto Morena e Campos Vergal é apresentado emenda. O Deputado Artur Santos relator da Comissão de Finanças, emite parecer verbal, contrário à emenda.

Em 17-4-52 (cont. da 1.ª discussão)

fala, para encaminhar a votação, o Deputado Roberto Morena.

A emenda é rejeitada. Aprovado o projeto.

Em 18-4-52 é aprovado em 2.ª discussão.

Em 23-4-52 é lida a redação final.

Em 26-4-52 é aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 29-4-52 (Ofício 695), sob o n.º 1.777-B-52).

Lido no Senado em 5-5-52.

Tomou o n.º PLCD-105-52.

Em pauta nos dias 13 e 14-5-52.

*Comissões que se pronunciaram — Pareceres*

*Comissão — Relator — N.º — Data — Pronunciamento — Leitura — Publicação*

Comissão de Justiça — G. de Oliveira — 673-52 — 18-6-52 — pela const. — 14-7-52 — 15-7-52.

Finanças — A. Pasqualini — 694-52 — 9-7-52 — of. emenda — 14-7-52 — 15-7-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 18-7-52.

Aprovado com emenda. A' Comissão de Redação.

Aprovado a redação final em 28-7-52. A' Câmara.

Emenda do Senado publicada em 13-8-52.

Parecer favorável da Comissão de Finanças publicado em 9-10-52.

Emenda aprovada em 14-10-52.

Redação final publicada em 22-10-52 e aprovada em 23-10-52.

Projeto enviado à sanção em 3-11-52.

*Lei n.º 1.725, de 8-11-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.080,00 para atender às despesas com o pagamento de honorários, por exercícios findos, aos Professores Alcides Fonseca e Virgílio José Ataíde Fernandes Pinheiro. (*Diário Oficial* de 12-11-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 111, de 15-4-1952).

Tomou o n.º 1.867, de 1952.

Lido em 25-4-52.

Publicado no *D.C.N.* de 26-4-52.

Em 29-4-52 é enviado à Comissão de Finanças.

Parecer da Comissão de Finanças, favorável, lido em 13-6-52. Relator: Deputado Abelardo Andréa. Publicado no *D.C.N.* de 14-6-52.

1.ª discussão em 20-6-52. Adiada a votação. Aprovado em 23-6-52.

2.ª discussão em 3-7-52. Aprovado.

Redação final lida em 10-7-52.

Aprovada em 11-7-52.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício 1.285, sob o n.º 1.867-B-52.

Tomou o n.º 168, de 1952.

Lido em 24-7-52. Em pauta nos dias de 31-7 e 1-8-52.

*Comissões que se pronunciaram — Pareceres :*

*Comissão — Relatores — N.º — Data — Pronunciamento — Leitura — Publicação*

Comissão de Justiça — Ruy Carneiro — 1.148-52 — 21-8-52 — Fela const. — 24-10-52 — 25-10-52.

C. F. — Pinto Aleixo — 1.149-52 — 15-10-52 — Favorável — 24-10-52 — 25-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-10-52. Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 324, de 31-10-52.

*Lei n.º 1.726, de 8-11-52 — Concede pensão mensal de Cr\$ 3.620,00 a Vera Vieira Garcia, viúva do agrônomo Murilo Geraldo Garcia, morto em virtude de agressão em serviço, e dá outras providências. — (Diário Oficial de 12 de novembro de 1952).*

Projeto apresentado na Câmara dos Deputados pelo Deputado Roberto Grossenbacher.

Tomou o n.º 1.203, de 1950.

Lido em 30-1-51.

Remetido em 12-4-51 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em 19-10-51, pelo Ofício n.º 2.041, é solicitada a audiência do Ministério da Agricultura.

Parecer proferido:

*Pareceres*

*Comissão — Relator — Ns. Data — Pronunciamento — Leitura — Publicações*

Comissão de Justiça — s-n.º — 28-5-51 — Pela const. — 13-12-51 — 14-12-51.

Comissão de Finanças — Lameira Bittencourt — s-n.º — 12-12-51 — Favorável — 13-12-51 — 14-12-51.

Em 4-2-52 é lido o Ofício 432-G, do Ministério da Agricultura transmitindo as informações solicitadas.

Em 13-2-52 é autorizado requerimento de preferência do Sr. Rui Santos.

Discussão em 13-2-52. Aprovado e enviado à Comissão de Redação.

Redação final lida em 22-4-52.

Publicada em 23-4-52.

Aprovada em 23-4-52.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício 718, de 5-5-52, sob o número 1.203-B-50.

Lido em 8-5-52.

Tomou o n.º 108, de 1952.

*Comissões que se pronunciaram — Pareceres :*

*Comissões — Relatores — Ns. — Datas — Pronunciamentos — Leitura — Publicações*

Comissão de Justiça — Anísio Jobim — 624-52 — 28-5-52 — Pela const. — 30-6-52 — 1-7-52.

Comissão de Finanças — Alvaro Adolpho — 625-52 — 25-6-52 — Favorável — 30-6-52 — 1-7-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-7-52.

Encerrada a discussão com uma emenda do Senador Mello Vianna. Voltou às Comissões.

*Parecer sobre a emenda :*

*Comissão — Relator — Ns. — Datas — Pronunciamento — Leitura — Publicações*

Comissão de Justiça — Anísio Jobim — 1.118-52 — 1-8-52 — Pela const. — 20-10-52 — 21-10-52.

Comissão de Finanças — Alvaro Adolpho — 1.119-52 — 15-10-52 — Contrário — 20-10-52 — 21-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 29-10-52 para votação.

Rejeitada a emenda. Aprovado o projeto. À sanção, com a Mensagem n.º 323, de 31-10-52.

*Lei n. 1.727, de 8-11-52.* — Dispõe sobre o concurso de provas para o ingresso na magistratura vitalícia. (*Diário Oficial* de 12-11-52).

Dispõe sobre o concurso de provas para o ingresso na magistratura vitalícia.

Apresentado pelo Senador Filinto Müller em 26-7-49. Tomou o número PLSF-34-49.

Lido na mesma data. Publicado no *D.C.N.* de 27-7-49.

Em 12-10-59 é lido o parecer número 1.213-49 da Comissão de Constituição e Justiça (rel.: Senador Artur Santos) pela constitucionalidade do projeto, ao qual oferece substitutivo.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 18-10-49, para discussão preliminar. Aprovado o parecer. O substitutivo entrará oportunamente em primeira discussão.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 27-10-52 em primeira discussão. Encerrada a discussão e adiada a votação.

Adiada votação por falta de número em 28-10-52.

Aprovado o substitutivo na sessão de 31-10-52. Aguarda interstício para segunda discussão.

Aprovado em segunda discussão em 4-11-49. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 11-11-49. À Câmara dos Deputados.

Lido na sessão noturna de 28-11-49. Tomou o número 1.093-49. Em pauta nos dias 1, 2, 5 e 6-12-49.

Recebeu 4 emendas, sendo encaminhada em 6-12-49 às Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil.

Parecer das mesmas Comissões, favoráveis ao projeto e às emendas números 1 e 2 e contrários às de números 3 e 4, lido em 13-6-52.

Em 20-6-52 é anunciada e encerrada a discussão sendo adiada a votação.

Aprovado em 23-6-52 o projeto, com as emendas ns. 1 e 2.

Redação final lida em 27-6-52. Aprovada em 30-6-1952.

Devolvido o projeto ao Senado, com as emendas da Câmara em 17-7-52 (ofício n. 1.280), sob o n. 1.093-3-49.

Lidas as emendas da Câmara na sessão do Senado em 24-7-52.

Receberam o n. 170-52.

À Comissão de Constituição e Justiça em 5-8-52.

Em 1-10-52 é lido o parecer número 1.004-52 da Comissão de Constituição e Justiça (rel. Senador João Villasbôas), favorável às emendas da Câmara dos Deputados.

Incluída a matéria na Ordem do Dia da sessão de 9-10-52.

Aprovadas as emendas da Câmara. À Comissão de Redação.

Redação final lida em 23-10-52 (Parecer n. 1.151-52).

Redação final aprovada em 29-10-52. À sanção, com a Mensagem n. 322, de 31-10-52.

*Lei n. 1.728, de 10-11-52.* — Dispõe sobre a forma de pagamento das dividas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências. — (*Diário Oficial* de 13-11-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 98, de 1-4-52, enviada à Câmara dos Deputados).

Tomou o n. 1.845-1952.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Em 17-4-52, é lido e vai a imprimir. Pub. no *D.C.N.* (n. 69) de 18, à página 2.949.

Em 18 de abril é despachado às Comissões de Constituição e Justiça; de Economia e de Finanças.

Em 21-5-52, é anunciada a discussão, dependente de parecer das Comissões de Justiça, de Economia e de Finanças. É aprovado requerimento do Senhor Israel Pinheiro, solicitando o prazo de 10 sessões para a Comissão de Finanças opinar sobre o projeto. — *D.C.N.* de 22-5-52, página 4.191 — 2ª col.

Em 9 de julho é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça que opina pela constitucionalidade do projeto, com emendas ao mesmo, parecer, da Comissão de Economia e declaração de voto do Sr. Daniel Faraco e parecer com substitutivo, da Comissão de Finanças (1.845-A-52) Pub. no *D.C.N.* de 10-7-52, página 6.384).

Em 14-7-52, é anunciada e encerrada a primeira discussão. Vai, com 17 emendas, oferecidas, respectivamente, pelos Srs.: ns. de 1 a 4 — Mendonça Júnior. Ns. 5 e 6 e 9 — Celso Peçanha, ns. 7 e 8 — Sr. Osvaldo Fonseca, ns. 10 Barros de Carvalho, ns. 11 Sr. Tarso Dutra, n. 12 — Aliomar Baleeiro, n. 13 — Moura Rezende, n. 14 — José Fleuri, n. 15 — Ernani Sátiro, n. 16 — Leopoldo Maciel, número 17 — Leopoldo Maciel. À Comissão de Finanças. *D.C.N.* de 15-7 de 1952, página 6.591 — 1ª coluna.

Em 29-7-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Justiça pela constitucionalidade do projeto com emendas ao mesmo, parecer com emendas da Comissão de Economia e declaração de voto do Sr. Daniel Faraco e parecer, com substitutivo, da Comissão de Finanças. Novo parecer da Comissão de Finanças sobre emendas da primeira discussão: favorável às de números 5, 8 e 15; contrário às de ns. 1, 2, 4, 6, E, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 17; com subemendas às de ns. 3 e 9. (1.845-B) *D.C.N.* de 30-7-52, página 7.344, 2ª coluna.

Em 5-8-52, é anunciada a votação. São aprovados o substitutivo da Comissão de Finanças, as subemendas dessa Comissão às emendas de discussão números 3 e 9, o primeiro grupo de emendas com parecer favorável, as de números 3, 8 e 15, e rejeitadas as de números 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11, 12, 14 16 e 17, com parecer contrário, salvo a de destaque, de n. 12, de autoria do Senhor Aliomar Baleeiro, que foi retirada, por solicitação do autor, a fim de ser apresentada em segunda discussão. O projeto substitutivo volta à Comissão de Finanças, a fim de ser redigida para segunda discussão. *D. C. N.* de 6-8-52, página 7.704 — 1ª coluna.

Em 5-8-52, fala o Sr. Galeno Paranhos, para uma comunicação. (*D. C. N.* de 6-8-52, página 7.695, 1ª coluna).

Em 11-9-52, é lido e vai a imprimir a redação para a segunda discussão. — (1.845-C) *D.C.N.* de 12-8-52, página 8.002 — 2ª coluna.

Em 18-8-52, é anunciada e encerrada a discussão. Vai, com 7 emendas, oferecidas, respectivamente, pelos Senhores: n. 1 — Aliomar Baleeiro — número 2 — João Agripino, n. 3 — João Agripino, n. 4 — Aral Moreira, n. 5 — Dolor de Andrade, n. 6 — Carmelo de Agostini, n. 7 — Janduí Carneiro. — Às Comissões de Constituição e Justiça de Finanças. *D. C. N.* de 19-8 de 1952, página 8.209 — 1ª coluna.

Em 29-8-52, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres sobre emendas de segunda discussão: da Comissão de Constituição e Justiça favorável às de ns. 2, 3 (2ª parte) e 5 e contrário às de ns. 1, 3 (1ª parte), 4, 6 e 7. da Comissão de Finanças favorável à de número 2 e contrário às de ns. 1, 3 (1ª parte), 6 e 7, com subemendas às de ns. 3 (2ª parte) e 5 (aceitando o parágrafo único a figurar no artigo 13 e rejeitando o artigo da emenda) e impertinente à de n. 4 — 1.845-D — *D. C. N.* de 30-8-52, página 8.755 — 3ª coluna.

Em 3-9-52, é anunciada a votação em segunda discussão. Falam, os senhores Tenório Cavalcanti, para encaminhar a votação e Lameira Bittencourt, para uma questão de ordem. O Senhor Presidente anuncia a votação do grupo de emendas com parecer favorável, números 2, 3 (2ª parte), com subemenda, que é aprovado.

É deferido requerimento, de autoria do Sr. Aliomar Baleeiro, de destaque para emenda número 1. O Sr. Presidente anuncia a votação do grupo de emendas com parecer contrário ns. 1, 4, 6, 7 e 3 (1ª parte), salvo o destaque. Falam, para encaminhar a votação, os Srs. Nestor Duarte, Aral Moreira, Lameira Bittencourt e Rondon Pacheco. Submetido a votos, é rejeitado.

O Sr. Presidente anuncia a votação da emenda n. 1, destacada a requeri-

mento do Sr. Aliomar Baleeiro. Falam, para encaminhar a votação, os Senhores Aliomar Baleeiro, Rondon Pacheco e Lameira Bittencourt, submetido a votos é rejeitada. O Sr. Aliomar Baleeiro (pela ordem) requer verificação da votação. Feita a nova votação simbólica é dado como rejeitado. O Senhor Aliomar Baleeiro (pela ordem) insiste na verificação da votação, por bancadas. Procedendo-se a verificação da votação, por bancadas, reconhece-se terem votados a favor 51 Srs. Deputados e contra 39, total 90, com o Senhor Presidente 91. É reconhecida a falta de número. Feita a votação nominal, responderam a chamada e votaram 201 Srs. Deputados sendo 127 Sim e 74 Não; é aprovada a emenda n. 1.

O Sr. Presidente anuncia a votação da emenda n. 5. É aprovada a segunda parte nos termos do parecer da Comissão de Finanças. O Sr. Presidente anuncia a votação do projeto, que é aprovado e enviado à Comissão de Redação. *D. C. N.* de 4-9-52.

Em 8-9, é lido e vai a imprimir a Redação Final. *D. C. N.* de 9-9-52.

Em 9-9, é anunciada a votação da Redação Final. O projeto volta à Comissão de Redação, por ter sido oferecida uma emenda, pelo Sr. Galeno Paranhos. *D.C.N.* de 10-9-52, página 9.515.

Em 15 de setembro, é lido e vai a imprimir tendo parecer da Comissão de Redação favorável à emenda de plenário (1.845-F-52) *D. C. N.* de 16-9-52, página 9.515.

Em 16-9-52, o Sr. Presidente anuncia a votação da emenda e da Redação Final, que são aprovadas. *D. C. N.* de 17-9-52, página 9.594 — 3ª e 4ª colunas.

Projeto remetido ao Senado com o ofício 1.778, de 18-9-52, sob o número 1.845-E-52.

Lido em 18-9-52.

Tomou o n. 257-52.

Em pauta nos dias 29 e 30.

Comissões que se pronunciaram:

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

Comissão de Justiça — Attilio Vivácqua — 1.161-52 — 9-10-52 — Pela Cont. — 25-10-52.

Comissão de Agricultura — Altivo Linhares — 1.162-52 — 15-10-52 — Fav. — 24-10-52.

Comissão de Finanças — Domingos Vellasco — 1.163-52 — 21-10-52 — Fav. ao proj. e pelo destaque da em. pa. puj. em ref. — 24-10-52.

Em 21-10-52 foi apresentado o requerimento n. 384, do Sr. Mello Vianna e outros Srs. Senadores, pedindo urgência para discussão e votação do projeto. Aprovado na sessão de 24-10-52.

Passou-se imediatamente à discussão do projeto, que se encerrou depois de terem falado os Srs. Onofre Gomes e Domingos Vellasco.

Pedido o parecer oral das Comissões de Justiça e Agricultura sobre a emenda apresentada perante a Comissão de Finanças, os relatores solicitaram o prazo regulamentar, que lhes foi concedido, sendo suspensa a sessão.

Reabertos os trabalhos, verificou-se falta de número para o seu prosseguimento. A sessão foi levantada, ficando a matéria para a sessão de 27-10-52.

Aprovado em 27-10-52 depois de darem parecer oral os Senadores Attilio Vivácqua e Walter Franco, respectivamente pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura. Rejeitada a emenda. À sanção, com a Mensagem n. 318, de 31-10-52.

*Lei n. 1.729, de 11-11-52.* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 155.167,70, para atender ao pagamento de indenização à Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico. — (*Diário Oficial* de 14-11-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 502, de 24-11-1950, remetida à Câmara dos Deputados).

Tomou o n. 1.036, de 1950.

Lido em 13-12-50.

Remetido à Comissão de Finanças em 22-10-50.

Parecer da Comissão de Finanças, favorável, lido em 11-7-52. (Parecer de 9-6-52, relatado pelo Deputado Clóvis Pestana).

Publicado em 12-7-52.

Primeira discussão em 17-7-52. — Aprovado.

Segunda discussão em 21-7-52. — Aprovado, depois de falar o Deputado Lôbo Carneiro.

Redação final lida em 25-7-52.

Aprovada em 28-7-52.

Projeto remetido ao Senado com o ofício 1.447, de 5-8-52, sob o número 1.036-B de 1950.

Tomou o n. 200, de 1952.

Lido em 11-8-52.

Em pauta nos dias 19 e 20.

Comissões que se pronunciaram:

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

Comissão de Justiça — Carlos Saboya — 1.176-52 — 25-9-52 — Pela Cont. — 27-10-52 — 28-10-52.

Comissão de Finanças — Durval Cruz — 1.177-52 — 23-10-52 — Fav. 27-10-52 — 28-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 31-10-52. Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 333, de 5-11-52.

*Lei n. 1.730, de 11-11-52.* — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00 para pagamento de sentenças judiciais. — (*Diário Oficial de 17-11-52*).

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados em atenção ao ofício n. 324, de 11-2 de 1952, do Pres. do Tr. Federal de Recursos.

Tomou o n. 258, de 1952.

Lido em 1-9-52.

Primeira discussão anunciada e encerrada em 9-9-52. Adiada a votação. Aprovado na sessão extraordinária noturna da mesma data.

Segunda discussão em 11-9-52. Aprovado.

Redação final lida em 15-9-52.

Aprovada em 16-9-52.

Projeto remetido ao Senado em 18-9 de 1952, com o ofício n. 1.780, sob o n. 2.376-A de 1952.

Tomou o n. 258, de 1952.

Lido na sessão de 19-9-52.

Comissões que se pronunciaram:

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

Comissão de Justiça — Ruy Carneiro — 1.105 — 9-10-52 — Fav. — 17-10 de 1952 — 18-10 de 1952.

Comissão de Finanças — Matias Olímpio — 1.106 — 15-10-52 — Fav. — 17-10-52 — 18-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-10-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 314, de 27-10-52.

Devolvido pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Vice-Presidente do Senado em 11-11-52.

*Lei n. 1.731, de 13-11-52.* — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho Nacional do Petróleo os créditos suplementar de Cr\$ 574.016.700,00 e especial de Cr\$ 231.350.000,00, para atender a dotações do Orçamento de 1952 — (*Diário Oficial de 20-11-52*).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 167, de 20-5-1952, remetido à Câmara dos Deputados.

Tomou o n. 2.056, de 1952.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Em 10 de junho é lido e vai a imprimir. Publicado no *Diário do Congresso Nacional* (n. 105), de 11 de junho, à pág. 5.084.

Em 11-6-52, extraordinária noturna, é despachado à Comissão de Finanças (*D.C.N.* de 12, pág. 5.179).

Em 16-6-52, é aprovado requerimento de urgência de autoria do Sr. Orlando Dantas.

Em 18-6, são aprovados 2 requerimentos: o primeiro, de autoria do Sr. Israel Pinheiro, solicitando o prazo de 8 dias para a Comissão de Finanças opinar sobre o projeto e o segundo, do Sr. Bilac Pinto, requerendo seja ouvida a Comissão de Economia — (*D.C.N.* de 19-6-52, pág. 5.465, 1ª coluna).



Em 3 de julho é lido e vai a imprimir tendo parecer com substitutivo, da Comissão de Economia favorável ao projeto (2.056-A de 1952) — Publicado no D. C. N. de 4-7-52, página 6.167).

Em 8-7-52, é anunciada a discussão. Fala o Sr. Bilac Pinto, cujo discurso será publicado depois. Não havendo mais oradores inscritos, é encerrada a discussão e adiada a votação. Vai, com uma emenda, oferecida pelo Sr. Aliomar Baleeiro, às Comissões de Economia e de Finanças. (D.C.N. de 9-7-52, pág. 6.349, 1ª coluna).

Em 29-7-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer: da Comissão de Economia favorável ao projeto e parecer, com substitutivo, da Comissão de Finanças.

Pareceres sobre emenda de primeira discussão: com subemenda da Comissão de Economia e contrário da Comissão de Finanças (2.056-B) — D.C.N. de 29-7-52, pág. 7.356, 3ª coluna.

Em 8-8-52, é lida e vai a imprimir a redação para a segunda discussão — (2.056-C). D.C.N. de 9-8-52, página 7.933, 2ª coluna.

Em 18-8, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Submetido a votos, é aprovado, indo à Redação Final — (D.C.N. de 19-8-52, pág. 8.210, 4ª coluna).

Em 25 de agosto é lida e vai a imprimir a Redação Final (2.056-D-52) (D.C.N. de 26-8-52 — pág. 8.524).

Em 26 de agosto é aprovada a Redação Final (D.C.N. de 27-8-52 — pág. 8.580).

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 1.627, de 29-8-52, sob o número 2.056-D de 1952.

Tomou o n. 224-52.

Lido em 3-9-52.

Em pauta nos dias 10 e 11-9-52.

Comissões que se pronunciaram:

#### *Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

Comissão de Justiça — Clodomir Cardoso — 1.174-52 — 16-10-52 — Pela cont. — 27-10-52 — 28-10-52.

Comissão de Finanças — Cicero de Vasconcellos — 1.175-52 — 23-10-52 — Fav. — 27-10-52 — 28-10-52.

Em 27-10-52 é aprovado requerimento de dispensa interstício, formulado pelo Senador Victorino Freire.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-10-52. Aprovado depois de falar o Senador Victorino Freire. À sanção, com a Mensagem n. 327, de 3-11-52.

*Lei n.º 1.732, de 14-11-52* — Revi-gora o art. 1.º da Lei n.º 1.116, de 30 de maio de 1950. — (*Diário Oficial* de 19-11-52).

Projeto apresentado pelo Deputado Aloisio de Castro.

Lido em 3-4-52.

Remetido em 16-4-52, à Comissão de Finanças. Parecer favorável, de 28-7-52, lido em 4-8-52 (Relator, Deputado Macedo Soares).

1ª discussão em 12-8-52. Aprovado.

2ª discussão em 21-8-52. Aprovado.

Redação final lida em 28-8-52.

Aprovado em 29-8-52.

Projeto remetido ao Senado em 9 de setembro de 1952, com o ofício número 1.812-B-52.

Lido em 11-9-52.

Publicado em 12-9-52.

*Comissões que se pronunciaram.*

#### *Pareceres*

*Com. — Relatores — Números — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C.J. — João Villasbôas — 1.185-52 — 2-10-52 — Pela const. — 29-10-52 30-10-52.

C.F. — Alvorá Adolpho — 1.186 de 52 — 23-10-52 — Fav. — 29-10 de 52 — 30-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-11-52. Adiado para 7-11-52 (sessão levantada em virtude do falecimento de Daputado).

Aprovado em 7-11-52. À sanção, com a Mensagem n.º 338, de 21-11-52.

*Lei n.º 1.733, de 14-11-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 252.440,00, em reforço da Verba 3, Anexo 19 — Auxílios aos Municípios — do Orçamento de 1952. — (*Diário Oficial* de 19-11-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 169-52, de 21-5-52, remetida à C.D.).

Tomou o n.º 2.033, de 1952.

Lido em 2-6-52.

Publicado no *D.C.N.* de 3-6-52.

Remetido à Comissão de Finanças em 4-6-52.

Parecer, com substitutivo, da Comissão de Finanças, lido em 24-6-52. Relator: Carlos Luz.

1ª discussão em 4-7-51. Aprovado o substituto da C.F., ficando prejudicado o projeto.

2ª discussão em 10-7-52. Aprovado.

Redação final lida em 16-7-52.

Aprovada em 17-7-52.

Projeto remetido ao Senado em 29 de julho de 1952, com o of. 1.365, sob o n.º 2.023-B-52.

Lido em 31-7-52.

#### Comissões que se pronunciaram

##### Pareceres

Com. — Relatores — Números —  
Datas — Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Joaquim Pires — 1.171-52  
— 21-8-52 — Fav. — 27-10-52 —  
28-10-52.

C.F. — Durval Cruz — 1.172-52  
— 23-10-52 — Fav. — 27-10-52 —  
28-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-11-52. Adiado para 7-11-52 (sessão levantada em virtude de falecimento de deputado).

Aprovado em 7-11-52.

A sanção, com a Mensagem número 339, de 11-11-52.

*Lei n.º 1.734, de 14-11-52* — Abre ao Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ 560.000,00, para cada uma destas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender às despesas das respectivas delegações à Conferência da União Interparlamentar que se reuniu em Berna, Suíça. — (*Diário Oficial*, de 20-11-52).

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, em atenção a pedido de ambas as Casas.

Tomou o n.º 2.253-52.

Lido em 30-7-52.

1ª discussão em 11-8-52. Aprovado.  
2ª discussão em 21-8-52. Aprovado.  
Redação final lida em 26-8-52. Aprovada na mesma data.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 1.595, de 27-8-52.

Tomou o n.º 2.253-A-52.

Lido em 27-8-52.

Em pauta nos dias 5 e 8-9-52.

#### Comissões que se pronunciaram:

##### Pareceres

Com. — Relatores — Ns. — Datas  
— Pron. — Leit. — Pub.

C.J. — Anísio Jobim — 1.028-52 —  
25-9-52 — Fav. — 3-10-52 — 4-10-52.

S.F. — Domingos Vellasco —  
1.029-52 — 1-10-52 — Fav. —  
3-10-52 — 4-10-52.

Em 9-10-52 é aprovado requerimento de dispensa de interstício a fim de figurar na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-10-52.

Aprovado. 9-10-52. A Com. Red. Redação final aprovada em 22-10-52. A sanção, com a Mensagem n.º 319, de 30-10-52.

Projeto devolvido pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Vice-Presidente do Senado em 14-11-52.

*Lei n.º 1.734-A, de 17-11-52* — Modifica os arts. 142, 153 e 188 do Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Cód. de Organização Judiciária do Distrito Federal — e autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00 — (*Diário Oficial*, de 22-11-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 2, de 5-1-1952, encaminhada à C.D.).

Tomou o n.º 1.56, de 1952.

Tramitação na C.D.:

Lido em 21-11-1952. Publicada em 22-1-52.

Remetido em 23-1-52 à C.F.

Parecer da Com. de Finanças, com substitutivo, lido em 6-3-52. Relator, Deputado João Agripino. Publicado em 7-3-52.

1ª discussão em 28-3-52. Encerrada. Adiada a votação. Remetido à C. Finanças com emenda do Deputado Carlos Roberto.

Parecer da Com. Finanças favorável à emenda, lido em 9-5-52. Relator: Deputado João Agripino. Votação em 15-5-52. Encaminhamento do Dep. Nestor Carneiro. Aprovado o substitutivo e a emenda. Rem.º à C.F. para redigir redação para 2ª discussão.

Lida em 30-5-52.

2ª discussão encerrada em 20-6-52. Remetido à C. Finanças em virtude de emenda do Deputado José Romero e outros.

Parecer da C. Finanças favorável à emenda de 2ª discussão lido em 10 de julho de 1952.

Votação em 2ª discussão em 16-7-52. Aprovados o projeto e emenda.

Redação final lida em 23-7-52.

Aprovada em 24-7-52.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n.º 1.414, de 31-7-52, sob o número 1.568-D-52.

Tomou o n.º 194, de 1952.

Lido na sessão de 8-8-52.

Em pauta nos dias 19 e 20-8-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Números —  
Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C.J. — Atílio Vivacqua — 1.039-52 — 18-9-52 — Fav. — 6-10-52 — 1-10-52.

C.F. — Mathias Olympio — 1.040 de 1952 — 1-10-52 — Fav. — 6-10 de 1952 — 1-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-10-52.

Aprovado. À Comissão de Redação. 15-10-52.

Redação final aprovada em 29-10-52. À sanção, com a Mensagem n.º 326, de 3-11-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Vice-Presidente do Senado em 17-11-52.

Lei n.º 1-734-B, de 17-11-52 — Abre ao Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ 460.000,00 — para cada

uma dessas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender às despesas das respectivas Delegações que foram a Londres, em julho de 1952, a convite do Parlamento da Grã-Bretanha. — (*Diário Oficial*, de 22-11-52).

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da C.D. a pedido das duas Casas.

Tomou o n.º 2.031-52.

Lido em 2-6-52. Publicado no DCN de 3-6-52.

1ª discussão encerrada em 18-6-52. Remetido à Com. Finanças em virtude de apresentação de duas emendas pelo Dep. Vasconcelos Costa.

Parecer da Com. Finanças pelo destaque das emendas para constituir projeto em separado. Relator. Dep. Lameira Bittencourt.

Lido em 7-7-52. Publicado em 9 de julho de 1952.

Votação em 14-7-52. Aprovado o projeto. Destacadas as emendas para constituir projeto em separado.

2ª discussão em 16-7-52. Aprovado.

Lida em 23-7-52 a redação final.

Publicada em 24-7-52.

Aprovada em 24-7-51.

Projeto remetido ao Senado em 28 de julho de 1952 com o of. 1.349, sob o n.º 2.031-B-52.

Tomou o n.º 182-52.

Lido em 30-7-52.

Em pauta nos dias 13 e 18-8-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Números —  
Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C.J. — Rui Carneiro — 1.030-52 — 18-9-52 — Fav. — 3-10-52 — 4-10-52.

C.F. — Domingos Vellasco — 1.031 de 1952 — 1-10-52 — Fav. — 3-10-52 — 4-10-52.

Em 8-10-52 o Senador Francisco Gallotti requer o obtém dispensa de interstício.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 9-10-52.

Aprovado. À Com. Red.

Redação final aprovada em 29-10-52. À sanção, com a Mensagem n.º 325, de 31-10-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para para promulgação.

Lei promulgada pelo Vice-Presidente do Senado em 17-11-52.

Lei n.º 1.735, de 18-11-52 — Acrescenta um parágrafo ao art. 459, da Lei Orgânica do Distrito Federal. — (*Diário Oficial* de 2-11-52).

Retificada — *Diário Oficial* de 24 de novembro de 1952).

Projeto apresentado pelo Deputado José Romero.

Lido em 13-5-52.

Remetido à C. Justiça em 19-5-52.

Em 9-6-52 fala sobre o projeto o Dep. José Romero.

Parecer da C. J., favorável, (de 10-7-52), lido em 18-7-52. Relator: Dep. Plácido Olímpio.

Discussão em 28-7-52. Aprovada.

Redação final lida em 4-8-52.

Aprovada em 5-8-52.

Projeto remetido ao Senado com o Of. 1.458, de 8-8-52, sob o n.º 1.948-B-52.

Lido em 13-8-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Números — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Clodomir Cardoso — 1.181-52 — 25-9-52 — Fav. — 29-10-52 — 30-10-52.

C. F. — Cícero de Vasconcellos — 1.182-52 — 23-10-52 — Fav. — 29-10-52 — 30-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-11-52.

Adiado para 7-11-52 (sessão levantada em virtude de falecimento de Deputado).

Aprovado em 7-11-52.

À sanção, com a Mensagem n.º 341, de 12-11-52.

Lei n. 1.736, de 18-11-52. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 194.331,80, para regularização de despesas orçamentárias de dezembro de 1949 feitas pelas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Maranhão e do Amazonas. — (*Diário Oficial* de 22-11-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n. 84, de 24-3-52, enviado à C. D.).

Tomou o n. 1.813, de 1952.

Lido em 4-4-52.

Publicado em 5-4-52.

Parecer da C. F., favorável lido em 27-5-52. Relator: Carlos Luz.

1ª Discussão em 18-6-52, Apr.

2ª Discussão em 26-6-52. Adiada a votação. Aprovado em 23-6-52.

Redação final lida em 2-7-52.

Aprovada em 3-7-52.

Remetido ao Senado com o Of. 1.248, de 14-7-52, sob o O. 1.813-B-52.

Lido em 18-7-52.

Publicado em 19-7-52.

Tomou o n. 161-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores. — Ns. — Datas Pron. — Leit. — Publi.*

C. J. — Clodomir Cardoso — 1.169, de 1952 — 14-8-52 — Pela const. — 27 de outubro de 1952 — 28-10-52.

C. F. — Durval Cruz — 1.170-52 — 23-10-52 — Fav. — 27-10-52 — 28 de outubro de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 6-11-52.

Adiado para 7-11-52 (sessão levantada em virtude de falecimento de Deputado).

Aprovado em 7-11-52. À sanção, com a Mensagem n. 342, de 12-11-52.

Lei n. 1.737, de 20-11-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 4º centenário da fundação da cidade de São Paulo. — (*Diário Oficial* de 24 de novembro de 1952).

Projeto apresentado pelo Sr. Cunha Bueno e outros Deputados.

Tomou o n. 701-51 na C. D.

Em 21 de junho, é lido e vai a imprimir.

Em 25-6-51, é anunciada a discussão especial. E' encerrada.

Em pauta, nos dias 25, 26, 27 e 28 de junho de 1951.

Em 2-7-51, é despachado à Comissão de Finanças.

Em 22-4-52, é lido e vai a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças (701-A). (D.C.N. n. 71, de 23-4, pág. 3.087 — 1ª coluna a 3.088 — 1ª coluna).

Em 13 de maio, é aprovado requerimento de preferência, do Sr. José Bonifácio, e, em consequência, é anunciada a segunda discussão do projeto. Fala o Sr. Lima Figueiredo.

Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente dá como encerrada a discussão, voltando o projeto à Comissão de Finanças, com emenda oferecida pelo Sr. Cunha Bueno (D.C.N. de 14 pág. 3.814 — 1ª e 2ª colunas).

Em 13 (extraordinária noturna), fala o Sr. Lima Figueiredo (D.C.N. de 21, pág. 4.137 — 2ª col.).

Em 7-8-52, é lido e vai a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças. 2º parecer da Comissão de Finanças, contrário à emenda de 2ª discussão (701-B). D.C.N. de 8-8-52, página 7.770, 2ª coluna.

Em 18-8, entra em votação, sendo rejeitada a emenda de 2ª discussão e aprovado o projeto, que vai à Redação Final. (D.C.N. de 19-8-52, pág. 8.211, 1ª coluna).

Em 25-8 é lido e vai a imprimir a Redação Final (701-C-51) (D.C.N. de 26 de agosto de 1952, 8.524).

Em 26-8 é aprovada a Redação Final (D.C.N. de 27-8-52 — pág. 8.580).

Projeto remetido ao Senado c/ o of. 1.626, de 29-8-52, sob o n. 701-C-51.

Tomou o n. 223-52.

Lido em 3-9-52.

Em pauta nos dias 10 e 11-9-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores. — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. — Publi.*

C. J. — Rui Carneiro — 1.218-52 — 2-10-52 — Pela Cons. — 7-11-52 — 8-11-52.

C. F. — Plínio Pompeu — 1.219-52 — 5-11-52 — Fav. — 7-11-52 — 8-11 de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-11-52.

Aprovado. À sanção com a Mensagem n. 349, de 17-11-52.

*Lei n. 1.738, de 20-11-52 — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 3.235.000,00 em reforço de dotações do Orçamento de 1952. — (Diário Oficial de 24-11-52).*

Apresentado pela Com. Finanças da C. D.

Tomou o n. 2.411-52.

Lido na sessão de 11-9-52.

Publicado em 12-9-52.

Remetido à Com. Finanças em 16-9 de 1952.

Parecer da C. F. (relator Deputado Lameira Bittencourt), apresentando substitutivo. Lido em 30-9-52. Publicado em 1-10-50.

1ª discussão em 3-10-52. Encerrada, Adiada a votação. Aprovada em 6-10-52.

2ª discussão em 8-10-53. Adiada a votação. Aprovado em 10-10-52.

Redação final aprovada em 11-10-52.

Projeto remetido ao Senado com o of. 1.810, de 13-10-52, sob o n. 244-B-52.

Lido na sessão de 14-10-52.

Tomou o n. 272-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores. — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. — Publi.*

C. J. Joaquim Pires — 1.216-52 — 30-10-52 — Pela const. — 6-11-52 — 7-11-52.

C. F. — Domingos Velasco — 1.217, de 1952 — 5-11-52 — Fav. — 6-11-52 — 7-11-52.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 11-11-52. — Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 343, de 14-11 de 1952.

*Lei n. 1.739, de 21-11-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.145,30 mensais à viúva do Engenheiro José Maia Filho. — (Diário Oficial de 25-11-52).*

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n. 186-51).

Lido na sessão de 25-6-51.

Em pauta nos dias 27, 28 e 29-6 e 2-7-51.

Enviado à C. Finanças em 5-7-51.

Solicitada em 28-8-51 a audiência do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Em 20-11-51 é lido o ofício 131.510-51 D. M. 2.516 do Ministério do Trabalho, com as informações solicitadas.

Em 11-12-51 é lido e vai a imprimir o parecer, com substitutivo da C. F. Relator, Parsifal Barroso.

Publicado no DCN de 12-12-51.

Discussão em 15-12-51. Aprovado o substitutivo da C. F. Publicado no DCN de 16-12-51.

Redação final aprovada em 15-12-51 (sessão noturna).

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n. 2.601, de 21-12-51, sob o número 709-B-51.

Lido em 17-1-52.

Em pauta nos dias 25 e 28.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores. — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. — Publi.*

C. J. — Gomes de Oliveira — 753 — 8-2-52 — Fav. — 18-8-52 — 19-8-52.

C. F. — Ferreira de Sousa — 754 — 31-7-52 — Fav. com emendas — 18-8-52 — 19-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-8-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Adiada a votação (sessão de 25-8-52) em virtude do levantamento da sessão por motivo do falecimento do Gov. Agamemnon Magalhães.

Aprovado com emendas em 26-8-52. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 8-9-52. À Câmara.

Emendas do Senado publicadas em 25-9-52 e encaminhadas à Comissão de Finanças.

Parecer da Comissão de Finanças, favorável às emendas de ns. 2 e 3 e contrário à de n. 1.

Redação final publicada em 3-11-52 e aprovada em 7-11-52.

Projeto enviado à sanção em 17-11-52

*Lei n. 1.740, de 21-11-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de ..... Cr\$ 500.000,00, para instalação da 1ª Conferência Regional das Nações Uni-*

das na América Latina. — (*Diário Oficial* de 25-11-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n. 306, de 21-8-52, enviada à C. D.).

Tomou o n. 2.389-52.

Tramitação na C.D.

Em 4-9-52, é lido e vai a imprimir. D.C.N. de 5-9-52, pág. 9.017, 1ª col.

Em 5-9, é despachado à Comissão de Finanças. (D.C.N. de 6-9-52, página 91-13).

Em 9-10, é lido e vai a imprimir, tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (2.387-A) — D.C.N. de 10-10 de 1952 pág. 10.714, 2ª col.)

Em 13-10, é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Adiada a votação (D.C.N. de 14-10-52, pág. 10.884, 1ª col.) Na mesma data, é aprovado requerimento do Sr. Gustavo Capanema, de preferência para votação do projeto. (D.C.N. de 14-10-52, pág. 10.892, 3ª col.) Em consequência, entra em votação, sendo aprovado em 1ª discussão o projeto e a requerimento de autoria do Sr. Lício Borralho, solicitando dispensa de interstício para o mesmo. (D.C.N. de 14-10-52, página 10.895, 3ª col.)

Em 14-10, em virtude de aprovação de requerimento de preferência de autoria do Sr. Gustavo Capanema, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. O projeto volta à Comissão de Finanças em virtude de emenda oferecida pelo Sr. José Guiomard. (D.C.N. de 15-10-52, pág. 10.964). Na mesma data é solicitada a retirada da emenda no que é atendido. (D.C.N. 15-10-52, página 10.972).

Em 15-10, entra em votação, sendo aprovado e enviado à Comissão de Redação. (D.C.N. de 16-10-52, página 11.058, 3ª coluna).

Em 17-10, é aprovado requerimento do Sr. Humberto Moura solicitando dispensa de impressão para a Redação Final. Em consequência, é submetida a votos sendo aprovada. (2.389-B-52) (D. C.N. de 18-10-52, pág. 11.247).

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 1948, de 20-10-52, sob o número 2.389-B-52.

Tomou o n. 274-52.

Lido em 22-10-52.

Em pauta nos dias 3 e 4-11-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

Com. — Relatores. — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. — Publi.

C.J. Anísio Jobim — 1.245-52 —  
6-11-52 — Pela Cons. — 13-11-52 —  
14-11-52.

C. F. — Vitorino Freire — 1.246-52  
— 12-11-52 — Fav. — 13-11-52 —  
14-11-52.

Em 13-11-52 — é aprovado requerimento de dispensa de intertício, do Sen. Alvaro Adolfo.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 14-11-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número em 14-11-52 (sessão ordinária). Aprovado na sessão noturna da mesma data.

À sanção, com a Mensagem n. 347, de 17-11-52.

Lei n. 1.741, de 22-11-52 — Assegura ao ocupante de cargo de caráter permanente e de provimento em comissão o direito de continuar a perceber o vencimento do mesmo cargo. (*Diário Oficial* de 25-11-52).

Apresentado na C. D. em 15-9-1949 pelos Dep. Beni de Carvalho e outros.

Tomou o n. 747, de 1949.

Parecer da Comissão Especial publicado em 17-11-50.

Aprovado o substitutivo em 11-1-51.  
Redação final publicado em 18-1-51 e aprovada em 19-1-51.

Remetido ao Senado em 19-1-51 (Of. 117), sob o n. 747-B-49.

Lido no Senado em 23-1-51.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Na Câmara:*

C. Leis C. C. — Getúlio Moura — fav. 31-5-49.

Comissão Especial Antero Leivas — fav. — 14-11-50.

*No Senado:*

Com. Just. — Carlos Saboia — c/ substitutivo — 22-10-51.

Com. Finanças — Carlos Lindemberg — fav. ao pr. e à emenda — 6-12-51.

Encerrada a disc. em 21-1-52 e adiada a votação, a requerimento do Sr. Senador Alfredo Neves (req. 17-52).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 3-3-52.

Aprovado, c/ emenda. À Com. Redação. Aprovada a redação final em 28-3-52. À Câmara.

Emenda do Senado publicada em 18 de abril de 1952.

Pareceres das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças publicados em 9-10-52.

Aprovada a emenda em 14-10-52.

Publicada a redação final em 22-10-52.

Aprovada a redação final em 23-10-52.

Projeto enviado à sanção em 7-11-52.

Lei n.º 1.742, de 22-11-52 — Estende os favores concedidos pelo artigo 11, item 20, do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938, à importação de material que especifica. — (*Diário Oficial* de 25-11-52).

Apresentado em 7-11-50 pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados como conclusão do seu parecer sobre o requerimento de 25-10-50 da interessada.

N.º 928, de 1950, na C.D. Lido em 14-11-50.

Aprovado em 30-11-50.

Redação final aprovada em 4-12-50.

Remetido em 5-12-50 ao S.F. (Of. 1.453).

Lido em 6-12-50 no S.F.

*Pareceres*

C.D. — Israel Pinheiro — C.F. — 7-11-50.

S.F. — Evandro Vieira — C.C.J. — 214-51 — 19-12-50.

Aloysio de Carvalho — C.C.J. — 1.339-51 — 4-6-51.

Ferreira de Sousa — C.F. — 215-51 — 19-4-51.

Aprovado o Substitutivo da Com. Finanças. A Com. de Redação.

Redação final aprovada em 5-2-52. À Câmara.

Emenda do Senado publicada em 14 de fevereiro de 1952.

Pareceres favoráveis das Comissões de Economia e Finanças publicados em 9-10-52.

Emenda aprovada em 14-10-52.

Redação final aprovada em 30-10-52.

Projeto enviado à sanção em 7-11 de 1952.

Lei n.º 1.743, de 26-11-52 — Exclui da classificação constante do Art. 1.º

da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Santos, no Estado de São Paulo, e o de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. — (*Diário Oficial* de 28-11-52).

Projeto n.º 69-51, na Câmara dos Deputados

Em 5-4-51, é lido e vai a imprimir.

Em 10-4-51, é encerrada a discussão especial do projeto (2.º dia de pauta).

Em pauta nos dias 9, 10, 11 e 12-4 de 1951.

Em 16-4-51, é despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional.

Em 23-4-51, é requerida urgência pelo Sr. Antônio Feliciano. A Mesa deixa de receber esse requerimento por considerá-lo anti-regimental.

Em 7-6-51, é apresentado requerimento pelo Sr. Coutinho Cavalcanti e outros, solicitando urgência para o projeto. O Sr. Presidente presta esclarecimentos, concluindo por manter sua decisão anterior: não aceitar, por considerá-lo anti-regimental.

Em 28-6-51, é aprovado requerimento do Sr. Antônio Feliciano e outros solicitando urgência para discussão e votação do projeto.

Em 3-9-51, é aprovado requerimento de urgência para a discussão e votação do projeto, de autoria do Sr. Antônio Feliciano.

Em 6-9-51, é anunciada e encerrada a discussão. Adiada a votação, em virtude de emenda oferecida pelos Senhores Lima Figueiredo e Antônio Balbino.

Em 10-9-51, é lido e vai a imprimir o Substitutivo da Comissão de Segurança Nacional, ficando o projeto prejudicado, em virtude da aprovação do projeto n.º 8-51. (*DCN* pág. 7.696, 2ª col.)

Em 11-9-51, é aprovado requerimento do Sr. Dario de Barros e outros, solicitando a realização de sessão noturna, para ser apreciado e discutido o projeto. (*DCN* de 12-9-51, página 7.839 4ª col.)

Em 11-9-51, entra em discussão e votação, com duas (2) emendas. Falam para encaminhar a votação, os Srs. Moura Andrade e Antônio Feli-

ciano. Adiada a votação — *DCN* de 12-9-51, pág. 7.846.

Em 11-9-51 (sessão noturna) entram em votação as emendas ns. 1 e 2, que são aprovadas, sendo igualmente aprovado o projeto. Vai à Redação Final.

Em 12-9-51, é lida e vai a imprimir a redação final. (69-A).

Em 13-9-51, é lida e aprovada a redação final.

Lido no Senado em 17-9-51.

Tomou o n.º 209-51.

Em pauta nos dias 20 e 21-9-51.

Em 26-5-52 é aprovado requerimento (168-51) do Sen. Euclides Vieira e outros, solicitando dispensa de interstício.

Na mesma data são lidos os pareceres ns. 499-52 e 500-52, ambos da Comissão de Constituição e Justiça; o 1.º propondo a audiência do Com. de Seg. Nac. e o 2.º pela constitucionalidade do projeto, sua aprovação em parte e sobre as emendas de plenário.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-5-52. Depois de falarem os Senadores Ivo d'Aquino, Euclides Vieira e Kerginaldo Cavalcanti, são aprovadas as emendas ns. 1 e 3 e rejeitados o art. 2.º do projeto e as emendas números 2 e 4.

Em votação, é aprovado o projeto com as modificações das emendas aceitas e exclusão do art. 2.º.

Na mesma data é aprovado o requerimento n.º 174-52, do Sen. Kerginaldo Cavalcanti solicitando dispensa de interstício para a redação final, que é a seguir aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

Emendas do Senado publicadas em 6-6-52.

Pareceres favoráveis das Comissões de Segurança Nacional e de Const. e Justiça publicados em 17-9-52.

Aprovadas as emendas em 30-10-52.

Redação final publicada em 5-11-52.

Aprovada em 7-11-52.

Projeto enviado à sanção em 14-11 de 1952.

Lei n.º 1.744, de 26-11-52 — Dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Escrivão de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. (*Diário Oficial* de 28-11-52).



Apresentado pelo Deputado José Fontes Romero.

Tomou o n.º PL-259-51.

Lido em 30-4-51.

Em pauta nos dias 4, 7, 10 e 14-5 de 1951.

(Em 14-5-51 é anunciada e encerrada a discussão do projeto).

Em 17-5-51 à Comissão Serviço Público Civil.

Em 21-1-52 é lido o parecer, com substitutivo, da Comissão Serviço Público Civil (259-A) — DCN de 21-1 de 1952 — pág. 277 — 2ª col.

Em 19-2-52 é encerrada a discussão e aprovado o substitutivo da Comissão de Serviço Público, ficando prejudicado o projeto. Vai à Com. Redação 259-A) — DCN 20-2-52.

Em 22-2-52 é lida a redação final (259-A) — (Rel.: Dep. Paulo Lauro) — DCN de 22-2-52 — pág. 1.592.

Em 4-3-52 é aprovada a redação final.

O projeto vai ao Senado com o ofício n.º 438, de 12-3-52, sob o número PL-259-A-51.

Tomou no Senado o n.º PLC-67-52. — Lido em 19-3-52.

— Em pauta nos dias 25 e 26-3- de 1952.

— À Comissão de Justiça em 27 de março de 1952.

Parecer n.º 398-52 da Comissão de Justiça — Relator — J. Villas Bôas. Oferecendo emenda substitutiva para torná-lo constitucional 2-5-52.

Lido em 6-5-52 — DCN. de 7-5 de 1952.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 13-5-52.

Aprovados o projeto e a emenda da Comissão de Const. e Justiça. A Com. Redação.

Redação final aprovada em 27-5-52 (Parecer n.º 468-52). A Câmara.

Emenda do Senado publicada em 13-6-52 e encaminhada à Comissão de Serviço Público Civil.

Parecer contrário da Comissão de Serviço Público lido em 12-11-52.

Emenda rejeitada em 14-11-52 — O projeto vai à sanção.

Lei n.º 1.745, de 26-11-52 — Altera, sem aumento de despesa, o Anexo nú-

mero 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — para o exercício de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951). — (*Diário Oficial* de 28-11-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 368, de 1-10-52).

Tomou o n.º 2.533, de 1952.

Em 10-10-52, é lido e vai a imprimir DCN de 11-10-52, pág. 10.787 — 3ª col.

Em 14-10-52, é despachado à Comissão de Finanças. DCN de 15-10-52, página 10.972.

Em 21-10-52, é lido e vai a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças 2.533-A — DCN de 22-10 de 1952, pág. 11.400 — 2ª col.

Em 30-10-52, é aprovado requerimento do Sr. Felix Valois, de preferência para discussão e votação do projeto. A seguir, e anunciada e encerrada a 1ª discussão. Em votação, é aprovado o projeto e o requerimento de dispensa de interstício, de autoria do Sr. Félix Valois. DCN de 31-10-52, página 12.047 — 3ª e 4ª col.

Em 31-10-52, é aprovado requerimento do Sr. Gustavo Capanema, solicitando preferência para discussão e votação do projeto, em consequência é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Em votação, é aprovado e enviado à Comissão de Redação. DCN de 1-11 de 1952, pág. 12.109.

Em 4 de novembro é lida e vai a imprimir a Redação Final. 2.533-52-B. DCN de 5-11-52, pág. 12.241.

Em 5 de novembro é aprovada a Redação Final. DCN de 6-11-52, página n.º 12.315.

Projeto remetido ao Senado com o of. 2.069, de 6-11-52, sob o número 2.533-B-52.

Lido em 10-11-52. Publicado em 11 de novembro de 1952.

Em 11-11-52 foi apresentado o requerimento n.º 388, de 1952, do Sr. Senador Prisco dos Santos e outros Senhores Senadores, pedindo urgência para o projeto. Ficou sobre a mesa 48 horas, na forma do Regimento.

Aprovado em 13-11-52 o requerimento de urgência a matéria deixou de ser apreciada por falta de número para prosseguimento da sessão.

Proferidos oralmente pareceres favoráveis, pelas Com. de Justiça e de Finanças, respectivamente pelos Senadores Anísio Jobim e Vitorino Freire. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número na sessão de 14-11 de 1952 (sessão ordinária). Aprovado na sessão de 14-11-52. À sanção, com a Mensagem n.º 354, de 19-11-52.

*Lei n.º 1.746, de 26-11-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 4.500,00, destinado a ocorrer ao excesso de despesas, verificado no exercício de 1951, com iluminação, força motriz e gás, na Alfândega de Sergipe e na Delegacia Fiscal do Maranhão. — (*Diário Oficial* de 28-11 de 1952).

Apresentado pelo Poder Executivo (Mensagem n.º 366, de 26-10-51).

Tomou o n.º 1.374, de 9-11-51.

Lido em 9-11-51. Publicado no DCN de 10-11-51 (Pág. 10.792).

Remetido à Com. Finanças (Relator Dep. Carlos Cruz).

Parecer lido em 27-11-51. Publicado em 28-11-51 (Pág. 12.028).

1ª discussão em 5-12-51. Aprovado.

Redação final aprovada em 6-12-52.

Projeto remetido ao Senado em 8-12 de 1951, com o of. 2.454.

Tomou o n.º 342-51.

Lido em 11-12-51. Em pauta nos dias 17 e 18.

*Comissões que se pronunciaram  
Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Fortunato Ribeiro — 735 —  
28-1-52 pela const. — 5-8-52 — 6-8  
de 1952.

C.F. — Durval Cruz — 736 — 31-7  
de 1952 — apresentou substitutivo —  
5-8-52 — 6-8-52.

Em ordem do Dia na sessão de 11-8  
de 1952.

Aprovado com a emendada C. Fi-  
nanças. À Com. Redação 11-8-52.

Redação final aprovada em 27-8-52.  
À C. Deputados.

Emenda do Senado publicada em 10  
de setembro de 1952.

Parecer favorável da Comissão de  
Finanças publicado em 23-10-52.

Emenda aprovada em 31-10-52.

Redação final publicada em 5-11-52  
e aprovada em 7-11-52.

O projeto vai à sanção.

*Lei n.º 1.746-A, de 26-11-52* — Abre  
ao Congresso Nacional — Senado Fe-  
deral — os créditos especiais de Cr\$ ..  
89.623,50 e Cr\$ 1.691.848,90 e suple-  
mentar de Cr\$ 2.347.059,30, para pa-  
gamento de despesas de pessoal e ma-  
terial da Secretaria daquela Casa. —  
(*Diário Oficial* de 28-11-52).

Projeto apresentado pela Com. Fi-  
nanças da C.D. em atenção a of. 630,  
de 4-6-52, do Senado.

Tomou o n.º 2.384, de 1952.

1ª discussão em 21-8-52, adiada a  
votação. Aprovado em sessão noturna  
da mesma data. Aprovado.

2ª discussão encerrada em 22-8-52.  
Aprovado.

Redação final lida em 2-9-52.

Publicada em 3-9-52.

Aprovada em 3-9-52.

Projeto remetido ao Senado em 5-9  
de 1952, com o of. 1.664, sob o nú-  
mero 2.284-A-52.

Tomou o n.º 231-52.

Lido em 9-9-52.

Em pauta nos dias 18 e 19.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

Com. — Relator — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. Anísio Jobim 1.092 9-10-52 —  
Pela const. do proj. c/ emenda — 16  
de outubro de 1952 — 17-10-52.

C.F. — Carlos Lindenberg — 1.093  
— 15-10-52 — Fav. ao proj. e à  
emenda e oferecendo outra em. — 16  
de outubro de 1952 — 17-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão  
de 17-10-52, em virtude de dispensa de  
interstício concedida na sessão de 16-10  
de 1952, a requerimento do Senador Sá  
Tinoco.

Encerrada a disc. e adiada a votação  
por falta de número em 17-10-52.

Aprovado com a emenda. à Com.  
Redação.

Redação final aprovada em 24-10-52.  
À Câmara.

Emendas do Senado publicadas em  
30-10-52 e encaminhadas à Comissão  
de Finanças.

Parecer favorável da Comissão de Finanças publicado em 6-11-52.

Emendas aprovadas em 14-11-52.

Redação final publicada em 20-11-52 e aprovada em 21-11-52.

Projeto remetido à sanção em 21-11 de 1952.

Lei n. 1.747, de 28-11-52 — Altera o Decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942, que dispõe sobre o Imposto do Sêlo. (*Diário Oficial* de 28-11-52).

Projeto apresentado pelo Deputado Mário Altino.

Tomou o n. 2.564 de 1952 na Câmara dos Deputados.

Tramitação na C. D.:

Em 21-10-52, é lido e vai a imprimir — *D.C.N.* de 21-10-52, pág. 11.459, 2ª coluna.

Em 23-10, é despachado às Comissões de Economia e de Finanças. (*D.C.N.* de 24-10-52, pág. 11.684, 4ª coluna.

Em 23-10 é despachado às Comissões de Economia e Finanças.

Em 23-10, em virtude de urgência é anunciada a primeira discussão, dependente de parecer das Comissões de Economia e da de Finanças. Falam, pela ordem, o Sr. Gustavo Capanema e João Agripino e, para uma comunicação, da Comissão de Finanças, solicita o prazo de dez dias para opinar sobre o projeto. O Sr. Gustavo Capanema solicita diminuir o prazo para cinco dias, no que é atendido, sendo aprovado o requerimento.

O projeto é retirado da Ordem do Dia, sendo dado 5 dias em conjunto para as Comissões de Economia, de Finanças e de Justiça opinarem sobre o projeto. *D.C.N.* de 24-10-52, página 11.677, 3ª coluna.

Em 24 de outubro é retificado o despacho de 23-10-52. O Projeto é despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças. (*D. C. N.* de 25-10-52, pág. 11.793).

Em 3-11-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Economia contrário às alterações 8ª a 16ª, pelo destaque, para constituir projeto em separado, das alterações 1ª a 17ª e parecer, com substitutivo da Comissão de Finanças (Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça). *D. C. N.* de 4-11-52, pág. 12.160, 2ª coluna.

Em 5-11, é anunciada a primeira discussão. (Pendente de parecer da Comissão de Justiça). Falam pela ordem, os Srs. Lauro Lopes e, ainda, os Srs. Aliomar Baleeiro e Tenório Cavalcanti. (*D.C.N.* de 6-11-52, pág. 12.332, 2ª coluna).

Na mesma data, fala o Sr. Augusto Meira, opinando, em nome da Comissão de Justiça pela constitucionalidade do projeto.

Ainda, na mesma data, sessão extraordinária noturna, é anunciada a primeira discussão. Os Srs. Bilac Pinto e Daniel Faraco proferem discursos que serão publicados depois. Não havendo mais oradores inscritos, é encerrada a discussão.

Vai com emendas oferecidas, respectivamente, pelos Srs. Nestor Jost e Willy Frohlich, Tancredo Neves, Bilac Pinto, Daniel Faraco e Alde Sampaio, às Comissões de Economia e de Finanças. — (*D.C.N.* de 6-11-52, pág. 12.346, 1ª coluna).

Em 10-11-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Economia contrário às alterações 8ª à 16ª pelo destaque para constituir projeto em separado, das alterações 1ª à 7ª e pareceres; com substitutivo, da Comissão de Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça que opina pela constitucionalidade do referido substituto (Parecer verbal). Parecer da Comissão de Finanças sobre emendas de 1ª discussão: favorável à de nº 1, com emenda substitutiva à de nº 4, e contrário às de números 2,3,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14; e 15. (Pendente da Comissão de Economia. (*D.C.N.* de 10-11-52, pág. 12.524, 3ª coluna.

Em 12-11, entra em votação. Falam, para encaminhar a votação os senhores Nestor Jost, Daniel Faraco, Lauro Lopes e Aliomar Baleeiro. São aprovadas: a emenda nº 3, a subemenda à emenda nº 4, e rejeitada a emenda número 5. O Sr. Aliomar Baleeiro insiste na verificação da votação, que deixa de realizar-se por falta de número. (*D.C.N.* de 13-11-52, pág. 12.692, 2ª coluna.

Na mesma data sessão extraordinária noturna, continua a votação, em 1ª discussão, da emenda nº 5. Falam os Srs. Mário Altino, para encaminhar a votação, e, ainda o Sr. Bilac Pinto. É

aprovada a emenda nº 5. Rejeitadas as de nº 6 e 7. Em votação a de número 8. Fala, para encominhar a votação, o Snr. Bilac Pinto e Lauro Lopes. O Snr. Bilac Pinto retira a emenda nº 8, para entrar em 2ª discussão. Em votação a emenda nº 9; fala, para encominhar a votação o Snr. Bilac Pinto e Lauro Lopes. (D.C.N. de 13-11-52, pág. 12.708, 4ª coluna).

Em 13-11, continua a votação da emenda n. 9. Fala, para encaminhá-la, o Sr. Bilac Pinto. É rejeitada.

O Sr. Bilac Pinto requer verificação de votação, por bancadas e nominal, sendo dada como aprovada a emenda n. 9.

É aprovado requerimento do Sr. Daniel Faraco, solicitando preferência para a votação da emenda 12, antes das emendas 10 e 11. Submetida a votos, é aprovada a emenda n. 12. Fala, para encaminhá-la a votação, o Sr. Daniel Faraco. Estão prejudicadas, com a aprovação da emenda n. 12, as emendas de ns. 11, 13 e 14.

Submetida a votos, é rejeitada a emenda n. 15 — O projeto vai à Comissão de Finanças a fim de redigir para segunda discussão (D.C.N. de 14-11 de 1952, pág. 12.771, 3º col.). Errata — No D.C.N. de 14-11-52, à página 12.776, é publicado o discurso do Sr. Daniel Faraco publicado em 5-11-52. Em 14-11-52, é lida e vai a imprimir a redação para a segunda discussão (2.564-C). — D.C.N. de 15-11-52, pág. 12.848, 1º coluna.

Em 17-11-952, sessão noturna, é anunciada e encerrada a segunda discussão. Adiada a votação. Vai com 6 emendas oferecidas pelos Srs. Mário Altino (n. 1). Ponce de Arruda (ns. 2 e 3); Norvelí Júnior (n. 4); Alberto Deodato (n. 5) e Aliomar Baleeiro (ns. 6, 6-A, 6-B e 6-C). Na mesma data, é apresentado requerimento do Sr. Bilac Pinto, solicitando que a votação seja feita em grupos. (D.C.N. de 18-11 de 1952, págs. 12.997 a 12.999).

Publicado o parecer da Comissão de Finanças às emendas oferecidas em segunda discussão. (D.C.N. de 18-11 de 1952, págs. 13.007, 2º coluna).

Em 18-11-52, entra em votação. Aprovado requerimento de destaque para serem votadas, separadamente, as emendas de ns. 1 e 2, com parecer fa-

vorável da Comissão de Finanças às subemendas. Em votação as emendas ns. 1 e 2. Falam, para encaminhá-la, os Srs. Aliomar Baleeiro; Bilac Pinto e João Agripino. São aprovadas: a emenda n. 1 com a subemenda e a subemenda à emenda n. 2. Fica prejudicada a emenda n. 3 pela aprovação da emenda n. 1 e da subemenda do mesmo número. É aprovado requerimento para que sejam votadas, uma a uma as emendas de ns. 4, 5, 6, 6-A, 6-B, 6-G. — Em votação a emenda n. 4 — Aprovada. Em votação a emenda n. 5 — Considerada prejudicada. Em votação a emenda n. 6 e 6-A e 6-B. Falam, para encaminhá-la a votação, os Senhores Aliomar Baleeiro, Mauricio Joppert e Lauro Lopes. São tôdas rejeitadas. O Sr. Aliomar Baleeiro requer verificação de votação, sendo dada como aprovada a emenda de n. 6-B. Submetido a votos, é aprovado o projeto, que vai a Redação Final. D.C.N. de 19, página 12, 1ª coluna. (Suplemento). O Sr. Presidente comunica a desistência do Requerimento apresentado pelo Senhor Bilac Pinto em 17-11-52. Na mesma data, (Suplemento) (à página número 21, 1ª coluna), é publicada a Redação Final do Projeto.

Em 19-11-52, é aprovada a Redação Final. D.C.N. de 20, página 13.251 — 3ª coluna.

Projeto remetido ao Senado com o ofício 2.180, de 19-11-52, sob o número 2.564-D de 1952.

Tomou o n. 319-52.

Tramitação no Senado Federal:

Lido na sessão de 19-11-52.

Remetido na mesma data à Comissão de Finanças.

Aprovado em 25-11-52 o requerimento n. 494-52, do Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, pedindo urgência para este projeto, nos termos do art. 155 § 4º do Regimento Interno.

Submetido imediatamente a discussão. É dada a palavra ao Senador Ferreira de Sousa, que emite parecer favorável, em nome da Comissão de Finanças, oferecendo, também em nome dela, 4 emendas.

Falam igualmente os Senadores Kerginaldo Cavalcanti, Oton Mäder, Aloísio de Carvalho, Gomes de Oliveira, Alfredo Neves, Walter Franco e Ivo d'Aquino.

São apresentados mais três emendas (ns. 5 e 6, do Senador Oton Mäder e 7, do Senador Mozart Lago).

O Senador Ferreira de Sousa dá parecer sobre suas emendas, propondo subemendas às de ns. 5 e 6 e manifestando-se pela rejeição da de n. 7.

São aprovados requerimentos de destaque, a saber:

do Senador Aloísio de Carvalho, da Nota Sétima:

do Senador Atilio Viváqua — dos itens 4º e 5º da Alteração Quinta.

Aprovada a exclusão das partes destinadas. Aprovado o projeto com as emendas ns. 1 a 4, e 5 e 6 (estas últimas com subemendas).

Rejeitada a n. 7.

Na mesma data é lida, discutida e aprovada a redação final (Parecer número 1.286-52).

Projeto devolvido à Câmara dos Deputados na mesma data, com as emendas do Senado (of. 1.569).

Emendas do Senado publicadas em 26-11-52. Na mesma data são aprovadas as emendas e lida a redação final.

Redação final aprovada em 27-11-52.

Na mesma data o projeto é remetido à sanção.

Vetado parcialmente pelo Presidente da República (art. 4º).

Mantido o veto na sessão conjunta de 4-2-53.

Lei nº 1.748, de 28-11-52 — Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo. — (*Diário Oficial* de 28-11-52).

Projeto apresentado pelo Deputado Mário Altino.

Tomou na Câmara dos Deputados o n. 2.351-52.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Em 22-8-52, é lido e vai a imprimir. — *D.C.N.* de 23-8-52, pág. 8.428, 1ª col.

Em 25 de agosto é despachado às Comissões de Economia e de Finanças (*D.C.N.* de 26-8-52, pág. 8.539).

Em 28-8, é aprovado requerimento de urgência, de autoria do Sr. Vieira Lins.

Em 29-8, é anunciada a primeira discussão. A seguir, é aprovado requerimento do Sr. Israel Pinheiro, solicitando o prazo de dez (10) dias de sessões para a Comissão de Finanças opinar sô-

bre o projeto — (*D.C.N.* de 30-8-52, pág. 8.769, 1ª coluna).

Em 21-10-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer, com emenda, da Comissão de Finanças e parecer contrário da Comissão de Economia .... (2.351-A). — (*D.C.N.* de 22-10-52, pág. 11.444, 2ª coluna. — Anexo o Projeto 1.823-52).

Em 21-10-52, sessão extraordinária noturna, é anunciada a primeira discussão, em virtude de urgência. Fala o Sr. Nestor Jost para uma questão de ordem. O Sr. Presidente adia a discussão por não ter sido ainda publicados os pareceres das Comissões de Economia e de Finanças (*D.C.N.* de 22-10-52, págs. 11.461 e 11.462).

Em 22-10-52, é anunciada a primeira discussão. Falam os Srs. Nestor Jost e Lopo Coelho. Não havendo mais oradores inscritos, é encerrada a discussão e adiada a votação. Vai, com 4 emendas, oferecidas respectivamente, pelos Srs. Mário Altino (n. 1), Nestor Jost (n. 2) e Guilherme Machado (ns. 3 e 4) às Comissões de Economia e Finanças (*D.C.N.* de 23-10-52, páginas 11.587 a 11.589 e 11.591 a 11.592).

Em 24-10-52, fala o Sr. Gustavo Capanema, para uma questão de ordem. (*D.C.N.* de 25-10-52, pág. 11.790, 2ª coluna).

Em 24 de outubro, é lido e vai a imprimir tendo parecer, com emenda, da Comissão de Finanças e parecer contrário da Comissão de Economia (Anexo proj. 1.823-52).

Pareceres sobre emendas de primeira discussão: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade do projeto e das emendas de ns. 1, 3 e 4, e pela inconstitucionalidade da de n. 2, e da Comissão de Finanças favorável à de n. 1 e contrário às de ns. 2, 3 e 4. (pendente de parecer da Comissão de Economia) — (2.351-B-52) — (*D. C. N.* de 25-10-52 — pág. 11.767).

Em 27-10-52, é anunciada a votação em virtude de urgência. Fala o Senhor Bilac Pinto, para uma questão de ordem. O Sr. Presidente retira o projeto da ordem do dia, até que sejam os pareceres publicados e distribuídos. (*D.C.N.* de 28-10-52, pág. 11.851, 2ª e 3ª colunas).

Em 28 de outubro, é publicado o parecer da Comissão de Economia sobre emendas de primeira discussão: contrário às de ns. 1 e 2 e com sub-emenda às de ns. 3 e 4 (*D.C.N.* de 29-10-52, pág. 11.899).

Em 29-10-52, entra em votação. É aprovada a emenda da Comissão de Finanças e a emenda n. 1, com parecer favorável das Comissões e rejeitada a n. 2, com parecer contrário. O Sr. Presidente anuncia a votação da subemenda oferecida pela Comissão de Economia à emenda n. 3. Falam, para encaminhar a votação, os Srs. Mário Altino e Bilac Pinto, e, para questões de ordem. Fica, portanto, prejudicada a subemenda da Comissão de Economia e a emenda n. 3, do Deputado Guilherme Machado, com a aprovação da emenda da Comissão de Finanças. Em votação a subemenda da Comissão de Economia, oferecida à emenda n. 4. Falam os Srs. Mário Altino e Bilac Pinto e, ainda, o Sr. Mário Altino para uma questão de ordem, que é resolvida pelo Sr. Presidente. O Sr. Bilac Pinto profere discurso que será publicado depois. Submetida a votos, é rejeitada. O Sr. Bilac Pinto, pela ordem, requer e insiste na verificação da votação, por bancas. Procedida à verificação da votação por bancadas, votam a favor 26 Srs. Deputados e contra 56, total 82, com o Sr. Presidente, 83. Não há número. Feita a chamada e consequente votação nominal, responderam e votaram 195 Srs. Deputados sendo 71 sim e 124 não. Rejeitada a subemenda à emenda n. 4. Em votação o projeto, falam os Srs. Bilac Pinto, cujo discurso será publicado depois, Dolor de Andrade e Nestor Jost. Submetido a votos, é aprovado. O Sr. Bilac Pinto requer e insiste na verificação da votação, por bancadas. Procedida à verificação da votação, por bancadas, votam a favor 46 Srs. Deputados e contra 31, total, 77, com o Sr. Presidente, 78. Não há número. Dado ao adiantado da hora, deixa o Sr. Presidente de mandar proceder à chamada nominal. Fica adiada a votação do projeto (*D.C.N.* de 30-10-52, págs. 11.957 a 11.960).

Em 30 de outubro de 1952, entra em votação, sendo aprovado. O projeto volta à Comissão de Finanças a fim de redigir para a segunda discussão. (*D.*

*C. N.* de 31-10-52, pág. 12.042, 3ª e 4ª colunas).

Em 30-10-52, é lida e vai a imprimir a redação para a segunda discussão. (2.351-C). (*D. C. N.* de 31-10-52, pág. 12.050, 1ª coluna).

Em 3-11, é anunciada e encerrada a segunda discussão. Adiada a votação. Vai, com 2 emendas, oferecidas pelo Sr. Willy Frohlich, às Comissões de Constituição e Justiça, e de Economia e de Finanças. (*D.C.N.* de 4-11-52, pág. 12.172, 1ª coluna).

Em 5 de outubro, é anunciada a segunda discussão. O Sr. Presidente anuncia a votação das emendas de segunda discussão. O Sr. Victor Issler dá, em nome da Comissão de Economia, parecer sobre as emendas: favorável à de n. 1 e pelo destaque, para constituir projeto em separado da de n. 2. O Sr. Augusto Meira, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, dá parecer pela constitucionalidade das emendas. O Sr. Presidente comunica que a Comissão de Finanças opinou contrariamente às emendas. Em votação, é rejeitada a de n. 1, bem como o destaque da de n. 2. Em votação o projeto, é aprovado e enviado à Comissão de Redação. (*D.C.N.* de 6-11-52). Na mesma data (sessão extraordinária noturna) é aprovado requerimento do Sr. Mário Altino solicitando dispensa da impressão para imediata votação da redação final. Em votação, é aprovado. (*D. C. N.* de 6-11-52 — 12.347).

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 2.069, de 6-11-52, sob o número 2.351-D de 1952.

Lido na sessão de 7-11-52.

Em pauta em 13 e 14.

Tomou o n. 289-52.

Remetido às Comissões de Justiça e de Finanças em 14-11-52.

Em 26-11-52 foi aprovado o requerimento n. 495, de 1952, do Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, pedindo urgência para este projeto, nos termos do art. 155 § 4º do Regimento Interno.

Submetido a discussão na mesma data. Lido o parecer n. 1.287-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade (relator, Senador Ivo d'Aquino).

Dada a palavra ao Senador Ferreira de Souza, este emite parecer, pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda n. 1, do Senador Joaquim Pires, apresentada perante a mesma Comissão e favorável à de n. 2, do Sr. Domingos Velasco, também apresentada perante a mesma Comissão.

Usam da palavra os Senadores Atilio Viváqua, João Vilasboas, Aloísio de Carvalho, Bernardes Filho, Francisco Gallotti, Domingos Velasco, Gomes de Oliveira e Alfredo Neves.

É rejeitada a emenda n. 1 e aprovada a de n. 2 (do Senador Domingos Velasco). Aprovado requerimento de destaque, formulado pelo Senador João Vilasboas. Aprovada a exclusão das palavras destacadas. Aprovado o projeto assim modificado.

Redação final (Parecer n. 1.295, de 1952) lida, discutida e aprovada na mesma data.

Projeto devolvido à Câmara com emendas em 26-11-52 (of. 1.584).

Em 27-11-52 o Senador Aloísio de Carvalho aponta erro havido na redação final. O Presidente declara que será retificado por meio de ofício à Câmara dos Deputados. Expedido na mesma data o ofício 1.587, com a retificação.

Em 27-11-52 entram em votação as emendas do Senado. O Deputado Bilac Pinto emite parecer verbal sobre as emendas: favorável à de n. 2 e contrário à de n. 1, sendo idêntico o parecer da Comissão de Finanças. É aprovada a emenda de n. 2 e rejeitada a de n. 1. Em virtude de dispensa de impressão para a redação final, entra a mesma em discussão, sendo aprovada.

O projeto é remetido à sanção.

Vetado parcialmente pelo Sr. Presidente da República (art. 2º).

Mantido o veto na sessão conjunta de 3-2-53.

Lei nº 1.749, de 28-11-52 — *Provê recursos para o programa nacional do petróleo e para o fundo rodoviário nacional, e dá outras providências.* — (Diário Oficial de 28-11-52).

Projeto originário do Poder executivo (mensagem n. 470, de 1951, de 6-12-51, encaminhada à Câmara dos Deputados.

Tomou o nº 1.517, de 1951.

Tramitação na Câmara dos Deputados.

Em 11 de dezembro, é lido e vai a imprimir. Publicado no *D.C.N.* número 236, de 12, à pág. 12.832.

Despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas; de Segurança Nacional e de Finanças. Vide Errata *D.C.N.* de 17-12-52, à pág. 132.

Em 5-6-52, é publicado no *D.C.N.* 101, pág. 4.765, 1ª coluna, o parecer da C. de Finanças.

Em 6-6-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer, com emendas, da Comissão de Transportes, parecer da Comissão de Justiça, que opina pela constitucionalidade do Projeto e pareceres, com emendas, da C. de Economia e, com substitutvivo, da Comissão de Finanças (1.517-A) *D.C.N.* de 6-6-52, página 4.872, 4ª col.) (Vide: Avulso do Projeto nº 1.516-A-52).

Em 7-6, são apresentadas 8 emendas, oferecidas, respectivamente: ns de 1 a 3 — pelo Sr. Saturnino Braga; nº 4 — Sr. Castilho Cabral; nº 5 — Senhor Azis Maron e outros; n. 6 — Sr. Manoel Novaes; nº 7 — Sr. Aloysio de Castro e nº 8 — Sr. Alberto Deodato.

Em 9-6-52, são apresentados, aos substitutivos da Comissão de Finanças, as emendas ns. 9, 10 e 11, oferecidas pelos Srs. Saturnino Braga e Amando Fontes (1.517-A, *D.C.N.* de 10, à página 5.026 — 3ª col.).

Em 9-6-52, sessão extraordinária noturna, é anunciada a 1ª discussão. Falam os Srs. Amando Fontes, Aliomar Baleeiro, Clóvis Pestana e Saturnino Braga. Não havendo mais oradores inscritos, é encerrada a discussão. Vem à Mesa a emenda nº 12, oferecida pelo Sr. João Agripino. (*D.C.N.* de 10-6 de 1952, pág. 5.056, 4ª col.). Vae, com as emendas, às Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Economia e de Finanças.

Em 10-6-52, fala o Sr. Roberto Moreira solicitando a reabertura da 1ª discussão para que conste o parecer da Comissão de Segurança Nacional já publicado em avulso deste dia, no que foi atendido (*D.C.N.* de 11-6-52, página 5.093, 4ª col.).

Em 19-6-52, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres sobre emendas de 1ª discussão: da Comissão de Justiça pela constitucionalidade das mesmas; da Comissão de Economia favorável à de nº 8, contrário às de ns. 3, 6, 7 e 9; da Comissão de Transporte, Comunicações e Obras Públicas, com emendas ao 1º substitutivo da Comissão de Finanças e favorável à de nº 10, contrário às de ns. 1, 2, 3 e 4 e parecer, com substitutivo, da Comissão de Finanças, ao Projeto emendado em plenário. — 1.517-B — *D.C.N.* de 20-6-52, pág. 5.510 — 1ª col.

Em 20-6-52, entra em votação. Fala o Sr. Saturnino Braga e apresenta parecer verbal, favorável, da Comissão de Transportes ao substitutivo da Comissão de Finanças. Falam ainda para encaminhar a votação os Srs. Saturnino Braga, João Agripino, Aluizio de Castro, Lobo Carneiro, Alde Sampaio e Daniel Faraco. É aprovado requerimento do Sr. Bilac Pinto, solicitando sejam votados separadamente, os artigos 1, 7, 8 e 10 do substitutivo da Comissão de Finanças. Em votação, são aprovados os arts. ns. 1, 7, 8, ficando adiada a votação do art. 10. O Sr. Daniel Faraco apresenta requerimento para preferência da emenda n. 8 da Comissão de Economia, que é aprovado. Falam para encaminhar a votação, os Srs. Aliomar Baleeiro, Ponce de Arruda, Barros de Carvalho, Lobo Carneiro, Luiz Garcia, João Agripino e Gustavo Capanema. Em votação, é aprovada a Emenda nº 8 da Comissão de Economia referente à Tabela da Emenda nº 9 — (*D.C.N.* de 21-6-52, pág. 5.596, 4ª col).

Em 23-6, é deferido requerimento do Sr. João Agripino, solicitando destaque para emenda nº 9 — Submetida a votos, é rejeitada. — O Sr. João Agripino requer verificação de votação, sendo dada como rejeitada. — Em votação é aprovado o art. 10 do substitutivo. — Passa-se à votação da emenda nº 8 do projeto, sendo aprovado, ficando prejudicado o art. nº 6; em votação a emenda nº 12, que não ficou prejudicada com a aprovação do substitutivo, é rejeitada. — O projeto volta à Comissão de Finanças para ser redigido (*D.C.N.* de 24-6-52, pág. 5.649, 4ª coluna).

Em 24-6, é lida e vai a imprimir a redação para 2ª discussão (1.517-C-51) (Publicado no *D.C.N.* de 25-6-52, página 5.710).

Em 26-6-52, são enviadas à Mesa 10 emendas, oferecidas respectivamente: nº 1 — Philadelpho Garcia e outros; nº 2 — Adolfo Gentil e outros; nº 3 — Abelardo Deodato e outros; nº 4 — Mário Altino e outros; nº 5 — Saturnino Braga e outros; ns. 6 a 8 — Saturnino Braga e outros; nº 9 — Aliomar Baleeiro e outros; nº 10 — Antônio Horácio e outros. (Vide: *D.C.N.* de 26-7-52, pág. 5.847, 1ª col.). — (Estas emendas e mais 10 outras foram republicadas no *D.C.N.* de 4-7-52, página 6.912, 1ª col.).

Em 27-6, é anunciada a 2ª discussão. Falam os Srs. Mário Altino, e pela ordem, Lobo Carneiro. Os Srs. Saturnino Braga, Orlando Dantas e Antônio Horácio, proferem discursos que serão publicados posteriormente. (*D.C.N.* de 3-7-52, é publicado o discurso do Sr. Mário Altino, pág. 6.131, 4ª col.). (No *D.C.N.* de 15-7-52, pág. 6.606, 2ª col., é publicado o discurso do Senhor Orlando Dantas).

Em 2-7-, continua a discussão — Fala o Sr. Dolor de Andrade (*D.C.N.* de 3-7-52, pág. 6.123, 4ª col.).

Em 3-7-52, o Sr. Saulo Ramos apresenta uma emenda ao projeto (*D.C.N.* de 4, pág. 6.187 — 1ª col.).

Em 3-7 é anunciada a discussão. — Falam os Srs. Fernando Ferrari e Aliomar Baleeiro (1) cujos discursos serão publicados depois. Não havendo mais oradores inscritos, é encerrada a discussão. Vai, com 20 emenda, oferecidas, respectivamente: nº 1 — Philadelpho Garcia; nº 2 — Adolfo Gentil; nº 3 — Alberto Deodato; nº 4 — Mário Altino; ns. 5 a 7 — Saturnino Braga; nº 8 — Saturnino Braga; nº 9 — Aliomar Baleeiro; nº 11 — Orlando Dantas; nº 12 — Bilac Pinto; nº 13 — Alde Sampaio; nº 14 — Orlando Dantas; ns. 15 e 16 Philadelpho Garcia; n. 17 — Saulo Ramos; n. 18 — Tancredo Neves; nº 18 — Fernando Ferrari; nº 20 — Mário Altino, às Co-

(1) No *D.N.C.*, é publicado o discurso do Sr. Aliomar Baleeiro, à página 6.608, 3ª col. em 15-7-52.



missões de Transportes e Comunicações, de Segurança Nacional, de Economia e de Finanças (*D.C.N.* de 4-7 de 1952, pág. 6.192, 1ª col.).

Em 23-7-52, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres sobre emendas de 2ª discussão: da Comissão de Economia favorável às de ns. 3, 6, 7 (1ª parte) 13, 14 e 20, contrário às de ns. 4, 5, 7 (2ª parte), 8, 12 e 17 e considerando prejudicadas às de ns. 1, 2, 9, 10, 11, 15, 16, 18 e 19; da Comissão de Transporte, Comissão e Obras Públicas favorável às de ns. 5, 6, 7, 8, 15 e 16 e contrário às de ns. 3, 4, 11, 12, 13 e 14; da Comissão de Segurança Nacional favorável às de ns. 5, 8 e 14 e contrário às de ns. 3 e 4 (letra b) e da Comissão de Finanças contrário às de ns. 1, 2, 4, 5, 7, 8, 12, 13, 15, 17, 18 e 19 e favorável às de ns. 3, 4 (letra c) 9, 10, 11, 14 e 16, com subemendas às de ns. 6 e 20, e com emendas da Comissão (1.517-D) *D.C.N.* de 23-7-52, pág. 7.023, 4ª col.

Em 28-7, é anunciada a votação. — Fala, pela ordem, o Sr. Ponce de Arruda solicitando seja retirado o projeto da Ordem do Dia, em virtude de haverem sido encontradas incorreções no avulso (*D.C.N.* de 29-7-52, pág. 7.259, 3ª col.).

Em 13-8, entra em votação. Os Senhores Ponce de Arruda e Mário Altino apresentam requerimentos de destaque para o artigo nº 8. § 4º e para as emendas ns. 1, 2, 4, 9, 10, 11, 15 e 18, caso não seja aprovada a emenda n. 20. O Sr. Saturnino Braga requer destaque para as emendas ns. 5, 7 e 8. Em votação são aprovadas as emendas da Comissão de Finanças e a de nº 16 e rejeitadas as emendas ns. 12, 17 e 19, com parecer contrário. Aprovadas a subemenda à emenda nº 6 as emendas destacadas ns. 3 e 14. É aprovado requerimento de preferência para votação da subemenda à emenda nº 20. Falam para encaminhar a votação os Senhores Alde Sampaio, Mário Altino (1), Raymundo Padilha, João Agripino, Ponce de Arruda e Bilac Pinto. Em votação, é aprovada a subemenda à emenda nº 20 — O Sr. Raymundo Padilha requer verificação de votação, sendo dada como aprovada. Procede-se à verificação por bancadas e reconhece-se terem votado a favor 25 Senho-

res Deputados e contra 134. É rejeitado o § 4º do art. 8º. O Sr. Ponce de Arruda requer preferência para a votação da emenda nº 18. Fala o requerente para encaminhá-la e, ainda, o Sr. Mário Altino. (*D.C.N.* de 14-8 de 1952, pág. 8.102, 3ª col.).

Em 18-8, entra em votação. Falam, para encaminhá-la os Srs. Mário Altino, Ponce de Arruda e Tenório Cavalcanti. Submetida a votos, é rejeitada a emenda nº 18.

Em votação, são aprovadas as emendas ns. 7, 9 e 10; rejeitada as de números 1, 4, que é retirada; ns. 15, 5, 19 e 20. Submetido a votos, é aprovado o projeto, que vai à Redação Final. (*D.C.N.* de 19-8-52, pág. 8.205, 2ª coluna).

Em 21-8 é lida e vai a imprimir a redação final (*D.C.N.* de 22-8-52, pág. 8.351, 1ª col.).

Em 22-8, é aprovada a redação final (*D.C.N.* de 23-8-52, pág. 8.441, 1ª col.).

Projeto remetido ao Senado com ofício nº 1.574, de 25-8-52, sob o número 1.517-B-51.

Tomou o nº 211-52.

Lido na sessão de 27-8-52.

Em pauta nos dias 5 e 8-8-52.

Distribuído em 9-9-52 às Comissões de Justiça, Viação, Forças Armadas e Finanças.

Em 11-11-52 o Sen. Ivo d'Aquino e outros requereram urgência para o projeto (req. nº 387-52. Sobre a mesa durante 48 horas o requerimento.

Retirado em 13-11-52 o requerimento de urgência pelo seu autor.

Em 18-11-52 é aprovado requerimento de urgência, do Sen. Ivo d'Aquino e outros. De acordo com o novo Regimento, o projeto fica para a Ordem do Dia de 21-11-52.

Em 21-11-52 são lidos, no expediente, os pareceres proferidos pelas Comissões, a saber:

Comissão de Justiça — Relator: Gomes de Oliveira — Nº 1.273-52 — Data: 26-10-52 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 21-11-52 — Publicação: 22-11-52.

Comissão de Viação e Obras Públicas — Relator: Alencastro Guimarães — Nº 1.274-52 — Data: 22-10-52 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 21-11-52 — Publicação: 22-11-52.

Comissão de Fôrças Armadas — Relator: Onofre Gomes — Nº 1.275-52 — Pronunciamento: Favorável — Leitura: 21-11-52 — Publicação: 22-11-52.

Comissão de Finanças — Relator: Carlos Lindenberg — Nº 1.276-52 — Data: 21-11-52 — Pronunciamento: Favorável ao projeto e contrário às emendas apresentadas perante a Comissão — Leitura: 21-11-52 — Publicação: 22-11-52.

Submetido à discussão, em 21-11-52, a qual se encerra com a apresentação de 2 emendas, ns. 3 e 4, respectivamente dos Srs. Oton Mäder e Plínio Pompeu.

Falaram os Senadores Domingos Velasco, Oton Mäder, Plínio Pompeu, Apolônio Sales, Kerginaldo Cavalcanti e Carlos Lindenberg.

Voltou às Comissões a fim de se pronunciarem sobre as emendas apresentadas durante a discussão, devendo figurar na Ordem do Dia da sessão de 26-11-52.

Em 26-11-52 são lidos os pareceres já emitidos pelas Comissões de Viação e Obras Públicas e de Finanças, contrários às emendas ns. 3 e 4. Usam da palavra os Sen. Gomes de Oliveira e Onofre Gomes, que dão parecer pelas Comissões de Justiça e de Fôrça Armadas, respectivamente, o primeiro pela constitucionalidade das emendas e o segundo pela sua rejeição.

E' aprovado requerimento do Senador Ivo d'Aquino, pedindo preferência para a votação do projeto, ressalvadas as emendas e os destaques. Aprovado o projeto.

Considerado prejudicado a emenda nº 3, do Sen. Oton Mäder. Rejeitada a de nº 4, do Sen. Plínio Pompeu. O projeto vai à sanção. Outógrafos remetidos à Presidência da República em 28-11-52 às 11 horas com a Mensagem nº 363.

*Lei nº 1.750, de 4-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à aquisição, para revenda, de inseticidas e distribuição gratuita de sementes selecionadas ao pequeno agricultor. — (*Diário Oficial* de 5-12-52).

Apresentado na Câmara dos Deputados pelo Dep. Germano Dockhorn.

Lido em 10-5-51. Tomou o número 314-51.

Encerrada a discussão especial em 16-5-51.

Em pauta nos dias 16, 17, 21 e 23-5-51. Recebeu emenda do Deputado Achilles Mincarone.

Em 18-9-51 é transmitido o teor do projeto ao Ministério da Agricultura.

Em 1-10-51 é lido o ofício nº 1.685 GM do Ministério da Agricultura, transmitindo as informações solicitadas.

Em 7-12-51 é aprovado requerimento de urgência do Dep. Brochado da Rocha.

Comissões que se pronunciaram:

Comissão de Economia — Relator: Uriel Aloim — s/n — Data: 18-6-51 — Pronunciamento: of. subst.

Comissão de Finança — Relator: José Bonifácio — s/n — Data: 10-12 de 1951 — Pronunciamento: of. subst.

Encerrada a discussão em 14-12-51. Em votação, é aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças.

Em 15-12-51 é lida e aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 18-12-51 (of. 2.584), sob nº 314-B-51.

Lido no Senado em 16-1-52.

Tomou o nº PLCD-7/52.

Em pauta nos dias 24 e 25-1-52.

Comissões que se pronunciaram:

Comissão de Constituição e Justiça — Relator: C. Mercio — Nº 197-52 — Data: 8-2-52 — Pronunciamento: pela const. — Leitura: 7-3-52 — Publicação: 8-3-52.

Comissão de Finanças — Relator: A. Sales — Nº 197-52 — Data: 5-3-52 — Pronunciamento: of. emenda — Leitura: 7-3-52 — Publicação: 8-3-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 21-3-52.

Adiada a discussão para 31-3-52 (requerimento do Sen. Alfredo Neves), depois de falar o Sen. Alfredo Neves.

Encerrada em 31-3-52 a discussão, o projeto voltou às Comissões, em virtude de emendas dos Sen. Mozart Lago e Alfredo Neves.

Comissões que se pronunciaram sobre as emendas:

Comissão de Justiça — Relator: C. Mercio — Nº 574-52 — Data: 7-5-52 — Pronunciamento: pela const. das

emendas. — Leitura : 23-6-52 — Publicação : 24-6-52.

Comissão de Finanças — Relator : A. Sales — N<sup>o</sup> 575-52 — Data 18-6-52 — Pronunciamento : fav. à emenda n<sup>o</sup> 2 e of. subemenda à de n<sup>o</sup> 3.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-6-52.

Adiada a votação por falta de número.

Aprovado com emendas na sessão de 30-6-52.

À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 11-7-52.

À Câmara.

Emendas do Senado publicadas em 31-7-52 e enviadas à Comissão de Finanças.

Parecer contrário da Comissão de Finanças, publicado em 16-10-52.

Em 14-11-52 é rejeitada a emenda número 1 e aprovada a de n<sup>o</sup> 2.

Redação final publicada em 21-11-52.

Aprovada em 24-11-52.

Projeto remetido à sanção em 28-11 de 1952.

*Lei n<sup>o</sup> 1.751, de 4-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de Cr\$ . . 14.000.000,00 — suplementar à Verba 2 — Material do Anexo n<sup>o</sup> 19, do Orçamento da União de 1952 (Lei número 1.487, de 6-12-51). — (*Diário Oficial* de 5-12-52).

Republicada no *Diário Oficial* de 9-12-52.

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n<sup>o</sup> 288, de 7-8-52, remetido à Câmara dos Deputados.

Tomou o n<sup>o</sup> 2.336, de 1952.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Em 20-8-52, é lido e vai a imprimir. — *D.C.N.* de 21-8-52, pág. 8.278, 2<sup>a</sup> coluna.

Em 25-8-52, é despachado à Comissão de Finanças (*D.C.N.* de 26-8-52, pág. 8.539).

Em 3-10-52, é aprovado requerimento de urgência, de autoria do Sr. Benjamin Farah — (*D.C.N.* de 4-10-52, página 10.396, 1<sup>a</sup> col.).

Em 6-10-52, é anunciada a 1<sup>a</sup> discussão. — O Sr. Antônio Feliciano requer o prazo de 48 horas para a Comissão de Finanças opinar sobre o projeto no que é atendido. — *D.C.N.* de 7-10-52, pág. 10.534, 2<sup>a</sup> col.).

Em 8-10-52, é lido e vai a imprimir tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (2.336-A) — *D.C.N.* de 9-10-52, 1<sup>a</sup> col.

Em 10-10-52, é anunciada a 1<sup>a</sup> discussão e encerrada. — Em votação, é aprovado. — (*D.C.N.* de 11-10-52, pág. 10.796, 4<sup>a</sup> col.).

Em 13-10-52, é anunciada e encerrada a 2<sup>a</sup> discussão. Adiada a votação — (*D.C.N.* de 14-10-52, pág. 10.883, 4<sup>a</sup> col.).

Na mesma data, entra em votação, sendo aprovado e enviado à Redação Final. — (*D.C.N.* de 14-10-52, página 10.885, 4<sup>a</sup> col.).

Em 15-10-52, é aprovado requerimento do Sr. Benjamin Farah, solictiando dispensa de redação final do Projeto.

Em consequência, entra em votação, sendo aprovada a redação final — (*D.C.N.* de 16-10-52, pág. 11.058, 1<sup>a</sup> col.).

Projeto remetido ao Senado com o ofício n<sup>o</sup> 1937, de 17-10-52 (sob o número 2.336-B-52).

Lido na sessão de 22-10-52.

Em pauta nas sessões de 3 e 4-11-52.

Comissões que se pronunciaram :

*Pareceres :*

Comissão de Justiça — Relator: Joaquim Pires — N. 1.303-52 — Data: 13-11-52 — Pronunciamento : favorável — Leitura : 28-11-52 — Publicação : 29-11-52.

Comissão de Finanças — Relator : Durval Cruz — N<sup>o</sup> 1.304-52 — Data : 28-11-52 — Pronunciamento : favorável — Leitura : 28-11-52 — Publicação : 29-11-52.

Em 28-11-52 é aprovado o requerimento n<sup>o</sup> 511, de 1952, do Sen. J. Pires, solicitando dispensa de interstício, a fim de ser a matéria incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Incluído na Ordem do Dia da sessão extraordinária noturna da mesma data.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n<sup>o</sup> 367, de 2-12-52.

*Lei n<sup>o</sup> 1.752, de 4-12-52* — Concede auxílio ao Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, e dá outras providências. — (*Diário Oficial* de 10-12-52).

Apresentando pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

Tomou o nº 1.074, de 1951.

Lido na sessão de 30-8-1951.

Em 3-9-51 é despachado às Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

Em 9-11-51, pelo ofício nº 2.207, é solicitada a audiência da Educação e Saúde.

Em 30-1-52 são lidos pareceres da Comissão de Educação e Cultura, favorável, e da Comissão de Finanças, com substitutivos.

1ª discussão encerrada em 21-2-52.

Aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças.

2ª discussão em 5-3-52. Adiada a votação. Aprovado em 6-3-52.

Redação final lida em 17-3-52.

Aprovada em 19-3-52.

Projeto remetido ao Senado com ofício nº 492, de 25-3-52, sob o número 1.074-B, de 1951.

Tomou o nº 77, de 1952.

Lido em 26-3-52.

Em pauta nos dias 31-3-52 e 1-4-52.

Comissões que se pronunciaram :

*Pareceres :*

Comissão de Justiça — Relator: Anísio Jobim — Nº 937 — Data : 7-5-52 — Pronunciamento : contrário — Leitura: 22-9-52 — Publicação: 23-9-52,

Comissão de Finanças — Relator: Alfredo Neves — Nº 938 — Data : 17-9-52 — Pronunciamento : favorável — Leitura : 22-9-52 — Publicação : 23 de setembro de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 2-10-52.

Retirado da Ordem do Dia para audiência da Comissão de Saúde, a requerimento do Sen. Vivaldo Lima.

Parecer da Comissão de Saúde, favorável, lido em 10-11-52 (relator, Sen. Vivaldo Lima). Publicado em 11-11-52.

Projeto incluído na Ordem do Dia de 17-11-52. Aprovado sem debate. À sanção, com a Mensagem nº 356, de 20-11 de 1952.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 4-12-52.

Lei nº 1.753, de 4-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 13.127.430,40,

para pagamento à Universidade do Brasil, dos saldos verificados no Orçamento relativos aos exercícios de 1946 a 1949 — (*Diário Oficial* de 10-12-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 347, de 14-12-50, enviada à C.D.).

Tomou o nº 1.110-50.

Lido em 4-1-51.

Em pauta nos dias 8, 9, 10 e 11-1-51.

Enviado à Com. Finanças em 12-1-51.

Parecer da Com. Finanças, favorável, com emenda (Relator. Deputado Manhães Barreto), lido em 10-7-52.

Em 16-7-52 é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Aprovado o projeto com a emenda.

Em 18-7-52 é lida e vai a imprimir a redação para a 1ª discussão.

2ª discussão em 22-7-52. Aprovado. Aprovada em 24-7-52.

Projeto remetido ao Senado, com o Ofício nº 1.313, de 25-7-52, sob o nº 1.110-C-50.

Tomou o nº 177-52.

Lido em 29-7-52.

Comissões que se pronunciaram :

*Pareceres*

Com. — Relatores — Ns. — Datas  
Pronu. — Leit. — Publ.

C. J. — Atilio Vivacqua — 1.107-52  
— 11-9-52 — Pela const. — 17-10-52  
— 19-10-52.

C. F. — Plínio Pompeu — 1.108-52  
— 15-10-52 — Fav. c/retificação.  
Incluído na Ordem do dia da sessão de 24-10-52.

Aprovado. À Com. Red.

Redação final aprovada em 14-11-52 (not.). À sanção, com a Mensagem nº 353, de 19-11-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 4-12-52.

Lei nº 1.754, de 4-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos especiais na importância de Cr\$ 986.298,30, para atender às despesas correspondentes a dotações dos Orçamentos de 1950 e 1951. — (*Diário Oficial* de 10-12-52).

Projeto apresentado pela Com. Finanças da C.D. em atenção a mensa-

gens, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Tomou o n.º 2.309, de 1952.

Tramitação na C.D.

Em 13-8-52, é lido e vai a imprimir. D.C.N. de 14-8-52, pág. 8.083, 4ª col.

Em 21-8, é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Adiada a votação (D. C. N. de 22-8-52, pág. 8.385, 4ª col.).

Na mesma data entra em votação, sendo aprovada em 1ª discussão.

(Req. 8.393, 1ª col. Sessão extraordinária noturna).|

Em 22-8, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Submetido a votos é aprovado e enviado à Comissão de Redação (D.C.N. de 23-8-52, pág. 8.443).

Em 4-9, é lido e vai a imprimir a Redação Final (2.039-A-52) (D.C.N. de 23-8-52, pág. 8.443).

Em 4-9, é lido e vai a imprimir a Redação Final (2.039-A-52) (D.C.N. de 5-9-52, pág. 9.020).

Em 5-9, é aprovada a Redação Final (D.C.N. de 6-9-52, pág. 9.105, 2ª col.).

O projeto vai ao Senado com o ofício número...

Projeto remetido ao Senado com o n.º 1.736, de 15-9-52, sob o n.º 2.309-A-52.

Tomou o n.º 256, de 1952.

*Comissões que se pronunciaram :*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Anísio Jobin — 1.235-52 — 16-10-52 — Pela const. — 10-11-52 — 11-11-52.

C. F. — Alberto Pasqualini — 1.236-52 — 5-11-52 — Fav. — 10-11-52 — 11-11-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-11-52.

Aprovado sem debate, em 17-11-52. À sanção, com a Mensagem n.º 355, de 20-11-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 4-12-52.

Lei n.º 1.755, de 5-12-52 — Concede pensão especial a viúva e filhos meno-

res do ex-investigador Luciano Maciel. — (*Diário Oficial*, de 10-12-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 204, de 27-6-52, remetida à C.D.).

Tomou o n.º 828, de 1951.

Lido em 10-7-52.

Em 28-9-51 é transmitido o Ofício n.º 1.890, ao Tl. Justiça, pedindo informações.

Disc. em 15-12-51. Aprovado.

Red. final lida e aprovada na mesma data.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 2.628, de 24-12-51, sob o n.º 828-A-51.

Tomou o n.º 29-52.

Lido em 18-1-52.

*Comissões que se pronunciaram :*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Clodomir Cardoso — 993-52 — 5-3-52 — Pela const. — 30-9-52 — 1-10-52.

C. F. — Ferrª de Sousa — 994-52 — 17-9-52 — Fav. — 30-9-52 — 1-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52. Aprovado com emenda. 6-10-52. À C.R.D. (para a C.D.).

Redação final aprovada em 21-10-52. À C. Deputados.

Emenda do Senado publicada em 2 de novembro de 1952.

Parecer favorável da Com. de Finanças, publicado em 18-11-52.

Aprovada a emenda em 21-11-52.

Redação final publicada em 26-11-52.

Aprovada em 27-11-52.

Projeto enviado à sanção em 2-12-52.

Lei n.º 1.756, de 5-12-52 — Estende ao pessoal da Marinha Mercante Nacional, no que couber os direitos e vantagens da Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948. — (*Diário Oficial*, de 11 de dezembro de 1952).

Apresentado pelo Deputado Café Filho em 11-10-48.

Tomou o n.º 1.087-48.

*Pareceres*

*Com. — Rel. — N.º — Data — Pron.*

C. Justiça — Nobre F.º — s/n — 11-11-48 — fav.

Transportes — Rogério Vieira — s/n.º

— 24-11-49 — of. subst.  
Finanças — Orlando Brasil — s/n —  
12-7-50 — fav. ao subst. e of. 2  
emendas.

*Pareceres sobre as emendas de discussão*  
*Com. — Rel. — N.º — Data — Pron.*  
Transportes — Rog. Vieira — s/n —  
fav. às emendas.

Finanças — Orlando Brasil — s/ —  
fav. às emendas.

Rem.º ao Senado em 4-1-51 (of. 20),  
sob o n.º 1.087-D-48).

Lido no Senado em 5-1-51.

Tomou o n.º 6-51.

Em pauta nos dias 15 e 16-1-51.

Despachado em 17-1-51 às Com. de  
Const. e Justiça e de Finanças.

Incluído em Ordem do Dia na ses-  
são de 21-11-51, em virtude de requer-  
imento (n.º 384-51), do Senador Mo-  
zart Lago, visto já haver decorrido o  
prazo regimental para as Comissões  
emitirem pareceres.

Adiada para o dia 30-11-51, a re-  
querimento (398-51) do Senador João  
Villasbôas. Novamente adiada em vir-  
tude do falecimento do Dr. Noraldino  
Lima.

Em 3-12-51 são lidos os pareceres  
ns. 1.237-51, da Comissão de Consti-  
tuição e Justiça (Relator Atilio Vivác-  
qua), pela constitucionalidade. 1.238  
de 1951, da Com. de Fôrças Armadas  
(Rel. Senador Silvio Curvo), of.  
emenda substitutiva.

O relator da Com. de Finanças, Se-  
nador Carlos Lindenberg, emite pare-  
cer verbal, favorável ao projeto e à  
emenda da Com. de Fôrças Armadas  
e oferecendo mais duas emendas.

São lidas e apoiadas sete emendas do  
Senador Ferreira de Sousa.

Depois de falarem os Senadores Fer-  
reira de Souza, volta o projeto às Co-  
missões para se pronunciarem sobre as  
emendas.

*Comissões que se pronnciaram sô-  
bre as emendas :*

*Com. — Rel. N. — Data — Pron.*  
*Leit. — Publ.*

C. Justiça — F. Ribeiro — 419-52 —  
8-2-52 — pela const. — 12-5-52 —  
13-5-52.

F. Armada — S. Curvo — 420-52 —  
5-3-52 pela conts. — 12-5-52 —  
13-5-52.

Finanças — C. Lindenberg — 421-52  
— 7-5-52 — pela const. — 12-5-52  
— 13-5-52.

Em Ordem do Dia na sessão de  
10-6-52. Aprovadas as emendas das  
Com. de F. Armada e de Finanças  
(ns. 1, 2 e 3); aprovadas também as  
de ns. 5, 7, 8, 9 e s. e. e 10; rejei-  
tada a de n.º 4 e prejudicada a de n.º 5.  
tôdas do Senador Ferreira de Sousa.

À Comissão de Redação.

Aprovada a redação final em 1-7-52.

À Câmara.

Emendas do Senado lidas em 16-7-52.

Pareceres das Comissões de Seguran-  
ça Nacional, Legislação Social e de  
Finanças publicados em 24-10-52.

Redação final lida em 11-11-52.

Aprovada em 12-11-52.

Projeto rem.º à sanção em 20-11-52.

*Lei n.º 1.757, de 10-12-52 — Esti-  
ma a Receita e fixa a Despesa da  
União para o exercício financeiro de  
1953. — (Diário Oficial, de 13-12-52).*

Retificada, *Diário Oficial* de 15-12-52.

Retificada, *Diário Oficial*, de 2-1-53.

*Lei n.º 1.757-A, de 10-12-52 — Mo-  
difica o salário-família. — Diário Ofi-  
cial, de 13-12-52).*

Apresentado pelo Deputado Rui Al-  
meida, em 11-5-49.

Tomou o n.º 212-49.

*Comissões que se pronunciaram :*

*Com. — Rel. — N.º — Data — Pron.*  
*— Leit. — Publ.*

C. Just. — Plínio Barreto — s/. —  
18-5-49 — favorável.

Finanças — Café Filho — s/. —  
14-11-49 — oi. subst.

S. Público — J. Agripino — s/n. —  
23-5-50 — of. subst.

Rem.º ao Senado em 7-7-50 — (of.  
807), sob o n.º 212-c/49.

Lido no Senado em 10-7-50.

Tomou o n.º PLCD-192-50.

Em pauta nos dias 14 e 15-7-50.

Em 23-10-50 é apresentado o reque-  
rimento n.º 231-50, do Senador Roberto  
Glasser, solicitando urgência para o  
projeto.

Em 30-10-50, depois de falar o Se-  
nador Durval Cruz, é rejeitado o re-  
querimento.

Em 18-1-51 o Senador Kerginaldo  
Cavalcanti solicita urgência para o pro-  
jeto (Requerimento n.º 45-51).

Em 26-1-51 é aprovado o requerimento de urgência. É lido o parecer n.º 119-51, da Comissão de Constituição e Justiça (Relator: Senador Atílio Vivácqua), pela constitucionalidade. Pela Comissão de Finanças emite parecer verbal o Senador Durval Cruz, favorável ao projeto e à emenda apresentada perante a Comissão e representando emenda. A discussão é interrompida pelo término da sessão.

Em 29-1-7 prosseguiu a discussão, que é interrompida por falta de número no recinto.

Encerrada a discussão em 30-1-51. Adiada a votação por falta de número.

Novamente adiada a votação (sessão extraordinária noturna de 30-1-51) por falta de número. Encerrada a sessão legislativa extraordinária).

Em Ordem do Dia na sessão de 27 de março de 1951, foi aprovado requerimento do Senador Ivo d'Aquino solicitando o adiamento da votação a fim de ser ouvido o Ministério da Fazenda.

Em Ordem do Dia na sessão de 27-3-51, foi aprovado requerimento do Senador Ivo d'Aquino solicitando o adiamento da votação a fim de ser ouvido o Ministério da Fazenda.

Publicado no *D.C.N.* de 7-5-51 o Aviso n.º 5, do Ministro da Fazenda, pronunciando-se contrariamente à aprovação do projeto, em face dos pareceres do Serviço do Pessoal e da Diretoria Geral da Fazenda Nacional.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 20-6-52, a requerimento do Senador Mozart Lago, aprovado na sessão de 19-6-52. Pelos Senadores Ivo d'Aquino e Ismar de Góis são levantadas questões de ordem sobre a possibilidade de ser ouvida a Comissão de Trabalho e Previdência Social. O Senador Durval Cruz, relator da matéria na Comissão de Finanças, presta esclarecimento sobre o seu andamento naquela Comissão. À Mesa delibera, à vista de irregularidades encontradas no processo, retirá-lo da Ordem do Dia para reexame.

Em 1-7-52, depois de falarem os Senadores Ismar de Góis e Durval Cruz, são aprovadas a emenda n.º 2 (da Comissão de Finanças) e a 2ª parte da emenda n.º 1 (Fco. Gallotti), ficando prejudicada a 1ª parte.

Aprovado o projeto com as modificações constantes das emendas aprovadas. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 10-7-52. À Câmara dos Deputados.

Emendas do Senado publicadas em 24-7-52 e encaminhadas às Comissões de Legislação Social e de Finanças.

Pareceres das Comissões de Legislação Social e de Finanças publicados em 6-11-52.

Em 14-11-52 é aprovada a 2ª parte da Emenda n.º 2, sendo rejeitadas a de n.º 1 e a primeira parte da de n.º 2.

Redação final publicada em 21-11-52.

Aprovada em 24-11-52. O projeto vai à sanção.

*Lei n.º 1.758, de 12-12-52* — Retifica a Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1952, e dá outras providências. — (*Diário Oficial*, de 12-12-52).

Projeto oferecido pela Comissão de Finanças da C.D. em atenção à Mensagem n.º 92, de 31-3-52, do Presidente da República.

Tomou o n.º 1.986, de 23-5-52.

Tramitação na C.D.:

Em 23-5, é lido e vai a imprimir. Publicado no *D.C.N.* (N.º 93), de 24-5 à pág. 427.

Em 13-6, é anunciada a 1ª discussão, a seguir e encerrada, sendo adiada a votação. Vai com 13 emendas, oferecidas respectivamente, pelos Senhores deputados: n.º 1 — Alencar Araripe; n.º 2 — Aloísio de Castro; n.º 3 — Jaime Araújo; ns. 4 e 5 — Daniel Faraco; n. 6 — Lauro Lopes; n. 7 — Benedito Vaz; ns. 8 e 9 — Pontes Vieira; n. 1 — Ulisses Guimarães; n.º 11 — Antônio Feliciano; n.º 12 — Passifal Barroso; n.º 13 — Paulo Sarazate, às Comissão de Finanças — (*D.C.N.* de 14-6-52, pág. 5.248, primeira coluna).

Em 21-7, é lido e vai a imprimir, tendo parecer, com substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto emendado em primeira discussão (1.986-A) *D.C.N.* de 22-7-52, pág. 6.885, 4ª coluna.

Em 25-7, entra em votação o substitutivo da Comissão de Finanças, sendo aprovado. Passa-se a 2ª discussão,

ficando prejudicados o primitivo e as emendas de 1ª discussão. (D.C.N. de 26-7-52, pág. 7.187, 3ª col.).

Em 8-8, entra em 2ª discussão. Encerrada e adiada a votação, indo com duas (2) emendas oferecidas, respectivamente pelos Srs. Pontes Vieira e Clodomir Millet, à Comissão de Finanças (D.C.N. de 9-8-52, pág. 7.975, 4ª coluna).

Em 28-8-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Finanças, sobre emendas de 2ª discussão, favorável à de n.º 2, e contrário à de n.º 1 (1.986-A) — D.C.N. de 29 de agosto de 1952, pág. 8.685, 1ª e 2ª coluna).

Em 3-9, entra em votação, sendo aprovada a emenda n.º 2 e rejeitada a de n.º 1. Submetido a votos, é aprovado o projeto, que vai a Redação Final (D.C.N. de 4-9-52, pág. 8.975, 1ª coluna).

Em 19-9, é lida e vai a imprimir a Redação Final (1.986-C-52) (D.C.N. de 20-9-52, pág. 9.753).

Em 22-9, é aprovada a redação final (D.C.N. de 23-9-52, pág. 9.842, 4ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 1.849, de 30-9-52, sob o n.º 1.986-C-52.

Tomou o n.º 270-52.

Lido em 3-10-52.

Em 7-10-52 foi apresentado o requerimento n.º 324, de 1952, do Sr. Melo Viana e outros Senhores Senadores, pedindo urgência para o mesmo.

Aprovado em 9-10-52 o requerimento.

Submetido a discussão o projeto, recebeu pareceres orais dos Senhores Anísio Jobim e Plínio Pompeu, respectivamente pela Comissão de Justiça e pela Comissão de Finanças. Encerrada a discussão com apresentação de sete emendas que receberam pareceres favoráveis, orais, dos mesmos senadores. Aprovado o projeto com as emendas à Com. Red.

Redação final aprovada em 29-10-52. À Câmara dos Deputados.

Parecer da Comissão de Finanças favorável às emendas do Senado de ns. 1, 2, 3, 4 e 6 e contrário à de n.º , publicado em 14-11-52.

Aprovadas em 18-11-52 as emendas de ns. 1, 2, 3, 4 e 6 e rejeitada a de n.º 1.

Redação final publicada em 25 de novembro de 1952.

Aprovada em 26-11-52.

Projeto enviado à sanção em 2 de dezembro de 1952.

Lei n.º 1.759, DE 12-12-52 — Dá nova redação à letra *b*, do § 2.º do art. 31 do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de novembro de 1945. — (Diário Oficial de 16-12 de 1952).

Projeto apresentado pelo Dep. Coelho de Sousa.

Tomou o n.º 1.006, de 1951.

Lido na sessão de 14-8-51.

Em pauta nos dias 17, 20, 21 e 22-8 de 1951.

Enviado à Com. Ed. e Cultura em 28-8-51.

Em 23-4-52 é lido e vai a imprimir parecer, com substitutivo, da Com. Ed., com voto vencido do Sr. João Roma (1.006-A). Publicado no DCN de 24-4-52 — Pág. 3.135, 1ª col.

Em 19-5-52 é anunciada e encerrada a discussão. Passa-se à votação, sendo aprovado o substitutivo da Com. Ed. (Diário do Congresso Nacional de 20-5 de 1952, pág. 4.050, 2ª col.).

Redação final lida em 30-5-52 (1.006-B). Publicado no DCN de 31 de maio de 1952, pág. 4.615, 1ª col. Aprovada em 2-6-52.

Projeto remetido ao Senado em 9-6 de 1952, com o of. 1.009 (sob o número 1.006-B-51).

Lido no Senado em 13-6-52.

Tomou o n.º 135-52.

Em pauta nos dias 20 e 23.

#### Comissões que se pronunciaram

##### Pareceres

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Clodomir Cardoso —  
1.280-52 — 16-10-52 — Pela const.

C. Ed. — Luís Tinoco — 1.281  
de 1952 — 19-11-52 — Fav. — 22-11  
de 1952 — 23-11 de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão  
de 28-11-52.



Retirado em virtude de requerimento de adiamento, para 1.º de dezembro, do Sen. Aloísio de Carvalho.

Aprovado em 2-12-52. À sanção, com a Mensagem n.º 376, de 5-12-52.

*Lei n.º 1.760, de 15-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 900.000,00 destinado à regularização de despesas com o serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos — (*Diário Oficial* de 15-12-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n.º 230, de 4-7-52, encaminhada à C.D.).

Tomou na C.D. o n.º 2.223-52.

Tramitação na C.D.

Em 22-7-52, é lido e vai a imprimir. DCN de 23-7-52, pág. 6.961 — 1ª coluna.

Em 23 de julho é despachado à Comissão de Finanças. DCN de 24-7-52 — pág. 7.055.

Em 10-10-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer favorável da Comissão de Finanças. 2.223-A — DCN de 11 de outubro de 1952, pág. 10.785 2ª coluna.

Em 15-10-52, é aprovado requerimento do Sr. Carvalho Sobrinho solicitando preferência para discussão e votação do projeto. — DCN de 16-10-52, pág. 11.058 — 4ª col. A seguir é anunciada e encerrada a discussão. Em votação, é aprovado em 1ª discussão. DCN de 16-10-52, pág. 11.059 — 3ª col. O Sr. Carvalho Sobrinho apresenta requerimento pedindo dispensa de interstício para que o projeto figure na próxima Ordem do Dia, sendo aprovado.

Em 16-10-52, em virtude de preferência, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Em votação, é aprovado e enviado à Comissão de Redação. DCN de 17-10-52, pág. 11.178 — 4ª col.

Em 21-10-52, é aprovada a Redação Final. 2.223-B-52 DCN de 22-10-52, pág. 11.474 — 3ª col.

Projeto remetido ao Senado com o of. 1.990, de 6-10-52, sob o número 2.223-B' de 1952.

Tomou o n.º 275-52 no Senado.

Lido na sessão de 27-10-52.

Em pauta nos dias 3 e 4-11-52.

### Comissões que se pronunciaram

#### Pareceres

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. Joaquim Pires — 1.299-52 —  
18-11-52 — Pela const. 28-11-52 —  
29-11-52.

C.F. — Durval Cruz — 1.300-52  
— 28-11-52 — Fav. — 28-11-52 —  
29-11-52.

Incluído na Ordem do dia da sessão de 5-12-52.

Aprovado sem debate. À sanção, com a Mensagem n.º 381, de 10-12-52.

*Lei n.º 1.761, de 15-12-52* — Autoriza o Instituto Nacional do Sal a promover a construção, adaptação e aparelhagem de armazéns para depósito de sal nos principais centros de consumo e dá outras providências. — (*Diário Oficial* de 18-12-52).

Projeto apresentado na C.D. pelo Dep. José Augusto.

Tomou o n.º 845-51.

Lido em 11-7-51.

Em pauta nos dias 13, 16, 17 e 18-7 de 1951.

Em 23-7-51 é despachado às Comissões de Const. e Justiça, de Economia e de Finanças.

Em 19-10-51 é lido e vai a imprimir parecer da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade e da Com. de Ed. e de F., pela supressão do artigo 7.º do projeto.

Publicado no DCN de 20-10-51 — Pág. 9.767.

Em 5-11-51 entra em discussão. Fala o Sr. Armando Falcão. Em 7-11-51 prossegue a discussão. Fala o Senhor Carvalho Neto. Em 8-11-51 prossegue a discussão. Fala o Sr. Dioclécio Duarte. Em 9-21-51 prossegue a discussão, que é encerrada.

Na mesma data, em sessão extraordinária noturna, é submetido a votos, aprovado o projeto e a emenda da Com. Finanças.

Em 19-11-51 é lida a redação final.

Publicada em 20-11-51.

Aprovada em 20-11-52.

Projeto remetido ao Senado em 23 de novembro de 1951, com o of. 2.326 e sob o n.º 845-B-51.

Lido no Senado em 27-11-51.

Tomou o n.º 311-51.

Em pauta nos dias 30-11-51 e 3-12 de 1951.

Remetido em 4-12-51 às Com. de Const. e J. e de Finanças.

Parecer da Com. Const. e J. (número 1.438-51, do Sen. João Vilasboas), pela constitucionalidade, lido em 14-12-51.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 14-12-51.

Emite parecer oral, favorável, pela Com. Finanças, o Sen. Alfredo Neves.

Anunciada a discussão, falam os Sen. Costa Pereira e Ferreira de Sousa. Pelo Sen. João Vilasboas é apresentada uma emenda. Encerrada a discussão, o proj. volta às Comissões.

Pareceres proferidos sobre a emenda.

#### *Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Dat a —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. João Vilasboas — 1.019-52 —  
14-8-52 — Fav. com subemenda. —  
3-10-51 — 4-10-52.

C.F. — Cícero de Vasconcelos —  
1.020-52 — 1-10-52 — Fav. às emendas e a subemenda e oferecendo outra subemenda — 3-10-52 — 4-10-52.

Despachado às Com. de Trab. e Prev. Social e de Agr. em 16-10-52.

Em 3-12-52 é aprovado requerimento, n.º 524, do Sen. Kerginaldo e outros, pedindo urgência para o proj.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 5-12-52.

Concedida preferência para o projeto, a requerimento do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti e depois de falarem o mesmo Senador e os Sen. Vitorino Freire e Melo Viana.

Aprovado o projeto. Prejudicadas a emenda e as subemendas. À sanção, com a Mensagem n.º 379, de 10-12-52.

*Lei n.º 1.762, de 15-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 destinado a auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 18ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional. — (*Diário Oficial* de 18-12-52).

Projeto apresentado na C.D. pelo Sr. Afonso Matos e outros Deputados.

Tomou o n.º 1.890-52.

Tramitação na C.D.

Em 30-4-52, é lido e vai à imprimir. Pub. no DCN de 1.º, página 3.364.

Em 5 de maio, é despachado à Comissão de Finanças. DCN de 6, página 3.485 — 2ª col.

Em 18-6-52, pelos ofícios ns. 1.064 e 1.065, é pedido audiência, respectivamente, aos Ministérios da Educação e Relações Exteriores. DCN de 21, pág. 5.566).

Em 27-6-52, pelo ofício 533, o Ministério da Educação transmite seu parecer. DCN de 28, pág. 5.898 — 4ª col.

Em 28 de junho de 1952, pelo ofício DAI 135.115-1, o Ministério das Relações Exteriores, envia seu parecer. DCN de 3-7-52, pág. 6.099 — 1ª coluna.

Em 12-8-52, pelo ofício n.º 1.472, é solicitada audiência ao Ministério da Educação. DCN de 14, página 8.072.

Em 28-8-52, pelo ofício 768, o Ministério da Educação presta as informações. DCN de 4-9-52, pág. 8.954 — 1ª col.

Em 9-10-52, é lido e vai a imprimir parecer da Comissão de Finanças com emenda ao art. 1.º do projeto 1.890-A — DCN de 10-10-52, pág. 10.711 — 2ª col.

Em 14 de outubro, em virtude de aprovação de requerimento de preferência, é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Em votação, é aprovado o projeto e a emenda da Comissão de Finanças. O projeto volta à Comissão de Finanças a fim de redigir para 2ª discussão. DCN de 15-10-52, página 10.969.

Em 20-10-52, é lido e vai a imprimir a redação para a segunda discussão. 1.890-A — DCN de 21-10-52, página 11.289 — 2ª col.

Em 4-11-52, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Fala, para encaminhar a votação, o Sr. Campos Vergal. Submetido a votos, é aprovado e enviado à Comissão de Redação. DCN de 5-11 de 1952, pág. 12.248 — 3ª col.

Em 11-11-52, é lida e vai a imprimir a Redação Final. 1.890-C-52, página 12.615.

Em 12-11-52, é aprovada a redação final. DCN de 13-11-52, página 690 — 4ª col.

Projeto remetido ao Senado com o cf. 2.165, de 17-11-52, sob o número 1.890-C-52.

Tomou o n.º 315-52.

Lido na sessão de 18-11-52.

Despachado às Comissões de Const. e Justiça, Ed. e Cultura, Relações Exteriores e de Finanças.

Em 3-12-52 é aprovado o requerimento n.º 525, do Sr. Senador Anísio Jobim e outros Srs. Senadores, pedindo urgência para este projeto.

Recebido no Gab. da Presidência em 4-12-52, com parecer, da mesma data, da Com. Const. e Justiça, pela constitucionalidade (proferido pelo Senador Aluísio de Carvalho).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 5-12-52.

Depois da leitura do parecer da C. Justiça e de se pronunciarem favoravelmente as Com. de Rel. Ext. e de Saúde e de Finanças (Sen. Melo Viana, Ezechias Rocha e Domingos Velasco, respectivamente), foi aprovado projeto. À sanção, com a Mensagem n. 382, de 10-12-52.

*Lei n.º 1.762-A, de 16-12-52* — Autoriza a designação de Assistentes Jurídicos, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para servirem junto ao Ministério Público Federal. — (*Diário Oficial*, de 22-12-52).

Projeto apresentado na C.D. pelo Deputado Luis Viana.

Tomou o n.º 1.535-51.

Tramitação na C.D.:

Em 13 de dezembro, sessão extraordinária noturna, é lido e vai a imprimir. Publicado no *D.C.N.* suplemento de 14-12-51, pág. 13, 2ª col.

Em 14-12-51, vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Em 6-2-52, pelo Ofício n.º 154, é transmitido o teor do projeto ao Senhor Procurador Geral da República.

#### 2ª Sessão Legislativa ..

Em 27 de maio de 1952, pelo Ofício n.º 285, o Ministro da Justiça responde o pedido de informações, *D.C.N.* de 20, pág. 4.542, 4ª col.).

Em 17-7-52, é lido e vai a imprimir parecer, com emenda, da Comissão de Constituição e Justiça (1.535-A) — Pub. no *D.C.N.* de 18-7-52, página 6.759, 1ª col.

Em 22-7, é anunciada e encerrada a votação. Submetidas a votos, são aprovados a emenda e o projeto. Volta à Comissão de Justiça, para redigir. — (*D.C.N.* de 23-7-52, pág. 6.990, 2ª coluna), 1.535-B.

Em 8-8, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Submetido a votos, é aprovado, indo à redação final. *DCN.* de 9-8-52, pág. 7.975, 1ª coluna).

Em 19-8 é lida e vai a imprimir a redação final. (1.535-C) *D.C.N.* de 20-8-52, pág. 8.239, 2ª coluna).

Em 20-8, é aprovada a redação final. Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 1.559, de 22-8-52.

Tomou o n.º 209-52.

Lido em 26-8-52.

Em pauta nos dias 5 e 8-9-52.

Distribuído em 9-9-52 à Comissão de Constituição e Justiça.

Pedidas, em 21-10-52 (Ofício número 27-52) informações ao Procurador Geral da República. Recebidas pelo Ofício n.º 751, de 14-11-52.

Recebeu emenda perante a C. J. (do Senador Vespasiano Martins).

Parecer da C.J., sob n.º 1.271, pela aprovação do projeto, destacada a emenda para constituir projeto em separado (parecer proferido pelo Senador Camilo Mercio em 20-1-52. Relator designado para o vencido, em vista de não ter sido aprovado o parecer do Senador Joaquim Pires, que concluía por substitutivo).

Lido em 21-11-52. Publicado em 22-11-52.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 27-11-52.

Destacada a emenda do Senador Vespasiano Martins para constituir projeto em separado. Aprovado o projeto. À sanção, com a Mensagem n.º 366, de 2-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 16-12-52.

*Lei n.º 1.763, de 17-12-52* — Abre ao Congresso Nacional os créditos suplementares de Cr\$ 252.000,00 e Cr\$ 500.000,00 destinados, respectivamente ao reforço da Verba 1, Consignação I, Subconsignação 03, item 02 e Verba 1, Consignação III, Subconsignação 11, item 01-01, da Lei n.º 1.487, de 6 de

dezembro de 1951. — (*Diário Oficial* de 17-12-52).

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da C.D. em atenção ao ofício de 22-11-52 do Senado.

Lido em 28-11-52.

1ª discussão em 5-12-52. Aprovado 2ª discussão na sessão extraordinária noturna da mesma data. Aprovado.

Redação final aprovada na mesma sessão.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n.º 2.378, de 6-12-52, sob o número 2.710-A-52.

Tomou o n.º 368-52.

Lido em 8-12-52.

Remetido à C.F. em 8-12-52.

Parecer da C.F., sob n. 1.480, favorável (Relator, Senador Domingos Velasco) lido em 8-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 13-12-52 (extraordinária). Aprovado.

À sanção, com a Mensagem n.º 400, de 15-12-52.

*Lei n.º 1.764, de 17-12-52* — Cria, na Terceira Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento. — (*Diário Oficial*, de 19 de dezembro de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo, (Mensagem n.º 471, de 7-12-1951, enviado à C.D.).

Tomou o n.º 1.525, de 1951.

Tramitação na C.D.:

Em 13-12-51, é lido e vai a imprimir. *D.C.N.* de 14-12-51, página n.º 12.971.

Em 17-4-52, é lido e vai a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças. (*D.C.N.* n.º 69, de 18-4-52, pág. 2.948, 3ª col.). (1.525-A).

Em 30-4, é anunciada a 1ª discussão. A seguir é encaminhado às Comissões de Legislação Social, de Serviço Público Civil e de Finanças, a requerimento do Sr. Hildebrando Bisaglia e com emendas de plenário, n.º 1, do Sr. Tarso Dutra e ns. 2 e 3, do Sr. Tancredo Neves.

Em 15-7, é aprovado o requerimento do Sr. Lopo Coelho solicitando audiência da Comissão de Justiça.

Em 21-8, é anunciada a 1ª discussão com emendas e dependente de parecer das Comissões de Justiça e Legislação Social, do Serviço Público Civil e de

Finanças. O Sr. Lameira Bitencourt solicita, em nome da Comissão de Finanças, o prazo de cinco dias para que esta possa dar o seu parecer ao projeto, sendo dado este prazo em conjunto para as Comissões de Justiça, Legislação Social, Serviço Público e de Finanças.

Em 28-8, é anunciada a discussão. Falam os Srs. Bias Fortes e Osvaldo Trigueiro, tendo o primeiro orador apresentado o parecer oral da Comissão de Serviço Público Civil. Proferem discursos os Srs. Fernando Ferrari e Antônio Feliciano — Não havendo mais oradores inscritos, é encerrada a primeira discussão. Vai, com cinco emendas, oferecidas, respectivamente, pelos Srs. M. 1 — Antônio Feliciano M. 2 — Tancredo Neves. M. 3 — Ostoja Roguski. M. 4 — Deodoro Fonseca. M. 5 — Vasconcelos Costa. As Comissões de Justiça, de Legislação Social, de Serviço Público Civil e de Finanças — (1.525-A). *D.C.N.* de 24 de agosto de 1952, pág. 8.705, 3ª coluna).

Em 25-9, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres da Comissão de Finanças favorável ao projeto; da Comissão de Legislação Social com substitutivo ao projeto emendado em 1ª discussão (Emendas oferecidas em 30-4-52), é da Comissão de Constituição e Justiça favorável ao referido substitutivo. Pareceres sobre emendas de primeira discussão oferecidas em 28-8-52; da Comissão de Serviço Público Civil favorável às de ns. 2, 3, 4, e n.º 5 e contrário a de n.º 1; da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade das emendas; da Comissão de Legislação Social favorável às de números 2, 3, 4 e 5 e considerado prejudicada a de n.º 1, e da Comissão de Finanças favorável a 2ª parte das emendas n.º 2, oferecida em 30-4-52 e contrário às de ns. 1 e 2 (1ª parte) e n.º 3 (emendas oferecidas em 30-4-52), 1, 2, 3, 4 e 5 (emendas oferecidas em 28-9-52). 1.525-B, pág. 9.975, 1ª coluna.

Em 1-10, é anunciada à votação em primeira discussão. É aprovado o requerimento do Sr. Aziz Maron solicitando o adiamento da votação por uma sessão. (*D.C.N.* de 2-10-52, página 10.283).

Em 2-10, é anunciada a votação em 1ª discussão. Falam, para questão de ordem, os Srs. Muniz Falcão e João Agripino. É anunciada a votação do projeto. Fala para encaminhar a votação o Sr. Fernando Ferrari. O Sr. João Agripino apresenta requerimento solicitando destaque para o art. 3.º do substitutivo da Comissão de Legislação Social. Em votação o substitutivo da Comissão de Legislação Social salvo o destaque requerido para o art. 3.º do referido substitutivo, é aprovado. É anunciada a votação do art. 3.º do substitutivo da Comissão de Legislação Social, destacado a requerimento do Senhor João Agripino. Fala para encaminhar a votação o Sr. João Agripino. Em votação, é aprovado o destaque e, conseqüentemente, rejeitada a emenda. Em virtude da aprovação do substitutivo da Comissão de Legislação Social ficam prejudicadas as emendas apresentadas em 30-4-52. É anunciada a votação das emendas apresentadas em 28 de agosto. Em votação, são rejeitadas as emendas. São aprovadas para constituir projeto autônomo, as emendas sobre as quais a Comissão de Legislação Social formulou projeto à parte. O projeto passa a segunda discussão, ficando prejudicado o primitivo. Fala, para uma questão de ordem o Sr. Gustavo Capanema. *D.C.N.* de 3-10-52, pág. 10.334 a 10.337.

Em 7-10, é lida e vai a imprimir a redação para segunda discussão. — *D.C.N.* de 8-10-52, pág. 10.569 — 3ª col. (1.525-C).

Em 9-10, é anunciada e encerrada a segunda discussão. Adiada a votação. Vai, com uma emenda oferecida pelo Sr. João Agripino e outros, às Comissões de Legislação Social e de Finanças (*D.C.N.* de 10-10-52, página 10.739, 2ª e 3ª colunas).

Em 21-10, é anunciada a votação, em segunda discussão (urgência). O Sr. Hildebrando Bisaglia dá parecer verbal em nome da Comissão de Legislação Social, favorável a primeira parte da emenda oferecida pelo Sr. João Agripino. O Sr. Presidente retira o projeto da Ordem do Dia, até que seja publicada a emenda da Comissão de Finanças. *D.C.N.* de 22-10-52, página 11.468 — 2ª coluna.

Em 24-10, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres sobre emenda de segunda discussão favorável da Comissão de Legislação Social e da Comissão de Finanças favorável à primeira parte com subemenda à segunda parte da emenda de plenário. *D.C.N.* de 25 de outubro de 1952, pág. 11.757 (1.525-D).

Em 30-10, entra em votação, sendo aprovada a subemenda da Comissão de Finanças à emenda n.º 2, de plenário, à emenda n.º 1, também de plenário e o projeto, indo esta à Comissão de Redação. *D.C.N.* de 31-10-52, página 12.042 e 12.043.

Em 3-11, é aprovada a redação final. *D.C.N.* de 4-11-52, pág. 12.170 — 4ª coluna.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 2.058, de 5-11-52 (sob o n.º 1.525-B-51).

Lido em 7-11-52.

Tomou o n.º 288-52.

Distribuído em 14-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e Previdência Social e de Finanças.

Em 28-11-52 foi aprovado o requerimento n.º 508, do Sr. Senador Mello Vianna e outros, pedido de urgência para este projeto, nos termos do artigo 155, § 3.º.

Incluído na Ordem do Dia da sessão go 155, § 3.º.

Depois de lidos os pareceres já proferidos pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social e ainda não publicado, é dada a palavra ao Senador Alberto Pasqualini, que se manifesta oralmente em nome da Comissão de Finanças, pela aprovação.

Anunciada a discussão, que se encerra sem oradores. Aprovado o projeto. À sanção, com a Mensagem n.º 375, de 5-12-52.

*Lei n.º 1.765, de 18-12-52.* — Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências. — (*Diário Oficial* de 18-12-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 427, de 1952, enviada à Câmara dos Deputados).

Tramitação na Câmara dos Deputados: Tomou o n.º 2.603, de 1952.

Em 29-10-52, é lido e vai a imprimir. *D.C.N.* de 30-10-52, página 11.935, 3.ª coluna.

Em 30 de outubro é despachado à Comissão de Finanças. (*D.C.N.* de 31-10-52, página 12.050).

Em 30-10-52, o Sr. Presidente anuncia requerimento, de autoria do Senhor Osvaldo Fonseca, solicitando urgência para discussão e votação do projeto. Falam os Srs. Lopo Coelho, Muniz Falcão, Osvaldo Fonseca e Gustavo Capanema. Submetido a votos, é rejeitado. O Sr. Osvaldo Fonseca requer e insiste na verificação da votação por bancadas. Procedida a verificação da votação, por bancadas, votam a favor 32 Srs. Deputados e contra 134, total 166, com o Sr. Presidente, 167. Rejeita o requerimento de urgência. *D.C.N.* de 31-10-52, páginas 12.041 e 12.042.

Em 21-10-52, falam os Srs. Antônio Balbino, Getúlio Moura e Paulo Sarazate. *D.C.N.* de 1-11-52, páginas 12.097 e 12.099, 2.ª coluna. Na mesma data, é aprovado o requerimento do Sr. Lopo Coelho, pedindo a ida do projeto à Comissão de Serviço Público Civil. (Página 12.111 — 4.ª coluna).

Em 3-11-52, falam os Srs. Muniz Falcão, Mendonça Júnior e Augusto Meira. (*D.C.N.* de 4-11-52, páginas 12.16 e 12.167).

Em 4-11-52, falam os Srs. Epílogo de Campos, Antenor Bogéa, Filadelfo Garcia, Celso Peçanha e Manuel Novais. (*D.C.N.* de 5-11-52, páginas 12.243 a 12.247).

Em 5-11-52, falam os Srs. Gama Filho, Chagas Rodrigues, Pereira da Silva, Brígido Tinoco, Galeno Paranhos, Mendonça Júnior, Vasconcelos Costa e Dantas Júnior. (*D.C.N.* de 6-11-52, páginas 12.308, 12.309, 12.311 e 12.312).

Na mesma data, é aprovado requerimento do Sr. Gurgel do Amaral, pedindo a ida do projeto à Comissão de Constituição e Justiça (página 12.315, 1.ª coluna).

Em 7-11-52, falam os Srs. Filadelfo Garcia, Armando Falcão, Lameira Bittencourt, Benjamin Farah e Brígido Tinoco. (*D.C.N.* de 8-11-52, páginas 12.460 a 12.462).

Em 11-11-52, falam os Srs. Sá Cavalcânti, Muniz Falcão e José Fleury. (*D.C.N.* de 12-11-52, páginas 12.620, 12.622 e 12.623).

Em 12-11-52, falam os Srs. Pedroso Júnior, Antônio Feliciano, Adahil Barreto, Benedito Vaz e Lima Figueiredo. (*D.C.N.* de 13-11-52, páginas).

Em 13-11-52, fala o Sr. Freitas Cavalcânti. (*D.C.N.* de 14-11-52, página 12.763, 1.ª coluna), e o Sr. Gurgel do Amaral, para uma reclamação.

Em 14-11-52, fala o Sr. Celso Peçanha. (*D.C.N.* de 15-11-52, página 12.824, 1.ª coluna).

Em 18-11-52, fala o Sr. Paulo Sarazate. (*D.C.N.* de 19-11-52, páginas 13.154, 4.ª coluna e 13.155).

Em 19-11-52, fala o Sr. Antônio Maia. (*D.C.N.* de 20-11-52, página 13.246, 2.ª coluna).

Em 28-11-52, fala o Sr. Saulo Ramos. (*D.C.N.* de 29-11-52, página 13.955, 1.ª coluna).

Na mesma data, fala o Sr. Paulo Sarazate, para uma questão de ordem. A seguir, é aprovado requerimento de urgência, de autoria do Sr. Muniz Falcão. (*D.C.N.* de 29-11-52, página 13.960, 1.ª coluna).

Em 1-12-52, falam os Srs. Negreiros Falcão, Mário Altino e Freitas Cavalcânti. (*D.C.N.* de 2-12-52, páginas 14.025, 14.026, 14.027 e 14.028-29).

Em 3-12-52, é aprovado requerimento do Sr. Israel Pinheiro, solicitando o prazo de 5 dias para a Comissão de Finanças emitir parecer sobre o projeto. (*D.C.N.* de 4-12-52, página 14.130, 3.ª coluna).

Em 5-12-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer, com emendas, da Comissão de Constituição e Justiça; com substitutivo a emendas ao mesmo, da Comissão de Serviço Público Civil; e parecer, com emendas, da Comissão de Finanças. (2.603-A). *D.C.N.* de 6-12-52, página 3, 1.ª e 2.ª colunas. (Suplemento).

Em 7-12-52, é anunciada a 1.ª discussão. Falam os Srs. Benjamin Farah, Mendonça Júnior, Osvaldo Fonseca, Fernando Ferrari, Roberto Moreira, cujos discursos serão publicados depois, Arruda Câmara, para uma questão de ordem, Gama Filho, Orlando Dantas, Plínio Coelho, cujo discurso

será publicado depois, Ranieri Mazzilli, Lúcio Bittencourt, Nestor Jost, cujo discurso será publicado depois, Celso Peçanha, Guilhermino de Oliveira e Moura Andrade cujos discursos serão publicados depois. Não havendo mais oradores incritos, é encerrada a discussão e adiada a votação. Vai, com 67 emendas oferecidas pelos Srs. Lauro Lopes (n.º 1); Brochado da Rocha (ns. 2, 9, 12, 20 e 57); Joel Presídio (n.º 3); Freitas Cavalcânti (ns. 4 e 5); Maurício Joppert (n.º 6); Antônio Maia (n.º 7); Celso Peçanha (ns. 8 e 22); Fernando Ferrari (ns. 10, 11 e 13); Dulcino Monteiro (n.º 14); Campos Vergal (n.º 15); Rui Almeida (n.º 16); Dolor de Andrade (n.º 17); Tarso Dutra (ns. 18, 58 e 59); Lameira Bittencourt (n.º 19); Arruda Câmara (n.º 21); Jorge Lacerda (n.º 23); Abelardo Andréa (ns. 24, 45, 46 e 47); Vasconcelos Costa (ns. 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34); Vanderlei Júnior (n.º 35); Osvaldo Fonseca (ns. 36, 40, 41, 43, 44, 48, 49 e 50); Joaquim Viegas (n.º 37); Feliciano Pena (n.º 38); Antônio Maia Correia (número 39); Alberto Deodato (ns. 51 e 52); Godói Ilha (ns. 53, 54, 55, e 56); Nelson Omegna (n.º 60); Janduy Carneiro (n.º 61); Paulo Sarazate (n.º 62); Benjamin Farah (ns. 63 e 65); Nestor Jost (n.º 64); Plínio Coelho (n.º 66) e Mário Altino (n.º 67) às Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças. (*D.C.N.* de 8-12-52, páginas 14.322 a 14.341).

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 2.406, de 11-12-52, sob o n.º 2.603-D-1952.

Tomou o n.º 392, de 1952.

Lido na sessão de 11-12-52 e despachado à Comissão de Finanças.

Na mesma data é aprovado o requerimento n.º 569, de 1952, do Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o projeto nos termos do art. 155, § 4.º do Regimento.

Na sessão extraordinária noturna da mesma data, o Senador Ivo d'Aquino profere parecer oral, favorável, em nome da Comissão de Finanças.

Aberta a discussão, são lidas e apreciadas as emendas. Fala o Senador

Domingos Velasco, que apresenta o requerimento n.º 575-52, solicitando audiência da Comissão de Justiça sobre o art. 25 do projeto. Aprovado o requerimento, depois de fazer uso da palavra o Senador Mozart Lago. O Senador Dario Cardoso, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, avoca o projeto e dá parecer pela constitucionalidade do artigo 25. O Senador Ivo d'Aquino, em nome da Comissão de Finanças, dá parecer oral contrário às emendas. Depois de falarem os Senadores Kerginaldo Cavalcânti, Attilio Vivacqua, Victorino Freire e Mozart Lago, o projeto é aprovado, rejeitadas as emendas. Faz declaração de voto o Senador Victorino Freire.

Projeto remetido à sanção com a Mensagem n.º 389, de 12-12-1952.

Sancionado em 18-12-52, exceto quanto ao art. 19 e seu parágrafo e ao art. 25 e seus parágrafos (Lei número 1.765, de 18-12-1952).

*Lei n.º 1.766, de 18-12-52.* — Altera, sem aumento de despesa, o Anexo n.º 25 do Orçamento Geral da República para o exercício de 1952. — (*Diário Oficial* de 22-12-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 131-52, à C. D.).

Tomou o n.º 1.908-52.

Tramitação na C. D.:

Em 6-5, é lido e vai a imprimir. Publicado no *D.C.N.* (n.º 80) de 7 de maio à pág. 3.535.

Em 9-5, é despachado à Comissão de Finanças.

Em 5-8, é lido e vai a imprimir parecer favorável da Comissão de Finanças (1908-A) (*D.C.N.* de 6-8-52, pág. 7.680).

Em 21-8, é anunciada e encerrada a 1.ª discussão, sendo adiada a votação (*D.C.N.* de 22-8-52, pág. 8.382).

Na mesma data, sessão extraordinária noturna entra em votação, sendo aprovado em 1.ª discussão. (Página 8.389, 2.ª coluna).

Em 22-8, é anunciada e encerrada a 2.ª discussão. Submetido a votos é aprovado e enviado à Comissão de Redação. (*D.C.N.* de 23-8-52, página 8.442).

Em 2-9, é lida e vai a imprimir a Redação Final. (1.908-B-52). (D. C. C. N. de 3-9-52. N. de 3-952, pág. 8.905).

Projeto remetido ao Senado com o Ofício 1.735, de 15-9-52, sob o número 1.908-3-52.

Tomou o n.º 252-52.

Lido em 18-9-52.

*Comissões que se pronunciaram — Pareceres :*

*Comissões — Relatores — Ns. — Datas — Pronunciamentos — Leituras — Publicações*

Comissão de Justiça — Clodomir Cardoso — 1.355-52 — 30-10-52 — Pela constitucionalidade — 8-12-52 — 9 de dezembro de 1952.

Comissão de Finanças — Alvaro Adolfo — 1.356-52 — 5-12-52 — Favorável — 8-12-52 — 9-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-12-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 396, de 13-12-52.

*Lei n.º 1.767, de 18-12-52.* — Exclui da classificação constante do artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso. — (*Diário Oficial* de 23-12-52).

Projeto apresentado em 5-4-1951, pelo Deputado Dolor de Andrade.

Tomou o n.º 80, de 1951.

Em pauta de 10 a 13-4-51. Recebeu emenda do Deputado Galdino do Vale. Despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional. (D.C.N. de 17-4-51).

Em 6-9-51, entra em discussão, tendo parecer favorável da Comissão de Justiça e de Segurança Nacional e emenda oferecida pelos Deputados Lima Figueiredo e Antônio Balbino.

Encerrada a discussão em 11-9-51.

Aprovado o projeto e as emendas. (D.C.N. de 12-9-51, pág. 7.840).

Redação final aprovada em 15-9-51.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício 1.816, de 18-9-51 (sob o número 80-A, de 1951).

Lido em 19-1951.

Em pauta nos dias 24 e 25-9-51.

*Comissões que se pronunciaram — Pareceres :*

*Comissões — Relatores — Ns. — Datas — Pronunciamento — Leituras — Publicações*

Comissão de Justiça — Ivo d'Aquino — 514-52 — 5-3-52 — Pela audiência do Conselho de Segurança Nacional — 30-5-52 — 31-5-52.

Comissão de Justiça — Ivo d'Aquino — 515-52 — 28-5-52 — Favorável aos arts. 1 a 13 — 30-5-52 — 31-5-52.

Comissão de Forças Armadas — Mário Mota — 747-52 — 11-8-52 — Idem — 13-8-52 — 14-8-52.

Foi ouvido o Conselho de Segurança Nacional (resposta dada em Ofício n.º 182, de 25-3-52).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-8-52.

Aprovados os arts. 1 e 3. Rejeitados o art. 2.º, e a emenda, 20-8-52. À Comissão de Redação.

Em 2-9-52 é lida a redação final.

Em 8-9-52 é aprovada a redação final. À Câmara dos Deputados.

Emenda do Senado publicada em 18-9-52 e enviada à Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça publicado em 26-11-52.

Aprovada a emenda em 28-11-52.

Redação final aprovada em 4-12-52.

O projeto vai à sanção.

*Lei n.º 1.768, de 18-12-52* — Altera o artigo 141 e o item II, do artigo 134, do Código Civil Brasileiro. — (*Diário Oficial* de 23-12-52).

Apresentado pelo Deputado Augusto Meira.

Lido em 26-9-51.

Tomou o n.º 1.186-51.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 27-9-51.

Em 11-12-51 é lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável.

Em 28-3-52 é encerrada a discussão, depois de falar o Deputado Luiz Garcia. Em votação, é aprovada (1.ª discussão).

Em 1-4-52 é anunciada a 2.ª discussão que é encerrada depois de falarem os Deputados Barreto Pinto e



Tenório Cavalcânti. Em votação, é aprovado.

Em 16-4-52 é lida a redação final.

Em 17-4-52 é aprovada a redação final.

Remetido ao Senado em 23-4-52 (Ofício 657), sob o n.º 1.186-B-51.

Lido no Senado em 28-4-52.

Tomou o n.º 100-52.

Em 20-6-52 é lido o parecer número 568-52, da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade do projeto, oferecendo emenda e opinando contra emenda do relator.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-6-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Em 1-7-52, depois de falarem os Senadores Mello Vianna, Kerginaldo Cavalcanti, Mozart Lago, Clodomir Cardoso e Ismar de Góis é rejeitada a emenda n. 2 (do relator), sendo aprovadas a emenda substitutiva (n. 1) e o destaque requerido pelo Senador Mello Vianna, no sentido da supressão da parte do art. 1º que faz remissão ao art. 141 do Código Civil.

O projeto vai à Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 10-7-52.

À Câmara.

Emendas do Senado publicadas em 18-7-52 e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça publicado em 21-11-52.

Rejeitadas as emendas do Senado em 25-11-52.

*Lei n.º 1.769, de 18-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 26.750,00, destinado ao pagamento de salário-família aos servidores da Comissão do Vale do São Francisco. — (*Diário Oficial* de 23 de dezembro de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 228, de 4-7-1952, enviada à Câmara dos Deputados).

Tomou o n.º 2.202, de 1952.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Em 16-7, é lido e vai a imprimir. Publicado no *D.C.N.* de 17-7-52, página 6.714, 1.ª coluna.

Em 23-7, é despachado à Comissão de Finanças. (*D.C.N.* de 24-7-52, página 7.055).

Em 21-10, é lido e vai a imprimir, tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (2.202-A). (*D.C.N.* de 22-10-52, pág. 11.397, 2.ª coluna).

Em 31-10, é aprovado requerimento de preferência. Em consequência é anunciada e encerrada a 1.ª discussão. Submetido a votos, é aprovado em 1.ª discussão. (*D.C.N.* de 1-11-52, página 12.107, 2.ª coluna).

Em 4-11, é anunciada e encerrada a 2.ª discussão. Submetido a votos, é aprovado e enviado à Redação Final. (*D.C.N.* de 5-11-52, pág. 12.249, 4.ª coluna).

Em 4-11, é anunciada e encerrada a 2.ª discussão. Submetido a votos, é aprovado e enviado à Redação Final. (*D.C.N.* de 5-11-52, pág. 12.249, 4.ª coluna).

Em 11-11, é lida e vai a imprimir a Redação Final (2.202-B-52). (*D.C.N.* de 12-11-52, pág. 12.615).

Em 12-11, é aprovada a Redação Final. (*D.C.N.* de 13-11-52, página 12.692, 1.ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o ofício n.º 2.151, de 17-11-52, sob o n.º 2.202-B-1952.

Tomou o n.º 311-52 no Senado.

Lido na sessão de 18-11-52.

Remetido à Comissão de Finanças na mesma data.

Parecer n.º 1.326, de 1952, da Comissão de Finanças, de 3-11-52, favorável (relator, Senador Durval Cruz), lido em 4-12-1952, publicado em 5-12-52.

Aprovado em 3-12-1952 requerimento de urgência, do Senador Kerginaldo Cavalcânti e outros Srs. Senadores.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-12-52.

Aprovado. Remetido à sanção em 12-12-52, com a Mensagem n.º 393.

Sancionado em 18-12-52 (Lei número 1.769, de 18-12-52, publicada no *Diário Oficial* de 23-12-52).

*Lei n.º 1.770, de 18-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito suple-

mentar de Cr\$ 300.000.000,00, em reforço da verba do Anexo relativo àquele Ministério, do Orçamento Geral da União para 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951). — (*Diário Oficial* de 19-12-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 356, de 22-9-52, remetida à Câmara dos Deputados).

Tomou na Câmara o n.º 2.496, de 1952.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Em 3-10, é lido e vai a imprimir. *D.C.N.* de 4-10-52, pág. 10.367, 1.º e 2.º coluna.

Em 7-10, é despachado à Comissão de Finanças. (*D.C.N.* de 8-10-52, pág. 10.589).

Em 30-10, é lido e vai a imprimir, tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (2.496-A). (*D.C.N.* de 31-10-52, pág. 12.027, cols. 1.º e 2.º).

Em 5-11, é anunciada e encerrada a 1.º discussão. Submetido a votos, é aprovado em 1.º discussão. (*D.C.N.* de 6-11-52, pág. 12.350, 4.º coluna).

Em 14-11, sessão extraordinária noturna, é anunciada e encerrada a 2.º discussão. Adiada a votação. (*D.C.N.* de 15-11-52, pág. 12.850, 1.º coluna).

Na mesma data, é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Brochado da Rocha. Em consequência, entra em votação, sendo aprovado e enviado à Redação Final. (*D.C.N.* de 15-11-52, pág. 12.857, 2.º coluna).

Em 17-11, é aprovado requerimento de urgência de autoria do Sr. Gustavo Capanema. (*D.C.N.* de 18-11-52, pág. 12.971).

Em 24-11, sessão extraordinária noturna, é lida e vai a imprimir a Redação Final (2.496-B-52). (*D.C.N.* de 25-11-52, Suplemento 224, pág. 21, 4.º coluna).

Em 25-11, é aprovada a redação final. (*D.C.N.* de 26-11-52, pág. 13.737, 4.º coluna).

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 2.281, de 27-11-1952, sob o n.º 2.496-B-1952.

Tomou o n.º 351, de 3-12-52.

Distribuído à Comissão de Finanças na mesma data.

Em 9-12-52 foi aprovado o requerimento n.º 542, do Senador Carlos Lindenberg e outros Srs. Senadores, pedindo urgência para o projeto.

Parecer da Comissão de Finanças n.º 1 378, de 5-12-1952, lido na mesma data.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-12-1952.

Aprovado.

Remetido à sanção com a Mensagem n.º 388, de 12-12-1952.

*Lei n.º 1.771, de 18-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 como contribuição da União às comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Estado do Paraná. — (*Diário Oficial* de 23-12-52).

Projeto apresentado pela Com. de Finanças da C.D., por proposta do Sen. Arthur Santos.

Tomou o n.º 2.072-52.

Tramitação na C.D.

Em 17 de junho é lido e vai a imprimir. Publicado no «*Diário do Congresso Nacional*» de 17, pág. 5.385.

Em 20 de junho, é anunciada e encerrada a discussão — Adiada a votação.

Em 26 de junho, entra em votação, sendo aprovado em 1.º discussão. (*D.C.N.* de 24-6-52, pág. 5.668, 4.º col.)

Em 3 de julho, é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Arthur Santos. Em consequência, é anunciada e encerrada a discussão. Passa-se à votação, sendo aprovado e enviado à Redação Final. (*DCN* de 4-7-52, pág. 6.205, 2.º col.)

Em 10 de julho, é lida e vai a imprimir a redação final. (2.072-A) (*DCN* de 11-7-52, pág. 6.457, 3.º col.)

Em 11 de julho, é aprovada a redação final.

Projeto remetido ao Senado com o of. 1.270, de 17-7-52, sob o número 2.072-A-52.

Lido em 23-7-52.

Tomou o n.º 163-52.

Em pauta nos dias 29 e 30-7-52.

*Comissões que se pronunciaram:  
Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Gomes de Oliveira —  
1.242-52 — 21-8-52 — Pela const. —  
11-11-52 — 12-11-52.

C.F. — Durval Cruz — 1.243-52  
— 9-10-52 — Fav. — 11-11-52 —  
12-11-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão  
de 17-11-52 (sessão extr. not.)

Retirado da Ordem do Dia para au-  
diência da Com. Ed. e Cultura, a re-  
querimento do Sen. Aloysio de Car-  
valho.

Em 4-12-52 é lido parecer número  
1.316-52, da Com. Ed. e Cultura, de  
3-12-52, favorável (Rel., Sen. Othon  
Mäder).

Em 5-12-52 é aprovado requerimento  
do Sen. Othon Mäder, pedindo dis-  
pensa de interstício.

Incluído na Ordem do Dia da sessão  
de 8-12-52. Aprovado. À sanção, com  
a Mensagem n.º 384, de 10-12-52.

*Lei n.º 1.772, DE 18-12-52 — Prorro-  
ga o prazo estipulado nos parágrafos  
2.º e 3.º, letra h, do art. 1.º, da Lei  
n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951.  
— (Diário Oficial de 22-12-52).*

Projeto apresentado na C.D. pelo  
Dep. Licurgo Leite.

Tomou o n.º 2.623, de 1952.

Tramitação na C.D.

Em 5 de novembro, é lido e vai a  
imprimir. DCN de 6-11-52, página  
12.308, 1.º col.

ERRATA — No D.C. de 8-11-52,  
é republicado (Página 12.475, 1.º col.).

Em 7 de novembro, é despachado às  
Comissões de Constituição e Justiça e  
de Economia (DCN de 8-11-52, pá-  
gina 12.473).

Em 14 de novembro, é lido e vai a  
imprimir os pareceres: pela constituio-  
nalidade da Comissão de Constituição  
e Justiça; com emenda da Comissão de  
Economia e com substitutivo da Comis-  
são de Finanças (2.623-B) DCN de  
15-11-52, pág. 12.817, 2.º col.

Em 18 de novembro, é aprovado re-  
querimento de urgência de autoria do  
Sr. Gustavo Capanema (DCN de 19

de novembro de 1952, pág. 13.170,  
2.º col.

Em 18-11-52, sessão extraordinária  
noturna, é anunciada e encerrada a 1.ª  
discussão. Adiada a votação. Vai com  
2 emendas oferecidas pelos Srs. Ma-  
galhães Pinto (N. 1) e Filadelfo  
Garcia (N.º 2) à Comissão de Fi-  
nanças. (Suplemento n.º 218, do DCN  
de 19-11-52, pág. 10 e 11).

Em 21 de novembro, é lido e vai a  
imprimir pareceres: pela constituio-  
nalidade da Comissão de Justiça; com emen-  
da da Comissão de Economia e com  
substitutivo da Comissão de Finanças.  
Segundo parecer da Comissão de Finan-  
ças que opina pelo destaque para cons-  
tituïrem projeto em separado das emen-  
das de 1.ª discussão e com emenda ao  
art. 1.º do seu substitutivo (2.623-B)  
DCN de 22-11-52, pág. 3 (suplemen-  
to).

Em 24 de novembro, sessão extraor-  
dinária noturna, entra em votação, em  
virtude de urgência, sendo aprovados:  
o substitutivo da Comissão de Finanças,  
a emenda da mesma Comissão ao seu  
substitutivo e as emendas ns. 1 e 2 de  
plenário, para constituïrem projeto em  
separado. O projeto substitutivo vai à  
Comissão de Finanças, a fim de redigir  
para 2.ª discussão, ficando prejudicado  
o primitivo. (DCN de 25-11-52 — Su-  
plemento — pág. 26, 4.º col. e 27,  
1.º col.).

Em 25 de novembro, é lida e vai a  
imprimir a redação para 2.ª discussão  
(2.623-C-52) DCN de 26-11-52, pági-  
na 6, 1.º col. (Suplemento).

Em 26 de novembro, é anunciada e  
encerrada a 2.ª discussão. Em votação,  
aprovado e enviado à Comissão de Re-  
dação. (DCN de 27-11-52).

Na mesma data, sessão extraordinária  
noturna, é aprovado requerimento  
do Sr. Licurgo Leite, solicitando dis-  
pensa de impressão da Redação Final.  
Em consequência, entra em votação,  
sendo aprovada. (DCN de 27-11-52 —  
Suplemento) — 2.623-D-52).

Projeto remetido ao Senado com o  
of. 2.236, de 26-11-1952, sob o núme-  
ro 2.623-D-52.

Tomou o n.º 337, de 1952.

Lido na sessão de 27-11-52.

Despachado à Com. de Finanças na  
mesma data.

Parecer, favorável da Com. Finanças, sob o n.º 1.340 (de 3-12-52, proferido pelo Sen. Ferreira de Sousa) lido em 5-10-52. Publicado em 6-10 de 1952.

Em 5-12-52 é aprovado requerimento do Sen. Othon Mäder, pedindo dispensa de interstício a fim de figurar o projeto na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-12-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 385, de 10-12-52.

*Lei n.º 1.772-A, de 18-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 24.700,00 em reforço de dotações do Orçamento de 1952; e o especial de Cr\$ 317.448,60, para pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1949, 1950 e 1951. — (*Diário Oficial* de 23-12-52).

Projeto originário do Poder Judiciário (mensagem n.º 2, de 10-3-1952, do Superior Tribunal Militar, à Câmara dos Deputados.

Tomou o n.º 1.759, de 1952.

Lido na sessão de 19-3-52.

Publicado no DCN de 20-3-52, à pág. 2.229.

Enviado em 24-3-52 à Com. de Finanças.

Parecer favorável da C. Finanças, lido em 9-5-52. Relator: Dep. João Agripino.

Em 19-5-52 é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Deputado Gustavo Capanema. A seguir é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Aprovado.

Em 21-5-52, sessão extraordinária noturna, é aprovado o requerimento de preferência, de autoria do Dep. Gustavo Capanema. Na mesma data é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Aprovado.

Redação final lida em 23-5-52.

Publicada em 24-5-52.

Aprovada em 27-5-52.

Projeto remetido ao Senado em 29-5 de 1952, com o ofício n.º 940, sob o n.º 1.759-B-52.

Lido na sessão de 4-6-52.

Em pauta nos dias 18 e 19-6-52.

### Comissões que se pronunciaram

#### Pareceres

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Mozart Lago — 880-52 —  
18-7-52 — Pela const. — 11-9-52 —  
12-9-52.

C.F. — Mathias Olimpio — 881-52  
— 10-9-52 — Fav. com a emenda —  
11-9-52 — 12-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 19-8-52.

Aprovado com a emenda 19-9-52. À Com. Red.

Redação final aprovada em 2-10-52. À Câmara.

Emenda do Senado publicada em 20 de outubro de 1952 e encaminhada à Comissão de Finanças.

Em 14-12-52 são aprovadas as emendas.

Redação final publicada em 20-11 de 1952.

Aprovada a redação final em 21-11 de 1952.

*Lei n.º 1.773, de 19-12-52* — Modifica o art. 1.º e a letra b, do artigo 3.º, da Lei n.º 1.024, de 28 de dezembro de 1949. — (*Diário Oficial* de 23-12-52).

Projeto apresentado pelo Dep. Oscar Carneiro na C.D.

Tomou o n.º 2.121-52.

Tramitação na C.D.

Em 27 de junho, é lido e vai a imprimir. (DCN de 28-6-52, pág. 5.881).

Em 1 de julho, é despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. (DCN de 2-7-52, página 6.066).

Em 1 de setembro, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças. (2.121-A-) — DCN de 2-9 de 1952, pág. 8.852, 4ª col.

Em 9 de setembro, é anunciada e encerrada a 1ª discussão e adiada a votação.

Na mesma data, sessão extraordinária noturna, entra em votação, sendo aprovado. (DCN de 10-9-52, pág. 9.304, 4ª col.).

Em 11 de setembro, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Submetido a votos, é aprovado, indo à Redação

Final. (DCN de 12-9-52, pág. 9.457, 4ª col.):

Em 18 de setembro, é lida e vai a imprimir a redação final (2.121-B) — DCN de 19, pág. 9.692 1ª col.).

Em 19 de setembro, é aprovada a Redação Final (DCN de 20-9-52, página 9.758).

Em 31 de setembro, é reproduzido um trecho da Redação Final por ter sido publicada com incorreções. — DCN de 1-10-52, pág. 10.205.

Em 6 de outubro, pelo ofício 1.882, o projeto é enviado ao Senado Federal (DCN de 11, pág. 10.781).

Projeto remetido ao Senado com o of. 2.068, de 6-11-52, sob o número 2.121-B-52.

Tomou o n.º 287-52.

Lido em 7-11-52.

Em pauta nos dias 13 e 14-11-52.

#### *Comissões que se pronunciaram*

##### *Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C. J. — Aloysio de Carvalho —  
1.349-52 — 28-11-52 — Pela const.  
— 8-12-52 — 9-12-52.

C.Ed. — Luís Tinoco — 1.350-52  
— 3-12-52 — Fav. — 8-12-52 — 9-12  
de 1952.

C.F. — Plínio Pompeu — 1.351-52  
— 5-12-52 — Fav. — 8-12-52 — 9-12  
de 1952.

Em 8-12-52 é aprovado o requerimen-  
to n.º 544, do Sr. Senador Domingos  
Velasco pedindo dispensa de interstício.

Incluído na Ordem do Dia da sessão  
de 9-12-52.

Aprovado na sessão extr. not. de 10  
de dezembro de 1952. À sanção, com  
a Mensagem n.º 391, de 12-12-52.

*Lei n.º 1.774, de 19-12-52 — Auto-  
riza o Poder Executivo a abrir, pelo  
Ministério das Relações Exteriores, o  
crédito especial de Cr\$ 124.209,10, para  
pagamento das despesas efetuadas pelo  
Governo da Suécia com a proteção dos  
interesses brasileiros na Rumânia. —  
(Diário Oficial de 23-12-52).*

Projeto originário do Poder Executi-  
vo (Mensagem n. 342, de 13-12-52,  
enviada à C.D.).

Tomou o n.º 2.467-52.

Tramitação na C.D.

Em 25-9-52, é lido e vai a imprimir.  
— DCN de 26-9-52, pág. 9.980, 1ª co-  
luna.

Em 26 de setembro, é despacho à  
Comissão de Finanças (DCN de 27-9  
de 1952, pág. 10.076).

Em 9 de outubro, é lido e vai a im-  
primir, tendo parecer favorável da Co-  
missão de Finanças (2.467-A) —  
DCN de 10-10-52, pág. 10.715, 4ª  
coluna).

Em 14 de outubro, em virtude de  
aprovação de requerimento de prefe-  
rência de autoria do Sr. Gustavo Ca-  
panema, é anunciada e encerrada a 1ª  
discussão. Em votação, é aprovado o  
projeto. (DCN de 15-10-52, página  
10.967).

Em 15 de outubro, em virtude de  
requerimento de preferência é anuncia-  
da e encerrada a 2ª discussão. Em vo-  
tação, é aprovado e enviado à Comis-  
são de Redação. (DCN de 16-10-52,  
pág. 11.059, 2ª col.).

Em 24 de outubro, é lida e vai a im-  
primir a redação final. 2.467-B (DCN  
de 25-10-52, pág. 11.781, 3ª col.).

Em 27 de outubro, é aprovada a Re-  
dação Final. (DCN de 28-10-52, pá-  
gina 11, 851, 2ª col.).

Projeto remetido ao Senado com o  
of. 2.117, de 31-10-52, sob o número  
2.467-B-52.

Tomou o n.º 299-52.

Lido em 12-11-52.

Distribuído à Com. Finanças em 12  
de novembro de 1952.

Parecer da Com. Finanças favorá-  
vel, lido em 4-12-52 (relator, Senador  
Alfredo Neves. Publicado em 5-12 de  
1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão  
de 9-12-52.

Aprovado na sessão extraor. notur-  
na em 10-12-52. À sanção, com a  
Mensagem n.º 397, de 13-12-52.

*Lei n.º 1.775, de 19-12-52 — Au-  
toriza o Poder Executivo a abrir, pelo  
Ministério das Relações Exteriores, o  
crédito especial de Cr\$ .....  
1.942.911,50, para atender ao pagamen-  
to da contribuição do Brasil, em favor*

do Comité Provisório Intergovernamental, para os movimentos migratórios da Europa. — (*Diário Oficial* de 23-1 de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 334, de 8-9-52, enviado à C.D.).

Tomou o n.º 2.458-52.

Tramitação na C.D.

Em 19 de setembro, é lido e vai a imprimir. DCN de 20-9-52, página 20-9-52, pág. 9.752, 3ª col.

Em 22 de setembro, é despachado à Comissão de Finanças (DCN de 23-9 de 1952, pág. 9.849).

Em 9 de outubro, é lido e vai a imprimir, tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (2.458-A) (DCN de 10-10-52, pág. 10.715, 1ª col.).

Em 14 de outubro, em virtude de aprovação de requerimento de preferência é anunciada a 1ª discussão. Fala o Sr. Campos Vergal cujo discurso será publicado posteriormente. Não havendo mais oradores inscritos, é encerrada a discussão. Em votação, é aprovado o projeto.

Em 15 de outubro, é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Carvalho Sobrinho. Em consequência é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Em votação, é aprovado, indo à Redação Final. (DCN de 16 de outubro de 1952, pág. 11.059, 2ª coluna).

Em 24 de outubro, é lida e vai a imprimir a redação final (2.458-B) (DCN de 25-10-52, pág. 11.781, 3ª coluna).

ERRATA — No DCN de 24-10-52, é publicado o discurso do Sr. Campos Vergal, pronunciada em 14-10-52.

Projeto remetido ao Senado com o of. 2.104, de 31-10-52, sob o número 2.458-B-52.

Tomou o n.º 295-52.

Lido em 11-11-52.

Distribuído à Com. Finanças em 19 de novembro de 1952.

Parecer da Com. Finanças, favorável, sob o n.º 1.325, lido em 4-12-52 (relator, Sen. Alfredo Neves).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52.

Aprovado na sessão extraordinária noturna de 10-12-52. A sanção, com a Mensagem n.º 399, de 13-12-52.

Lei n.º 1.776, de 19-12-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ .... 1.507,80 mensais a Alda Mourão Mota Reis, Ana Maria Mourão Mota Reis e Rogério Mourão Mota Reis, viúva e filhos do Dr. Jorge Lessa Mota Reis. — (*Diário Oficial* de 23-12-52).

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n.º 127, de 25-4-52, à C.D.).

Tomou o n.º 1.888-52.

Tramitação na C.D.

Em 30 de abril, é lido e vai a imprimir. Publicado no DCN (n.º 77), de 1 de maio — pág. 3.365.

Em 5 de maio, é despachado à Comissão de Finanças (DCN n.º 79, de 6 de maio, pág. 3.485, 2ª col.).

Em 28 de julho, é lido e vai a imprimir, tendo parecer, com substitutivo, da Comissão de Finanças (1.888-A) (DCN de 29-7-52, pág. 7.233 — 3ª coletoria).

Em 8 de agosto, anunciada e encerrada a 1ª discussão. Em votação, é aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças.

Em 21 de agosto, é anunciada e encerrada a discussão. Adiada a votação.

Na mesma data, sessão noturna, entra em votação, sendo aprovado. Vai à Redação Final (Pág. 8.388, 1ª col.).

Em 28 de agosto, é lida e vai a imprimir a redação final (1.888-B) (DCN de 29-8-52, pág. 8.697, 4ª coluna).

Em 29 de agosto, é aprovada a redação final. (DCN de 30 de agosto, pág. 8.768, 3ª col.).

Projeto remetido ao Senado com o of. 1.684, de 9-9-52.

Tomou o n.º 234-52.

Lido na sessão de 11-9-52.

Em pauta nos dias 18 e 19.

*Comissões que se pronunciaram*

*Pareceres*

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — 1.329-52 — 9-10  
de 1952 — Pela const.

C.F. — Ferreira de Sousa —  
1.330-52 — 3-12-52 — Fav.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-12-52.

Aprovado. À sanção com a Mensagem n.º 403, de 15-12-52.

Lei n.º 1.777, de 19-12-52 — Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — (*Diário Oficial* de 23 de dezembro de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 281, de 31-7-1952, enviada à Câmara dos Deputados.

Tomou o n.º 2.278, de 1952.

Tramitação na Câmara dos Deputados.

Em 7-8-52, é lido e vai a imprimir. DCN de 8-8-52, pág. 7.775, 4.ª col.

Em 8-8-52, é despachado às Comissões de Educação e Cultura e de Finanças (DCN de 9-8-52, pág. 7.979).

Em 12-9-52, o Ministério da Fazenda presta as informações (DCN de 16, pág. 9.508 — 1.ª col.). — Não foram publicadas.

Em 26-9-52, é aprovado requerimento do Sr. Israel Pinheiro, solicitando o prazo de 10 dias para a Comissão de Finanças opinar sobre o projeto (DCN de 27-9-52, pág. 10.067, 2.ª col.).

Em 26-9-52, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres: favorável da Comissão de Educação e Cultura e, com emenda da Comissão de Finanças (2.278-A) — (DCN de 27-9-52, pág. 1.057, 1.ª col.).

Em 1-10-52, é anunciada e encerrada a 1.ª discussão. Em votação, é aprovado (DCN de 2-10-52, pág. 10.283, 4.ª coluna).

Em 9-10-52, é lida e vai a imprimir a redação para 2.ª discussão (2.278-B) (DCN de 10-10-52, pág. 10.714, 1.ª coluna).

Em 13-10-52, é anunciada e encerrada a 2.ª discussão. Adiada a votação (DCN de 14-10-52, pag. 10.883, 4.ª coluna).

Na mesma data entra em votação, sendo aprovado e enviado à Comissão de Redação (DCN de 14-10-52, página 10.885, 1.ª col.).

Em 22-10-52, é lida e vai imprimir a Redação Final (2.278-C-1952) — (DCN de 23-10-52, pág. 11.574, 4.ª coluna).

Em 23-10-52, é aprovada a redação final (DCN de 24-10-52, pág. 11.677, 3.ª col.).

Projeto remetido ao Senado com o ofício n.º 2.037, de 27-10-1952, sob o n.º 2.278, de 1952.

Tomou o n.º 23, de 1952.

Lido na sessão de 3-11-1952. Em pauta nos dias 10 e 11-11-1952.

Remetido às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e de Finanças com emenda.

Em 5-12-52 é aprovado requerimento de urgência, formado pelos Senhores Euclides Vieira e outros Senhores Senadores.

Incluído o projeto na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52.

Anunciada a discussão são lidos os pareceres ns. 1.387, 1.388 e 1.389, respectivamente das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças. O senador Joaquim Pires retira emenda de sua autoria.

Propõe o Senador Plínio Pompeu que a emenda apresentada pela Comissão de Finanças seja considerada emenda de redação, com o que concorda o Plenário. Falam os Srs. Euclides Vieira, Kerginaldo Cavalcanti e Mello Vianna. O Sen. Atílio Vivacqua faz declaração de voto. Aprovado o projeto com a emenda da Com. Finanças. Vai à Comissão de Redação.

Parecer n. 1.403, da Comissão de Redação, oferecendo redação final, lido em 11-12-52. Aprovado na mesma data. À sanção, com a mensagem número 402, de 15-12-52.

Lei n.º 1.778, de 19-12-52. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 60.130.000,00, para despesas com o aparelhamento da Casa da Moeda. — (*Diário Oficial* de 22-12 de 1952).

Projeto originário do Poder Executivo.

Tomou o n. 2.393-52.

Tramitação na C. D.:

Em 5-9, é lido e vai a imprimir. *D. C. N.* de 6-9-52, pág. 9.098, 1ª coluna.

Em 8-9, é despachado à Comissão de Finanças (*D. C. N.* de 9-9-52, página 9.915).

Em 20-10, é lido e vai a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças (2.393-A) *D. C. N.* de 21-10 de 1952, página 11.290, 3ª coluna).

Em 31-10, é aprovado requerimento do Sr. Gustavo Capanema, solicitando preferência para discussão e votação do projeto. A seguir é anunciada e encerrada a primeira discussão. Em votação, é aprovado. (*D. C. N.* de 1-11 de 1952, pág. 12.106, 3ª e 4ª colunas).

Em 4-11, é aprovado requerimento do Sr. Flores da Cunha, de preferência para discussão e votação do projeto; em consequência, é anunciada e encerrada a segunda discussão. Em votação, é aprovado e enviado à Comissão de Redação. (*D. C. N.* de 5-11-52, páginas 12.249 e 12.250, 4ª coluna).

Em 11-11, é lida e vai a imprimir a Redação Final (2.393-B de 1952) (*D. C. N.* de 12-11-52, pág. 12.616).

Em 12-11, é aprovada a Redação Final (2.393-B de 1952) (*D. C. N.* de 13-11-52, pág. 12.692, 1ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o ofício 2.163, de 17-11-52, sob o número 2.393-B de 1952.

Tomou o n. 318 de 1952.

Lido em 19-11-52.

Remetido à Comissão de Finanças em 19-11-52.

Parecer da Comissão de Finanças, favorável, sob n. 1.321, lido em 4-12 de 1952 (relator, Senador Durval Cruz)

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52.

Aprovado na sessão extraordinária noturna de 10-12-52. À sanção com a Mensagem n. 398, de 13-12-52.

*Lei nº 1.778-A, de 19-12-52.* — Concede o auxílio de Cr\$ 300.000,00 à Federação Nacional dos Odontologistas, para ocorrer às despesas com o 1º Congresso Odontológico realizado, em julho de 1952, na cidade de Salvador, Estado da Bahia. — (*Diário Oficial* de 23-12 de 1952).

Projeto apresentado pelo Deputado Ruy Santos.

Tomou o n. 1.697, de 1952.

Tramitação na C.D.:

Em 21-2, sessão noturna, é lido e vai a imprimir. Publicado no *D.C.N.* (n. ) de...

Em 22-2, à Comissão de Finanças.

Em 5-8, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças (1.697-A Pub. no *D. C. N.* de 6-8 de 1952, pág. 7.679, 2ª coluna).

Em 21-8, é anunciada e encerrada a primeira discussão, sendo adiada a votação (*D. C. N.* de 2-8-52, página 8.382).

Na mesma data, sessão extraordinária, noturna entra em votação, sendo aprovada em primeira discussão (pág. 8.389, 1ª coluna).

Em 22-8, é anunciada e encerrada a segunda discussão. Submetido a votos é aprovado e enviado à Comissão de Redação (*D. C. N.* de 23-8-52, pág. 8.442).

Em 2-9, é lida e vai a imprimir a Redação Final (1.697-B) — (*D. C. N.* de 3-9-52, pág. 8.904).

Em 3-9, é aprovada a redação final (1.697-B) (*D.C.N.* de 4-9-52, página 8.970, 3ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o ofício 1.802, de 22-9-1952 (sob o número 1.697-B de 1952).

Tomou o n. 261 de 1952.

Lido em 26-9-52.

Em pauta nos dias 3 e 6 de setembro de 1952.

Comissões que se pronunciaram:

*Pareceres*

*Com. — Relatores. — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Anísio Jobim — 1.291-52 — 6-11-52 — Pela Cont. — 26-11-52 — 27-11-52.

C. F. — Plínio Pompeu — 1.292-52 — 26-11-52 — Fav. — 26-11-52 — 27-11-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão extraordinária noturna de 28-11-52. — Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 368, de 3-12-52.



Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 19-12-52.

Lei nº 1.778-E, de 20-12-52 — Aumenta para Cr\$ 1.000.000,00 o valor da subvenção concedida pela Lei n. 720, de 28 de maio de 1959, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. — (*Diário Oficial* de 24-12-52).

Projeto apresentado pela Com. de Ed. e Cultura da C. D.

Tomou o n. 2.526, de 1952.

Tramitação na C.D.:

Em 9-10, é lido e vai a imprimir — *D. C. N.* de 10-10-52, pág. 10.717, 1ª coluna.

Em 10-10, é despachado à Comissão de Finanças. (*D. C. N.* de 11-10-52, pág. 10.802).

Em 6-11, é lido e vai a imprimir parecer favorável da Comissão de Finanças (2.526-A) (*D. C. N.* de 7-11 de 1952, pág. 12.423, 2ª coluna).

Em 14-11, é anunciada e encerrada a discussão — Adiada a votação — (sessão extraordinária noturna) — (*D. C. N.* de 15-11-1952, pág. 12.850, 2ª coluna).

Na mesma data, entra em votação, sendo aprovado em primeira discussão. (*D. C. N.* de 15-11-1952, pág. 12.859, 1ª coluna).

Em 18-11, sessão extraordinária noturna é anunciada e encerrada a discussão. Adiada a votação. (*D. C. N.* de 19-11-1952, pág. 10 — Suplemento).

Em 18-11-, entra em votação sendo aprovado e enviado à redação final — (*D. C. N.* de 19-11-1952, pág. 20 — Suplemento).

Em 20-11-, é aprovado requerimento de dispensa de impressão da Redação Final de autoria do Sr. Carvalho Sobrinho. A seguir, é aprovada a Redação Final (2.526-B de 1952) (*D. C. N.* de 21-11-52, pág. 13.335, 1ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o ofício 2.193, de 21-11-52, sob o número 2.526-B de 1952.

Lido na sessão de 21-11-52.

Tomou o n. 326, de 1952.

Enviado à Comissão de Finanças em 21-11-52.

Em 28-11-52 foi aprovado o requerimento n. 514 de 1952, do Sr. Aloysio de Carvalho e outros Srs. Senadores, pedindo urgência para este projeto, nos termos do art. 155 § 2º do Regimento Interno.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 2-12-52.

Após pareceres orais das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças, proferidos pelos Senadores Ivo d'Aquino, Flávio Guimarães e Domingos Velasco, respectivamente, é aberta a discussão, que se encerra sem oradores. Aprovado o projeto. A sanção, com a Mensagem n. 374, de 5-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 20-12-52.

Lei nº 1.778-C, de 20-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos suplementar de Cr\$ .....

Lei nº 1.778-C, de 20-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos suplementar de Cr\$ .... 117.320,00 em reforço da dotação do Anexo 26 do Orçamento de 1952; e o especial de Cr\$ 429.427,30 para pagamento de despesas correspondentes ao exercício de 1951. — (*Diário Oficial* de 24-12-52).

Retificado no *Diário Oficial* de 26-12 de 1952.

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados em atenção a ofício de 19-5-52, do Tr. Regional do Trabalho da 1ª Região.

Tomou o n. 2.280, de 1952.

Lido em 7-8-52. Publicado no *D. C. N.* de 8-8-52.

Em 21-8-52 é anunciada e encerrada a primeira discussão. Adiada a votação. Na mesma data, na sessão extraordinária noturna, entra em votação, sendo aprovado em primeira discussão.

Segunda discussão em 22-8-52. — Aprovado.

Redação final lida em 4-9-52.

Aprovada em 5-9-52.

Projeto remetido ao Senado em 11-9 de 1952, com o ofício 1.723, sob o número 2.280-A de 1952.

Tomou o n. 248, de 1952.

Lido em 15-9-52.

Em pauta nos dias 22 e 23 de setembro de 1952.

Comissões que se pronunciaram:

*Pareceres*

*Com. — Relatores. — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Rui Carneiro — 1.288-52 — 9-10-52 — Pela Cont. — 26-11-52 — 27-11 de 1952.

C. F. Mathias Olímpio — 1.289 de 1952 — 20-11-52 — Fav. — 26-11 de 1952 — 27-11-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 1-12-52.

Aprovado. A sanção, com a Mensagem n. 377, de 5-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 20-12-52.

*Lei nº 1.779, de 22-12-52. — Cria o Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências. — (Diário Oficial de 23-12-52).*

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 234, de 24-7-1951, enviada à Câmara dos Deputados).

Tomou o n. 1.024-51.

Transição na Câmara dos Deputados:

Em 20 de agosto, é lido e vai a imprimir.

Em pauta, nos dias 22, 23, 24 e 27 de agosto de 1951.

Em 28-8-51, com emendas de pauta, de ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, oferecidas pelo Sr. Breno da Silveira vai à Comissão de Constituição e Justiça de Economia, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Em 5-12, é aprovado requerimento de urgência, de autoria do Sr. Gustavo Capanema.

Em 5-12-51, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade do projeto; da Comissão de Economia com substitutivo ao projeto emendado em pauta, com votos do Sr. Napoleão Fontenelle e Iris Meimberg; da

Comissão de Serviço Público Civil com emendas ao referido substitutivo e com substitutivo da Comissão de Finanças. (1.024-A) D.C.N. de 6-12-51, página 12.440, 4ª coluna.

Em 6-12, é anunciada e adiada a discussão, por não terem ainda sido distribuídos os avulsos.

Em 7-12, é anunciada a discussão, em virtude de urgência. Fala o Sr. Nelson Omegna — A seguir, é encerrada a discussão. Em votação, é aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças que passa à segunda discussão, ficando prejudicado o primitivo da Comissão de Economia e as emendas de pauta. Em 10-12, é anunciada e encerrada a segunda discussão. Fala o Sr. Ferreira Martins — Vai, com 14 emendas, oferecidas em segunda discussão, respectivamente, pelos Srs. Ferreira Martins, ns. 1 e 8, Antônio Feliciano, n. 2, Armando Correia, n. 3, Iris Meimberg, ns. 4, 5 e 6, Nelson Omegna, n. 7, Ortiz Monteiro, ns. 9, 10 e 11, Jales Machado, n. 12, Paulo Lauro, n. 13 e Moura Andrade n. 14.

Em 12-12, entra em votação, (segunda discussão), tendo pareceres da Comissão de Finanças sobre emendas de discussão, favorável as de ns. 2, 3, 10 e 11 e 12, letra a, com subemenda a de n. 14 e contrário as de ns. 1, 4, 5, 7, 8, 9 e 12, letras b, c, d, e, f, g e n. 13: dependente do parecer da Comissão de Constituição e Justiça (em urgência). Em votação, são aprovadas as emendas com parecer favorável e rejeitadas as de parecer contrário. Passa-se à votação das emendas destacadas a requerimento dos Srs. Jales Machado e Iris Meimberg, sendo rejeitadas as de ns. 6, 8 e 9 e aprovada a de n. 12. Em 14-12, entra em votação o projeto — Aprovado vai à Redação Final.

Em 15-12, é lida e aprovada a redação final. O projeto vai ao Senado, com ofício n. ...

(Publicada a Redação Final no Suplemento do D.C.N. de 14-12-52, página 5, 3ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 2.623, de 21-12-1951, sob o n. 1.024-C de 1951.

Lido no Senado em 18-1-52.

Tomou o n. 25, de 1952.

Em pauta nos dias 25 e 28-1-1952.

Comissões que se pronunciaram:

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leitura — Publ.*

C. J. Attilio Vivacqua — 749-52 — 23-6-52 — Fav. com emenda. — 13-8-52 — 14-8-52.

C. Ag. — Landulfo Alves — 750-52 — 25-7-52 — Idem. — 13-8-52 — 14-8 de 1952.

C. F. — Álvaro Adolfo — 751-52 — 8-8-52 — Idem — 13-8-52 — 14-8 de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-9-52. Discussão adiada para o dia 21 em virtude do requerimento 262 de 1952, do Senador Ivo d'Aquino.

Em 21-8-52 é encerrada a discussão, voltando o projeto às Comissões de Justiça, Agricultura e Finanças, a fim de se pronunciar sobre 5 emendas.

Em 25-8-52 é lido o requerimento número 265, de 1952, do Senador Ivo d'Aquino, solicitando urgência.

Em 27-8-52 é aprovado o requerimento de urgência, tendo feito declaração de voto o Senador Alfredo Neves. Concedido o prazo de uma hora para os relatores consultarem as Comissões sobre as emendas. Ao fim desse prazo, oferecem parecer oral ao Senador Attilio Vivacqua, Landulfo Alves e Ivo d'Aquino, respectivamente pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e de Finanças. Iniciada a votação, que prossegue nas sessões de 28 (diurna e noturna), 29 (diurna e noturna) de agosto, 1, 2, 3 de setembro.

Aprovado o projeto com as emendas ns. 2 — 3 — 4 — 14 — 17 — 19 — 20 — 21 — 22 — 24 — 25 — 29 — 37 — 45 — 50 — 56 — 58 — 59 — 63 — 66 — 72 — 73 — 76 — 79 — 80 — 81 — 82 — 84 — 86 e rejeitadas as demais.

Redação final das emendas do Senado (Parecer n. 888 de 1952 da Comissão de Redação) lida em 15-9-52. Aprovada em 15-9-52.

Projeto devolvido à Câmara com as emendas do Senado em 16-9-52 (Ofício n. 1.082).

Designado o Senador Álvaro Adolpho para acompanhar na Câmara o estudo das emendas do Senado.

Emendas do Senado publicadas em 23-9-52 e encaminhadas às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e da Comissão Especial publicados em 10-12-52.

Em 12-12-52 é encerrada a discussão única das emendas. Em votação, são aprovadas as de ns.: 2 — 3 — 6 — 8 — 9 — 12 — 13 — 19 — 21 — 22 — 24 — 27 — 29 e 30 e rejeitadas as de ns.: 1 — 4 — 5 — 7 — 10 — 11 — 14 — 15 — 16 — 17 — 18 — 20 — 23 — 25 — 26 — 28 e 31.

Redação final publicada em 13-12-52.

Aprovada em 14-12-52.

Projeto enviado à sanção em 15-12 de 1952.

*Lei nº 1.780, de 23-12-52* — Reajusta os proventos dos inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos. — (*Diário Oficial* de 24-12-52).

Projeto apresentado na Câmara dos Deputados pelos Deputados Marrey Júnior e outros.

Tomou o n. 691, de 1951.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Em 20 de junho, é lido e vai a imprimir.

Em 22-6-51, é anunciada e encerrada a discussão especial.

Em pauta, nos dias 22, 25, 26 e 27 de junho de 1951.

Em 2-7-51, é despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

Em 8-11-51, pelo ofício 2.134, é solicitada audiência ao Ministério da Fazenda, a respeito do projeto.

Legislatura de 1952:

Em 8-8-52, são lidos e vão a imprimir pareceres, pela constitucionalidade, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e, com substitutivo da Comissão de Finanças. (691-A) *D.C.N.* de 9-8-52, página 7.911 — 2ª coluna).

Em 19-8-52, é rejeitado o requerimento do Sr. Dilermando Cruz, solicitando preferência para o projeto. *D.C.N.* de 20-8-52, 8.247, 4ª coluna.

Em 21-8-52, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Vai, com uma emenda oferecida pelo Sr. Mauricio Joppert, à Comissão de Finanças. *D.C.N.* de 22-8-52, página 8.385 — 2ª coluna).

Em 4-9-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Finanças pelo destaque da emenda de segunda discussão, com emenda ao artigo 1º do projeto (691-B) *D.C.N.* de 5-9-52, página 9.011 — 3ª coluna.

Em 9-9-52, é republicado (Errata — Pg. — 9.305, 4ª coluna *D.C.N.*, tendo pareceres, pela constitucionalidade da Comissão de Constituição e Justiça, favorável da Comissão de Transporte, Comunicações e Obras Públicas e com substitutivo da Comissão de Finanças. — Parecer da Comissão de Finanças pelo destaque da emenda de segunda discussão e com emenda da redação ao art. 1º do projeto (611-B).

Em 19-9-52, é anunciada a votação em segunda discussão. Fala o Sr. Dolor de Andrade. Submetido a votos o substitutivo da Comissão de Finanças é aprovado. O Sr. Presidente anuncia a votação, a fim de ser destacada para constituir projeto em separado, de acordo com o parecer de Finanças. Aprovado. O projeto substitutivo vai à redação final, ficando prejudicado o primitivo. *D.C.N.* de 20-9-52, página n. 9.760 — 1ª, 2ª e 3ª colunas).

Em 22 de setembro é lida e vai a imprimir a Redação Final. (691-C de 1951) *D.C.N.* de 23-9-52, página n. 9.838.

Em 23-9-52, é aprovada a Redação Final. *D.C.N.* de 24-9-52, página 9.902 — 3ª coluna.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n. 1.820, de 26-9-52, sob o número 691-C de 1951.

Tomou o n. 266, de 1952.

Lido em 30-9-52.

Em pauta nos dias 8 e 9-10-52.

Recebeu 1 emenda do Senador Waldemar Pedrosa (n. 1).

Comissões que se pronunciaram:

*Pareceres*

*Com.* — *Relatores* — *Ns.* — *Datas* — *Pron.* — *Leit.* — *Publ.*

C. — Joaquim Pires — 1.322 de 1952 — 23-10-52 — Pela const. do proj. e da em. — 4-12-52 — 5-12-52.

C. F. — Álvaro Adolpho — 1.323 de 1952 — 312-52 — Fav. ao proj. e pelo destaque da em. para publ. em separata.

Em 4-12-52 é requerida e concedida dispensa de interstício para figurar na Ordem do Dia da sessão seguinte (requerimento n. 530 de 1952).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 5-12-52.

Aprovado requerimento do Senador Waldemar Pedrosa, retirando emenda de sua autoria. Aprovado o projeto. À sanção, com a Mensagem n. 380, de 10-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 23-12-52.

*Lei nº 1.781, de 23-12-52.* — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 101.780,60, para pagamento aos herdeiros do ex-funcionário desta Casa do Congresso, Dr. Leônidas Resende, e dá outras providências. — (*Diário Oficial* de 26-12-52).

Projeto apresentado na Câmara dos Deputados pelo Deputado Hermes Lima.

Tomou o n. 861 de 1950.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Em 12-10-50, é lido e vai a imprimir.

Em 16-10-50, é anunciada e encerrada a discussão especial.

Em pauta nos dias 16, 17, 18 e 19-10 de 1950.

Em 19-10-50, é despachado à Mesa e à Comissão de Finanças.

Em 22-4, é deferido requerimento dos Srs. Nestor Duarte e Ernani Sátiro, solicitando o desarquivamento dsête projeto (*D.C.N.* n. 71, de 23-4, página 3.089, 1ª coluna).

Em 23-10, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Mesa favorável ao projeto, e parecer, com substitutivo da Comissão de Finanças (861-A) (*D.C.N.* de 24-10, pág. 11.654, 3ª coluna).

Em 4-11, é aprovado requerimento do Sr. Joel Presídio, de preferência para discussão e votação do projeto; em con-

seqüência é anunciada e encerrada a segunda discussão. Em votação é aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças. O projeto substitutivo vai a Redação Final, ficando prejudicado o primitivo. (D.C.N. de 5-11-52, páginas 12.251 e 12.252).

Em 19-11, é lida e vai a imprimir a Redação Final (861-B de 1950) — (D. C. N. de 20-11-52, pág. 13.244, 2ª coluna).

Em 20-11, é lida, e sem observações, aprovado a Redação Final (861-B de 1950). (D.C.N. de 21-11-52, página 13.335, 1ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o ofício 2.222, de 24-11-52.

Tomou o n. 340, de 1952.

Lido em 28-11-52.

Distribuído em 28-11-52 à Comissão de Finanças.

Parecer da Comissão de Finanças, favorável, sob n. 1.317, lido em 4-12 de 1952 (relator, Senador Domingos Velasco).

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52.

Aprovado na sessão extraordinária noturna de 10-12-52. À sanção, com a Mensagem n. 386, de 12-12-52.

*Lei n.º 1.782, de 24-12-52.* — Dispõe sobre promoção ao posto de segundos Tenentes dos Subtenentes, suboficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira, e possuíam até o término da guerra o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou o Curso de Especialista da Aeronáutica. — (*Diário Oficial* de 26-12-52).

Projeto apresentado na Câmara dos Deputados pelo Deputado Ruy Almeida.

Tomou o n. 474 de 1950

Tramitação na C. D.:

Em 22-6-50, é lido e vai a imprimir.

Em Pauta, nos dias 26, 27, 28 e 30-6 de 1950.

Em 1-7-50, às Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Em 24-1-51, são lidos e vão a imprimir pareceres da Comissão de Segurança, favorável ao projeto e às 2 emendas da Comissão de Finanças e parecer desta Comissão com emendas (474-A).

Em 27-1-51, é anunciada e encerrada a discussão, ficando adiada a votação.

## 2ª LEGISLATURA

Em 6-4-51, é anunciada a discussão do projeto, sendo aprovado requerimento dos Srs. Gustavo Capanema, Ponciano dos Santos, Soares Filho, Arnaldo Cerdeira e Brochado da Rocha, solicitando a volta do mesmo à Comissão de Finanças (474-A de 1950).

Em 12-4-51, é indeferido requerimento do Sr. Brochado da Rocha, solicitando o desarquivamento do projeto.

Em 14-7-52, é aprovado requerimento, de autoria do Sr. Ernani Sátiro, solicitando a nomeação de uma Comissão Especial para opinar sobre o projeto (Requerimento 836 de 1952).

São designados membros da Comissão Especial os Srs. Macedo Soares, Alberto Bottino, André Fernandes, Antônio Correia e Benjamin Farah.

Em 7-8-52, é lido e vai a imprimir parecer, com emendas, da Comissão de Finanças e pareceres da Comissão de Segurança Nacional e da Comissão Especial (Art. 107, § 1º do Regimento) favoráveis ao parecer da Comissão de Finanças (474-B) — D.C.N. — 8-8 de 1952, pág. 7.768, 4ª coluna.

Em 21-8-52, é anunciada e encerrada a discussão, sendo adiada a votação. — D.C.N. de 22-8-52, pág. 8.385, 2ª coluna.

Na mesma data, sessão noturna, entra em votação; são aprovados o projeto e as emendas da Comissão de Finanças. O projeto vai à Redação Final (D. C. N. de 22-8-52, pág. 8.391, 4ª coluna).

Em 27-8-52, é lida e vai a imprimir a redação final. (D.C.N. de 28-8-52, pág. 8.620, 2ª coluna) (474-C).

Em 28-8-52, é aprovada a redação final (D.C.N. de 29-8-52, pág. 8.705, 3ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o ofício 1.647, de 2-9-1952, sob o número 474-A de 1950.

Tomou o n. 226 de 1952.

Lido em 4-9-52.

Em pauta nos dias 11 e 15-9-52.

Comissões que se pronunciaram:

### *Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Rui Carneiro — 1.352 — 2-10-52 — Pela Const. — 8-12-52 — 9-12-52.

C. F. — Onofre Gomes — 1.352 — 13-10-52 — Fav. — 8-12-52 — 9-12-52.

C. F. — Pinto Aleixo — 1.354 — 5-12-52 — Fav. — 8-12-52 — 9-12-52.

Em 8-12-52, é aprovado o requerimento n. 546, de 1952, do Senador Domingos Velasco, pedindo dispensa de interstício.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52. Transferida para a sessão de 10-12-52.

Depois de falarem os Senadores Othon Mäder, Domingos Velasco, Gomes de Oliveira e Onofre Gomes, a matéria fica transferida para a sessão extraordinária noturna da mesma data, em virtude da terminação do prazo da sessão ordinária.

Na sessão noturna, depois de usarem da palavra os Senadores Ivo d'Aquino, Olavo Oliveira e Kerginaldo Cavalcanti, é encerrada a discussão, sendo aprovado o requerimento que vai à sanção, com a Mensagem n. 390 de 12-12-52.

Vetado parcialmente pelo Sr. Presidente da República (§ 1º do art. 1º).

Mantido o veto na sessão conjunta de 6-2-53.

Lei n.º 1.783, de 24-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ ..... 146.974,90, para pagamento de gratificação a funcionários daquele Ministério, nos exercícios de 1950, 1951 e 1952. — (*Diário Oficial* de 26-12-52).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 429, de 29-10-52).

Tomou o n.º 2.635-52.

Tramitação na C.D.:

Em 10-11-52, é lido e vai à imprimir. *D.C.N.* de 11-11-52, pág. 12.549, 3ª coluna.

Em 11-11-52, é despachado à Comissão de Finanças. *D.C.N.* de 12 de novembro de 1952, página 12.635, 1ª coluna.

Em 20-11-52, é lido e vai a imprimir parecer favorável da Comissão de Finanças. *D.C.N.* de 21-11-52, página 13.322 — 4ª coluna. (2.635-A).

Em 25-11-52, sessão noturna, é anunciada e encerrada a primeira discussão Adiada a votação. (*D.C.N.* de 26, página 10, 1ª coluna, Suplemento.

Na mesma data, entra em votação, sendo aprovado em primeira discussão (página 16, 4ª coluna). A seguir, é aprovado requerimento solicitando dispensa de interstício, de autoria do Senhor Armando Fontes (página 19, primeira coluna).

Em 26-11-52, é anunciada e encerrada a segunda discussão. Em votação é aprovado e enviado à Comissão de Redação. *D.C.N.* de 27-11-52, página 13.840, 1ª coluna.

Em 28 de novembro é lida e vai a imprimir a Redação Final. 2.635-B-5, de 29-11-52, página 13.952.

Em 1-12-52, é lida e, sem observações, aprovada a Redação Final. — (2.635-B-52). *D.C.N.* de 2-12-52, página 14.032 — 2ª coluna.

Projeto remetido ao Senado em 3 de dezembro de 1952, com o Ofício número 2.360, sob o n.º 2.635-B-3.

Tomou o n.º 366, de 1952.

Lido em 8-12-52.

Remetido na mesma data à Comissão de Finanças.

Distribuído ao Senador Matias Olimpio.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, a requerimento do Senador Magalhães Barata, aprovado na sessão extraordinária de 13-12-52.

Depois de proferido parecer oral, pelo Senador Durval Cruz, favorável, em nome da Comissão de Finanças, o projeto foi aprovado. A sanção, com a Mensagem n.º 416, de 18-12-52.

Lei n.º 1.783-A, de 26-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir concorrência pública para os estudos e projetos de concessão da construção e exploração de um túnel submarino entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói. (*Diário Oficial* de 5-1-53).

Apresentado na Câmara dos Deputados.

Em 12-4-48, é lido e vai a imprimir. Tomou o n.º 90-48.

Em 17-6-49, é lido e vai a imprimir tendo parecer da Comissão de Obras Públicas, contrário ao substitutivo da Comissão de Transportes com emenda de redação ao projeto, e parecer da Comissão de Finanças favorável ao projeto da Comissão de Obras Públicas (90-B).

Em 11-7-49, é anunciada a votação.  
Em 26-9-49, é lida e vai a imprimir a Redação Final.

Em 27-9-49 é aprovada a redação final.

Enviado ao Senado em 19-10-49, com o Ofício n.º 1.583, sob o n.º 90-C-48.

Lido no Senado em 20-10-49.

Em pauta nos dias 24 e 25-10-49.

Tomou o n.º 389-49.

*Comissões que se pronunciaram :*

*S.F. Pareceres*

*Com. — Rel. — Ns. — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C. Justiça — A. Santos — 1.823-49 — of. e subts. — 14-12-49 — 15-12-49.

V. O. Públicas — Henrique Novais — 369-52 — 17-7-51 — of. subst. — 30-4-52 — 1-5-52.

Finanças — A. Adolpho — 370-52 — 28-4-52 — of. subst. — 30-4-52 — 1-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-5-52. Aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças, ficando prejudicados o da Comissão de Viação e Obras Públicas e a emenda subst. da Com. de Const. e Justiça. À Comissão de Redação.

Aprovada a redação final em 4-6-52 (Parecer 509-52).

À Câmara.

Em 23-6-52, é lida e vai a imprimir emenda do Senado (90-D) (D.C.N. de 24, pág. 5.641, 2ª colna).

Publicados os pareceres em 26-11-52.

Em 28-12, é aprovado e enviado o projeto à Redação Final.

Em 4-12, é aprovada a redação final.

Em 15-12 pelo Ofício n. 2.473, o projeto é enviado à sanção e pelo de n.º 2.474, é feita a comunicação ao Senado (D.C.N. de 20, pág. 86).

*Lei n.º 1.784, de 27-12-52 — Concede o auxílio especial de Cr\$ ..... 6.000.000,00 à Academia Nacional de Medicina para construção do seu edificio-sede, e dá outras providências. — (Diário Oficial, de 31-12-52).*

Projeto apresentado pelo Deputado José Romero.

Lido em 25-3-52.

Tomou o n.º 1.782, de 1952.

Remetido em 28-3-52 à Comissão de Finanças.

Parecer da C.F. favorável, lido em 10-6-52. Relator: Deputado Leite Neto.

1ª disc. em 20-6-52. Adiada a votação. Aprovado em 23-6-52.

2ª disc. em 3-7-52, em virtude do requerimento: de preferência do Senhor Deputado Rui Santos. Aprovado.

Redação final lida e aprovada em 10 de julho de 1952.

Projeto remetido ao Senado com o of. 1.217, de 14-7-52, sob o número 1.782-B-52.

Tomou o n.º 157-52.

Lido em 16-7-52.

*Comissões que se pronunciaram :*

*Pareceres*

*Com — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Rui Carneiro — 986-52 — 21-8-52 — Pela const. — 30-9-52.

C. F. — Alfredo Neves — 987-52 — 25-9-52 — Fav. ao projeto e pelo destaque da emenda — 30-9-52 — 1-10 de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-10-52.

Retirado da Ordem do Dia para audiência da Com. Saúde, a req. do Sen. Vivaldo Lima — 8-10-52.

Parecer da Com. de Saúde, sob número 1.208, pela aprovação do projeto e destaque da emenda para constituir projeto em separado (Rel. Senador Vivaldo Lima), lido em 5-11-52, e publicado em 6-11-52.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 13-11-52.

Encerrada a discussão, o projeto voltou às Com. em virtude de nova emenda.

Em 22-11-52, é aprovado o requerimento n.º 450-52, do Senador Mozart Lago, pedindo a retirada da emenda que apresentara na fase de discussão (n.º 2).

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-12-52.

Retirado da Ordem do Dia para ser anexado o parecer da Comissão de Justiça sobre a emenda retirada (reclamação do Sr. Senador Aloísio de Carvalho).

Em 13-12-52 é lido o parecer número 1.414-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição da emenda de plenário.

Em 13-12-52, é lido e aprovado o requerimento n.º 584-52, do Senador Alfredo Neves, solicitando dispensa de interstício.

Em 15-12-52 é aprovada para constituir projeto em separado a emenda n.º 1, sendo a de n.º 2, retirada pelo autor. Aprovado o projeto, que vai a sanção, com a Mensagem n.º 418, de 19-12-52.

*Lei n. 1.785, de 27-12-52* — Exclui os municípios de Niterói e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947. — (*Diário Oficial*, de 31 de dezembro de 1952).

Projeto apresentado na Câmara dos Deputados pelo Deputado Miguel Couto Filho.

Tomou o n.º 873, de 1951.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Em 18-7-51, é lido e vai a imprimir.

Em pauta nos dias 20, 23, 24 e 27 de julho de 1951.

Em 30-7-51, é despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional.

Em 22-8, são pedidas informações ao Conselho de Segurança Nacional (Ofício n.º 1.594).

Em 5-9-51, é aprovado requerimento de urgência, de autoria do Sr. Heitor Beltrão.

Em 6-9, entra em discussão, dependente de parecer das Comissões de Justiça, de Segurança Nacional e com emenda oferecida pelo Sr. Antônio Balbino.

O Sr. Lima Figueiredo em nome das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional dá parecer favorável ao projeto e a emenda do Deputado Antônio Balbino (*D.C.N.* de 7-9-51).

Em 11-9-51, é anunciada a discussão — Falam os Srs. Afonso Arinos e Artur Santos (*D.C.N.* de 12-9-51, página 7.848).

Em 14-9, é lido Ofício n.º 630, da Secretaria da Presidência da República, transmitindo as informações solici-

tadas ao Conselho de Segurança Nacional.

Com uma emenda (2ª disc.), à Comissão de Constituição e Justiça.

Em 5-12-51, é anunciada a segunda discussão, dependente de parecer da Comissão de Segurança Nacional sobre emenda de discussão. O Sr. Godoi Ilha solicita a retirada do projeto da Ordem do Dia, por não terem, ainda, chegado à Comissão de Justiça, as informações solicitadas ao Conselho de Segurança Nacional, no que é atendido. (*D.C.N.* de 6-12-51, pág. 12.464).

Em 10 de julho é lido e vai a imprimir tendo pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional favoráveis ao projeto e à emenda do Deputado Antônio Balbino (873-A-51).

(Publicado no *D.C.N.* de 11-7-52, pág. 6.450).

Em 16 de julho é anunciada a votação em segunda discussão. O Senhor Presidente defere o requerimento dos Srs. Antônio Balbino e Lima Figueiredo, relatores nas Comissões de Constituição e Justiça e Segurança Nacional, respectivamente, solicitando a retirada da emenda adotada pelas referidas Comissões.

Falam para encaminhar a votação do projeto os Srs. Galdino do Vale e Celso Peçanha. Em votação, é aprovado e enviado à Comissão de Redação (*D.C.N.* de 17-7-52 — págs. 6.721 a 6.722).

Em 17-7-52, fala, para uma comunicação, o autor (*D.C.N.* de 18, página 6.762 — 4ª coluna).

Em 22-7, é lida e vai a imprimir a redação final. (*D.C.N.* de 23-7-52, pág. 6.961, 4ª coluna).

Em 23-7, é aprovada a redação final.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n.º 1.388, de 31-7-52, sob o número 873, de 1951.

Tomou o n.º 192, de 1952.

Lido na sessão de 7-8-52.

Em pauta nos dias 19 e 20-8-52.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 21-8-52.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 978, de 25-9-52, pela aprovação (Relator, Senador Ivo d'Aquino), lido em 26-9-52. Publicado em 27-9-52.



Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52. Retirado a requerimento do Senador Alfredo Neves, para audiência da Comissão de Fôrças Armadas.

Em 12-11-52 foram pedidas, pela Comissão de Fôrças Armadas, informações ao Ministro da Guerra. Recebidas pelo Ofício n.º 312-18, de 22 do mesmo mês.

Parecer n.º 1.400, da Comissão de Fôrças Armadas, de 10-12-52, favorável, com emenda, lido em 11-12-52 (Relator, Senador Mário Mota).

Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, de 12-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-12-52, em virtude de dispensa de interstício, concedida a requerimento do Senador Sá Tinoco.

Aprovado em 12-12-52, depois de falar o Senador Alfredo Neves, ficando prejudicada a emenda da Comissão.

Remetido à sanção com a mensagem n.º 407, de 16-12-52.

*Lei n.º 1.785-A, de 29-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, como auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo, Estado de São Paulo. — (*Diário Oficial*, de 5-1-53).

Projeto apresentado pelo Deputado Armando Falcão na C.D.

Tomou o n.º 1.593-52.

Tramitação na C.D.:

Em 28-1, é lido e vai a imprimir. Publicado no *D.C.N.* (n.º 15) de 29, à pág. 498.

Em 29-1, às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

Em 23-9, é lido e vai a imprimir parecer da Comissão de Constituição e Justiça que opina pela sua constitucionalidade, parecer favorável da Comissão de Educação e Cultura e parecer, com substitutivo, da Comissão de Finanças (1593-A) (*D.C.N.* de 24 de setembro de 1952, pág. 9.882, 2ª col.).

Em 1-10, é anunciada e encerrada a 1ª discussão, ficando adiada a votação (*D.C.N.* de 2-10-52, página 10.268).

Em 13-10, entra em votação, sendo aprovado o substitutivo da Comissão

de Finanças. O projeto substitutivo passa a segunda discussão, ficando prejudicado o primitivo. (*D. C. N.* de 14-10-52, pág. 10.888, 2ª col.).

Na mesma data, é aprovado requerimento de autoria do Sr. Lucio Borralho, solicitando dispensa de interstício para que figure o projeto, na próxima Ordem do Dia (*D.C.N.* de 14-10-52, pág. 10.895, 3ª coluna).

Em 14-10, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Em votação é aprovado e enviado à Comissão de Redação (*D.C.N.* de 15-10-52, pág. 10.968).

Em 29-10, é lida e vai a imprimir a Redação Final (*D.C.N.* de 30-10-52, pág. 11.950, 2ª coluna).

Em 30-10, é lida e vai a imprimir a Redação Final (*D.C.N.* de 30-10-52, pág. 11.950, 2ª coluna).

Em 30-10, é aprovada a Redação Final (1.593-B-1952) (*D.C.N.* de 31-10-52, pág. 12.042, 3ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 2.115, de 5-11-52, sob o n.º 1.593-B-52.

Tomou o n.º 303, de 1952.

Lido em 3-11-52.

Distribuído à Comissão de Finanças, em 19-11-52.

Parecer da Comissão de Finanças, sob o n.º 1.348, favorável, lido em 8 de dezembro de 1952 (Relator, Senador Plínio Pompeu).

Em 8-12-52 é aprovado o requerimento n.º 545, do Senador Plínio Pompeu, pedindo dispensa de interstício.

Incluído na O.D. da sessão de 9 de dezembro de 1952.

Aprovado na sessão extraordinária noturna, de 10-12-52, enviado à sanção, com a Mensagem n.º 392, de 12 de dezembro de 1952.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação. Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 29-12-52.

*Lei n.º 1.785-B, de 29-12-52* — Concede a pensão especial de Cr\$ ..... 2.000,00 mensais a Joaquim Tavares Viana, ex-professor da Escola de Marinha Mercante de Belém do Pará — (*Diário Oficial*, de 5-1-53).

Projeto apresentado na C.D. pelo Deputado Augusto Meira.

Tomou o n.º 725, de 1951.

Tramitação na C.D.:

Em 25-6, é lido e vai a imprimir.

Em 29-6, é anunciada e encerrada a discussão especial do projeto (3.º dia em pauta).

Em pauta nos dias 27, 28 e 29 de junho e de 2 de julho de 1951. Em 5-7, é despachado à Comissão de Finanças.

#### *Segunda Sessão Legislativa*

Em 10-7, fala, pela ordem, o autor (D.C.N. de 11, pág. 6.441, 3ª col.).

Em 11-7, é apresentado reqto. de autoria do Sr. Augusto Meira, solicitando nomeação de uma Comissão Especial para opinar sobre o projeto (Requerimento n.º 845-1952).

São designados membros da Comissão Especial os Srs. Rondon Pacheco, Presidente; Ponce de Arruda, Alberto Botino, Lameira Bitencourt e Muniz Falcão.

Em 28-7, é lido e vai a imprimir, parecer favorável da Comissão Especial e votos vencidos dos Srs. Ponce de Arruda e Rondon Pacheco (725-A).

Em 8-8, é anunciada a 2ª discussão, tendo parecer da Comissão Especial, favorável com votos vencidos dos Senhores Ponce de Arruda e Rondon Pacheco.

Fala o Sr. Augusto Meira (D.C.N. de 9-8-52, pág. 7.977, 3ª col.).

Em 11-8, continua em discussão. Falam os Srs. Agripino e Vieira Lins. A seguir, é aprovado requerimento do Sr. Gustavo Capanema, solicitando o adiamento por dez dias da discussão do projeto (D.C.N. de 12-8-52, página 8.025, 2ª col.).

Em 22-8, é anunciada e encerrada a segunda discussão. Em votação, é aprovado e enviado à Comissão de Redação (D.C.N. de 23-8-52, pág. 8.441, 2ª col.).

Em 4-9, é lida e vai a imprimir a Redação Final (725-B-51), (D.C.N. de 5-9-52, pág. 9.019).

Em 5-9, é aprovada a Redação Final (D.C.N. de 6-9-52, pág. 9.105, 2ª col.).

O projeto vai ao Senado com o ofício n.º...

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 1.722, de 11-9-52, sob o n.º 725-B-51.

Tomou o n.º 242-52.

Lido na sessão de 15-9-52.

Em pauta nos dias 22 e 23-9-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

#### *Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Rui Carneiro — 1.320-52 — 9-10-52 — Pela const. — 4-12-52 — 5-12-52.

C. F. — Ferreira de Sousa — 1.321-52 — 3-12-52 — Fav. — 4-12-52 — 5-12-52.

Em 8-12-52, é aprovado o requerimento n.º 543, do Senador Álvaro Adolpho, solicitando dispensa de interstício para que o projeto figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52.

Aprovada na sessão extraordinária noturna de 10-12-52. À sanção, com a Mensagem n.º 387, de 12-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República, para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 29-12-52.

*Lei n.º 1.785-C, de 29-12-52 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional do Paraná, o crédito suplementar de Cr\$ 40.960,00 em reforço de dotação do Anexo n.º 26 do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951). — Diário Oficial, de 5-1-53).*

Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da C.D. em atenção a solicitação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (N.º 416-52).

Tomou o n.º 2.537-52.

Tramitação na C.D.:

Em 13-10-52, é lido e vai a imprimir — D.C.N. de 14-10-52, página 10.861, 1ª col..

Em 16-10, em virtude de preferência, é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Submetido a votos, é aprovado (D.C.N. de 17-10-52, pág. 11.179, 2ª col.).

Na mesma data, é aprovado requerimento do Sr. Carvalho Sobrinho, solicitando dispensa de interstício para a

discussão e votação do projeto (página 11.179, 2ª col.).

Em 17-10, é aprovado requerimento do Sr. Humberto Moura, solicitando preferência para discussão e votação do projeto. A seguir, é anunciada e encerrada a segunda discussão. Em votação, é aprovado e enviado à Comissão de Redação. (D.C.N. de 18 de outubro de 1942, págs. 11.243 e 11.244).

Em 24-10, é lida e vai a imprimir a redação final. 1.537-A (D.C.N. de 25-10-52, pág. 11.781, 3ª col.).

Em 27-10, é aprovada a Redação Final. (D.C.N. de 28-10-52, página 11.851).

Projeto remetido ao Senado com o ofício n.º 2.118, de 31-10-53, sob o n.º 2.537-A-52.

Tomou no Senado o n.º 300-52.

Lido na sessão de 12-11-52.

Despachado à C.F. em 19-11-52.

Parecer favorável da Comissão de Finanças:

N.º 1.331, de 1952, de 3-12-52, relatado pelo Senador Matias Olímpio, lido em 5-12-52 e publicado em 6 de dezembro de 1952.

Incluído na Ordem do Dia de 11 de dezembro de 1952.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 406, de 16-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República, para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado, em 29-12-52.

Lei n.º 1.785-D, de 29-12-52 — Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rêde Mineira de Viação, celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais. — (*Diário Oficial*, de 5-1-53).

Projeto apresentado na Câmara dos Deputados pelo Deputado José Bonifácio.

Tomou o n.º 129, de 1951.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Em 13-4-51, é lido e vai a imprimir.

Em pauta nos dias 17, 18, 19 e 20 de abril de 1951.

Em 20-4-51, é despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Em 5-9-51, é solicitada a audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas, pelo Ofício n.º 1.708.

Em 10-10-51, é aprovado requerimento do Sr. Edison Passos, solicitando o prazo de 48 horas para que receba parecer da Comissão de Transportes e Comunicações. Na mesma data é aprovado requerimento do Senhor Israel Pinheiro, solicitando seja dilatado o prazo até o dia 20 do corrente, para a Comissão de Finanças se pronunciar sobre o projeto.

Em 31-10-51, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça que opina pela sua constitucionalidade, contrário da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e com substitutivo da Comissão de Finanças (129-A). — D.C.N. n.º 208, pág. 10.430, 3ª col.

Em 6-11-51, entra em discussão e votação, sendo aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças, que vai à Redação Final, ficando prejudicado o primitivo.

Em 7-11-51, é lida e vai a imprimir a redação final. 129-B).

Em 8-11-51, é lida e, sem observações, aprovada a redação final.

O projeto vai ao Senado, com o Ofício n.º...

Projeto remetido ao Senado com o ofício n.º 2.200, de 8-11-51, sob o n.º 129-B-51.

Tomou o n.º 284, de 1951.

Lido na sessão de 14-11-51.

Em pauta nos dias 20 e 21.

Remetido às Comissões de Constituição e Justiça, de Viação e de Finanças, em 22-11-51.

Em 12-12-52 é aprovado requerimento do Sr. Senador Melo Viana, pedindo urgência para o projeto.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-12-52.

Anunciada a discussão, são lidos os pareceres ns. 1.396 e 1.397, respectivamente, das Comissões de Constituição e Justiça e de Viação, favoráveis ao projeto. O Sr. Senador Ivo d'Aquino profere parecer oral, favorável, pela Comissão de Finanças.

Submetido a votos, é aprovado o projeto.

Remetido à sanção com a mensagem n.º 394, de 12-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 29-12-52.

Lei n.º 1.785-E, de 29-12-52 — Modifica dispositivos do Decreto-lei número 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n.º 5.989, de 11 de novembro de 1943. — *Diário Oficial*, de 5-1-53).

Projeto apresentado em 16-4-51, pelo Deputado Antônio Feliciano.

Lido na sessão de 17-4-51. Tomou o n.º 155-51.

Em pauta nos dias 19, 20, 23 e 24 de abril de 1951.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Rel. — N.º — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

Serv. Publ. — Ataíde Bastos — s/n. — 7-8-51 — of. subst. — 22-8-51 — 23-8-51.

1ª discussão em 31-8-51. Aprovado o substitutivo, ficando prejudicado o projeto primitivo.

Disc. suplementar em 5-9-51.

2ª discussão em 6-9-51. Aprovado. Redação final lida em 17-9-51.

Aprovada em

Projeto rem.º ao Senado em 24-9-51 (of. 1848), sob o n. 155-B-51.

Lido na sessão de 26-9-51.

Tomou o n.º 231-51.

Em pauta nos dias 1 e 2-10-51.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Rel. — Ns. — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Anísio Jobim — 1.378-51 — 17-10-51 — Pela const. — 13-12-51 — 14-12-51

C. J. — Anísio Jobim — 1.379-51 — 17-10-51 — Pela const. — 13-12-51 — 14-12-51.

C. T. Prev. Social — Rui Carneiro — 1.380-51 — 12-12-51 — Fav. — 13-12-51 — 14-12-51.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 21-1-52.

Adiada a discussão para 31-1-52, a requerimento do Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Encerrada a discussão na sessão de 31-1-52, voltou às Comissões em virtude de emenda do Senador Kerginaldo Cavalcanti.

*Comissões que se pronunciaram sobre a emenda.*

*Pareceres*

*Com. — Relatores — Ns. — Data — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Anísio Jobim — 296-52 — 11-2-52 — pela const. — 1-4-52 — 2-4-52.

C. Trab. — Rui Carneiro — 297-52 — 11-2-52 — fav. — 1-4-52 — 2-4-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 14-4-52, ficou adiada a votação por falta de número.

Adiada também em 15-4-52, por falta de número no recinto.

Adiada em 17-4-52, pelo término da sessão.

Aprovado com emenda.

À Comissão de Redação (para a Câmara).

Sessão de 18-4-52

Redação final aprovada em 9-5-52 (Parecer n.º 388-52). À Câmara.

Emenda publicada em 23-5-52 e encaminhada às Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil.

Pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil.

Aprovada a emenda do Senado em 25-11-52.

Aprovada a redação final em 1-12-52. O projeto vai à sanção.

Lei n. 1.785-F, de 29-12-52. — Autoriza o Poder Executivo a mandar proceder, no Ceará, aos estudos, projeto e construção de barragens submersas nos rios Salgado e Jaguaribe, e dá outras providências. — (*Diário Oficial* de 5-1-53).

Projeto apresentado na C. D. pelo Dep. Alencar Araripe e outros Dep.

Tomou o n. 337-51.

Tramitação na C.D.

Em 10-5-51, é lido e vai a imprimir.

Em pauta, nos dias 16, 17, 21 e 23 de maio de 1951.

Em 23-5-51, é anunciada a discussão especial do projeto. Fala o Sr. Otávio Lobo. É encerrada a discussão.

Com ofício n. 1.427, de 1-8-51, dirigido ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, é transmitido em avulso o teor deste projeto a fim de que aquêlê Ministério informe a respeito.

D.C.N. de 3-8-51.

Em 18-8-51, é lido o aviso 372-G.M. do Ministério da Viação e Obras Públicas, transmitindo as informações solicitadas.

Em 6-12-51, é lido e vai a imprimir, tendo parecer favorável da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas; parecer com substitutivo da Comissão de Economia e parecer com emendas ao projeto da Comissão de Finanças 337-A.

D.C.N. de 7-12-51., página 12.517, 3ª coluna.

Em 15-12, ; anunciada e encerrada a discussão. Passa-se à votação, sendo aprovados o projeto e as emendas da Comissão de Finanças. Vai à Redação Final.

Na mesma data, sessão extraordinária noturna, é lida e aprovada a redação final. O projeto vai ao Senado, com ofício n.

Projeto remetido ao Senado com o Of. 2.609, de 21-12-51, sob o n. 337-B-51.

Tomou o n. 21, de 1952.

Lido na sessão de 17-1-52.

Em pauta nos dias 25 e 28-1-52.

*Pareceres proferidos:*

*Com. — Relatores. — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. — Publi.*

C. J. — Mozart Lago — 763-52 — 21-5-52 — Pela Const. (c/ voto em separado do Sen. Joaquim Pires e emenda) — 19-8-52 — 20-8-52.

C. V. O. P. — Onofre Gomes — 764-52 — 3-7-52 — Fav., ao projeto e pelo destaque da em. para projeto em separado. — 19-8-52 — 20-8-52.

C.F. — Alvaro Adolpho — 765-52 — 13-8-52 — Fav. ao proj. — 19-8-52 — 20-8-52.

Submetido à discussão em 4-9-52. Encerrada com a apresentação de 4 emen-

das (ns. 2 a 5) pelo Sen. Joaquim Pires.

Voltou às Comissões a fim de se pronunciarem sobre as emendas.

*Pareceres proferidos:*

*Com. — Relatores. — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. — Publi.*

C. J. — Carlos Saboia — 1.361-52 — 23-10-52 — Pela const. e destaque para projeto em separado — 8-12-52 — 9-12-52 de 1952.

C. V. O. P. — Onofre Gomes — 1.362-52 — 12-11-52 — Pelo destaque — 8-12-52 — 9-12-52.

C.F. — Alvaro Adolpho — 1.363 de 1952 — 3-12-52 — pelo destaque — 8-12-52 — 9-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-12-52.

Destacadas as emendas para projeto em separado.

À sanção, com a Mensagem n. 405, de 16-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República, para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 29-12-52.

*Lei n. 1.785-G, de 29-12-52 — Denomina «Francisco Assis» o aeroporto de Juiz de Fora. — (Diário Oficial de 5 de janeiro de 1953).*

Projeto apresentado na C. P. pelo Dep. Dilermando Cruz.

Tomou o n. 2.078-52.

Tramitação na C. D.:

Em 18-6, é lido e vai a imprimir. Publicado no D.C.N. de 19-6, (n. 110) a pág. 5.432.

Em 20-6, é despachado à Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas. (D.C.N. de 21-6-52, página 5.606).

Em 5-8, é lido e vai a imprimir, parecer favorável da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (2.078-A). D.C.N. de 6-8-52, página 7.685, 3ª coluna.

Em 21-8, é anunciada e encerrada a 1ª discussão, sendo adiada a votação. (D.C.N. de 22-8-52, pág. 8.382).

Na mesma data, sessão extraordinária noturna entra em votação, sendo aprovado em 1ª discussão (Página 8.389, 2ª col.).

Em 22-8, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Submetido a votos, é aprovado e enviado à Comissão de Redação (D.C.N. de 30-8-52, pág. 8.442).

Em 28-8, é lida e vai a imprimir a redação final — 2.078-B — (D.C.N. de 29-8-52, pág. 8.698 1ª coluna).

Em 29-8, é aprovada a redação final (D.C.N. de 30-8-52, pág. 8.768, 3ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o Of. 1.721, de 11-9-52.

Tomou o n. 247-52.

Lido na sessão de 15-9-52.

Em pauta nos dias 22 e 23-9-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores. — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. — Publi.*

C. J. — Anísio Jobim — 1.358-52 — 16-10-52 — Pela const. — 8-12-52 — 9-12-52.

C. V. O. P. — Onofre Gomes — 1.359-52 — 3-12-52 — Fav. — 8-12-52 — 9-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-12-52.

Aprovado. À sanção, com a mensagem n. 404, de 16-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 29-12-52.

*Lei n. 1.786, de 30-12-52 — Inclui o Instituto Eletrotécnico de Itajubá entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — (Diário Oficial de 30-12-52).*

Projeto originário do Poder Executivo (mensagem n. 272, de 25-7-52, enviada à Câmara dos Deputados.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Tomou o n. 2.264, de 1952.

Em 4-8, é lido e vai a imprimir, D.C.N. de 5-8-52, pág. 7.589, 1ª coluna.

Em 7-8, é despachado à Comissão de Finanças (D.C.N. de 8-8-52, página 7.858).

Em 5-9, é aprovado requerimento do Sr. Orlando Dantas solicitando urgência para o projeto. (DCN de 6-9-52, página 9.105, 2ª coluna).

Em 8-9, é aprovado requerimento do Sr. Israel Pinheiro, solicitando o prazo de 10 dias para ser apresentado parecer ao projeto (D.C.N. de 9-9-52, página 9.185, 1ª col).

Em 10-9, é lido e vai a imprimir, tendo parecer, com emenda da Comissão de Finanças (2.264-A). D.C.N. de 11-9-52, página 9.352, 1ª coluna.

Em 18-9, é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Vai com 1 emenda oferecida pelo Sr. Nestor Duarte, à Comissão de Finanças (D.C.N. de 19-9-52, pág. 9.707, 4ª coluna).

Em 16-10, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres da Comissão de Finanças, com emenda ao projeto e pelo destaque para constituir projeto em separado, da emenda de 1ª discussão (2.264-B) (D. C. N. de 17-10-52, pág. 11.165, 4ª coluna).

Em 20-10, entra em votação: são aprovados o projeto e as emendas de plenário e da Comissão de Finanças. A emenda de discussão é aprovada de acordo com o parecer da Comissão de Finanças, para constituir projeto em separado. (D.C.N. de 21-10-52, pág. 11.303, 1ª coluna).

Em 21-10, é lida e vai a imprimir a redação para a 2ª discussão (2.264-C) (D. C. N. de 22-10-52, pág. 11.444, 2ª coluna).

Em 24-10, é anunciada a 2ª discussão. Fala o Sr. Carvalho Neto. Não havendo oradores inscritos, é encerrada a discussão. Submetido a votos, é aprovado, indo à Redação Final (D.C.N. de 25 de outubro de 1952, pág. 11.789, 4ª coluna).

Em 29-10, é lida e vai a imprimir a redação final — 2.264-D — (D.C.N. de 30-10-52, pág. 11.950, 3ª coluna).

Em 30-10, é aprovada a redação final (D.C.N. de 31-10-52, pág. 12.042, 3ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n. 2.070, de 5-11-52, sob o número 2.264-D-1952.

Tomou o n. 291, de 1952.

Remetido à Comissão de Finanças em 19-11-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-12-1952, nos termos do art. 90, letra b, do Regimento Interno, por iniciativa do Presidente.

Anunciada a discussão o Sen. Anísio Jobim profere parecer oral, pela constitucionalidade, em nome da Com. de Constituição e Justiça. São lidos pareceres (ns. 1.413 e 1.414, das Comissões de Educação e Cultura e de Agricultura, favoráveis, com emenda.

Aprovado o projeto com a emenda, considerada de redação, mediante consulta ao Plenário, feita a requerimento do Sen. Plínio Pompeu.

À Comissão de Redação.

Parecer n. 1.427, da Comissão de Redação, oferecendo redação final, lida em 15-12-1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão extraordinária, noturna, da mesma data, a requerimento do Sen. Ivo D'Aquino. Aprovado.

Projeto remetido à sanção com a mensagem n. 427, de 20-12-52.

Lei n. 1.787, de 30-12-52 — Amplia o programa de Primeira Urgência, constante dos artigos 21 e 22 da Lei número 302, de 13 de julho de 1948. — (*Diário Oficial* de 31-12-52).

Retificada — *Diário Oficial* de 2-1 de 1953.

Projeto apresentado na C. D. pelo Sr. Saturnino Braga e outros Srs. Deputados.

Tomou o n. 1.922-52.

Tramitação na C. D.

Andamento — Em 7 de maio, é lido e vai a imprimir. Publicado no «*Diário do Congresso Nacional*», (n. 81), de 8-5, à pág. 3.576.

Em 9-5, é despachado às Comissões de Transportes e Comunicações e de Finanças.

Em 15-5, é retificado o despacho — Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (*D.C.N.* de 16, pág. 3.950, 4ª coluna).

Em 16-5-52, é enunciada a primeira discussão, dependente de parecer da Comissão, dependente de parecer da Comissão de Transportes e Comunicações. É concedido o prazo de dez dias para a Comissão opinar sobre o projeto (Vide: *D.C.N.* de 18-5-52, pág. 4.004, 2ª col).

Em 16-5, é lido e vai a imprimir em virtude de urgência, tendo parecer favorável da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1.922-A) — *D.C.N.* de 17, pág. 4.007 — 4ª col.).

Em 19-5, é anunciada a discussão. Fa-

la pela ordem, o Sr. João Agripino, solicitando a retirada do projeto da Ordem do Dia, no que é atendido. (1.922-A) (*D.C.N.* de 20-5-52, pág. 4.059, 1ª coluna).

Em 28-5-52, é anunciada a 1ª discussão. Aprovado requerimento do Sr. João Agripino, solicitando seja ouvida a Comissão de Finanças sobre o projeto. Não havendo oradores inscritos é encerrada a discussão. Vai, com 4 emendas, oferecidas, ns. 1, 2 e 3, pelo Sr. João Agripino, e n. 4º pelo Sr. Lafaiete Coutinho, às Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças 1.922-A (*D.C.N.* de 29-5-52, página 4.469, 2ª coluna).

Em 30-6, entra em votação. São aprovados o projeto e a emenda da Comissão de Finanças e rejeitadas as demais. (*D.C.N.* de 1-7-52, página 6.015, 4ª coluna) — (1.922-B) — Volta o projeto à Comissão de Finanças afim de redigir para segunda discussão.

Em 8-7 é lida e vai a imprimir a redação para 2ª discussão (1.922-D-52) (Publicada no *D.C.N.* de 9-7-52 — página 6.337).

Em 11-7 é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Volta o projeto às comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças em virtude de emendas oferecidas pelos Senhores Alencar Araripe (emenda n. 1), Lafaiete Coutinho (n. 2), Paulo Fleury (n. 3), Pontes Vieira (n. 4), João Agripino (n. 5), Nestor Duarte (n. 6) Oscar Carneiro (n. 7), Chagas Rodrigues (n. 8) e Aloísio de Castro (n. 9).

Em 1-8-52, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres sobre emendas de segunda discussão das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças, considerando prejudicada a de n. 1 e opinando pelo destaque das de ns. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 (1.922-E) — *D.C.N.* de 2-8-52, pág. 7.532, 4ª coluna.

Em 11-8, entra em votação, sendo rejeitada a emenda n. 1 e destacadas as demais para constituírem projeto em separado; aprovado o projeto, que vai à Redação Final. (*D.C.N.* de 12-8-52, página 8.016, 1ª coluna).

Em 20 de agosto é lida e vai a imprimir a redação final (1.922-F-52) (Pu-

blicada no *D.C.N.* de 21-8-52 — página 8.285).

Em 21-8, é aprovada a redação final (*D. C. N.* de 22-8-52, pág. 8.370, 4<sup>o</sup> col.).

Projeto remetido ao Senado com o Of. 1.605, de 28-8-52, sob o número 1.922-7-52.

Tomou o n. 217-52.

Tramitação no Senado:

Lido na sessão de 2-9-52.

Remetido às Com. de Justiça, de Viação e de Finanças em 11-9-52.

Em 22-10-52 é aprovado requerimento n. 345-52, apresentado em 20 do mesmo mês pelo Sen. Melo Viana e outros Srs. Senadores, pedindo urgência para o projeto.

Emitem parecer oral pelas Com. de Constituição e Justiça, de Viação e Obras Públicas os Sen. Anísio Jobim e Francisco Gallotti, respectivamente.

O Sen. Ivo d'Aquino pede o prazo de uma hora para consultar à Com. Finanças. É suspensa a sessão por esse prazo. Reaberta a sessão, verifica-se falta de número para seu prosseguimento.

Em 23-10-52 o Sen. Ivo d'Aquino dá parecer oral pela Com. Finanças, Encerrada a discussão.

Depois de falarem os Sen. Alvaro Adolpho, Anísio Jobim, Melo Viana, Pinto Aleixo, Carlos Lindemberg e Victorino Freire, é rejeitado o requerimento n. 1, do Sen. Melo Viana, pedindo destaque da emenda para constituir projeto em separado. Em seguida verifica-se a falta de número para prosseguir na votação.

Em 24-10-52 é aprovado com a emenda oferecida pelo Sen. Pinto Aleixo, depois de falarem os Sn. Aloísio de Carvalho e Bernardes Filho.

Remetido à Com. Redação.

Redação final lida em 6-11-52 (parecer n. 1.212). Aprovada em 10-11-52. Designado o Sr. Francisco Gallotti para acompanhar na C. D. o estudo da emenda.

Devolvido à C. D. com a emenda em 14-11-52 (Of. 1.492).

Emenda do Senado publicada em 1 de dezembro de 1952.

Em 15-12-52 são dados pareceres verbais pelas Comissões de Transportes e de Finanças.

Aprovada na mesma data a emenda.

Em virtude de dispensa de impressão é aprovada a redação final e enviado à sanção o projeto — 15-12-52.

*Lei n. 1.788, de 30-12-52.* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de ..... Cr\$ 6.200.000,00 à dotação atribuída à Verba 1 do Anexo 21 da Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951. — (*Diário Oficial* de 31-12-52).

Projeto originário do Poder Ex. (Mensagem n. 383, de 6-10-52, remetida à C.D.).

Tomou o n. 2.566-52 na C.D.

Tramitação na C.D.:

Em 22-10-52, é lido e vai a imprimir. *D.C.N.* de 23-10-52, pág. 11.570, 1<sup>o</sup> col.

Em 24-10, é despachado à Comissão de Finanças (*D.C.N.* de 25-10-52, página 11.793).

Em 17-11, é lido e vai a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças (2.566-A) (*D.C.N.* de 18-11-52, pág. 12.958, 3<sup>o</sup> coluna).

Em 17-11, é aprovado requerimento de urgência de autoria do Sr. Gustavo Capanema (*D.C.N.* de 18-11-52 página 12.971).

Em 18-11, é aprovado requerimento de autoria do Sr. Israel Pinheiro, solicitando o prazo de 15 sessões para que a Comissão de Finanças opine sobre o projeto (*D.C.N.* de 19-11-52, página 13.167, 3<sup>o</sup> coluna).

Em 19-11, é anunciada e encerrada a 1<sup>o</sup> discussão. Submetido a votos, é aprovado (*D.C.N.* de 20-11-52, pág. 13.256, 3<sup>o</sup> coluna).

Em 21-11, sessão extraordinária noturna, é anunciada e encerrada a 2<sup>o</sup> discussão. Adiada a votação (Suplemento do *D.C.N.* de 22-11-52, página 7, 3<sup>o</sup> coluna (n. 221).

Na mesma data, entra em votação, sendo aprovado e enviado à Comissão de Redação (pgs. 8, 4<sup>o</sup> coluna).

Em 26-11, é lida e vai a Redação Final (2.566-B-52) (*D.C.N.* de 27-11-52, pág. 13.330).

Em 27-11, é aprovada a redação final (*D.C.N.* de 28-11-52, pág. 13.893, 4<sup>o</sup> col).



Projeto rem. ao Senado com o Ofício 2.342, de 29-11-52, sob o n. 2.566-B-52. Tomou o n. 365-52.

Lido em 5-12-52.

Rem. na mesma data à Com. Finanças.

Incluído na O. D. da sessão de 15-12 de 1952, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra *b*, do Reg. Interno.

Depois de proferido pelo Sen. Durval Cruz, parecer favorável, em nome da C. Finanças, o projeto foi aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 425, de 19 de dezembro de 1952.

*Lei n. 1.789, de 30-12-52.* — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais à Laura Arcoverde, viúva do engenheiro Leonardo de Siqueira Barbosa Arcoverde. — (*Diário Oficial* de 5-1-53).

Projeto apresentado na C. D. pelo Dep. João Roma.

Tomou o n. 904-51.

Tramitação na C.D.:

Lido em 25-7-51.

Em pauta nos dias 27, 31-7-51, 1 e 2-8-51.

Em 27-7-51 é anunciada e encerrada a discussão especial.

Em 3-8-51 é despachada à Com. Finanças.

Parecer da C. F., com substitutivo, lido em 18-6-52 (relator, Parsifal Barroso). Publicada no *D.C.N.* de 19-6-52.

Em 23-6-52 é anunciada e encerrada a discussão. Passa-se à votação, sendo aprovado substi. da C. Finanças. Fica prejudicado o projeto primitivo.

Em 2-7-52 é lida a redação final. Publicada no *D.C.N.* de 3-7-52.

Aprovada em 3-7-52.

Projeto remetido ao Senado em 8-7-52, sob o n. 904-B-51, com o of. 1.208.

Tomou o n. 155-52.

Lido em 15-7-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Pareceres*

*Com. — Relatores. — Ns. — Datas  
Pron. — Leit. — Publi.*

C. J. — Clodomir Cardoso — 1.367 de 1952 — 14-8-52 — Pela const. — 9-12-52 — 10-12-52.

C.F. — Ferr. de Souza 1.368-52 — 3-12-52 — Fav. — 9-12-52 — 10 de dezembro de 1952.

Em 8-9-52 haviam sido pedidas informações ao IPASE (Ofício n. 40). Reiterado o pedido em 7-10-52 (Of. 48). Informações recebidas com o of. 1.529, de 10-10-52, do IPASE.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n. 424, de 19-12-52.

*Lei n. 1.790, de 30-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado ao amparo da triticultura nacional. — (*Diário Oficial* de 5-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n. 149, de 8-5-52, remetida à C. D.).

Tomou o n. 1.989-52 na C.D.

Tramitação na C.D.

Em 23-5, é lido e vai a imprimir. Publicado no *D.C.N.* (n. 93), de 24 de maio, à pág. 4.282.

Em 28-5, é despachado à Comissão de Finanças (*D.C.N.* de 29 pág. 4.475, 2ª coluna).

Em 13-6, é aprovado requerimento do Sr. Presidente da Comissão de Economia, Ruy Palmeira, solicitando a vinda do projeto a esta Comissão. (*D.C.N.* de 14-6-52, pág. 5.240, 2ª coluna).

Em 16-6, é lido e vai a imprimir parecer favorável da Comissão de Finanças (1.989-A-52) (*D.C.N.* 17-6-52, página 5.310).

Em 18-6, é despachado à Comissão de Economia (*D.C.N.* de 19-6-52, página 5.444).

Em 18-7, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Finanças e de Economia (1.989-A) — *D.C.N.* de 19-7-52, pág. 6.824, 2ª col.

Em 22-7, fala o Sr. Humberto Gobbi (*D.C.N.* de 23-7-52, pág. 6.980).

Em 28-7, é anunciada e encerrada a discussão. Submetido a votos, é aprovado em 1ª discussão. 1.989-B (*D.C.N.* de 29-7-52, pág. 7.262, 4ª col).

Em 8-8, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Submetido a votos, é aprovado e enviado à Redação Final (*D.C.N.* de 9-8-52, pág. 7.973, 1ª coluna).

Em 20-8, é lida e vai a imprimir a redação final (1.989-B-52) (Publicado no *D. C. N.* de 21-8-52, pág. 8.285).

Em 21-8, é aprovada a redação final (D.C.N. de 22-8-52. pág. 8.370, 3ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o Of. 1.625, de 28-8-52.

Tomou no Senado o n. 222-52.

Lido em 3-9-52.

Em pauta nos dias 10 e 11-8-52.

Despachado às Comissões de Justiça de Agr. e de Finanças.

Incluído na O.D. da sessão de 15-12 de 1952, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra b do Regimento Interno.

Depois de proferido parecer oral pelo Sen. Durval Cruz, em nome da Com. Finanças, a discussão foi encerrada, sendo aprovado o projeto. À sanção, com o Mensagem n. 430, de 20-12-52.

Lei nº 1.791, de 30-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 como auxílio à Associação Rural de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul. — (*Diário Oficial* de 5-1-53).

Projeto apresentado pelo Deputado Tarso Dutra.

Lido em 17-4-51. Tomou o nº 150, de 1951.

Em 24-4-51 é anunciada a discussão especial. E' dada a palavra ao Sr. Dolor de Andrade, que a cede ao Sr. Aliomar Baleeiro. Fala êste último e mais os Srs. Campos Vergal e Dario de Barros.

E' encerrada a discussão.

Encaminhado em 25-4-51 às Comissões de Economia e de Finanças, com duas emendas, que lhe foram oferecidas, quando em pauta, pelos Srs. Tarso Dutra e Aral Moreira.

Pareceres lidos em 20-8-51 :

Comissão de Economia — Relator : Iris Meinberg — s/n — Data : 9-5-51 — Pronunciamento : Favorável ao projeto e às emendas — Publicação : 21 de agosto de 1951.

Comissão de Finanças — Relator : Ortiz Monteiro — s/n — Data : 16-8 de 1951 — Pronunciamento : Favorável ao projeto e à emenda nº 1; pelo destaque da emenda nº 2; oferecendo a à emenda nº 3 — Publicação : 21-8-51.

Discussão encerrada em 24-8-51. Encaminhado à Comissão de Finanças com outra emenda, do Dep. Tarso Dutra.

Parecer da Comissão de Finanças sobre essa emenda (favorável, lido em 15 de outubro de 1951. Relator: Lameira Bittencourt.

Votação em 24-10-51. Aprovadas as emendas ns. 1, 2 e a da Comissão de Finanças.

Projeto remetido ao Senado em 4-12 de 1951, com o ofício nº 2.420, sob o nº 150-C-51.

Tomou o nº 336, de 1951.

Lido em 6-12-51.

Em pauta no dia 12-12-51 (sessão diurna e noturna).

Comissões que se pronunciaram :

*Pareceres :*

Comissão de Justiça — Relator : Camilo Mercio — Nº 201-52 — Data : 11-2-52 — Pronunciamento fav.: com emenda (n. 1) — Leitura: 7-3-52 — Publicação: 8-3-52.

Comissão de Finanças — Relator : Apolônio Sales — Nº 202-52 — Data: 5-3-52 — Pronunciamento : Pela rejeição — Leitura : 7-3-52 — Publicação : 8-3-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 24-3-52. Adiada a discussão para a sessão de 27-3-52, em virtude da aprovação do requerimento nº 103, de 1952.

Encerrada a discussão em 27-3-52, sem oradores. Voltou às Comissões em virtude de uma emenda.

Parecer sobre a emenda:

Comissão de Justiça — Relator : Camilo Mercio — Nº 771-52 — Data : 18-6-52 — Pronunciamento : Pela constitucionalidade — Leitura: 20-8-52 — Publicação : 21-8-52.

Comissão de Finanças — Relator : Carlos Lindenberg — Nº 772-52 — Data : 13-8-52 — Pronunciamento : ofereceu subemenda — Leitura : 20-8-52 — Publicação : 21-8-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-9-52.

Retirado a fim de ser enviado à Comissão de Agricultura, em virtude da aprovação do requerimento nº 287, do Sen. Landolfo Alves.

Parecer da Com. de Agr. (º 1.120, de 8-10-52, do Sen. Altivo Linhares, favorável ao projeto. Publicado em 21-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 31-10-52. Aprovada a subemenda à emenda nº 2. Prejudicados os artigos 1 e 2 do projeto e as emendas ns. 1 e 2. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 11-11-52.

À Câmara dos Deputados.

Emenda do Senado publicada em 21 de novembro de 1952.

Emenda aprovada em 15-12-52.

Na mesma data é aprovada a redação final.

Projeto enviado à sanção em 25-12 de 1952.

*Lei nº 1.792, de 30-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.325.996,00, para pagamento de gratificação de paraquedismo ao pessoal formado pelo antigo Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas do Exército, no exercício de 1949. — (*Diário Oficial* de 5-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 413, de 1952, enviada à Câmara dos Deputados).

Tomou o nº 2.586 de 1952.

Tramitação na C. dos Deputados :

Em 27-10-52, é lido e vai a imprimir. *D.C.N.* de 28-10-52, pág. 11.833, 1ª coluna.

Em 29-10, é despachado à Comissão de Finanças (*D.C.N.* de 30-10-52, pág. 11.960).

Em 14-11, é lido e vai a imprimir parecer favorável da Comissão de Finanças (2.586-A). *D.C.N.* de 15-11 de 1952, pág. 12.816, 3ª col.

Em 18-11, é aprovado requerimento de urgência de autoria do Sr. Gustavo Capanema, (*D.C.N.* de 19-11-52, página 13.170, 3ª col.).

Em 18-11., sessão extraordinária noturna, é anunciada e encerrada a discussão. Adiada a votação (*D.C.N.* de 19-11-52, pág. 10, 4ª col. (Suplemento)).

Na mesma data, entra em votação, sendo aprovado em 1ª discussão. (Página 21). Suplemento.

Em 19-11, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Submetido a votos, é aprovado e enviado à redação final.

Em 24-11, sessão extraordinária noturna, é lida e vai a imprimir a redação final (2.568-B-52) (*D.C.N.*

de 25-11-52, Suplemento 224, pág. 22, 1ª col.).

Em 25-11, é aprovada a redação final (*D.C.N.* de 26-11-52, pág. 13.738, 1ª col.).

Projeto remetido ao Senado em 27-11 de 1952, com o ofício nº 2.277, sob o nº 2.586-B-52.

Tomou o nº 349-52.

Lido em 2-12-52.

Remetido na mesma data à Comissão de Finanças.

Parecer da Comissão de Finanças, favorável, sob o n. 1.318, de 3-12-52, relatado pelo Sen. Pinto Aleixo, lido em 4-12-52 e publicado em 5-12-52.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-12-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem nº 426, de 19-12-52.

*Lei nº 1.793, de 30-12-52*, Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 571.462,70, destinado ao pagamento da diferença dos vencimentos atrasados aos funcionários abrangidos pela Lei nº 1.329, de 21 de janeiro de 1951. — (*Diário Oficial* de 5-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 380, de 6-10-52, remetida à Câmara dos Deputados).

Tomou na Câmara dos Deputados o nº 2.558-52.

Tramitação na C. dos Deputados :

Em 20-10-52, é lido e vai a imprimir. *D.C.N.* de 21-10-52, pág. 11.292, 1ª coluna.

Em 22-10-52, é despachado à Comissão de Finanças. *D.C.N.* de 23, página 11.596 — 2ª coluna.

Em 18-11-52, é aprovado requerimento de urgência, de autoria do Sr. Gustavo Capanema. *D.C.N.* de 19-11-52, pág. 13.170 — 3ª coluna.

Em 19-11-52, é aprovado requerimento da Comissão de Finanças, solicitando o prazo de 15 sessões a fim de que possa emitir parecer sobre o projeto. *D.C.N.* de 20-11-52, página 13.251 — 3ª coluna.

Em 20-11-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer favorável da Comissão de Finanças. 2.558-A — *D.C.N.* de 21-11-52, pág. 13.321 — 1ª coluna.

Em 25-11-52, é anunciada e encerrada a discussão. Submetido a votos é apro-

vado em 1ª discussão. *D.C.N.* de 26, pág. 13.792.

Em 26-11-52, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Em votação, é aprovado o projeto e enviado à Comissão de Redação. *D.C.N.* de 27-11-52, página 13.839 — 4ª coluna.

Em 1 de dezembro, é lida e vai a imprimir a redação final. 2.558-B-52 — *D.C.N.* de 2-12-52, pág. 23 — Suplemento.

Em 2 de dezembro é aprovada a redação final. *D.C.N.* de 3-12-52, página 14.085.

Projeto remetido ao Senado com o ofício nº 2.385, de 6-12-52, sob o número 2.558-B-52.

Tomou o nº 38-52.

Lido em 10-12-52 (sessão extraordinária noturna).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, nos termos do art. 90, letra *b*, do Regimento Interno, a requerimento do Sr. Sen. Domingos Velasco.

Depois de proferido, pelo Sen. Ivo d'Aquino, parecer oral, favorável, e de fazerem uso da palavra os Senadores Othon Mäder e Domingos Velasco, o projeto foi aprovado. À sanção com a Mensagem nº 428, de 20-12-52.

*Lei nº 1.794, de 31-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 22.000,00 em reforço à Verba 3 do Anexo nº 19, da Lei nº 1.487, de 6 de dezembro de 1951. — (*Diário Oficial* de 2-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 395, de 9-10-52).

Tomou o nº 2.570 na Câmara dos Deputados.

Tramitação na C. dos Deputados.

Em 22-10-52, é lido e vai a imprimir. *D.C.N.* de 23-10-52, pág. 11.573, 3ª coluna.

Em 24-10, é despachado à Comissão de Finanças (*D.C.N.* de 25-10-52, pág. 11.793).

Em 17-11, é lido e vai a imprimir com parecer favorável da Comissão de Finanças (2.570-A) *D.C.N.* de 18-11 de 1952, pág. 12.962, 1ª coluna.

Em 17-11, é aprovado requerimento de urgência de autoria do Sr. Gustavo Capanema (*D.C.N.* de 18-11-52, página 12.971).

Em 18-11, é aprovado requerimento, solicitando o prazo de 15 sessões para que a Comissão de Finanças emita parecer sobre o projeto (*D.C.N.* de 19 de novembro de 1952, pág. 13.167, 3ª coluna).

Em 19-11, é aprovado requerimento de preferência de autoria do Sr. Gustavo Capanema. Em consequência é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Submetido a votos, é aprovado (*D.C.N.* de 20-11-52, pág. 13.256, 3ª coluna).

Em 21-11, sessão extraordinária noturna, é anunciada a 2ª discussão. O Sr. Roberto Morena profere discurso que será publicado depois. Não havendo mais oradores inscritos é encerrada a discussão. Em votação, é aprovado e enviado à Comissão de Redação (*D.C.N.* — Suplemento nº 221 — de 22-11 de 1952, pág. 9, 2ª e 3ª colunas).

Em 26-11, é lida e vai a imprimir a redação final (2.570-B-52) (*D.C.N.* de 27-11-52, pág. 13.330).

Em 27-11, é aprovada a redação final (*D.C.N.* de 28-11-52, pág. 13.893, 4ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o Ofício nº 2.338, de 29-11-52, sob o nº 2.579-B-52.

Tomou o nº 361-52.

Lido em 5-12-52.

Remetido à Comissão de Finanças na mesma data.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra *b*, do Regimento.

Depois de proferido, pelo Sen. Durval Cruz, parecer oral, em nome da Comissão de Finanças, o projeto foi aprovado. À sanção, com a Mensagem nº 441, de 23-12-52.

*Lei nº 1.795, de 31-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 135.200,00 em reforço de verbas do Anexo nº 19 do Orçamento Geral da União (Lei nº 1.487, de 6 de dezembro de 1951). — (*Diário Oficial* de 2-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 340, de 12-9-52, remetida à Câmara dos Deputados).

Tomou o nº 2.456-52, na Câmara dos Deputados.

Tramitação na C. dos Deputados :

Em 19-9-52, é lido e vai a imprimir. *D.C.N.* de 20-9-52, pág. 9.751, 3ª coluna.

Em 22 de setembro é despachado à Comissão de Finanças. (*D.C.N.* de 23-9-52, pág. 9.849).

Em 31-10-52, é lido e vai a imprimir, tendo parecer, com emendas, da Comissão de Finanças. (2.456-A) *D.C.N.* de 1-11-52, pág. 12.087, 4ª coluna.

Em 5-11-52, é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Em votação, são aprovadas as emendas da Comissão de Finanças e o projeto, que volta à essa Comissão para redigir. (*D.C.N.* de 6-11-52, pág. 12.350 — 1ª coluna).

Em 17-11-52, é aprovado requerimento de urgência de autoria do Sr. Gustavo Capanema. *D.C.N.* de 18-11-52, pág. 12.971).

Em 19-11-52, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Submetido a votos, é aprovado e enviado à Redação Final. *D.C.N.* de 20-11-52, pág. 13.255 — 3ª col.

Em 24-11-52, sessão extraordinária noturna, é lida e vai a imprimir a redação final. 2.456-C-52 — (*D.C.N.* de 25-11-52, Suplemento nº 224 — página 21 — 2ª coluna).

Em 25-11-52, é aprovada a redação final. *D.C.N.* de 26-11-52, pág. 13.787 4ª coluna.

Projeto remetido ao Senado com o ofício nº 2.341, de 27-11-52, sob o número 2.456-C-52.

Tomou o nº 363-52.

Lido em 5-12-52.

Remetido à Comissão de Finanças na mesma data.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52 por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra *b* do Regimento Interno.

Depois de proferido, pelo Sen. Durval Cruz, parecer favorável, em nome da Comissão de Finanças, o projeto foi aprovado. À sanção, com a Mensagem nº 433, de 20-12-52.

Lei nº 1.796, de 31-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 100.800,00 à Verba 1 do Anexo nº 17, da Lei nº 1.487, de 6 de dezembro de 1951. — (*Diário Oficial* de 2-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 183, de 30-5-52, dirigida à Câmara dos Deputados).

Tomou o nº 2.040-52.

Tramitação na C. dos Deputados :

Em 9 de junho é lido e vai a imprimir. Publicado no *Diário do Congresso Nacional* (nº 104) de 10 de junho, à página 5.006.

Em 11-6-52, (sessão extraordinária noturna) é despachado à Comissão de Finanças. *D.C.N.* de 12, pág. 5.178.

Em 13-11-52, é aprovado requerimento do Sr. Gustavo Capanema, de urgência para discussão do projeto. (*D.C.N.* de 14-11-52, pág. 12-767, 1ª coluna).

Em 14-11-52, é aprovado requerimento do Sr. Israel Pinheiro, solicitando o prazo de 15 sessões para que a Comissão de Finanças possa emitir parecer sobre o projeto. *D.C.N.* de 15-11-52, pág. 12.827 — 3ª coluna.

Em 17-11-52, é lido e vai a imprimir. Parecer favorável da Comissão de Finanças. 2.049-A — *D.C.N.* de 18-11-52, página 12.953 — 3ª coluna.

Em 19-11-52, é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Senhor Gustavo Capanema. A seguir, é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Em votação, é aprovado. *D.C.N.* de 20-11-52, pág. 13.255, 3ª coluna e 13.256 — 1ª coluna.

Em 20-11-52, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Em votação, é aprovado e enviado à Comissão de Redação. *D.C.N.* de 21-11-52, página 13.335 — 2ª e 3ª colunas.

Em 26-11-52, é lido e vai a imprimir a redação final. 2.049-B-52 — *D.C.N.* de 27-11-52, pág. 13.330.

Em 27-11-52, é aprovada a redação final. *D.C.N.* de 28-11-52, página 3.893 — 4ª coluna.

Projeto remetido ao Senado com o ofício nº 2.363, de 29-11-52.

Despachado para a Comissão de Finanças na mesma data.

Incluído na Ordem do Dia da mesma data, por iniciativa da Mesa, nos termos do art. 90, letra *b*, do Regimento, dependendo de parecer da Comissão de Finanças.

Em 12-12-52 é dada a palavra ao Sen. Ivo d'Aquino, Presidente da Comissão de Finanças, que pede o prazo

de duas horas para que a mesma Comissão se manifeste sobre a matéria.

Esgota-se o tempo da sessão antes de ser novamente dada a palavra ao relator da Comissão de Finanças.

Aprovado em 13-12-52 (sessão extraordinária noturna) depois de emitir parecer oral, favorável, o relator da Comissão de Finanças. À sanção, com a Mensagem nº 446, de 29-12-52.

*Lei nº 1.797, de 31-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de .... Cr\$ 2.600.000,00, à dotação atribuída à Verba 3 do Anexo nº 21, da Lei número 1.487, de 6 de dezembro de 1951. (*Diário Oficial* de 21-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 372, de 3-10-52, dirigido à Câmara dos Deputados).

Tomou o nº 2.563-52.

Tramitação na C. dos Deputados :

Em 22-10, é lido e vai a imprimir. *D.C.N.* de 23-10-52, pág. 11.569, 2ª coluna.

Em 24-10, é despachado à Comissão de Finanças (*D.C.N.* de 25-10-52, pág. 11.793).

Em 17-11, é aprovado requerimento de urgência de autoria do Sr. Gustavo Capanema (*D.C.N.* de 18-11-52, pág. 12.791, 4ª coluna).

Em 18-11, é aprovado requerimento do Sr. Israel Pinheiro, solicitando o prazo de 15 sessões para a Comissão de Finanças opinar sobre o projeto. (*D.C.N.* de 19-11-52, pág. 13.167, 3ª coluna).

Em 17-11, é lido e vai a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças (2.565-A) (*D.C.N.* de 18-11 de 1952, pág. 12.961, 2ª col.

Em 19-11, é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Gustavo Capanema. A seguir, é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Em votação, é aprovado (*D.C.N.* de 20-11 de 1952, págs. 13.255, 3ª coluna e 13.256, 2ª e 3ª colunas).

Em 20-11, é anunciada a 2ª discussão.

O Sr. Campos Vergal profere discurso que será publicado depois (*D.C.N.* de 21-11-52, pág. 13.335, 3ª coluna).

Em 21-11, sessão noturna, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Adiada

a votação. (*D.C.N.* de 22-11-52, página 7, 3ª coluna (Suplemento nº 221).

Na mesma data, entra em votação, sendo aprovado e enviado à Comissão de Redação (pág. 8, 4ª coluna).

Em 26-11, é lida e vai a imprimir a redação final (2.565-B-52) (*D.C.N.* de 27-11-52, pág. 13.331).

Em 27-1, é lida e, sem observações, aprovada a redação final (2.565-B-52) (*D.C.N.* de 28-11-52, pág. 13.893, 4ª coluna).

Projeto remetido ao Senado com o ofício nº 2.337, de 29-11-52, sob o nº 2.565-B-52.

Tomou o nº 360-52.

Lido em 5-12-52.

Remetido na mesma data à Comissão de Finanças.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra b, do Regimento Interno.

Depois de proferido, pelo Sen. Durval Cruz, parecer oral, favorável, em nome da Comissão de Finanças, o projeto foi aprovado. À sanção, com a Mensagem nº 445, de 29-12-52.

*Lei nº 1.798, de 31-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de .... Cr\$ 100.000,00 à Verba 3 do Anexo nº 21, da Lei nº 1.487, de 6 de dezembro de 1951. — (*Diário Oficial* de 2-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 371, de 3-10-52, dirigida à Câmara dos Deputados).

Tomou o nº 2.567-52.

Tramitação na C. dos Deputados :

Em 22-10-52, é lido e vai a imprimir *D.C.N.* de 23-10-52, pág. 11.572, 1ª coluna.

Em 24-10-52, é despachado à Comissão de Finanças. (*D.C.N.* de 25-10 de 1952, pág. 11.793).

Em 17-11-52, é aprovado requerimento de urgência de autoria do Sr. Gustavo Capanema. (*D.C.N.* de 18 de novembro de 1952, pág. 12.971, 4ª coluna).

Em 18-11-52, é aprovado requerimento do Sr. Israel Pinheiro, solicitando o prazo de 15 sessões para a Comissão de Finanças opinar sobre o pro-

jeto. (D.C.N. de 19-11-52, pág. 13.167, 3ª coluna).

Em 17-11-52, é lido e vai a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças (2.567-A). (D.C.N. de 18 de novembro de 1952, pág. 12.960, 2ª coluna).

Em 19-11-52, é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Gustavo Capanema. A seguir é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Em votação é aprovado. (D.C.N. de 20 de novembro de 1952, págs. 13.255, 3ª coluna e 13.256, 3ª coluna).

Em 21-11-52, sessão extraordinária noturna, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Adiada a votação (D.C.N. de 22-11-52, pág. 7, 3ª coluna). Suplemento nº 221.

Na mesma data, entra em votação, sendo aprovado e enviado à Comissão de Redação (págs. 8 e 9).

Em 25-11-52, sessão extraordinária noturna, é aprovado requerimento do Sr. Felix Valois, solicitando dispensa de impressão da redação final. Em consequência, entra em votação, sendo aprovada. (2.567-B-52). (D.C.N. de 26-11-52, págs. 13 e 14 — Suplemento).

Projeto remetido ao Senado com o ofício nº 2.288, de 27-11-52, sob o nº 2.567-B-52.

Tomou o nº 355-52.

Lido em 3-12-52.

Remetido à Comissão de Finanças na mesma data.

Parecer da Comissão de Finanças, sob nº 1.393, de 5-12-52, relatada pelo projeto. Lido em 10-12-52.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem nº 434, de 20-12-52.

Lei nº 1.799, de 31-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ . . 400.000,00 para pagamento de despesas de material com a reinstalação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão. — (Diário Oficial de 5-1 de 1953).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 333, de 8-9-52, à Câmara dos Deputados).

Tomou o nº 2.457, de 1952.

Tramitação na C. dos Deputados :

Em 19-9, é lido e vai a imprimir. D.C.N. de 20-9-52, pág. 9.752, 2ª coluna.

Em 22-9, é despachado à Comissão de Finanças (D.C.N. de 23-9-52, página 9.849).

Em 13-10, pelo of. 1.889, é solicitada ao Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, cópia dos prejuízos causados pelo incêndio verificado naquele Tribunal bem assim o orçamento da despesa com a sua reinstalação. (D.C.N. de 14, pág. 10.848).

Em 17-10, o Tribunal Superior Eleitoral presta as informações solicitadas (D.C.N. de 20, pág. 11.823, 4ª coluna).

Em 6-11-, é lido e vai a imprimir, tendo parecer, com substitutivo, da Comissão de Finanças (2.457-A). D.C.N. de 7-11-52, pág. 12.422, 3ª col.

Em 14-11, sessão noturna, é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Adiada a votação. A seguir é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Brochado da Rocha, em consequência, entra em votação, sendo aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças. O projeto substitutivo passa a 2ª discussão, ficando prejudicado o primitivo. (D.C.N. de 15-11-52, páginas 12.850, 12.856 e 12.859). Na mesma data é aprovado requerimento de dispensa de interstício, de autoria do Sr. Rui Santos. (pág. 12.862, 1ª coluna).

Em 18-11, é aprovado requerimento de urgência, de autoria do Sr. Gustavo Capanema (D.C.N. de 19-11-52, pág. 13.170, 2ª coluna).

Em 18-11, sessão extraordinária noturna, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Em votação, é aprovado e enviado à Comissão de Redação (Suplemento nº 218, do D.C.N. de 19-11 de 1952, págs. 10, 3ª coluna e 19 e 20, 4ª coluna).

Em 24-11-52, sessão extraordinária noturna, é lida e vai a imprimir a Redação Final (2.457-B-52). (D.C.N. de 25-11-52, Suplemento nº 224, página 21, 4ª coluna).

Em 25-11-52, é lida e, sem observações, aprovada a redação final (2.457-B-52). D.C.N. de 26-11-52, pág. 13.787, 4ª coluna.

Projeto remetido ao Senado com o ofício nº 2.286, de 27-11-52, sob o nº 2.457-B-52.

Tomou o nº 354-52.

Lido na sessão de 3-12-52.

Remetido à Comissão de Finanças na mesma data.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, com parecer favorável sob nº 1.394, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem nº 442, de 23-12-52.

*Lei n.º 1.800, de 31-12-52* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00, para atender a despesas com as obras de restauração da pista principal do aeroporto internacional do Galeão. — (*Diário Oficial* de 5-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem nº 400, de 1951, de 13-11-51, dirigida à C.D.)

Tomou o nº 1.414-52.

Tramitação na C.D.

Em 21 de novembro, é lido e vai a imprimir. Publicado no DCN (Número 221) de 22, à pág. nº 11.569.

Em 22 de novembro, à Comissão de Finanças.

### CONVOCAÇÃO

Em 11 de dezembro, é lido e vai a imprimir com parecer favorável da Comissão de Finanças (1.414-A).

Em 14 de fevereiro, é aprovado requerimento de preferência de autoria do Sr. Gustavo Capanema. Em consequência é anunciada e encerrada a discussão (1ª) Vai, com 1 emenda oferecida pelo Sr. José Bonifácio, à Comissão de Finanças. Pub. no DCN de 15-2-52, pág. 1.215, 2ª col.

Em 9 de outubro, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Finanças favorável ao projeto e contrário à emenda de 1ª discussão (1.414-B) D.C.N. de 10-10-52, página 10.710, 1ª col.

Em 14 de outubro, é anunciada a votação em 1ª discussão. Em votação, é rejeitada a emenda e aprovado o projeto (DCN de 15-10-52, pág. 10.964). Na mesma data é aprovado requerimen-

to do Sr. Humberto Moura, solicitando dispensa de interstício (DCN de 15-10-52, pág. 10.967).

Em 15 de outubro, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Submetido a votos é aprovado e enviado à redação final (D.C.N. de 16-10-52, página número 11.059), 4ª col.).

Em 29 de outubro, é lida e vai a imprimir a redação final (DCN de 30 de outubro de 1952, pág. 11.950, 2ª coluna). (1.414-C).

Em 30 de outubro, é aprovada a redação final (DCN de 31-10-52).

Projeto remetido ao Senado com o of. 2.127, de 5-11-52, sob o número 1.414-C-51.

Tomou o nº 307-52.

Lido em 13 de novembro de 1952. Remetido na mesma data à Com. Finanças. Distribuição ao Sr. Senador Cesar Vergueiro.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra b, do Regulamento Int.

Depois de proferido, pelo Sen. Ferreira de Souza, parecer favorável, em nome da C. Finanças e de falar o Sen. Othon Mäder, é aprovado o projeto. À sanção, com a Mensagem número 432, de 20-12-52.

*Lei n.º 1.801, de 2-1-53*. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para auxiliar a Comissão Executiva do Monumento ao Imigrante da cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. — (*Diário Oficial* de 7-1-53).

Projeto apresentado pela Com. de Finanças da C.D.

Tomou o nº 2.274-52.

Tramitação na C.D.

Lido em 5-8-52.

Em 21-8-52 é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Adiada a votação. Aprovado na sessão extraordinária noturna da mesma data.

Redação final lida em 22-8-52.

Publicada em 22-8-52.

Aprovada em 29-8-52.



Projeto remetido ao Senado com o of. 1.650, de 4-9-52, sob o número 2.274-A-52.

Tomou o n.º 228-52.

Lido em 5-9-52.

Em pauta nos dias 11 e 15-9-52.

*Comissões que se pronunciaram*

Com. — Relatores — N.º — Data —  
Pron. — Leit. — Publ.

C.J. — Camilo Mércio — 1.420-52  
— 18-11-52 — Pela const. — 13-12-52  
— 14-12-52.

C.F. — Plínio Pompeu — 1.421-52  
— 13-12-52 — Fav. — 13-12-52 —  
14-12-52.

Em 13-12-52 é aprovado requerimen-  
to de dispensa de interstício formulado  
pelo Sen. Plínio Pompeu.

Incluído na Ordem do Dia da sessão  
de 15-12-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensa-  
gem n.º 439, de 23-12-51.

*Lei n.º 1.801-A, de 3-1-53* — Modi-  
fica o art. 103, do Código de Organi-  
zação Judiciária do Distrito Federal. —  
(*Diário Oficial* de 12-1-53).

Projeto apresentado na C.D. pelo  
Deputado Dilermando Cruz.

Tomou o n.º 1.861-52.

Tramitação na C.D.

Em 22 de abril, é lido e vai a im-  
primir.

Publicado no DCN (n.º 71), de 23,  
à pág. n.º 3.091.

Em 23-4-52, é despachado à Comis-  
são de Constituição e Justiça (DCN  
de 24, pág. 3.158, 2ª col.).

Em 16 de junho é lido e vai a im-  
primir, tendo parecer com substitutivo  
da Comissão de Constituição e Justiça  
(1.861-A-52) (DCN 17-6-52, página  
5.308).

Em 20 de junho é anunciada e encer-  
rada a 1ª discussão, ficando adiada a  
votação (DCN de 21-6-52 — página  
5.595).

Em 23 de junho, entra em votação,  
sendo aprovado o substitutivo da Co-  
missão de Justiça, que passa a 2ª dis-  
cussão, ficando prejudicado o primiti-  
vo. (DCN de 24-6-52, pág. 5.667,  
3ª col.).

Em 3 de julho, é anunciada e encer-  
rada a 2ª discussão. Em votação, é

aprovado, indo à redação final —  
1.861-A — (DCN de 4-7-52, pági-  
na 6.207, 1ª col.).

Em 16 de julho, é lida e vai a im-  
primir a redação final 1.861-B (DCN  
de 17 de julho, pág. 6.714, 4ª col.).

Em 18 de julho, é aprovada a reda-  
ção final.

Projeto remetido ao Senado com o  
of. 1.371, de 30-7-52, sob o número  
1.861-B-52.

Tomou o n.º 191-52. Lido em 4-8  
de 1952.

Em pauta nos dias 13 e 18-8-52.

Remetido à Com. Const. e Justiça em  
19-8-52.

Parecer da Com. Const. e Justiça  
sob n.º 1.360, de 6-11-52, pela rejeição  
(relator, Sen. Anísio Jobim). Lido em  
8-12-52.

Publicado em 9-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão  
de 12-12-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensa-  
gem n.º 412, de 17-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidên-  
cia da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do  
Senado em 3-1-53.

*Lei n.º 1.801-B, de 3-1-53.* — Abre  
ao Poder Judiciário — Supremo Tribu-  
nal Federal o — crédito suplementar  
de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço de  
dotações do Anexo 26, do Orçamento  
de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de de-  
zembro de 1951). — (*Diário Oficial*  
de 12-1-53).

Projeto apresentado pela C. F. da  
C. D. em atenção a pedido do Supremo  
Tribunal Federal (Of. 231-P, de 29  
de julho de 1952).

Tomou o n.º 2.531-52.

Tramitação na C. D.

*Andamento*

Em 10-11-52, é lido e vai a impri-  
mir. D. C. N. de 11-10-52, página  
10.786 — 4.ª coluna.

Em 15-10-52, é aprovado requeri-  
mento do Sr. Carvalho Sobrinho, soli-  
citando preferência para discussão e vo-  
tação do projeto. A seguir, é anunciada  
e encerrada a 1.ª discussão. Em vota-  
ção é aprovado o projeto e o requeri-  
mento do Sr. Carvalho Sobrinho, soli-  
citando dispensa de interstício para que

figure na próxima Ordem do Dia. D. C. N. de 16-10-52, páginas números 11.058 e 11.059.

Em 16-10-52, é anunciada em virtude de urgência e encerrada a 2.<sup>a</sup> discussão. Em votação é aprovado e enviado à Comissão de Redação. D. C. N. de 17-10-52, página 11.179 — 1.<sup>a</sup> coluna.

Em 24-10-52, é lida e vai a imprimir a redação final. 2.531-A, D. C. N. de 25-10-52, página 11.781 — 4.<sup>a</sup> coluna.

Em 27-10-52, é aprovada a Redação final D. C. N. de 28-10-52, página 11.851 — 2.<sup>a</sup> coluna.

Projeto remetido ao Senado com o Of. 2.120, de 31-10-52, sob o número 2.531-A-52.

Tomou o n.º 302-52.

Lido em 21-11-52.

Remetido à C. Finanças em 19 de novembro de 1952.

Parecer da Com. de Finanças, favorável, sob o n.º 1.332, de 3-12-52, relatado pelo Senador Mathias Olímpio, lido em 5-12-52 e publicado em 6 de dezembro de 1952.

Projeto incluído na O. D. da reunião de 11-12-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 411, de 17-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 3-1-53.

Lei n.º 1.802, de 5-1-53. — Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. — (*Diário Oficial* de 7-1-53).

Republicada no (*Diário Oficial* de 8 de janeiro de 1953).

Projeto originário da Comissão Mista de Leis Complementares (encaminhado ao Senado com o Ofício n.º 14, de 11 de agosto de 1948.

Tomou o n.º 30, de 1948.

Lido no expediente da sessão de 18 de agosto de 1948.

Em pauta, para recebimento de emendas, nos dias 18 e 19 do mesmo mês. Remetido à Comissão de Constituição e Justiça com 5 emendas, em 23 de agosto de 1948.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob o n.º 1.297, de 1948, de 28-10-1948 (relator, Senador Lúcio Corrêa), lido em 4-11-1948. Publicado

no Diário do Congresso Nacional de 5-11-1948.

1.<sup>a</sup> discussão em 9-11-1948.

Encerrada com apresentação de mais cinco emendas. Remetido à Comissão de Constituição e Justiça na mesma data, para opinar sobre essas emendas.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob o n.º 1.587, de 29 de novembro de 1948 (relator, Senador Lúcio Corrêa) lido em 3-12-1948. Publicado em 4-12-1948.

Votação em 8-12-1948. Aprovado com emendas, depois de falarem os Senadores João Villasboas, Lúcio Corrêa e Aloísio de Carvalho. Remetido na mesma data à Comissão de Redação de Leis, para redigir o vencido.

Parecer n.º 3, de 1949, da Comissão de Redação de Leis, oferecendo texto para discussão, lido em 18-1-1949. Publicado em 19-1-1949.

2.<sup>a</sup> discussão em 28-1-1949.

Aprovado sem debate.

Projeto remetido à Câmara dos Deputados em 9-2-1949, com o ofício número 88-A.

Tomou na Câmara o n.º 1.451, de 1849.

Tramitação na Câmara.

Em 16-2, é lido e vai a imprimir.

Em 30-5-49, é lido e vai a imprimir com parecer favorável da Comissão de C. e Justiça (1.451-A).

Em pauta, em discussão única, nos dias 1, 2 e 3 de junho.

Em 3-6-49, são encaminhadas à Comissão de C. e Justiça 69 emendas do Sr. Pedro Pomar, apresentadas em pauta.

Em 19-8-49, é lido e vai a imprimir tendo parecer na Comissão de C. e Justiça sobre as emendas: favorável às de ns. 48 e 66 e, em parte à de n. 59 e contrário às demais (1.451-B).

Em 23-8-49, é despachado à Comissão de C. e Justiça por despacho da Mesa. Vide Diário do C. Nacional de 24-8-49, fls. 7.576.

Em 25-8-49, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de C. e Justiça, com substitutivo ao projeto emendado em discussão única. (número 1.451-C).

Em 2-9-49, é anunciada a discussão única. Falam os Srs. Segadas Viana, Euzébio Rocha e Nelson Carneiro.

Em 8-9-49, é anunciada a continuação da discussão única.

Fala o Sr. Coelho Rodrigues. Na mesma data chegam à Mesa e são publicados (Vide D. C. N. de 9 de setembro de 1949, fls. 8.071) requerimentos de preferência e destaque de autoria do Sr. Hermes Lima e Sr. Nelson Carneiro.

Em 9-9-49, fala, pela ordem, o Sr. Armando Fontes. Anunciada a continuação da discussão única, falam os Srs. Coelho Rodrigues e Alde Sampaio.

Em 12-9-49, é anunciada a continuação da discussão. Falam os Srs. Café Filho e Euclides Figueiredo.

Em 13-9-49, é anunciada a continuação da discussão. Fala o Sr. Euclides Figueiredo.

Em 15-9-49, é anunciada a continuação da discussão. Fala o Sr. Hermes Lima.

Em 16-9-49, é anunciada a continuação da discussão. Falam os Srs. Raul Pilla, Arruda Câmara e Crepory Franco.

Em 19-9-49, é anunciada a continuação da discussão. Falam os Srs. Crepory Franco, Lino Machado e João Mendes.

Em 20-9-49, é anunciada a continuação da discussão. Falam os Srs. João Mendes e Antenor Bogéa.

Em 21-9-49, fala, pela ordem, o Sr. Antenor Bogéa. Na mesma data é anunciada a continuação da discussão. Fala o Sr. Campos Vergal.

Em 22-9-49, é anunciada a continuação da discussão. Falam os Srs. Antenor Bogéa, Freitas e Castro e Euzébio Rocha.

Em 26-9-49, é anunciada a continuação da discussão. Fala o Sr. Euzébio Rocha.

Em 28-9-49, é anunciada a continuação da discussão. Fala o Sr. Pedro Pomar. Encerrada a discussão. Anunciada à votação, o Sr. Hermes Lima retira dois pedidos de preferência. Fala para encaminhar a votação o Sr. Coelho Rodrigues. Aprovado o substitutivo da Comissão de Justiça. Aprovado o destaque n. 1, de autoria do Sr. Hermes Lima para os arts. 9 e 10 do projeto, afim de serem eliminados. Considerado prejudicado o destaque n. 2 também de autoria do Sr. Hermes Lima.

Retirado o destaque n. 3, pelo seu autor, Sr. Hermes Lima, e também os de ns. 4, 5 e 6. Dado como aprovado o destaque n. 7, do Sr. Hermes Lima, para a letra "b" do art. 35, o Sr. Coelho Rodrigues requereu verificação de votação retirando-a a seguir. Aprovado o destaque n.º 8 do Sr. Hermes Lima para a parte final do art. 49. O Sr. Hermes Lima a seguir retira os destaques ns. 9, 10, 11 e 12. O Sr. Nelson Carneiro retira os destaques números 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22. Aprovado o destaque n.º 23 para palavras, de autoria do Sr. Nelson Carneiro. Aprovados, nos termos dos pareceres, os destaques ns. 24 e 25, de autoria do Sr. Nelson Carneiro. Aprovado o destaque n. 26, de autoria do Sr. Nelson Carneiro. O Sr. Nelson Carneiro retira os destaques ns. 27, 28, 29, 30, 31. Aprovado o destaque n. 32, de autoria do Sr. Nelson Carneiro, que retira a seguir os destaques ns. 33, 34, 35 e 36. Aprovado o destaque n. 37, do Sr. Nelson Carneiro, que a seguir retira os destaques ns. 38 e 39. Considerado prejudicado o destaque n. 40 do Sr. Lino Machado. Ultimada a votação, o projeto volta à Comissão para incorporação de emendas e descerá, ainda, ao plenário, para uma discussão suplementar.

Publicada "errata" sobre o projeto no D. C. N. de 30-9-49, página 9.00.

Em 30-9-49, fala pela ordem, o Sr. João Mendes.

Em 19-10-49, é lida e vai a imprimir a redação para discussão suplementar (1.451-D).

Em 8-11-49, é aprovado requerimento do Sr. Café Filho, de adiamento da discussão por 24 horas.

Em 14-11-49, é anunciada a discussão suplementar. Falam os Srs. Crepory Franco, Campos Vergal e Pedro Pomar.

Em 16-11-49, é anunciada a continuação da discussão suplementar. Falam os Srs. Freitas e Castro e Café Filho e Gurgel do Amaral. Pela ordem, os Srs. Pedro Pomar e Afonso Arinos. Encerrada a discussão. Não havendo número, é adiada a votação de requerimentos, n. 1, do Sr. João Mangabeira, 2 a 8 do Sr. Hermes Lima, 9

do Sr. Crepory Franco, 10 do Sr. Domingos Velasco, 11 a 13 do Sr. Hermes Lima, 14 do Sr. Domingos Velasco, 15 a 17 do Sr. Hermes Lima e 18 do Sr. Domingos Velasco. Adia-da a votação até que a referida Comissão dê parecer sobre as emendas. A Mesa deixa de admitir, nos termos do art. 121 do Regimento, várias emendas (Vide D. C. N. de 17-11-49, página 11.414).

Em 27-7-10, o Sr. Café Filho lê moção da Bancada de Imprensa, da Câmara dos Deputados, contra a aprovação do projeto.

Desarquivado automaticamente em 23 de abril de 1951. Enviado à Comissão de Justiça na mesma data.

### 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa

Em 2 de junho, é lido e vai a imprimir tendo parecer da Comissão de C. e Justiça sobre emendas de discussão suplementar: — pela rejeição das de ns. 1, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16 e 17; pela aprovação das de ns. 11 e 18; pela aprovação, com subemenda do Relator, das de ns. 2, 4, 6, 12 e 13 (D. C. N. de 3, pág. 4.661, 3.<sup>a</sup> coluna).

Em 18-6-52, é anunciada e encerrada a discussão. Submetidos a votos são aprovados o projeto, as subemendas da Comissão de Justiça e o grupo de emendas de ns. 11 a 18 com parecer favorável e rejeitadas as demais, com parecer contrário. Vai à Comissão de Redação. 1.451-E) D.C.N. de 19 de junho de 1952, pág. 5.470, 2.<sup>a</sup> coluna).

Em 30-7-52, é lida e vai a imprimir a redação final (D. C. N. de 31 de julho de 1952, pág. 7.433, 3.<sup>a</sup> coluna).

Em 31-7, é aprovada a redação final. O Projeto é enviado ao Senado.

Substitutivo da Câmara recebido no Senado com o ofício n.º 1.463, de 8 de agosto de 1952, sob o n.º 1.451-F-49. Lido em 13-8-52.

Tomou o n.º 206-52.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 9-9-52. Distribuído ao Senador Ivo d'Aquino em 16-9-52.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob o n.º 1.419, lido na sessão extraordinária de 13-12-1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-1952, em virtude de dis-

pensa de interstício concedida em 13 de dezembro de 1952, a requerimento do Senador Ivo d'Aquino.

Aprovadas em 15-12-1952 as alterações classificadas pela Comissão de Constituição e Justiça sob os ns. 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 17, no substitutivo da Câmara. A Comissão de Redação.

Parecer n.º 1.441, de 1952, da Comissão de Redação, oferecendo redação final, lida em 15-12-1952 (sessão extraordinária noturna). Submetido imediatamente a discussão e votação, em virtude de requerimento de dispensa de publicação, formulado pelo Senador Aloísio de Carvalho. Aprovado.

Projeto remetido à sanção com a Mensagem n. 435, de 20-12-52.

Vetado parcialmente pelo Sr. Presidente da República (art. 38).

Aprovado o veto na sessão de 9 de fevereiro de 1953.

Lei n.º 1.803, de 5-1-53 — Autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República. — (*Diário Oficial* de 8-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 393, de 21-8-48).

Tomou o n.º 671-B-49.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício 731, de 20-6-50, sob o n.º 671 B-49.

Lido em 21-6-50. Tomou o n.º 171, de 1950.

Em pauta nos dias 23 e 26 de junho de 1950.

*Comissões que se pronunciaram — Pareceres :*

*Comissões — Relatores — Ns. — Datas — Pronunciamento — Leitura — Publicações*

Comissão de Justiça — Alfredo Neves — 586-51 — 19-10-50 — Favorável — 16-7-51 — 17-7-51.

Comissão de Agricultura — Flávio Guimarães — 587-51 — 7-12-50 — Favorável — 16-7-51 — 17-7-51.

Comissão de Finanças — Alfredo Massei — 588-51 — 29-1-51 — Favorável — 16-7-51 — 17-7-51.

C. V. Ob. P. — Onofre Gomes — 589-51 — 18-4-51 — Favorável com emendas — 16-7-51 — 17-7-51.

C. S. — Alfredo Simch — 590-51 — 10-5-51 — Favorável — 16-7-51 — 17-7-51.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-7-1951. Adiada a discussão para 26-7-51 a requerimento do Senador Domingos Velasco.

Encerrada a discussão em 26-7-51 com emenda apresentada pelo Senador Domingos Velasco.

*Comissões que se pronunciaram sobre a emenda*

*Pareceres*

*Comissões — Relatores — Ns. — Data — Pronunciamento — Leitura — Publicações*

Comissão de Justiça — Camilo Mercio — 5.9-51 — Pela constitucionalidade.

Comissão Agricultura — Júlio Leite — 5-1-52 — Favorável.

C. V. Ob. P. — Onofre Gomes — 20-2-52 — Favorável.

C. S. — Alfredo Simch — 26-3-52 — Favorável.

Em 26-9-52 é aprovado o Requerimento n.º 307, do Senador Domingos Velasco, pedindo a inclusão em Ordem do Dia (nos termos do art. 95, letra a, do Requerimento Interno, visto haver a Comissão de Finanças emglobado o pedido para se pronunciar sobre a emenda de Plenário).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 30-9-52.

Adiada a votação em 30-9-52 por falta de número.

Aprovado em 1-10-52 com as emendas da C. V. e um destaque requerido pelo Senador Mello Vianna.

Usam da palavra os Senadores Cicero Vasconcelos, para dar parecer sobre as emendas, em nome da Comissão de Finanças, Mello Vianna e Domingos Velasco.

À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 22-10-52.

À Câmara.

Emendas do Senado lidas em 21-11-52.

Publicado o parecer da Comissão Especial em 3-12-52.

Em 11-12-52 são aprovadas as emendas de ns. 1 e 3 e rejeitadas as de ns. 2 e 4.

Redação final lida em 12-12-52.

Aprovada em 13-12-52.

Projeto enviado à sanção em 15 de dezembro de 1952.

Em 24-8-49, são lidos para serem publicados posteriormente, em suplemento, parecer e projeto da Comissão Especial de Mudança da Capital da República.

Em pauta em 20, 21, 22 e 23-9-49.

Em 23-9-49, são encaminhadas à Comissão Especial para mudança da Capital da República, emendas ns. 1, do Sr. Vasconcelos Costa; 2, do Sr. Israel Pinheiro; 3, do Sr. Alde Sampaio; 4, do Sr. Jales Machado; 5, do Sr. Jales Machado; 6, do Sr. Leopoldo Maciel e 7 do Sr. Diógenes Magalhães.

Republicado em "errata" no Diário do Congresso Nacional de 6-10-49, página 9.293.

Em 13-12-49, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão Especial de Mudança da Capital da República sobre emendas de plenário, favorável à de n. 3 e contrário às de ns. 1, 2, 3, 4 e 5 e considerando prejudicada a de n.º 6. (671-A).

Em 14-4-50, é aprovado requerimento de adiamento de discussão por 48 horas, de autoria do Sr. Israel Pinheiro.

Em 18-4-50, ao ser anunciada a discussão, é aprovado requerimento, de autoria do Sr. Eunápio Queiroz, solicitando adiamento da mesma para a reunião seguinte.

Em 19-4-50, entra em discussão. Fala o Sr. Israel Pinheiro. A publicação do discurso será feita posteriormente (Vide D. N. C. de 27-4-50, página 2.856, 3.ª coluna).

Em 20-4-50, continua em discussão. É aprovado requerimento, de autoria do Sr. Arêa Leão, solicitando adiamento da discussão para a próxima sessão.

Em 25-4-50, é aprovado requerimento de adiamento da discussão para o fim da Ordem do Dia, de autoria do Sr. Batista Pereira. Na mesma data, continua a discussão. O Sr. Israel Pinheiro profere discurso que será publicado posteriormente (Vide D. C. N. de 27-4-50, pág. 2.858, 3.ª col.).

Em 26-4-50, continua a discussão. Falam os Srs. Vasconcelos Costa, Jales Machado, Eunápio de Queiroz e Coelho Rodrigues. Pelo adiantado da hora, é adiada a continuação da discussão.

Em 27-4-50, continua a discussão. Falam os Srs. Emilio Carlos e Caiado Godoi. Em seguida, é encerrada a discussão e adiada a votação, pela evidente falta de número.

Em 28-4-50, é anunciada a votação. O Sr. Presidente diz que ouvirá a Casa sobre a única emenda com parecer favorável, que é a de n.º 3, o Sr. Israel Pinheiro, pela ordem, solicita que seja considerado seu requerimento de preferência para a emenda n.º 2, de sua autoria. Após o Sr. Presidente anunciar que ela terá preferência quando for votado o grupo de emendas com parecer contrário, no qual ela se encontra, o Sr. Israel Pinheiro esclarece que se for aprovada a emenda n.º 3 ficará prejudicada a de n.º 2, motivo pelo qual insiste na votação do requerimento de preferência. O Sr. Hermes Lima, pela ordem, solicita seja feita a leitura das duas emendas e é atendido. Em seguida, entra em votação e é aprovado o requerimento do Sr. Israel Pinheiro, que fala para encaminhar a votação da emenda. Para o mesmo fim, falam os Srs. Jales Machado e Eunápio de Queiroz e, para uma declaração de voto, o Sr. Acúrcio Tórreres. Em seguida, é aprovada a emenda n. 2. O Sr. Eunápio de Queiroz, pela ordem, requer verificação da votação. Feita a nova votação simbólica, é ainda aprovada a emenda. O Sr. Eunápio de Queiroz insiste na verificação de votação, por bancadas. Procedendo-se a essa, reconhece-se terem votado a favor 32 Srs. Deputados e contra 48; total 80. Não havendo número procede-se à chamada para votação nominal. Respondem à chamada e votam 127 Srs. Deputados, sendo 69 não e 58 sim. Confirmada a falta de número, é adiada a votação.

Em 2-5-50, continua a votação das emendas. Fala, para uma questão de ordem o Sr. Café Filho e é esclarecido sobre ela imediatamente, pelo Sr. Presidente. Em seguida, o Sr. Arruda Câmara pede a palavra, que lhe é negada e em vista de não ser sua exce-

lência autor nem relator da emenda, nos termos do Regimento. Após o debate da questão, no qual toma parte, também o Sr. Jales Machado, o Sr. Presidente reconsidera a sua decisão anterior e concede a palavra ao Sr. Arruda Câmara, para encaminhar a votação, por tratar-se de substitutivo ao projeto a referida emenda n.º 2. Fala, para o mesmo fim, o Sr. Vasconcelos Costa. Em seguida é dada como aprovada a emenda substitutiva. O Sr. Eunápio de Queiroz, pela ordem, requer a verificação da votação. Feita a nova votação simbólica, é ainda dada como aprovada. O Sr. Eunápio de Queiroz insiste na verificação de votação por bancadas. Procedendo-se a esta, verifica-se terem votado a favor 37 Srs. Deputados e contra 46; total 83, com o Sr. Presidente 84. Não havendo número, procede-se à chamada e consequente votação nominal. Fala, para uma questão de ordem, o Sr. Flores da Cunha. Respondem à chamada e votam 134 Srs. Deputados, sendo 55 sim e 79 não. Confirmada a falta de número, é adiada a votação. Vem à Mesa Declaração de voto dos Srs. Sousa Leão e Munhoz da Rocha (Vide *D.C.N.* de 3-5-50, pág. 3.000, 3.ª coluna). Republicada a declaração de voto, do Sr. Munhoz da Rocha, no *D.C.N.* de 6-5-50, pág. 3.139, 4.ª coluna, por ter saído com incorreções).

Em 5-5-50, continua a votação das emendas, a partir da de n.º 2. Falam, para encaminhar a votação, os Srs. Jales Machado, Israel Pinheiro e Diógenes Magalhães. Em votação, é rejeitada a emenda n.º 2. O Sr. Israel Pinheiro, pela ordem, requer verificação da votação. Feita a nova votação, simbólica, é ainda dada como rejeitada. O Sr. Israel Pinheiro, pela ordem, insiste na verificação da votação, por bancadas. Procedendo-se a esta, reconhece-se terem votado a favor 34 Senhores Deputados e contra 67 total 101. Não havendo número, procede-se à chamada e consequente votação nominal. Respondem à chamada e votam 161 Senhores Deputados, sendo 61 sim e 100 não. A emenda foi rejeitada. O Sr. Artur Bernardes fala para uma declaração. Prosseguindo, o Sr. Presidente anuncia que, com a rejeição da

emenda n.º 2. fica prejudicada a de n.º 1, para a qual foi solicitada preferência pelo Sr. Vasconcelos Costa.

— É aprovada preferência para votação do projeto sobre a emenda n.º 3, requerida pelo Sr. Relator. Em votação, é rejeitada a emenda n.º 5 nos termos do requerimento de destaque para a aprovação dos artigos 3, 4 e 6, e que o artigo 3.º seja votado separadamente, assim como seus parágrafos 1.º, 2.º, 4.º e 5.º, de autoria do Sr. Jales Machado. Para encaminhar a votação, falaram os Srs. Jales Machado e Eunápio Queiroz. O Sr. Jales Machado, pela ordem, requer verificação da votação. Feita a nova votação simbólica, é ainda dada como rejeitada a emenda n.º 5. Em votação, é também rejeitada a emenda n.º 4. Submetido a votos, o projeto é aprovado e enviado à Comissão de Redação, ficando prejudicadas as emendas ns. 3 e 6 e o requerimento de destaque para a emenda n.º 6, de autoria do Sr. Leopoldo Maciel.

Em 10-5-50, é lida e vai a imprimir a redação final (671-B).

Em 11-5-50, é lida, e, sem observações, aprovada a redação final. O projeto vai ao Senado.

Em 16-6-50, é encaminhado ao Senado, com Ofício n.º 731.

*Lei n.º 1.804, de 5-1-53* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 835.000,00, para pagamento dos auxílios destinados à manutenção do Leprosário Colônia Bonfim e ao desenvolvimento da Campanha de Adultos e Adolescentes, no Estado do Maranhão. — (*Diário Oficial*, de 8-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 140, de 2-5-52, remetida à C.D.).

Tomou o n.º 1.954-52.

Tramitação na C.D.:

Em 15-5, é lido e vai a imprimir. Publicado no *D.C.N.* (n.º 87), de 16-5, à pág. 3.932.

Em 19-5, é despachado à Comissão de Finanças (*D.C.N.* de 20, pág. 4.055, 4.º col.).

Em 10-7, é lido e vai a imprimir parecer favorável da Comissão de Finan-

ças (1954-A-52). Publicado no *D.C.N.* de 11-7-52, pág. 6.454).

Em 23-7, é lido e vai a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças (1954-A). *D.C.N.* de 24-7-52, pág. 7.023, 1.º col. Republicado, por ter saído com incorreções o parecer.

Em 8-8, é anunciada e encerrada a 1.ª discussão. Submetido a votos é aprovado.

Em 21-8, é anunciada e encerrada a 2.ª discussão. Adiada a votação. (*D.C.N.* de 22-8-52, página 8.382, 2.º col.).

Na mesma data, sessão extraordinária noturna, entra em votação sendo aprovado; vai à Redação Final. (*D.C.N.* de 22-8-52, pág. 8.388, 2.º col.).

Em 28-8, é lida e vai a imprimir a redação final. 1954-B (*D.C.N.* de 29-8-52, pág. 8.697, 4.º col.).

Em 29-8, é aprovada a redação final (*D.C.N.* de 30-8-52, pág. 8.768).

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n.º 1.686, de 9-9-52, sob o número 1.954-B-52.

Tomou o n.º 236-52.

Lido em 11-9-52.

Em pauta nos dias 18 e 19-9-52.

*Comissões que se pronunciaram:*

*Com. — Relatores — Ns. — Datas — Pron. — Leit. — Publ.*

C. J. — Clodomir Cardoso — 1.383-52 — 16-10-52 — Pela const. — 9-12-52 — 10-12-52.

C. F. — Plínio Pompeu — 1.384-52 — 5-12-52 — Fav. — 9-10-52 — 10-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52.

Aprovado. À sanção, com a Mensagem n.º 443, de 29-12-52.

*Lei n.º 1.805, de 5-1-53* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para pagamento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por serviços prestados nos 3.º, e 4.º trimestres de 1950. — (*Diário Oficial*, de 8-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 172-A, de 24-5-50).

Tomou o n.º 2.050-52.

Tramitação na C.D.:

Em 9 de junho é lido e vai a imprimir. Publicado no *Diário do Congresso Nacional* (11.104) de 10 de junho á pág. 5.007.

Em 11-6-52, sessão extraordinária noturna, é despachado à Comissão de Finanças. *D.C.N.* de 12, pág. 5.178.

Em 16-10-52, é lido e vai a imprimir parecer favorável da Comissão de Finanças. 2.050-A. (*D.C.N.* de 17 de outubro de 1952, pág. 11.164 — 2º col).

Em 31-10-52, é anunciada e encerrada a 2ª discussão. Em votação é aprovado, indo à Redação Final. *D.C.N.* de 1-11-52, página 12.106 — 3º col.

Em 11 de novembro é lida e vai a imprimir a Redação Final. 2.050-B de 1952. *D.C.N.* de 12-11-52, página 12.615.

Em 12-11-52, é aprovada a redação final. *D.C.N.* de 13-11-52, página 12.692 — 1ª coluna.

Projeto remetido ao Senado com o ofício n.º 2.154, de 17-11-52, sob o n.º 2.050-B-52.

Tomou o n.º 314-52.

Lido em 18-11-52. Remetido à Comissão de Finanças em 19-11-52.

Distribuído ao Senador Apolônio Sales.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra *b*, do Reg. Int.

Depois de proferido, pelo Senador Durval Cruz, parecer favorável, em nome da C. F., o projeto é aprovado.

A sanção, com a Mensagem número 444, de 29-12-52.

*Lei n.º 1.806, de 6-1-53* — Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. — (*Diário Oficial*, de 7 de janeiro de 1953).

Tomou na Câmara o n.º 267-48.

Lido em 13-5-48.

Discussão inicial em 23-5-48.

Em 20-1-50 são publicados os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Em 14-12-50 é lida a redação final.

Em 15-12-50 é aprovada a redação final.

O projeto é enviado ao Senado com o ofício n.º 242, de 31-1-51.

Lido no Senado em 16-3-51.

Em pauta nos dias 4 e 5-4-51.

Tomou o n.º PLCD-73-51.

Em 12-12-51 é apresentado requerimento de urgência pelo Senador João Villasbôas e outros. Ficou prejudicado pelo término da sessão legislativa em que foi apresentado.

Comissões que se pronunciaram:

Pareceres

Com. — Rel. — Ns. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. Just. — A. Jobim — 431-52 — 16-5-51 — pela const. — 14-5-52 — 15-5-52.

Agricult. — Júlio Leite — 432-52 — 8-6-51 — favorável — 14-5-52 — 15-5-52.

Finanças — A. Adolpho — 433-52 — 28-4-52 — of. subst. — 14-5-52 — 15-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 19-5-52. Adiada a discussão para o dia 22, a requerimento do Senador João Villasbôas.

Encerrada a discussão em 23-5-52, voltou às Comissões com emendas.

Comissões que se pronunciaram sobre as emendas de plenário:

Com. — Rel. — Ns. — Data — Pron. — Leit. — Publ.

C. Just. — A. Jobim — 669-52 — 9-6-52 — pela const. — 10-7-52 — 11-7-52.

Agricultura — Sá Tinoco — 670-52 — 1-7-52 — fav. em parte à Em 12 — 10-7-52 — 11-7-52.

Finanças — A. Adolpho — 671-52 — 9-7-52 — contr. às e. 4, 5, 6, 9, 11, 12 e 13; c/s. e. às e. 7, 8 e 10. — 10-7-52 — 11-7-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 17-7-52. Aprovado o substitutivo da Com. de Finanças. Falam os Senadores J. Villasbôas e A. Adolpho. Iniciada a votação das emendas, que é interrompida por falta de número.

Terminada a votação das emendas e submeendas. Oradores: Senador J. Villasbôas e A. Adolpho. Fica prejudi-



cado o projeto primitivo. À Comissão de Redação (sessão de 18-7-52).

Aprovada a redação final em 31-7-52. À Câmara.

Emendas do Senado lidas em 25-8-1952.

Pareceres das Comissões Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e da Comissão de Finanças, lidos em 11-12-52.

Em 13-12-52 são aprovadas as emendas do Senado. Na mesma data é lida a redação final.

Em 14-12-52 é aprovada a redação final.

Em 15-12-52 o projeto é enviado à sanção.

Vetado parcialmente pelo Sr. Presidente da República.

Aprovado o veto na sessão conjunta de 11-2-53.

*Lei n. 1.807, de 7-1-53* — Dispõe sobre operações de câmbio e dá outras providências. — (*Diário Oficial*, de 7-1-53).

Projeto originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 249, de 7-8-51, enviada à Câmara dos Deputados).

Tomou o n.º 1.041, de 1951.

Tramitação na Câmara dos Deputados:

Em 23-8-51, é lido e vai a imprimir.

Em pauta, nos dias 27, 28, 29 e 30 de agosto de 1951.

Em 3-9-51, é despachado às Comissões de Economia e de Finanças.

1952

Em 23-6, é aprovado requerimento solicitando a audiência da Comissão de Justiça, de autoria do Sr. Hélio Cabal. (*D.C.N.* de 24-6-52, pág. 5.649, 3ª col.).

Em 24-7, fala o Sr. Carmelo D'Agostino (*D.C.N.* de 25-7-52, pág. 7.128, 3ª col.).

Em 26-7, é publicado discurso do Sr. Carmelo D'Agostino pronunciado em 21-7-52, à pág. 7.196, 1ª col. Na mesma data, à pág. 7.197, 2ª col. é publicado o discurso pronunciado em 24 de julho de 1952, em que S. Excia. apresenta o seu substitutivo ao projeto.

Em 28-8, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Justiça que opina pela constitucionalidade do projeto e dos ns. 407-51 e 1.148-51,

salvo quanto aos arts. 4.º e 5.º do de n.º 1.041-51, art. 2.º dos de n.º 407-51 e 1.148-51, arts. 5.º e 6.º do substitutivo apresentado na Comissão de Economia pelo Sr. Adolfo Gentil e com emendas da Comissão. Parecer da Comissão de Economia com substitutivo ao projeto e aos de ns. 407-51 e 1.148-51 com voto do Sr. Adolfo Gentil e parecer da Comissão de Finanças favorável ao referido substitutivo (1.041-A) *D.C.N.* de 29-8-52, pág. 8.676, 2ª col.

Em 4-9, é anunciada a primeira discussão. O Sr. Carmelo d'Agostino profere discurso que será publicado depois. Fala o Sr. Raimundo Padilha (*D.C.N.* de 5-9-52, pág. 9.027, primeira coluna).

Em 8-9, continua em discussão. Fala o Sr. Raimundo Padilha, cujo discurso será publicado depois. (*D.C.N.* de 9-9-52, pág. 9.185, 2ª coluna). Fala, sobre o projeto, o Sr. Vitor Issler (3ª col.). Na mesma data, profere discurso o Sr. Daniel Faraco, (Página 9.186, 1ª col.).

Em 9-9, continua em discussão. Falam os Srs. Daniel Faraco e Aliomar Baleeiro. (*D.C.N.* de 10-9-52, página 9.273).

Em 10-9, é anunciada a continuação da primeira discussão. O Sr. Aliomar Baleeiro profere discurso que será publicado posteriormente (*D.C.N.* de 11-9-52, pág. 9.376).

Discursos dos Deputados Carmelo d'Agostino, proferidos na sessão do dia 4-9-52, Raimundo Padilha, na sessão de 8-9-52 e Aliomar Baleeiro, na sessão do dia 10-9-52 e publicados no *D.C.N.* de 13-9-52, págs. 9.488, 9.489, 9.490, 9.491, 9.492, 9.493, 9.494, 9.495 e 9.496.

Em 19-9, é anunciada a continuação da primeira discussão, em virtude da aprovação de requerimento de preferência. Fala o Sr. Orlando Dantas — (*D.C.N.* de 20-9-52, pág. 9.763 a 9.765).

Em 30-9, é anunciada e encerrada a 1ª discussão. Adiada a votação em virtude de emendas oferecidas e para serem encaminhadas às Comissões de Economia e Finanças, ns. 1, do Sr. Wanderlei Júnior; 2, 3, 4, 5 e 16 do Sr. Herbert Levy; 6, 7, 8, 9, 10 e 13 do Sr. Alde Sampaio; 11, do Sr. Armando

Correia; 12, do Sr. Rafael Cincurá e outro; 14, do Sr. Eusébio Rocha e outros e 15 do Sr. Raimundo Padilha. É indeferido pela Mesa requerimento do Sr. Aliomar Baleeiro por não se enquadrar no Regimento Interno, solicitando o pronunciamento prévio do Conselho Nacional de Economia e que a discussão nas Comissões seja acompanhada por um especialista no assunto (D.C.N. de 1-10-52, págs. 10.190 a 10.192).

Em 19-11, é aprovado requerimento de urgência, de autoria do Sr. Gustavo Capanema (D.C.N. de 20-11-52, página 13.251, 3ª col.).

Na mesma data, é aprovado requerimento do Sr. Israel Pinheiro, solicitando o prazo de 10 dias para a Comissão de Finanças opinar sobre o projeto (pág. 13.254, 3ª col.).

Em 27-11, é lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça que opina pela sua constitucionalidade e dos de ns. 407-51 e 1.148-51, salvo quanto aos arts. 5.º e 6.º do substitutivo apresentado na Comissão de Economia pelo Sr. Adolpho Gentil e com emendas da comissão. Parecer da Comissão de Economia com substitutivo ao projeto e aos de números 407-51 e 1.148-51 com voto do Sr. Adolpho Gentil e parecer da Comissão de Finanças favorável ao referido substitutivo. Pareceres sobre emendas de 1ª discussão: da Comissão de Economia, com subemendas às de números 7, 8 e 16 (3ª parte) e contrário às de ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 (1ª e 2ª partes) e da Comissão de Finanças com subemendas às de ns. 7 e 15 e favorável às subemendas da Comissão de Economia às de ns. 8 e 16 (3ª parte), contrário às de ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 16 (1ª e 2ª partes) e com emendas da Comissão de ns. I a VIII. (D.C.N. de 7-11-52, pág. 13.901, 1ª coluna).

Em 28-11, sessão extraordinária noturna, entra em votação. Vêm à Mesa e são deferidos requerimentos de destaques, de autoria dos Srs. Antônio Balbino e Arnaldo Cerdeira, Aliomar Baleeiro e Bilac Pinto, para a emenda n.º III, da Comissão de Finanças e de Daniel Faraco e Vitor Issler, para às de ns. III e IV, da mesma Comissão.

Em votação o substitutivo da Comissão de Economia, fala, para encaminhá-la o Sr. Daniel Faraco. Submetido a votos é aprovado. Em votação as emendas ns. I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, oferecidas pela Comissão de Finanças, salvo os destaques, são aprovadas. O Sr. Orlando Dantas requer e insiste na verificação da votação, por bancadas. Procedendo-se a esta, reconhece-se terem votado a favor 155 deputados e 1, contra total 156, com o Presidente, 157; aprovadas. Em votação as emendas com parecer favorável e respectivas subemendas salvo os destaques, são aprovadas. O Sr. Orlando Dantas requer e insiste na verificação da votação, por bancadas. Procedendo-se a esta, reconhece-se terem votado a favor 160 deputados e contra 2, total 162, com o presidente, 163. Aprovadas as emendas e respectivas subemendas. Em votação as emendas com parecer contrário salvo os destaques, são rejeitadas. Em votação a emenda n.º 15, de plenário com subemenda da Comissão de Finanças, é aprovada. O Sr. Presidente anuncia a votação da emenda n. III, destacada a requerimento dos Srs. Antônio Balbino, Arnaldo Cerdeira, Aliomar Baleeiro e Bilac Pinto. Falam, para encaminhá-la os Srs. Daniel Faraco, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, cujo discurso será publicado depois e Carlos Luz. Submetida a votos, é aprovada. O Sr. Bilac Pinto requer e insiste na verificação da votação por bancadas. Procedendo-se a esta, reconhece-se terem votado à favor 78 deputados e contra 121, total 199, com o Sr. Presidente 200. Rejeitada. Em votação a emenda n.º IV, destacada a requerimento dos Srs. Daniel Faraco e Vitor Issler. Fala, para encaminhá-la o Sr. Daniel Faraco. Submetida a votos, é aprovada. O Sr. Iris Meinberg requer e insiste na verificação da votação por bancadas. Procedendo-se a esta, reconhece-se terem votado a favor 89 deputados e contra 63, total 152, com o Sr. Presidente, 153. Aprovada a emenda n.º IV, da Comissão de Finanças. Estão prejudicadas as emendas da Comissão de Constituição e Justiça e o projeto primitivo. Volta à respectiva Comissão para redigir para a 2ª discussão. Vêm a Mesa declaração de voto do Sr. Alde Sampaio. Fa-

la o Sr. Brochado da Rocha (*D.C.N.* de 29-11-52, págs. 7, 8, 9, 10 e 11 Suplemento).

Em 28-11, é lida e vai a imprimir a redação para a 2ª discussão (1.041-51). (*D. C. N.* de 29-11-52, pág. 15, 1ª col. (Suplemento) sessão Extraordinária noturna).

Em 1-12, sessão extraordinária noturna, é anunciada a 2ª discussão (urgência). Falam os Srs. Fernando Ferrari, Aliomar Baleeiro, Orlando Dantas, Alde Sampaio e Raimundo Padilha cujos discursos serão publicados depois (dos três últimos) (*D.C.N.* de 2 de dezembro de 1952, págs. 23 a 28 — Suplemento).

Em 2-12, é anunciada a continuação da 2ª discussão. Falam os Srs. Tenório Cavalcanti e Herbert Levy. Não havendo mais oradores inscritos é encerrada a discussão e adiada a votação. Vai, com 12 emendas oferecidas pelos Srs. Brochado da Rocha (números 1-7, 8 e 9); Pereira da Silva (n.º 2); Mário Altino (n.º 3), Alde Sampaio (n.º 4); Paulo Sarazate (n.º 5); Daniel de Carvalho (n.º 6); Orlando Dantas (n.º 10) e Herbert Levy (ns. 11 e 12, às Comissões de Economia e de Finanças (*D.C.N.* de 3-12-952, págs. 14.089 a 14.093).

Em 3-12, sessão extraordinária noturna, entra em votação, dependente de parecer das Comissões de Economia e de Finanças (em urgência). O Sr. Presidente anuncia que a Comissão de Finanças ao examinar as emendas, opinou: a) pela aprovação das de ns. 5 e 6; b) pela rejeição das de ns. 1, 3, 4, 10 e 12, e c) pela aprovação de subemendas às ns. 2, 7, 8 e 11; a Comissão de Economia manifestou-se favoravelmente às emendas ns. 4, 5, 8 e 9; contrariamente às de ns. 1, 3, 6, 10 e 12 e com subemendas às emendas ns. 2, 7 e 11. Vêm à Mesa e são deferidos requerimentos de destaque para as emendas ns. 1, 2, 4, 7, 8 e 9. Raimundo Padilha; 1, 4, 5. Brochado da Rocha; 2 — Alde Sampaio; 2, 3, 5 e 10. Orlando Dantas, 2-5. Bilac Pinto, 4 — Roberto Morena e 11 e 12, Herbert Levy. Em votação a Emenda n.º 1. Falam, para encaminhá-la os Srs. Raimundo Padilha, Daniel Faraco, Brochado da Rocha e Carlos Luz. Sub-

metida a votos, é rejeitada. Em votação a Emenda n.º 2. Falam, para encaminhá-la os Srs. Daniel Faraco, Alde Sampaio, Raimundo Padilha, Bilac Pinto, Orlando Dantas, Carlos Luz e para questão de ordem os Srs. Alde Sampaio e Orlando Dantas. O Sr. Presidente anuncia dois requerimentos de preferência; o primeiro do Sr. Eurico Sales, para votação da subemenda da Comissão de Finanças à emenda n. 2; o 2º do Sr. Daniel Faraco para a subemenda substitutiva da Comissão de Economia. Fala o Sr. Daniel Faraco para uma questão de ordem. Submetido a votos, o requerimento do Senhor Eurico Sales é aprovado. O Sr. Daniel Faraco requer e insiste na verificação da votação, por bancadas. Procedendo-se a esta, reconhece-se terem votado a favor 106 Srs. deputados e contra 60, total 166, com o Sr. Presidente, 167. Aprovado. Em votação a subemenda da Comissão de Finanças à Emenda n. 2, é aprovada. O Sr. Alde Sampaio requer e insiste na verificação da votação, por bancadas. Procedendo-se a esta, reconhece-se terem votado a favor 111 deputados e contra 45, total 156, com o Sr. Presidente, 157. Está aprovada a subemenda da Comissão de Finanças à Emenda n.º 2, ficando prejudicada a subemenda da Comissão de Economia e a própria emenda. Vem à Mesa declaração de voto do Sr. Nestor Jost e outros (*D.C.N.* de 4-12-52, págs. 17 a 23 — Suplemento).

Em 4-12-952, continua a votação. Submetida a votos a Emenda n.º 3, é rejeitada. Em votação a emenda n.º 4. Falam os Srs. Alde Sampaio, Raimundo Padilha, Daniel Faraco e Carlos Luz. Submetida a votos, é rejeitada. O Sr. Alde Sampaio requer e insiste na verificação da votação por bancadas. Procedendo-se a esta, reconhece-se terem votado a favor 60 deputados e contra 96; total 156, com o Sr. Presidente, 157. Rejeitada. Em votação a emenda n.º 5; é rejeitada. Em votação a Emenda n.º 6. O Sr. Roberto Morena profere discurso que será publicado depois. Submetida a votos, é rejeitada. Em votação a emenda n.º 7. Falam os Srs. Brochado da Rocha, Raimundo Padilha e Orlando Dantas. O Sr. Presidente submete a votos a sub-

emenda à emenda n.º 7; aprovada. O Sr. Roberto Morena requer verificação da votação. Feita a nova votação simbólica, é dada como aprovada. O Senhor Roberto Morena insiste na verificação da votação, por bancadas. Procedendo-se a esta, reconhece-se terem votado a favor 181 deputados e contra 2, total 183, com o Sr. Presidente, 84. Está aprovada a subemenda e prejudicada a emenda. Em votação a emenda n.º 8. Falam os Srs. Raimundo Padilha, Orlando Dantas, Brochado da Rocha. O Sr. Presidente submete a votos a subemenda à emenda n.º 8; aprovada. Fica prejudicada a emenda. Em votação a emenda n.º 9, é aprovada. Em votação a emenda n.º 11. O Sr. Presidente submete a votos a subemenda à emenda n.º 11, aprovada. Fica prejudicada a emenda. Em votação a emenda n.º 12. Falam os Senhores Herbert Levy, Daniel Faraco, Raimundo Padilha e Carlos Luz. Submetida a votos, é rejeitada. O Sr. Herbert Levy requer e insiste na verificação da votação, por bancadas. Procedendo-se a esta, reconhece-se terem votado a favor 32 deputados e contra 123; total 155, com o Sr. Presidente, 156. Está rejeitada a emenda n.º 12. Em votação o projeto, é aprovado e enviado à Comissão de Redação (D.C.N. de 5 de dezembro de 1952, págs. 14.195 a 14.201).

Em 4-12-52, é lida e vai a imprimir a Redação Final (1041-D-51) (D.C.N. de 5-12-52, pág. 14.202).

Na mesma data, sessão extraordinária noturna, é submetida a votos, sendo aprovada. O Sr. Plínio Coelho requer verificação da votação. Feita a nova votação simbólica, é dada como aprovada. O Sr. Plínio Coelho insiste na verificação da votação, por bancadas. Sendo evidente a falta de número, o Sr. Presidente deixa de mandar proceder à verificação solicitada. — (D.C.N. de 5-12-52, pág. 14.210).

Em 5-12-52, é aprovada a Redação Final (1041-D-51) D.C.N. de 6 de dezembro de 1952.

Projeto remetido ao Senado com o Ofício n. 2.373, de 6-12-52, sob o n.º 1.041-D-51.

Lido na sessão de 8-12-52.

Tomou o n.º 367, de 1952.

Despachado às Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio e de Finanças.

Em 12-12-52 é lido e aprovado requerimento (n.º 579-52), do Sr. Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o projeto, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno.

Na mesma sessão é submetido a Plenário o projeto. O Senador Ferreira de Souza, em nome da Comissão de Finanças emite parecer oral, pela aprovação do projeto, com as emendas que oferece, ns. 1 a 4. O Senador Ismar de Góes profere voto em separado, oralmente. Esgotado o tempo da sessão, a matéria fica transferida para a sessão seguinte.

Em 12-12-52 o Senador Walter Franco oferece parecer oral em nome da Comissão de Agricultura e apresenta emendas (ns. 5 a 10). Aberta a discussão, são oferecidas mais cinco emendas (ns. 11 a 15). Falam os Srs. Senadores Domingos Velasco, Onofre Gomes, Attilio Vivacqua, Alfredo Neves e Kerginaldo Cavalcanti. Pelo Senador Aloysio de Carvalho é requerida a audiência da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas (requerimento n. 590-52).

Na sessão extraordinária noturna da mesma data, os Senadores Attilio Vivacqua, Walter Franco e Ferreira de Souza oferecem parecer sobre as emendas, em nome das Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e de Finanças, respectivamente.

Passando-se à votação, são aprovadas as emendas ns. 1, 2, 4, 6, 7, 9, 10 e 13. São rejeitadas as emendas ns. 3, 5, 8, 12, 14 e 15. É considerada prejudicada a de n.º 11, bem como a subemenda à Emenda n.º 12.

Falam os Senadores Othon Mäder, Alencastro Guimarães, Bernardes Filho, Mozart Lago, Kerginaldo Cavalcanti, Aloysio de Carvalho, Gomes de Oliveira e Domingos Velasco. Aprovado o projeto com as modificações constantes das emendas aprovadas. Remetido à Comissão de Redação.

Na mesma sessão é lido o parecer n.º 1.425-52, da Comissão de Redação, oferecendo redação final às emendas do Senado ao projeto. Submetido ime-

diatamente à discussão e votação, é aprovado. É designado o Senador Ferreira de Souza para acompanhar na Câmara o estudo das emendas do Senado.

Emendas do Senado publicadas em 14-12-52 e remetidas às Comissões de Economia e Finanças.

Em 15-12-52 são aprovadas as emendas com parecer favorável.

Aprovada na mesma data a redação final, em virtude de dispensa de impressão.

Projeto enviado à sanção em 25 de dezembro de 1952.

Vetado parcialmente pelo Sr. Presidente da República (alínea a do número I do art. 3.º e o art. 13).

Mantido o veto na sessão conjunta de 10-2-53.

*Lei n.º 1.808, de 7-1-53.* — Dispõe sobre a responsabilidade de diretores de bancos e casas bancárias, e dá outras providências. — (*Diário Oficial* de 7-1-53).

Apresentado pelo Deputado Herbert Levy. Tomou o n.º 202-47.

Em 22-5-47, é publicado.

Em 25-11-47, são publicados os pareceres da Comissão de Justiça, da Comissão de Legislação e da Comissão de Indústria e Comércio.

Em 21-1-48, é aprovado e vai à Comissão de Redação.

Em 5-2-48, em virtude de dispensa de impressão da Redação Final a mesma é lida e aprovada, sendo o projeto enviado ao Senado com o ofício n.º 189 da mesma data.

Lido no Senado em 12-2-48.

Tomou o n.º 37-48.

Despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

#### *Comissões que se pronunciaram*

Com. — Rel. — N.º — Pron. —  
Leitura — Publ.

#### *Pareceres*

C. J. — F. Souza — 195-50 —  
fav. com emendas — 3-4-50 — 4-4-50.

Finanças — F. Souza — 196-50 —  
fav. ao projeto e às emendas da C.  
C. Justiça — 3-4-50 — 4-4-50.

Aprovado com emendas em 12-4-50.  
À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 19 de novembro de 1950. À Câmara.

Em 19-1-51, é publicado com emendas do Senado e remetido às Comissões de Economia e de Finanças.

Em 10-11-52, são publicados pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

Em 14-11-52, é rejeitada a emenda n.º 2. São aprovadas as de parecer favorável e rejeitadas as de parecer contrário.

Em 27-11-51, é publicada a Redação Final.

Em 28-11-51, é aprovada a redação final.

Em 15-12-51, é enviado à sanção.

Vetado parcialmente pelo Sr. Presidente da República (art. 13).

Mantido o veto na sessão conjunta de 12-2-52.

*Lei n.º 1.809, de 8-1-53.* — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Ceará — o crédito especial de Cr\$ ..... 104.225,80, para ocorrer ao pagamento de proventos de disponibilidade a Jonas de Miranda. — (*Diário Oficial* de 12 de janeiro de 1953).

Histórico. — Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da C. D. em atenção ao Of. 817, de 18-6-52, do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Tomou o n.º 2.530-52.

Tramitação na C. D.

Em 10-10-52, é lido e vai a imprimir. — D. C. N. de 11-10-52, pág. n. 10.787, 1.ª coluna.

Em 15-10, é aprovado requerimento de preferência, de autoria do Sr. Carvalho Sobrinho — Em consequência, é anunciada e encerrada a 1.ª discussão. Submetido a votos, é aprovado em 1.ª discussão. — D. C. N. de 16-10-52, pág. 11.059, 3.ª coluna).

Em 15-10, é anunciada e encerrada a 2.ª discussão — Submetido a votos, é aprovado, indo à Redação Final (D. C. N. de 17-10-52, pág. 11.179, 1.ª coluna).

Em 24-10, é lida e vai a imprimir a redação final. (D. C. N. de 25-10-52, pág. 11.781, 2.ª coluna) 2.530-A.

Em 27-10, é aprovada a redação final. — (D. C. N. de 28-10-52, pág. 11.851, 2.ª coluna).

Projeto remetido ao Senado em 31 de outubro de 1952, com o Of. n.º 2.112, sob o n.º 2.530-A-52.

Tomou o n.º 298-52.

Lido em 11-11-52.

Remetido à Com. de Finanças em 19 de novembro de 1952.

Parecer da Com. de Finanças, sob o n.º 1.409, de 11-12-52, favorável (relator, Sen. Mathias Olympio), lido em 12-12-52.

Em 12-12-52, o Sen. Onofre Gomes requer dispensa de interstício.

Incluído na O. D. da Sessão extraordinária de 13-12-52.

Aprovado. A sanção com a Mensagem n.º 431, de 20-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 8-1-53.

Lei n.º 1.810, de 8-1-53. — Concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Segunda Festa e Congresso Nacional do Trigo, na Cidade Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul. (*Diário Oficial* de 12-1-52).

Projeto apresentado pelo Deputado Tarso Dutra na C. D. onde tomou o n.º 1.938, de 1952.

Tramitação na C. D.

Em 9 de maio é lido e vai a imprimir (Extraordinária noturna). Publicado no "Diário do Congresso Nacional" (n.º 83), de 10 de maio, a página 3.699.

Em 13-5, é despachado às Comissões de Economia e de Finanças.

Em 26-6, é aprovado requerimento de urgência, de autoria do Sr. Tarso Dutra.

Em 3-7, é anunciada a discussão. Fala, pela ordem, o Sr. Gustavo Campanema solicitando o prazo de uma semana para que as Comissões de Economia e Finanças apresentem parecer, no que é atendido. (D. C. N. de 4 de julho de 1952, pág. 6.204, 3.ª coluna).

Em 1-8-52, é lido e vai a imprimir, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Economia e de Finanças (1938-A). — D. C. N. de 2-8-52, página 7.534, 3.ª coluna.

Em 8-8, é anunciada a discussão. Falam os Srs. Aral Moreira e Fernan-

do Ferrari. Não havendo mais oradores inscritos, é encerrada a discussão. Submetido a votos, é aprovado, indo a Redação Final.

Em 19-8, é lida e vai a imprimir a redação final (D. C. N. de 20-8-52, pág. 8.239, 3.ª coluna).

Em 20-8, é aprovada a redação final.

Projeto remetido ao Senado em 29 de agosto de 1952 (Of. 1.598), sob o n.º 1938-B-52.

Tomou o número 215-52.

Lido na sessão de 2-9-52.

Despachado em 11-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Pareceres proferidos Com. — Relatores. — N. — Datas — Pron. — Leitura — Publ.

C. J. Joaquim Pires — 1.307-52 — 9 de outubro de 1952 — Pela const. — 1-12-52 — 2-12-52.

C. F. — Apolonio Sales — 1.308-52 — 28-11-52 — Fav. — 1-12-52 — 2 de dezembro de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-12-52.

Aprovado em 8-12-52.

A sanção, com a Mensagem n.º 4, de 8-1-53.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 8-1-53.

Lei n.º 1.811, de 8-1-53. — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 4.200,00, em reforço do Anexo n.º 26, do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951). — (*Diário Oficial* de 12-1-53).

Histórico. — Projeto apresentado pela Comissão de Finanças da C. D. em atenção ao Of. n.º 103-52, de 12-9 de 1952, do Tribunal Superior do Trabalho à C. D.

Tomou na C. D. o n.º 2.626-52.

Tramitação na C. D.

Em 6-11-52, é lido e vai a imprimir. D. C. N. de 7-11-52, pág. 12.424, 1.ª coluna.

Em 14-11, é anunciada e encerrada a 1.ª discussão. Adiada a votação. (D. C. N. de 15-11-52, pág. 12.850, 2.ª coluna).

Na mesma data, entra em votação, sendo aprovado em 1.<sup>a</sup> discussão (Pág. 12.859, 1.<sup>a</sup> coluna).

Em 18-11, é anunciada e encerrada a 2.<sup>a</sup> discussão. Adiada a votação (sessão extraordinária noturna). (D. C. N. de 19-11-52, pág. 10, Suplemento).

Na mesma data, entra em votação, sendo aprovado e enviado à Redação Final (Pág. 20, Suplemento).

Em 24-11, sessão extraordinária noturna, é lida e vai a imprimir a Redação Final (2.626-A-52) D. C. N. de 25-11-52, pág. 22, 1.<sup>a</sup> coluna — Suplemento.

Em 25-11, é aprovada a redação final (D. C. N. de 26-11-52, pág. 13.738, 1.<sup>a</sup> coluna).

Projeto remetido ao Senado com o Of. 2.084, de 27-11-52, sob o número 2.626-A-52.

Lido em 3-12-52.

Remetido à Com. de Finanças.

Incluído na O. D. da sessão de 15 de dezembro de 1952 por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra b, do Regimento Interno.

Depois de recebido parecer favorável, pelo Sen. Alberto Pasqualini, em nome da C. de Finanças, o projeto é aprovado.

A sanção, com a Mensagem n.º 429, de 20-12-52.

Autógrafos devolvidos pela Presidência da República para promulgação.

Lei promulgada pelo Presidente do Senado em 8-1-53.

## DISCURSOS DE ENCERRAMENTO

O SR. IVO D'AQUINO — Senhor Presidente, o Senado vai demorar um pouco a ouvir a palavra do nosso ilustre colega, Senador Assis Chateaubriand. S. Excia., por uma gentileza que transbordou do seu espírito, quiz que antes tomasse eu a palavra.

Ao encerrarmos os trabalhos da segunda sessão legislativa da segunda legislatura, não me poderia furtar a dirigir-me ao Senado da República e, por assim dizer, à Nação, dadas as minhas responsabilidades; e, do mesmo passo, há necessidade de uma prestação de contas à atividade política brasileira, do desempenho das nossas funções no transcurso dêste ano.

Permita-me, Sr. Presidente, que me dirija, em primeiro lugar, a V. Excia. Presidente desta Casa por força da sua alta função eletiva de Vice-Presidente da República.

Nos anos que se têm sucedido, cada vez mais a nossa admiração se dirige à pessoa de V. Exa., pela forma com que tem sabido conduzir os trabalhos desta Casa, não só lhes compreendendo e prestigiando a alta finalidade, como ao mesmo tempo, colaborando com todos os Senadores para que tenham sempre a mais imediata eficiência e também correspondam, o melhor possível, ao pensamento que emana dos representantes da Nação no Senado da República.

Como V. Exa., a Mesa inteira do Senado tem procurado, através do desempenho de cada um dos seus membros, dar aos trabalhos, legislativos a verdadeira feição, para que os debates sejam sempre conduzidos de modo a corresponderem, não só às tradições desta Casa, senão também ao que dela espera a coletividade brasileira.

Se há, Sr. Presidente, sessão legislativa em que o Senado tenha expressado o seu alto sentido da defesa dos interesses da Pátria é realmente esta, porque, sobretudo no término dos nossos trabalhos, vários problemas foram submetidos ao seu exame; vários casos pediram sua atenção e várias contingências estiveram sujeitas à sua deliberação. Para honra nossa, o Senado da República não alienou de si a independência no decidir, a serenidade, no apreciar as questões, e, principalmente, no examinar a responsabilidade que, em determinadas circunstâncias, tocava às suas atribuições constitucionais.

Tivemos, Sr. Presidente em vários passos desta nossa sessão legislativa, problemas que exigiram superior entendimento, a fim de que, de nossas deliberações, não resultassem outras consequências senão a da afirmação, já constante, de que o Senado da República, acima dos partidos ou de qualquer contingência de ordem pessoal, procura sempre traduzir os anseios mais elevados.

Para falar bem a verdade, Senhor Presidente, o fato de ser eu nesta Casa o portador do pensamento do governo e do Partido Social Democrático não excluiu que eu procurasse, através do pronunciamento de todos os Partidos e de todos os membros desta Casa, um denominador comum de opiniões, capaz de expressar à Nação que somos, acima de tudo, seus representantes.

Os anos que se vão passando talvez tenham esmaecido as cores partidárias das bandeiras que nos trouxeram a esta Casa. O contato pessoal de longos anos, desbastou arestas que porventura se poderiam ter formado, porque somos representantes de várias agremiações



partidárias e afinal, humanos em nossas convicções e até em nossas paixões.

Dir-se-á que isso pode ser, de alguma forma, falta de vibração, mas, por outro lado, é, de nossa parte, elevada compreensão de que a conjugação dos nossos esforços para um fim superior em nada deslustra os nossos partidos, em nada diminui a fortaleza das nossas convicções. Antes, nessa soma de esforços, o que há realmente é que, da transigência de cada um de nós, resulta maior independência, maior personalidade de ordem política para a Casa do Congresso a que pertencemos. Votamos sobretudo no fim desta sessão, os mais importantes projetos.

E jamais, em nenhum dêles, o Senado deixou de atender aos apêlos que lhe foram feitos para que, no trato diligente da matéria, procurasse satisfazer aos anseios da coletividade, e nem porisso abriu mão do exame acurado que lhe competia para solucionar os casos que lhe vieram à deliberação, mesmo aquêles de que fomos obrigados a tomar conhecimento dentro da premência do tempo. Ainda assim os examinamos com minúcia, e todos nos empenhamos para que o resultado da votação traduzisse, não interesses de ordem pessoal, não convicções de ordem partidária, não paixões singulares, senão o desejo sempre constante de servir à Nação.

Em todos os nossos trabalhos, fomos servidos pela colaboração de quantos, nesta Casa, representam qualquer parcela de função pública.

V. Excia., ainda há pouco, se referiu, com especial carinho, aos auxiliares imediatos da Mesa, que tanto contribuíram para que ela pudesse ordenar os trabalhos da forma como o fez. E V. Excia., com tôda justiça pôs em relêvo o nome de um alto funcionário desta Casa — o Dr. Isaac Brown — a quem não só a Mesa mas todos nós devemos, a cada momento, o concurso sempre vigilante, sempre carinhoso, sempre aberto a tôdas as solicitações, a fim de que o trâmite dos processos corresse com as formalidades do Regimento disciplinadas e com a aceleração que muitas vêzes é exigida.

De mim, quero dizer que todos os funcionários desta Casa merecem os nossos agradecimentos, por estarem sempre presentes nos seus postos, procuran-

do o cumprimento do dever que é de seu ofício, mas que pode ser ressaltado sempre que a boa vontade se expressa nos atos e na forma do desempenho do serviço beneficiado pelo Dr. Júlio Barbosa, antigo funcionário da Casa, sem dúvida o mais antigo de todos, temos a satisfação e terá êle também a alegria, de verificar que todos quantos servem sob suas ordens, cumpriram seu dever e seguiram seu exemplo, que nesta Casa, é um padrão de assiduidade, de respeitabilidade e de serviços ao Senado.

Ainda, Sr. Presidente, nós Senadores, que a cada momento, na tribuna, externamos em discursos, uns mais, outros menos, nossas opiniões, temos nossas palavras registradas, letra a letra, para constarem dos anais do Senado, que serão, para o futuro, para as gerações vindouras, fiel documentação da nossa atividade parlamentar.

Devemos, Sr. Presidente, uma referência especial ao corpo taquigráfico na pessoa de seu Chefe, Dr. José Euvaldo Fontes Peixoto e ao corpo de Redatores de Anais desta casa, que jamais param seu trabalho, e como viva máquina movida pelo espírito, pela inteligência, pela boa vontade e pela sagacidade, acompanham os nossos trabalhos e os registram sem que possamos notar-lhes uma só falha no exercício da função.

De mim, como Presidente da Comissão de Finanças, permita-me a Mesa faça uma referência especial ao Diretor dos seus Trabalhos naquela Comissão, Dr. Evandro Vianna, aos técnicos que nos assistem e aos funcionários que os acompanham. Faço esta especial menção porque, se houve nesta Casa, êste ano, trabalho exaustivo, hora por hora e posso mesmo dizer, minuto por minuto, foi o da Comissão de Finanças, no afã de dar andamento ao Orçamento da República.

Presidentes de outras Comissões farão justa referência aos funcionários que as compõem. A mim, toca-me especialmente, praticar êste ato de justiça, ressaltando os serviços daqueles que, ao meu lado e dos demais membros da Comissão de Finanças, tanto se fatigaram e com tanta boa vontade cumpriram seus deveres.

Fêz V. Excia., Sr. Presidente ainda há pouco referência de alta justiça à imprensa oficial que publica, no *Diário do Congresso Nacional*, dia por dia, os nossos trabalhos. Todos quantos militam nos serviços da imprensa sabem do apuro, do cuidado e do afã necessários para que, dentro de poucas horas, sejam realizadas e cumpridas tarefas tão céleres como as da publicação quotidiana dos trabalhos parlamentares.

Desejo, ainda, lembrar os representantes da imprensa, que, daquela tribuna, acompanham nossos trabalhos e através de seus comentários e relatos levam ao conhecimento da Nação os debates aqui travados, prestando o cunho pessoal de sua crítica ao trabalho dos Senadores, dêsse modo colaborando com o Poder Legislativo. Escusado é dizer que a representação mais legítima da opinião pública é, em primeiro lugar, o Poder Legislativo, eleito pela Nação para representá-la e traduzir-lhe as necessidades e, em segundo lugar, a imprensa — veículo aberto a tôdas as críticas, aspirações e anseios, procurando umas vêzes bem e outras mal — prestar serviços de publicidade, a fim de que estejam sempre abertos ao conhecimento público, não só os debates parlamentares, como todos os problemas que possam interessar à Nação.

Sr. Presidente, não sei se me esqueço de alguém que com justiça devesse ser citado; mais, pode V. Exa. estar certo de que procurarei traduzir, como representante do Governo nesta Casa, uma opinião sincera, resultante da convicção que sempre me tem acompanhado, de que dentro do Senado, nós, representantes da Nação, temos procurado traduzir-lhe o pensamento. Tenho dúvidas sobre se o conseguimos cabalmente; mas V. Exa. é testemunha não nos faltou esforço para que êsse desiderato se realizasse.

Sr. Presidente, a V. Exa. e à Mesa do Senado os meus cumprimentos. Aos meus companheiros e a todos em geral, meus votos de Feliz Natal e grata entrada de Ano Novo. Que êste nos inspire para bem servirmos à Nação como, penso, procuramos servir, no transcurso dêste ano. (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Sr. Presidente, as alegrias registradas

no seguro relatório que V. Exa. leu ao Senado e repetidas na oração magnífica do meu nobre colega Senador Ivo d'Aquino também nos possuem a nós, os da bancada da União Democrática Nacional.

Não são as alegrias da vaidade, não são as alegrias dos gozos, e, sim as alegrias decorrentes da consciência do dever cumprido.

Neste instante em que o Senado vai cerrar suas portas, em que a Sessão Legislativa de 1952 tem o seu término, é justo que todos nós nos rejubilemos e proclamemos ao País a certeza de que nas nossas deliberações e realizações não faltamos aos compromissos assumidos com o povo.

Corporação de natureza diversa da Câmara dos Deputados tendo sempre uma coloração de fundo intimamente federativo, na qual se consagra a representação igual de tôdas as unidades federadas — certo, não tivemos e não podíamos ter nas discussões diversas que aqui se travaram, e mesmo com as mesmas formas de expressão que as usadas na Câmara Popular. A natureza da nossa organização, a condição pessoal de cada um dos Senadores exigem de nós outra linha e outra forma de encarar os problemas afetos ao nosso julgamento.

De qualquer maneira e por isso mesmos, temos mostrado ao País como acertada foi a Constituição de 1946 ao consagrar o princípio do bicameralismo com um Senado de representantes iguais por Estado, os quais assim representam a própria Federação Brasileira.

Sr. Presidente, é possível que neste ano de 1952, alguns erros, muitos erros, mesmo, tenham sido cometidos por nós. Mas quem dêle escapa? Quem se pode considerar, neste mundo ao abrigo de errar?

Críticas, nós as recebemos, justas ou injustas, mais ou menos fortes. Aplausos, também a êles fizemos jus.

De tôda a nossa ação o que se deduz é que ela foi dirigida com espírito de alta tolerância e de elevada compreensão das divergências de idéias entre os homens.

Aqui ninguém trouxe nem defendeu questões pessoais; aqui não há cabi-

mento, sequer para discussões de ordem nimamente partidárias; mas não nos separam, pròpriamente, idéias profundas, princípios substanciais; não nos afastam concepções diferentes da vida política do país.

Certo, fomos eleitos por partidos diversos mas tem-se a impressão, na nossa vida de instituição política, que os umbrais do Senado fazem desaparecer as diversidades de origem eleitoral e nos unem a todos numa como que grande família brasileira.

C Sr. Alfredo Neves — Apoiado.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Muita vez, Sr. Presidente, eu mesmo, que tenho a honra de manifestar à Casa o pensamento da bancada da União Democrática Nacional; muita vez eu mesmo me surpreendo e não vejo quais são as nossas diferenças. Nos embates, nos reencontros de idéias, nas discussões — sinto, as correntes partidárias se fracionam, ficando, indistintamente, senadores de partidos diferentes ao lado de uma idéia, e outros senadores, também de partidos diversos ao lado de outra idéia.

É que no fundo, Sr. Presidente, aqui realizamos o que a Constituição espera do Senado: uma função de revisão, quanto às leis, e de apaziguamento, quanto às separações políticas.

E' por estas razões que, neste instante de despedida, de encerramento de sessão legislativa, sentimos que se trata apenas de um adeus por pouco tempo, dos membros de uma só família, dos que compõem o mesmo lar, daqueles a quem unem idênticas idéias, iguais preocupações pelo bem público e os mesmos sentimentos de brasilidade.

Assim expressando o meu pensamento quanto à atividade do Senado — atividade que só as gerações porvindouras poderão bem julgar e que, muito vez, foi mal apreciada ou mal compreendida pelos homens do momento — assim expressando essas idéias, manifesto a minha profunda e radicada crença no regime que adotamos na Constituição de 1946: — crença na democracia, crença na liberdade, crença na necessidade de que as idéias se choquem e os homens se entendam, porque somente dêsse choque de idéias e dêsse

entendimento de homens honestos é que pode sair o bem público.

Sr. Presidente, somos, também, gratos à Mesa, que tão segura e habilmente dirige as sessões da Casa.

Podemos proclamar, com ufania, que a direção do Senado da República corresponde, integralmente, à grata missão que êles deve desempenhar na vida nacional.

Nada nos foi negado: nenhum empecilho se opôs à nossa ação; e, como membro do partido não filiado ao Governo responsável mais pela fiscalização dos atos parlamentares, podemos também afirmar, Sr. Presidente, que nem mesmo esta qualidade encontrou em V. Exa. e nos seus dignos companheiros de Mesa a menor reação, a menor mostra de contrariedade ou o menor intento de nos privar do direito de crítica.

Também devemos uma palavra de solidariedade a todos os nossos auxiliares. Não há nomes a citar. Onde quer que estejam, trabalhem nas sessões em que trabalharem, na Secretaria, nas Comissões, na Taquigrafia, todos corresponderam àquilo que dêles esperávamos, todos foram dignos das suas funções e todos se portaram à altura da Casa Legislativa a que servem.

A Imprensa, também. Tudo, Sr. Presidente, não há nomes que salientar; há somente que mostrar através disso, que a Democracia brasileira vem mesmo ressurgindo com segurança, vem se solidificando cada vez mais e as suas raízes já penetram tão fortemente a terra pátria que nunca mais será possível arrancá-las. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

O SR. VICTORINO FREIRE — Sr. Presidente, chegamos, hoje, ao fim de uma jornada. O que foi o trabalho realizado nesta sessão legislativa pelo Senado, bem o atesta o minucioso relatório que V. Exa. nos apresentou, a nós, Senadores, e à Nação.

Coube-me, Sr. Presidente, durante êsse período, a honra de relatar dois orçamentos da República e de, por designação de V. Exa., acompanhar, na Câmara, o exame das emendas oferecidas pelo Senado, que, aliás, defendi até onde pôde ir a minha inteligência.

Depois de desfilarem, na tribuna, os condores da eloquência desta Casa, uma ave de vôo rasteiro, com grande dificuldade, ensaia chegar à altura destas bancadas.

O Sr. Alfredo Neves — V. Exa. está sendo muito modesto.

O SR. VICTORINO FREIRE — Senhor Presidente, V. Exa. tem presidido esta Casa com equilíbrio modelar. Na cadeira da Presidência, não é um político, mas um verdadeiro magistrado. No convívio diário que mantivemos, pude aquilatar que V. Exa. é cidadão extremamente humano, probo e digno; entre os homens bons com quem tenho convivido, é, sem favor, um dos melhores.

A mim V. Exa. nada deve a não ser minha presença permanente nas sessões noturnas, inclusive para atestar, junto às digníssimas espôsas de Vossa Exa. e do ilustre representante do Rio Grande do Sul, Senador Alberto Pasqualini, que enfeitam, neste instante, a tribuna de honra do Senado, que sou companheiro constante de VV. Exas. (*Riso*).

Sr. Presidente, a V. Exa. e Exma. Família, aos meus companheiros, aos funcionários do Senado e aos brilhantes jornalistas da bancada da imprensa, os meus melhores votos de feliz Natal e próspero Ano Novo. (*Muito bem! Muito Bem! Palmas*).

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Sr. Presidente.

Vencemos mais um ano de jornada.

Somos instintivamente tentados a relancear os olhos para o trabalho que fizemos.

Dezenas e dezenas de pareceres de cada um de nós ilustram os arquivos desta Casa, depois de terem suscitado os mais vivos e eruditos debates; neste plenário ainda ressoam discursos, dos mais límpidos e grandiloquentes, sob a inspiração dos mais variados assuntos; centenas de projetos daqui saíram para a sanção do Poder Executivo.

Tôda a vida do País, em todos os seus setores, e em tôda amplitude dos seus problemas palpitou nesta Casa.

Caberia indagar se estamos satisfeitos com o que fizemos.

A nossa consciência poderá estar tranqüila pelo esforço dispendido no cumprimento do dever.

Nada, porém, é mais árduo do que a função de legislar.

Em cada projeto de lei, quando não há um assunto complexo a reclamar medidas a bem da coletividade, há um interesse pessoal a atropelar a solução.

Num caso, somos chamados ao estudo, à meditação e nos sentimos muitas vezes, torturados pela ânsia de alcançar o melhor.

No outro, somos ainda solicitados, premidos mesmo, pelos interessados.

E, ao contrário do que se dá com o Executivo e o Judiciário, o Legislativo é uma Casa aberta a tôdas as solicitações.

E, como homens públicos, a nossa residência, o nosso gabinete, ao contrário do que acontece com os detentores dos outros Poderes, devem estar abertos a quantos tenham um pedido ou uma sugestão a fazer.

Os assuntos são às vezes, demasiado complexos para que possamos resolver sem porfiado esforço; os interesses são demasiados sutis e envolventes para que os possamos contrariar.

Nem escapamos à influência de outros poderes.

Num regime em que o Executivo tem nas mãos a cornucópia dos favores, os membros do Poder Legislativo correm, todos os dias, o risco de se deixarem enfraquecer pelas atenções destes com sacrifício da sua posição de vigilância à ação dêsse poder e de seus órgãos.

É pois, demasiado gigantesco o esforço que de nós se exige, para que não sejamos esmagados.

Seria preciso compendiar um conjunto de qualidades excepcionais, para que, como o homem ideal de Rudyard Kipling, nos pudéssemos considerar parlamentares também ideais.

E o fato é que a coletividade tudo espera de nós, num mundo em que as massas estão reclamando soluções para os seus problemas.

E haveremos então de reagir contra a pressão dos que, em torno a nós, a tôda hora, pleiteam favores e vantagens, à raiz dos quais se fixam os privilégios de certas classes.

E não há como tolerar mais o exagerado enriquecimento nas atividades particulares, em detrimento da economia do povo, nem nas atividades públicas, se compreende mais que certas categorias de funcionários civis ou militares, pelo poder dos cargos que ocupem ou dos bordados que ostentem, se considerem com privilégio de ganhar ou despender os dinheiros como se fôsem coisa sua.

Nem será mantendo ou estimulando prerrogativas tais, que poderemos ter autoridade para contrapormos às idéias dissolventes que por aí campeiam.

Nem será esbanjando em coisas supérfluas que haveremos de encontrar recursos com que atender aos reclamos mais instantes das massas inquietas.

E tanto mais elas se impacientarão e se deixarão arrastar para as correntes extremistas, quanto maior forem os desregramentos que vemos em certas camadas da Sociedade.

Nem estarão em medidas policiais, nem em guerras de extermínio, as fórmulas adequadas de combate ao Comunismo.

A fórmula, em vez de agressiva, deve ser imunizadora do organismo social, pela correção de vícios, pela revitalização das suas células de modo que possam elas resistir à contaminação.

Só por essa forma poderemos conter a onda subversiva que a Rússia procura desencadear sobre o mundo, para uma transformação violenta da ordem social e política vigente no Mundo Ocidental.

Bem andam, pois, as Nações Unidas, e a grande América do Norte, quando, através de organismos ou de planos de assistência internacionais, procuram amparar as populações ou economias de países subdesenvolvidos.

Mas, cada um desses países, e nós somos ainda um deles, há de fazer também o seu esforço e grande, nessa partida que estamos jogando contra o comunismo.

E o certo é que, com êle, jogamos também uma corrida no tempo.

Os extremistas querem a transformação pela violência, pela revolução, arrazando o passado para começar um mundo novo.

Nós queremos a transformação, mas corrigindo, evoluindo para um mundo em que os preceitos cristãos sejam reimplantados sobre a terra, em que o

amor ao próximo, não seja, como está sendo, uma frase vã, mas uma realidade no coração e na consciência dos homens.

Mas, todo o processo evolutivo na vida política assenta no regime democrático, que tem seu coração no Parlamento.

Aqui é que o regime vive, esgota-se ou se conceitua.

A decadência pois, ou a desmoralização do Parlamento é morte do Regime.

Haveremos de preservá-lo pois, antes de mais nada.

Aos Partidos que são os pulmões dêsse regime cabe oxigená-lo, vitalizá-lo com uma ação vigilante em bem da moralidade, dos costumes, do acêrto das leis, do combate aos privilégios.

Mas é com sacrifício imenso que, sòzinhos, conseguimos vencer as dificuldades dos assuntos sob nossa deliberação ou de solicitações de tóda ordem.

Poucos sucumbirão à magnitude dos problemas ou a pertinácia ou insídia com que os interesses personalistas nos assaltam.

Mas venceremos mais facilmente estas contingências, se tivermos atrás de nós um Partido bem orientado a que se possam abrigar os nossos escrúpulos e as nossas opiniões.

Nem só no Partido, porém, nos haveremos de arrimar, para o bom desempenho do mandato.

Êste próprio órgão, o Senado, há de também se adaptar às novas condições de trabalho e produção.

O Brasil centuplicou, de 1890 para cá.

Os seus problemas ganharam complexidade e extensão que não seria fácil de escrever.

Uma população aumentada em proporção igual torna mais intenso o trabalho dos seus representantes.

Entretanto, continuam êles, aqui no Senado, a ser em número igual ao que era no alvorecer da República.

Não será preciso que sejamos mais numerosos, mas haveremos de melhorar os métodos de trabalho nesta Casa, além de adotá-la às naturais exigências físicas de um trabalho em crescendo, ano por ano, como, aliás, o mostram as nossas estatísticas.

Serviços de assistência técnica não de ser introduzidos nas Comissões, como já o foi na Comissão de Finanças, e os nossos próprios estudos e decisões, ali deverão ser mais sumários para que possam ser expeditos, como o exigem o interesse do País.

Também a justiça não adiantará que seja mui perfeita se, através de recursos infundáveis, chegar tarde.

Estou em que precisamos mesmo revolucionar certos processos da elaboração legislativa.

Mas, Sr. Presidente, demos o melhor da nossa inteligência e da nossa capacidade em bem da coletividade brasileira.

Continuaremos a dá-lo, por diante, certo de que, o Partido Trabalhista, contra todos os abusos do poder do dinheiro ou do poder político, tendo em vista os trabalhadores, em assentar o progresso social, buscando o maior bem para o maior número, estará no Senado, cooperando para a grandeza do Brasil.

Congratulo-me Sr. Presidente, com V. Exa., com os meus colegas nesta Casa, com os funcionários desde os mais modestos, com a bancada da imprensa, pelo esforço que aqui dispenderam no período legislativo que estamos encerrando. (*Muito bem!*)

O SR. EUCLYDES VIEIRA — Sr. Presidente, ao terminar este ano legislativo, é me grato consignar que a bancada do Partido Social Progressista nesta Casa se manteve sempre unida, firme e correspondendo invariavelmente às responsabilidades e compromissos assumidos.

E' certo que essa união da bancada não impede que cada um de seus componentes manifeste o pensamento com liberdade e sustente pontos de vista consoante suas convicções.

Verifiquei, outrossim, com muita satisfação, que a bancada honrou seu mandato e empregou o melhor do seus esforços para o bom andamento dos trabalhos do Senado.

Cada um de nós tudo fez para bem servir ao País.

Associo-me, em nome do Partido Social Progressista, aos aplausos tributados aos ilustres Membros da Mesa do Senado, pela maneira como se houveram na

direção da tarefa que nos coube realizar na sessão legislativa que hoje termina.

Srs. Presidente, João Café Filho especialmente a V. Excia, meus agradecimentos pela consideração que sempre nos dispensou e congratulações pela habilidade e inteligência com que orientou as nossas sessões.

Permitam-me os nobre pares que saliente, por dever de coração e amizade, a atuação do preclaro representante de meu Estado, o prezado amigo Senador Marcondes Filho, cujo talento honra a representação paulista.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem.

O SR. EUCLYDES VIEIRA — Desta tribuna, quero ainda apresentar meus votos sinceros de felicidade a todos os Srs. Funcionários e aos Srs. Representantes da Imprensa. E me congratulo com todos os colegas por terem sabido honrar as tradições e o passado desta Casa. (*Muito bem, muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. NOVAIS FILHO — Sr. Presidente, pouco terei a acrescentar às eloqüentes palavras pronunciadas neste recinto pelos oradores que me antecederam. Quero apenas trazer as congratulações do Partido Libertador pela maneira como se houve o Senado da República este ano, dando alto exemplo de patriotismo ao cumprir dignamente o seu dever perante a Nação brasileira.

Ao encerrarmos os trabalhos legislativos de 1952, melhor prêmio não poderíamos aspirar do que contemplar, em tão adiantada hora o movimento, a alegria, o esplendor desta sessão, à qual nada faltou, nem mesmo o beleza e o encantamento, a graça e a espiritualidade da mulher brasileira, que nos veio como que trazer o aplauso à maneira por que o Senado se conduziu enaltecendo-lhe os Anais e dignificando-lhe a tarefa.

Elevada e de gravíssimas responsabilidades é sem dúvida, nos dias que correm, a missão dos que estão incumbidos de legislar para seus povos. Os problemas que defrontam são os mais complexos e intrincados; de porte muito alto e solução difícil, as idéias e reivindicações. Mas o Senado do Brasil provou ao povo que soube cumprir bem cumprido, seu dever. Através dos pareceres das suas Comissões e dos debates deste

plenário, esta Casa demonstrou a maneira correta, inteligente e culta como soube estudar os problemas que lhe foram afetos. Soube ainda, Sr. Presidente, mostrar, altivamente ao povo que aqui representa que não se intimida diante dos comentários, nem das diretrizes contrárias às soluções que entende acertadas para os projetos submetidos à sua deliberação.

Quantas vezes — e isto constitui orgulho para os parlamentares que têm assento nesta Casa, como para o eleito-rado que para aqui nos enviou — nos afastamos da popularidade para voltar conscientemente contra aquilo que nos parecia errado, na convicção plena de que estávamos prestando serviço ao povo e à nacionalidade.

Grave tempo, Sr. Presidente, este que o mundo atravessa em meio a tantos debates, lutas e separações. O Senado da República — honra lhe seja — se houve com extraordinária elevação, porque não perdeu de vista um só instante, os altos interesses da coletividade. Não traiu um momento sequer os costumes, as tradições e a dignidade do povo brasileiro.

Chegamos ao término dos nossos trabalhos reconhecendo em nossos corações uma grande alegria, que é a do dever bem cumprido.

E, V. Exa. Sr. Presidente Café Filho volverá ao seu lar, satisfeito de haver — nos ajudado com sua inteligência, serenidade e patriotismo, que não foram só de V. Exa. mas de todos os ilustres componentes da Mesa desta Casa Legislativa. Não faltaram a V. Exa. como a todos os representantes do povo brasileiro desta Casa, inteligência, dedicação capacidade de trabalho dos servidores do Senado, a cuja frente se encontra um homem consagrado ao trabalho e à Casa, meu ilustre coestadano, Dr. Júlio Barbosa.

Não estiveram ausentes com seu comentários quotidianos, na movimentação dos noticiários, interessando o povo brasileiro no curso dos nossos trabalhos legislativos, a imprensa do Rio, representada pelos jovens componentes da bancada da imprensa.

Constituiu tudo isso, Sr. Presidente magnífico conjunto de trabalho, de ação e de amor ao Brasil. E hoje, todos nós,

aqui reunidos temos, como recompensa dos nossos esforços, do nosso patriotismo, uma sessão tão cheia de beleza, de luz e de fulgor.

Sr. Presidente, não tenho outra preocupação, outro anseio e outros votos que não sejam os de que, ao término das atividades do Senado da República, possa o povo brasileiro acompanhar-nos aos nossos lares com o reconhecimento, em boa consciência, de que nenhum senador nesta Casa faltou ao cumprimento do seu dever. (*Muito bem; muito bem; Palmas*).

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Senhor Presidente, os brasileiros de boa cepa republicana se sentem satisfeitos com a faina do Senado na legislatura que agora termina.

O Sr. Alfredo Neves — Na sessão legislativa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Muito obrigado pela retificação que o ágil técnico em assuntos legislativos meu nobre colega, senador Alfredo Neves, acaba de fazer, corrigindo o aprendiz de elaboração parlamentar.

Senhor Presidente, as mais importantes decisões do Senado corresponderam aos anseios da fôrça, que é a maior fôrça de um regime, vasado no estilo do nosso. Aqui se aplicou e, por que não dizê-lo? até se interpretou a Constituição com uma lealdade constante, ao texto e à alma da carta, e se fizeram da vontade da opinião pública nacional.

A maioria do Senado soube afastar de suas deliberações tudo aquilo que não era apropriado ao interesse coletivo e à defesa das instituições reabilitadas. Tal o vosso privilégio senhores senadores. Em dados momentos, nas horas dos debates de maior envergadura que se travaram, e das decisões mais importantes que se tomaram fosteis o espelho da nação o sentimento da sua fidelidade, como diziam os romanos, da sua fidelidade à lei civil.

Emergimos fortalecidos de mais este ano de faina legislativa, porque soubestes resistir aos impulsos transitórios do interesse partidário e as facéis e perigosas seduções da popularidade, para sustentar dentro da Constituição o funcionamento normal de aparelho do governo livre. Na vossa sabedoria, na vossa moderação na vossa cautela en-

xergam os democratas a melhor garantia da estabilidade tanto do governo como do regime. Quando se tem um sul rio-grandense na magistratura suprema (os meridionais costumam ser impetuosos, e temos o exemplo disso nesta mesma Casa) um Senado da vossa serenidade, do vosso equilíbrio, do vosso senso comum, responde pelo contraste, à ambiência de paz cívica e de tolerância, com que hoje opera o sistema entre nós.

Este Senado de prudentes é aqui o fiador do Rio Grande do Sul, e dos seus adoráveis arrebatamentos cívicos. Ao longo jôgo livre e regular de todos os direitos mas uma consagração, graças à soma do esforço diário, dispendido em favor de uma democracia orgânica.

Não percamos de vista a reabilitação que é ainda recente, do regime republicano no Brasil. Ele não tem seis anos. Somos uma República menina e, entretanto se examinarmos a safra do labor do Senado para sua consolidação ela apresenta um grão de maturidade que nos dá a impressão de que a seiva da nossa soberania legislativa foi transplantada para o chão tetânico do Rio de Janeiro, há mais de um século. A voz dos Estados teve em vós, senhores senadores, o eco que ela procurava. Nenhum regime representativo subsiste sem a conformidade tácita ou expressa de sua cidadania. Se a autoridade discricionária tentou recuperar qualquer coisa do terreno perdido neste país não foi com a vossa cooperação. Manejastes os negócios públicos que vos são afeitos, tenho o olho na Constituição para interpretar a vontade permanente do povo.

Nenhum regime proporciona à sociedade mecanismo tão delicado, de manêjo mais difícil quando o democrático. Seu funcionamento depende da inteligência dos governadores e do fato e da ponderação de uma elite. Um governo livre resulta, por muito do entendimento da fonte da soberania que é o povo com o seu corpo dirigente. Soubestes velar por essa compreensão. Se a filosofia política que norteia certos hábitos e determinadas tradições se acha com as elites o poder criador dessa mesma filosofia reside na alma popular. Tem o cidadão uma função específica, na organização democrática. Com que paciência

procurastes legislar tendo em vista essa nobre tarefa.

A democracia senhores senadores é um regime do povo, para ser preservado dos excessos do povo por uma elite justa e digna.

Aqui, tanto quanto fôr possível se procurou agir justo e se agiu certo. Os varões, que personificam a magistratura dêste augusto corpo, foram capazes tal qual os antigos tamoiros senhores da Guanabara de deitar o ouvido ao solo para escutar as reações longínquas do povo brasileiro. Com os poderes de que dispõe, nossa augusta Casa logrou entrar e contrabalançar alguns desvios de maiorias efêmeras, de maiorias passageiras do outro ramo do Poder Legislativo, Harrington dizia do Senado de Veneza que era sempre mutável e sempre o mesmo. Só não variam o obtuso o cego, que carregam dentro de si os germens da limitação de sua visão do seu espírito para não compreender o arco-iris das mutações cotidianas da vida. O que é indispensável manter imutável num órgão da responsabilidade dêste são o seu estilo, o seu método, o seu espírito de corpo, sua aptidão à fluidez para apreender numa democracia ainda tateante, as variações que muitas vezes o deformam para tentar corrigi-las. Uma índole inconseqüente e versátil como a brasileira reclama o contrôle de um conselho de embaixadores dos Estados-membros da Federação, nos moldes do Senado, para manter-lhe um nível de estabilidade política e moderar-lhe os impetos.

Tendes, senhores senadores, um papel de educadores da democracia neste país e, êsse papel o exercéis com tal habilitação, que terais o «mondant» democrático e ainda ficais graças à vossa sabedoria de varões experimentados em bons têrmos com a outra Câmara os partidos e a opinião que muitas vezes não sabe ser conservadora como deve para melhor defender um patrimônio comum. Permite que apresente como modelo da vossa capacidade de tirar da argila grosseira alguma coisa de útil o meu próprio caso. Para aqui vim um marroeiro nordestino. Só a vossa convivência, só a discreta censura dos vossos olhares unguados de piedade por um temperamento de nordestino, transformariam o homem rústico do sertão em um pouco sofrível «debater».



E o nosso presidente? Com que irresistível atração não polarizou o Senado o agitador das massas o «meneur» convulso das turbas numa coluna da ordem, numa coluna da autoridade; Recebestes há dois anos, no presidente Café Filho um fragmento de terremoto de cordilheira andina. Em dois anos o chefe potiguar recolheu o tacape provocador da rua para aqui nos conduzir com a indulgência de um básculo episcopal e, ao mesmo tempo ostentando a natureza, mais assímica que o instinto de conservação chileno poderia nos oferecer.

Finalmente, há dois aspectos interessantes a fixar na vida do Senado durante o ano em curso e os últimos dois anos de faina legislativa. Seu presidente soube constituir-se na melhor garantia da Casa. Ele é um vice-presidente da República que não manobra politicamente. E assim acrescenta todo dia novas parcelas ao capital de respeito público que desfruta aqui e fora daqui. Seu estilo vice-presidencial o incompatibiliza para a mais perigosa atividade, à qual um presidente do Senado se poderá lançar o Partido do Príncipe de Gales. A República liberal há dois anos que não trabalha com este Partido para socegar tanto a Nação como aquele que se encontra um furo acima de Vossa Excelência.

O outro aspecto particularmente interessante da jornada que aqui acaba de terminar, está na linha impermeável da conduta que a maioria do Senado pode conservar à sedução de uma efêmera e enganosa popularidade. Esta tem sido uma casa de capitães de boa fé que não desnaturaram seu voto para servir o que é caprichoso, extravagante no tumulto das facções. Também para isso a Providência vos deu senhores senadores a quaes todos vós antes de aqui chegardes a idade propecta refletida nas tēporas prateadas e no amortecimento das paixões. Um senador meu caro presidente é, um vulcão extinto. Tal o segrêdo do ritmo impessoal dos nossos trabalhos, e da arte com que vivem sem se perderem, no labirinto da política nossos senadores — que pensam e agem com a cabeça por cima do coração, contemplando o fluxo e o refluxo dos conflitos sem fim. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. DOMINGOS VELASCO — Sr. Presidente, sòmente, ao aviso de V. Excia., lembrando ser praxe do Senado, falarem os representantes de todos os Partidos, é que, a uma hora tardia como esta, venho à tribuna.

Desejo agradecer a V. Excia, Senhor Presidente, e a todos os partidos a tolerância com que me têm tratado.

Represento um pequeno Partido que no Senado se colocou um pouco mais à esquerda; e essa posição leva-me a dizer impertinências, às vêzes audaciosas. Acreditem, porém, V. Excia. Senhor Presidente, e meus caros colegas, que uma preocupação constante tenho mantido nesta tribuna; lembrar que estamos no limiar de uma nova idade. O mundo está em plena ebulição e não devemos fixar os olhos nas minúcias e sim estender a vista para o panorama geral olhando com fé, confiança e esperança no futuro.

Repetindo conceitos do eminente sociólogo, direi que o mundo atravessa um periodo como o da queda do Império Romano, em que o poderio militar, as fôrças econômicas e até mesmo os deuses eram combatidos e derrotados.

Seria para o mundo atual uma grande felicidade se aparecesse um outro Santo Agostinho, que soube, com seu olhar percurciente, com inspiração divina, discernir o que era mau naquela civilização que caía e fixar o que havia de bom, traçando, ao mesmo tempo, as linhas do progresso de sua época.

Quando Carlos Magno, séculos depois, afirmava que seu livro de cabeceira era «A Cidade de Deus» de Santo Agostinho, certamente recusava o rumo seguro da sabedoria daquele Santo Bispo.

Quando no comêço do Renascimento, nos anos que precederam à Renascença, a civilização tornava à filosofia clássica; quando as artes voltavam aos esplendores da escola grega; quando todos os ramos do conhecimento guardados durante a Idade Média parecia que iam numa derrocada, surgiu outro grande gênio — São Thomaz de Aquino — que conseguiu tirar de tōda filosofia grega aristotélica o que tinha de verdadeiro e profundo; que conseguiu transmitir a soma enorme de conhecimentos

acumulados na Idade Média, para por sua vez, introduzi-los naquilo que séculos depois, se chamaria de sociologia de novos rumos, de novas idéias, de novos princípios.

Neste século, necessitamos de homens que saibam compreender que no mundo que entra em crise quando parece que a humanidade está dividida em campos inteiramente opostos, quando desejamos renegar o princípio da dialética das forças opostas, há de surgir a síntese do futuro. Necessitamos que os espíritos sejam esclarecidos, o coração alertado, para que possamos retirar da civilização industrial, que chega a seus estertores, para criar a civilização do trabalho que se inicia, aquilo que de fundamental há na civilização que cai e aquilo que deve ser abraço na civilização que vem.

Sr. Presidente, se V. Excia. e meus colegas tiverem prestado atenção maior à atuação por vezes impertinente e mesmo revoltada com que tenho falado desta tribuna, não de concordar que tenho pedido apenas a atenção do Senado, acrescentando que não nos devemos impressionar pelas divergências efêmeras, pelos choques de interesse, que facilmente caducam; mas que devemos olhar para o futuro, com fé, inflamando-nos na própria esperança, a fim de que, no exercício das nossas funções legislativas — as mais elevadas que Deus pode dar ao homem — possamos ser dignos de nosso mandato, a fim de que, também, possamos ser dignos de nossa Pátria. (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, seria um desprimor da minha parte se não trouxesse a esta Casa a palavra de cordialidade e de agradecimento do Comité de Imprensa do Senado, mesmo porque, testemunha que sou do quanto se vem desenrolando, poderia dizer que esta festa teve para mim cunho excepcional e traduz, sobretudo, o que eu poderia chamar de uma vitória da personalidade humana.

Um filósofo da Escola Alemã, dos fins do Século Passado, poderia encontrar aqui subsídio para uma dissertação brilhante, com a exaltação da indi-

vidualidade nos seus atributos, capaz de irradiar os efusivos benéficos de uma grande simpatia.

De qualquer forma, Sr. Presidente, somos uma Casa política. Aqui, por vezes, acendem-se os debates, ora num, ora noutro sentido. Vêzes há espíritos brilhantes, de grande fascinação, que tomam como tema da sua oratória fulgurosa matéria que compaginaria tese absolutíssima ou reacionária. E entretanto, apresentam-na com tal segurança e com tal brilho que exercem sobre nós um sortilégio quase irresistível. Mesmo o materialismo se quisesse se revestir do tom com que sabia apresentar-se na palavra de Carneades, o filósofo materialista, da velha Grécia, não deixaria de enrolar neste recinto uma ressonância deveras extraordinária. E para que o não proclamar? — Sr. Presidente, nesta ocasião devo render homenagem a um dos meus eminentes colegas e ilustre antagonista, o Senador Assis Chateaubriand. Ocupando a tribuna, S. Excia. me faz recordar aquêle espírito ágil, sutilíssimo de Talleyrand...

O Sr. Assis Chateaubriand — Muito obrigado a V. Excia.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não há porque. Faço apenas justiça. De Talleyrand, repito, que soube no Congresso de Viena, transformar uma nação derrotada, como era a França, em vitoriosa, à força unicamente da espiritualidade.

O Sr. Assis Chateaubriand — Não quer V. Excia. dizer que a minha tese é derrotada?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito longe deixo o meu pensamento; quero dizer que as idéias de V. Excia., de que muito divirjo estão sendo devidamente apreciadas. E tanto é, que as tomei para tema desta minha breve e obscura oração. (*Não apoiados*). Ainda se o quisesse, poderia encontrar, no tom ágil do polemista, uma lembrança humana, que se esfuma e se perde nos tempos: a de um «causer» vigoroso como o Príncipe de Maetternich. Ninguém mais do que êle defendeu idéias que a mim, homem dêste tempo, pare em retrógradadas; ninguém

mais do que êle defendeu o absolutismo que tinha por fim sustentar os direitos dos Habsburgos, mas nem por isso deixou de ser um homem encantador, um homem do alto mando, com todos os direitos e virtudes, daqueles que foram dotados de tais predicados de caráter excepcional.

Mas, Sr. Presidente, vim à tribuna para, em nome da bancada da imprensa do Senado, dizer a V. Excia. de sua satisfação e regozijo pela maneira por que foi tratada pela Mesa no correr dêste ano. Quer ainda esta bancada significar a V. Excia. seu mais alto aprêço pela imparcialidade com que norteou os trabalhos desta Casa, no que concerne aos serviços jornalísticos e exprimir também aos Srs. Senadores tôda sua alegria, satisfação e júbilo íntimo pelo modo afetuoso com que todos os acolhemos.

Não sei por que fui eu o escolhido...

O Sr. Assis Chateaubriand — Como homenagem ao brilho incomensurável de V. Excia. nesta Casa, onde tanto realce dá ao seu talento e a sua cultura.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Excessiva bondade do nobre Senador Assis Chateaubriand.

Creio, porém, Sr. Presidente, que são as vantagens e virtudes da velhice. Eu já cheguei à beira de uma situação um tanto ou quanto complicada que se chama a idade.

O Sr. Gomes de Oliveira — V. Excelência é ainda jovem.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não tão jovem quanto pareço; engano bem o tempo, meu nobre colega.

De qualquer forma como jornalista que já se aposentou, quizeram dar-me esta oportunidade, para que fôsse intérprete dos seus sentimentos.

Sr. Presidente, em nome da bancada da imprensa do Senado, transmito a V. Excia. os agradecimentos da maneira por que a tratou, e aos Senhores exprimo também o júbilo que tiveram por essa convivência, não só agradável e amistosa como até mesmo, sob certos aspectos, encantadora. *Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).*

## NOTA FINAL

O documentário constante desta publicação, exceto o Anexo n.º 54, foi organizado pelos serviços auxiliares da Presidência.

Só o extremo devotamento das funcionárias, verdadeiramente admiráveis, ali lotadas — Clarice Ribeiro Gonçal-

ves, Arlete Brêtas do Nascimento, Gil-da Leal Costa, Nair Cardoso, Nair Brown e Stela Reis de Mendonça — sob a direção da primeira, tornou possível êsse trabalho, cujo vulto a própria apresentação material evidencia.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954